



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Contributos inovadores para o modelo de Governança Local Partilhada e Participativa: Estudo de caso da ECAR (Bairro das Galinheiras)

Ricardo Jorge Fernandes Lima Vieira

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado Jubilado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Dra. Bárbara Marques Ferreira, Professora Auxiliar Convidada,
IPPS - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Economia Política

Contributos inovadores para o modelo de Governança Local Partilhada e Participativa: Estudo de caso da ECAR (Bairro das Galinheiras)

Ricardo Jorge Fernandes Lima Vieira

Mestrado em Estudos de Desenvolvimento

Orientador:

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado Jubilado,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Dra. Bárbara Marques Ferreira, Professora Auxiliar Convidada,
IPPS - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar o meu agradecimento às pessoas que tornaram possível a realização desta dissertação de mestrado.

Desde logo, quero agradecer-vos, Abel e Conceição, por tudo.

Bárbara, quero agradecer-te pela tua disponibilidade, acompanhamento e visão crítica.

Rogério, a tua orientação, enorme disponibilidade e conhecimento, enriqueceram e foram muito importantes para esta pesquisa. Quero agradecer-te por ter tido a oportunidade de partilhar esta fase do meu percurso académico contigo mas, sobretudo, agradecer-te pela tua amizade, pela tua força e coragem inspiradoras, e pelas utopias que construístes e continuas a construir. Continuo a aprender diariamente contigo.

À ECAR, por me possibilitarem vivenciar e registar esta experiência, que apenas se tornou real pelas pessoas que vocês são.

Ao GCGA, pela resistência ao longo destes quase 30 anos e, em particular, aos entrevistados, pela vossa disponibilidade.

Gostaria de agradecer à Comunidade com quem trabalho, que tanto contribuiu para a experiência que aqui apresento. É com grande gratidão que reconheço a oportunidade de aprender convosco, todos os dias.

A realização desta dissertação é o resultado de um esforço coletivo e do apoio de muitos. No entanto, este trabalho só foi possível graças a uma pessoa, que tem um lugar muito especial na minha Vida.

Querida Mariana Lima Vieira, pelo papel absolutamente fundamental que tiveste para tornar esta dissertação uma realidade, merecias, sem dúvida, que o teu nome constasse neste trabalho. Muito obrigado por seres quem és.

RESUMO

A presente dissertação apresenta-se como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em Estudos de Desenvolvimento. O objeto de estudo trata-se de uma experiência ocorrida no bairro das Galinheiras (freguesia de Santa Clara, na cidade de Lisboa), aquando da eclosão da Covid-19, envolvendo a articulação entre uma grande diversidade de atores (elementos da comunidade, profissionais de instituições e serviços públicos e privados de várias áreas, locais ou não, e do poder local), para dar resposta aos problemas que surgiram ou se intensificaram, devido ao crescente número de casos de infeção. O estudo pretende compreender em que medida esta experiência foi inovadora enquanto contributo para o modelo de Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP), do ponto de vista (a) da conjugação da participação da comunidade e da parceria das instituições e serviços para enfrentar as dificuldades que surgiram naquele período, e (b) da articulação entre os diferentes atores para a satisfação das necessidades e problemas diagnosticados, de forma integrada. Através da dinamização de um *focus group* mas sobretudo recorrendo-se à aplicação de entrevistas, como técnicas de investigação, concluiu-se que a experiência em análise se trata de um contributo circunscrito para o modelo de GLPP e que, por desafiar o *status quo* da intervenção no âmbito do Desenvolvimento Comunitário e por ter características singulares, se considera inovadora.

Palavras-chave: Desenvolvimento comunitário; Grupo(s) comunitário(s); Governança local partilhada e participativa; Participação; Parceria; Covid-19.

ABSTRACT

This dissertation is presented as a partial requirement for the attainment of a Master's degree in Development Studies. The study focuses on an experience that took place in the Galinheiras neighborhood (Santa Clara parish, Lisbon) during the outbreak of Covid-19. It involved the articulation among a wide range of stakeholders, including community residents, professionals from various public and private institutions and services, from local and exogenous organisations, as well as local authorities. This collective effort aimed to address problems that arose or intensified due to the increasing number of infection cases in the area. The study seeks to understand the extent to which this experience was innovative in contributing to the model of a Shared and Participatory Local Governance (SPLG). This is examined through two perspectives: (a) the combination of community participation and institutional partnerships to address the challenges that arose during that period and (b) the coordination among different actors to address the identified needs and problems in an integrated manner.

Resorting to a *focus group* and primarily relying on interviews as research techniques, the study concludes that the analyzed experience constitutes a limited contribution to the SPLG model. It is considered innovative as it challenges the status quo of intervention within the scope of Community Development and possesses unique characteristics.

Keywords: Community Development; Community Group(s); Shared and Participatory Local Governance; Participation; Partnership; Covid-19.

ÍNDICE

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Índice	iii
Índice de Quadros	v
Glossário de Siglas	vi
Introdução	1
PARTE 1. QUADRO TEÓRICO	5
Capítulo I. Desenvolvimento Comunitário	5
1. Breves notas sobre a evolução geral do conceito de Desenvolvimento	5
2. Origens do Desenvolvimento Comunitário e (des)encontros com o Desenvolvimento Local	8
3. Uma aproximação à definição do Desenvolvimento Comunitário	10
4. Princípios estratégicos e implicações metodológicas do Desenvolvimento Comunitário	13
Capítulo II. Grupo(s) Comunitário(s).....	16
1. Surgimento dos Grupos Comunitários	16
2. Bases teóricas e conceptuais da definição de Grupo Comunitário	18
3. Operacionalização e bases de funcionamento dos Grupos Comunitários	21
Capítulo III. Governança Local Partilhada e Participativa	23
1. O regresso dos “comuns” e as suas ligações com os Grupos Comunitários e com a Governança Local Partilhada e Participativa.....	24
2. Origens e primeiras abordagens do conceito de Governança.....	26
3. Definição de Governança Local Partilhada e Participativa	28
3.1. Trabalho em Parceria.....	29
3.2. Participação	31
PARTE 2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO	35
Capítulo I. Modelo analítico e metodologia adotada	35
1. Modelo analítico.....	35
2. Metodologia adotada	39
Capítulo II. Contextualização do Estudo de Caso	41
1. Ameixoeira, Galinheiras e Quinta da Torrinha – breve aproximação ao território	41
2. Grupo Comunitário Galinheiras/Ameixoeira (GCGA).....	42
3. Equipa de Contacto e Acompanhamento de Referência (ECAR)	44

Capítulo III. Apresentação e análise dos resultados	46
1. Os protagonistas: comunidade, instituições e serviços	47
2. Necessidades existentes: a desocultação de outros vírus	49
3. A conjugação da participação da comunidade e da parceria das instituições e serviços para a resolução das necessidades	51
3.1. A participação da comunidade	51
3.2. O envolvimento das instituições e serviços	53
3.3. Prevalência das lógicas setoriais e disciplinares na adoção de uma visão integrada.....	56
4. Bloqueios à participação da comunidade e à parceria das instituições e serviços	57
4.1. O culto da deontologia e do conhecimento técnico e institucional como fatores de resistência à participação da comunidade	57
4.2. Parceria das instituições e serviços: resistências e clivagens institucionais	60
5. Balanço sobre a experiência e processo de atuação da ECAR	61
5.1. Balanço sobre os processos de <i>empowerment</i> como resultado da experiência	61
5.2. Balanço sobre as dinâmicas desencadeadas pela experiência	62
 PARTE 3. CONCLUSÕES DA INVESTIGAÇÃO	67
Capítulo I. Considerações sobre a questão de partida	67
Capítulo II. Pistas de investigações futuras	71
Capítulo III. Pistas de ações políticas futuras	72
Capítulo IV. Reflexões sobre o quadro teórico e o modelo analítico	73
 Referências Bibliográficas	75
 Anexos	80
Anexo A. GC de Lisboa por períodos de surgimento e zonas da cidade	80
Anexo B. Guião de entrevista	82
Anexo C. Análise de entrevista a técnico de instituição do poder local	84
Anexo D. Análise de entrevista a técnico da área do apoio social	91
Anexo E. Análise de entrevista a técnico da área da saúde	105
Anexo F. Análise de entrevista a morador da ECAR	115
Anexo G. Análise de entrevista a voluntário da ECAR.....	130
Anexo H. Análise de entrevista a técnico da ECAR	151
Anexo I. Análise comparativa das entrevistas.....	166
Anexo J. Análise do <i>Focus Group</i>	203
Anexo L. Modelo de ficha de caracterização da população	222

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.I.4.1. Relação entre os princípios estratégicos e metodológicos do Desenvolvimento Comunitário.....	14
Quadro 2.I.1. Modelo Analítico	37

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ABL	Associação(ões) de Base Local
ACM	Alto Comissariado para as Migrações
AUGI	Área(s) Urbana(s) de Génese Ilegal
BM	Banco Mundial
CDCA	Centro de Desenvolvimento Comunitário da Ameixoeira
CDSSL	Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CML-DDL	CML – Departamento de Desenvolvimento Local
CML-DRAUGI	CML – Divisão de Reconversão das AUGI
DGS	Direcção-Geral de Saúde
EB1MLDR	Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos
ECAR	Equipa de Contacto e Acompanhamento de Referência
EUA	Estados Unidos da América
GC	Grupo(s) Comunitário(s)
GLPP	Governança Local Partilhada e Participativa
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MS	Ministério da Saúde
ONG	Organização(ões) Não-Governamental(ais)
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização(ões) da Sociedade Civil
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCM	Protecção Civil Municipal
PER	Programa Especial de Realojamento
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Municipal
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RI	Redes Institucionais
RSI	Rendimento Social de Inserção
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UCC Lumiar	Unidade de Cuidados na Comunidade Lumiar
UE	União Europeia
USP	Unidade de Saúde Pública

INTRODUÇÃO

A presente dissertação centra-se sobre uma experiência de trabalho conjunto que se desenvolveu aquando da eclosão da Covid-19, tornando-se urgente a resposta a vários problemas que surgiram ou se intensificaram e com que a comunidade residente nas vilas das Galinheiras se confrontou. Este é, como melhor se contextualiza no decorrer do estudo, um território periférico da cidade de Lisboa com uma grande diversidade social, coexistindo diferentes culturas, mas também com uma enorme diversidade de problemas e fragilidades a vários níveis que impactam negativamente a sua coesão social e territorial.

Desde 2007 que trabalhamos na área do Desenvolvimento Comunitário, não apenas no bairro das Galinheiras como também no bairro da Ameixoeira, alvo do Programa Especial de Realojamento (PER) entre os anos 2001 e 2003, e no bairro da Quinta da Torrinha, tratando-se de territórios pertencentes à freguesia de Santa Clara (Lisboa). A experiência que é alvo de análise foi promovida por elementos da comunidade e por profissionais de diferentes áreas de instituições e serviços locais mas também não-pertencentes ao território, ou seja, contando com o envolvimento de vários atores – incluindo com a nossa presença e participação ativa, fazendo parte do grupo que se denominou como Equipa de Contacto e Acompanhamento de Referência (ECAR), a qual nasceu com a missão de acompanhar em proximidade, não só as pessoas residentes nas vilas das Galinheiras que testaram positivo à Covid-19 como também as suas famílias, sendo a constituição da equipa validada pela Unidade de Saúde Pública (USP) Dr. Francisco George, do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte.

Como tal, acompanhámos de perto o estudo de caso investigado, tendo um conhecimento aprofundado sobre como o mesmo se desenvolveu ao longo do tempo, assistindo aos seus ganhos e mais-valias mas também aos seus riscos e desafios. Dada a nossa proximidade com o objeto de análise, deparámo-nos várias vezes com a dúvida sobre se a escolha deste tema seria ética e deontologicamente correta, equacionando investigar outras temáticas. No entanto, aqui se apresenta aquilo que vivemos e experienciámos naquela altura, não havendo agora quaisquer dúvidas sobre o facto de termos feito a escolha certa.

Primeiro, porque consideramos que por si só constitui um desafio à comunidade científica e académica, que geralmente é pouco recetiva à aprovação de investigações cujo investigador é próximo, devido ao eventual condicionamento a que o mesmo pode estar sujeito. Contudo, acreditamos e defendemos que, apesar da sua relação com o objeto de análise, o investigador tem a capacidade para analisar criteriosamente e com rigor os dados recolhidos, desde que as opções metodológicas sejam adequadas, além de considerarmos que o seu papel próximo pode ser uma mais-valia, permitindo investigar dimensões e questões que, sem conhecimento do processo, não seriam passíveis de ser aprofundadas.

Segundo, porque em tantos anos de trabalho nesta área, e tendo conhecimento de várias iniciativas de Desenvolvimento Comunitário, nunca assistimos a uma experiência com as características que esta demonstrou, pelo que a consideramos não só incomum como também

inovadora – o que constitui o cerne da questão de partida desta dissertação: “*Em que medida o processo e a experiência de ação da ECAR foram inovadores como contributo para um modelo de Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP)?*”.

Na nossa perspetiva, este modelo de intervenção representou a utopia dos processos de Desenvolvimento Comunitário, assentando numa forma de atuação que idealmente visava todas as potencialidades destes processos, embora tenhamos assistido a vários constrangimentos, bloqueios e impedimentos que limitaram os seus ganhos. Por estes motivos, não foi somente importante para nós contribuir academicamente, através deste estudo de caso, para a reflexão sobre os conceitos de referência selecionados, procurando compreender se, existindo componentes inovadoras nesta experiência, as mesmas favoreceram o modelo de GLPP, como também foi especialmente importante deixar registado um processo que julgamos ter tido características distintas que desencadearam fortes clivagens institucionais – na nossa ótica, resultantes do facto de as instituições e serviços não se identificarem verdadeiramente e na prática com os princípios do Desenvolvimento Comunitário, ao contrário do que publicamente transmitem.

Em terceiro e último lugar, justamente por nos termos interrogado do ponto de vista ético e deontológico, considerámos que esta experiência deveria ser relatada, tendo a consciência que um dos principais bloqueios à intervenção defendida pela ECAR se relacionou com problemas de ordem deontológica, colocando-se vários impedimentos à participação de moradores, devido à importância formal que a proteção de dados adquiriu, sendo defendido por vários que não se devia partilhar dados com a comunidade. Pelo facto de estas questões terem sido tão debatidas, dando lugar a várias discussões “acesas” e intensas, a escolha deste objeto de estudo é, de certa forma, também um manifesto: um posicionamento que assumimos quanto à necessidade de se repensar globalmente o que significa ética e deontologia, estando convictos de que o futuro exige novos entendimentos sobre estes conceitos, ultrapassando-se posições mais rígidas e limitadas que em pouco ou nada contribuem para o real e efetivo desenvolvimento das comunidades.

Para encontrar respostas à questão de partida colocada, a presente investigação privilegiou a pesquisa qualitativa intensiva, optando-se pela aplicação de entrevistas semi-diretivas, pela dinamização de um *focus group*, e pela análise documental de diferentes documentos, maioritariamente produzidos pelos protagonistas desta experiência, isto é, pela ECAR e pelo Grupo Comunitário Galinheiras Ameixoeira (GCGA).

No que respeita à estrutura da dissertação, esta é composta por três partes principais. A primeira corresponde ao quadro teórico, que consiste numa revisão teórica sobre os conceitos selecionados para sustentar o estudo, nomeadamente, Desenvolvimento Comunitário, Grupos Comunitários (GC) e GLPP. A segunda parte, que diz respeito à análise empírica, divide-se em três capítulos: o primeiro, debruça-se sobre as opções metodológicas que conduziram a investigação; o segundo diz respeito ao enquadramento do objeto de estudo, apresentando o território onde a experiência teve lugar, o âmbito de ação do grupo que acolheu este processo (GCGA), e o surgimento da intervenção ECAR, permitindo contextualizar o leitor acerca da sua missão; o terceiro

capítulo, por sua vez, traduz-se na apresentação e na análise dos dados obtidos através das técnicas de investigação utilizadas. Por fim, conclui-se a terceira parte da dissertação com diferentes reflexões em torno do estudo, apresentando algumas considerações sobre a questão de partida que norteou a dissertação, sobre pistas de investigação científica e de ações políticas que este estudo proporciona e sobre a adequação do quadro teórico e do modelo analítico adotados.

Conforme esclarecido no capítulo relativo às opções metodológicas, optou-se por não utilizar o nosso conhecimento sobre o objeto de análise, quanto à interpretação da informação recolhida, o que em parte limitou a análise pois, caso a investigação tivesse beneficiado desse conhecimento, teria sido possível relacionar alguns aspetos que poderiam revelar importantes contornos do processo investigado. Além disso, aquando da aplicação das entrevistas, os entrevistados procuravam confirmar se as suas respostas tinham sido suficientemente detalhadas, o que condicionou parcialmente o nosso papel de entrevistadores, tendo sido estas as principais limitações encontradas no decorrer do estudo, como melhor se abordará na parte dedicada às conclusões sobre a investigação realizada.

PARTE 1. QUADRO TEÓRICO

Esta parte, referente à revisão teórica dos três conceitos que foram privilegiados para a análise do estudo de caso, é dividida em três capítulos, correspondentes aos conceitos em questão: Desenvolvimento Comunitário, Grupo(s) Comunitário(s) e Governança Local Partilhada e Participativa.

CAPÍTULO I. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Subdividido em quatro secções, este capítulo tem início com uma breve contextualização histórica sobre a evolução geral do conceito de Desenvolvimento, debruçando-se sobre o Desenvolvimento Comunitário nas três secções seguintes, primeiramente distinguindo-o e comparando-o com o conceito de Desenvolvimento Local, dadas as suas semelhanças, passando posteriormente pela sua definição, e concluindo com a apresentação dos seus princípios estratégicos e implicações metodológicas.

1. Breves notas sobre a evolução geral do conceito de Desenvolvimento

A década de 60 do século XX foi considerada, de forma generalizada e por diversos motivos que serão de seguida brevemente elencados, a “década do Desenvolvimento”. Muito antes disso, porém, vários autores contribuíram para a reflexão sobre esta temática através de diferentes teorias relacionadas com o progresso, o bem-estar, os recursos e a riqueza, servindo de exemplos as contribuições de Adam Smith, com a “Riqueza das Nações”, de Thomas Malthus, que foca a sua análise nos limites dos recursos alimentares, de Karl Marx, debruçando-se sobre o desenvolvimento do capitalismo, entre outros pontos de vista de autores que, após a Revolução Industrial, se dedicaram a abordagens distintas sobre estes temas (Amaro 2003, p.41-42).

O processo de descolonização das antigas colónias europeias é geralmente referido como o fator que deu origem ao conceito de Desenvolvimento, após a II Guerra Mundial, mas o surgimento do mesmo, na verdade, é também influenciado por outros aspetos, tais como pela onda de discursos no pós-guerra que evocavam a paz e a cooperação internacional, convertidos em compromissos da ONU e noutras importantes declarações¹, pela reconstrução europeia, pela emergência da Guerra Fria e pela afirmação do keynesianismo, ainda que as preocupações com temáticas associadas ao Desenvolvimento tenham surgido antes do pós-guerra, como visto antes (*ibid.*).

Sendo evidente a influência das revoluções industrial e francesa², o progresso foi limitadamente entendido, na visão ocidental, como crescimento económico, exigindo-se processos de modernização e industrialização, tendo o conceito de Desenvolvimento sido amplamente difundido

¹ Servindo de exemplo, entre outros, o “Ponto Quatro” do discurso do presidente Truman (1949) (Ferreira and Raposo 2017, p. 117; Amaro 2003, p. 41).

² As quais foram moldadas por outras revoluções, nomeadamente, a agrícola, a comercial, a dos transportes e vias de comunicação, a tecnológica, a cultural e filosófica, a religiosa, a científica e a política. Para aprofundamento desta relação, vide Amaro 2003, p. 43-45.

e inculcido, de forma alicerçada no economicismo e no produtivismo³, aos restantes países (sobretudo do Sul Global), assistindo-se a uma espécie de “missão civilizadora” protagonizada pelo Ocidente, reconhecendo-se como superior à diversidade existente noutros países, por si considerados como *subdesenvolvidos* (Ferreira and Raposo 2017; Amaro 2019). Apesar do visível antagonismo entre a proclamada paz entre os povos e os interesses das grandes potências, traduzida na imposição da “modernização” aos países ditos subdesenvolvidos e anulando a sua história⁴, foi neste período de pós-guerra, e com base nas concepções anteriormente descritas, que o conceito de Desenvolvimento se consagrou, adquirindo o interesse social e académico necessários para a sua institucionalização e fundamentação científica (Amaro 2003).

Não sendo apenas contestado pelos “países não-industrializados”, “em desenvolvimento” ou “subdesenvolvidos”, o modelo de Desenvolvimento revelou também fragilidades nos países ditos desenvolvidos a partir da década de 60, e que se intensificaram ao longo do tempo, assistindo-se ao aumento de contestações sociais – servindo de exemplos as lutas estudantis de Maio de 68, em França, e a luta pelos direitos civis das comunidades afro-americanas, nos EUA –, entretanto favorecidas pela consciencialização sobre diversas questões que adquiriram uma voz crescente no debate público, tais como a preservação do ambiente, as relações de género e o reconhecimento das singularidades e direitos dos indivíduos enquanto sujeitos. A esta consciencialização, por seu turno, somaram-se o surgimento de novas formas de pobreza e o aumento das desigualdades sociais e das situações de exclusão, acentuadas com o retorno do desemprego em massa, com a diminuição dos salários e com a precariedade que resultaram da crise petrolífera⁵ (Amaro 2003; Singer 2002; Laville and Gaiger 2009), tendo posteriormente a concorrência e a competitividade ganho eco e condições políticas para consolidar as bases do projeto neoliberal (Standing 2013, p. 26-27). Tal significa que, embora normalmente o fim dos chamados “Trinta Gloriosos” (1945-1973) e da noção do Desenvolvimento que foi dominante até aí, e que serviu de referência durante esse período, seja relacionado com a primeira crise do petróleo, em 1973, o modelo de Desenvolvimento começou a ser questionado no final dos anos 60 e início dos anos 70, observando-se uma viragem inequívoca do paradigma do conceito, como melhor se demonstrará, nas décadas de 80 e 90.

Em suma, os custos associados aos “Trinta Gloriosos” representaram de forma clara as limitações das concepções tradicionais do Desenvolvimento, tornando-se necessária a procura de outros significados para esta noção, ancorados a novas conceptualizações e metodologias, o que

³ Além destes, outros nove mitos incorporaram a noção de Desenvolvimento nos primeiros 30 anos, após a II Guerra Mundial. Vide Amaro 2003, p. 46-47.

⁴ Acerca desta penetração de influências, realça-se a escola da Teoria da Dependência que surgiu na América Latina, na década de 60, apresentada por autores de diferentes correntes que sustentavam que os países industrializados apenas alcançavam o seu desenvolvimento à custa dos não-industrializados. Por trás destas teorias estão, por exemplo, André Frank e Theotónio dos Santos (corrente marxista) e Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado (corrente weberiana) (Ferreira and Raposo 2017, p. 120; Lima 2014, p. 6).

⁵ É pertinente ainda, neste contexto, fazer referência a um conjunto de mudanças provocadas pela “modernização” que Amaro enuncia e que também conduziram a situações de mal-estar social, como a individualização das relações, o desaparecimento de comportamentos tradicionais e a competição agressiva. Para aprofundamento destas mudanças, vide Amaro 2003, p. 50, p. 53.

resultou, pelo menos, em “seis desenvolvimentos”: Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Local, Desenvolvimento Participativo, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Integrado. De origens diversas, estes conceitos romperam com a visão exclusivamente economicista do Desenvolvimento, tendo um carácter multidimensional e interdisciplinar, e viraram-se para as potencialidades das pessoas, e não apenas para a satisfação das suas necessidades, numa relação de interdependência com a Natureza (Amaro 2003; 2019).

Dada a centralidade do conceito de Desenvolvimento Comunitário no presente trabalho – que, como veremos adiante, se relaciona com o de Desenvolvimento Local –, o mesmo é alvo de aprofundamento nos capítulos seguintes, apresentando-se em seguida algumas referências breves acerca dos restantes conceitos⁶.

O Desenvolvimento Sustentável, poder-se-á afirmar, tem as suas raízes na Conferência de Estocolmo (1972), onde pela primeira vez foi debatida a finitude dos recursos entre os estados-membros das Nações Unidas e tendo daí surgido o conceito de “Ecodesenvolvimento”, procurando compatibilizar os desafios do Desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental⁷. Contudo, foi em 1987 que o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi legitimado, aquando da sua apresentação pela Comissão de Brundtland, no relatório “Our Common Future”, correspondendo à satisfação das necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas necessidades⁸ (Comissão de Brutland 1987, p. 16).

Conforme a própria denominação pressupõe, o conceito de Desenvolvimento Participativo privilegia a participação, uma das componentes-chave do Desenvolvimento Comunitário e Local, tendo surgido após estes. Adotado pelo BM e por departamentos das Nações Unidas, mas fundamentado por Organizações Não-Governamentais (ONG), o conceito implica a adoção de metodologias participativas em diferentes fases dos processos de mudança e melhoria das condições de vida das comunidades – desde a conceção, planeamento, implementação, acompanhamento e avaliação dos mesmos –, estando por isso intimamente ligado às noções de *empowerment* e cidadania.

Em 1990, é proclamado pelo PNUD o conceito de Desenvolvimento Humano, no “Relatório do Desenvolvimento Humano”, referindo-se ao acesso a uma vida digna em diferentes dimensões (tais como a saúde, a educação, entre outras) através do aumento das escolhas das pessoas, apesar das várias reformulações que sofreu ao longo dos anos. A este conceito, associa-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), permitindo combater a mera visão economicista do Produto Interno Bruto (PIB) através da medição de outras dimensões do desenvolvimento, numa

⁶ Vide Amaro 2003, p. 56-59 e Ferreira and Raposo 2017, p. 122-132 para um enquadramento mais detalhado sobre estes conceitos.

⁷ Sendo também justo mencionar, a este respeito, o Relatório “Limits do Growth”, publicado no mesmo ano, dado que contribuiu significativamente para o destaque científico e político que mereceu a problemática dos custos ambientais e dos limites do crescimento (Amaro 2003; 2016; 2019; Ferreira and Raposo 2017).

⁸ Sendo o conceito reconhecido por vários organismos internacionais, tais como o Banco Mundial (BM), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros departamentos das Nações Unidas e da União Europeia (UE) (Amaro 2003).

determinada área geográfica.

O conceito de Desenvolvimento Social surge, cinco anos depois, na Conferência da Copenhaga (organizada pela ONU), visando o diagnóstico e o debate sobre problemas sociais e o estabelecimento de compromissos entre países para a garantia de condições mínimas de bem-estar social.

Finalmente, o conceito de Desenvolvimento Integrado “pressupõe uma abordagem interdisciplinar e uma metodologia copulativa (do «e» e não do «ou», chamada disjuntiva”) (Amaro 2003, p. 59), sendo transversal aos conceitos acima elencados, mas sem o seu reconhecimento científico e peso institucional.

Embora sem detalhar, vale ainda a pena mencionar que estes conceitos, resultantes da crise do modelo de Desenvolvimento dominante, têm sido alvo de reflexão e de crítica por parte de alguns autores que consideram que outras crises se colocam, pelo que o termo “Desenvolvimento” deve ser abandonado (e não resgatado, de certa forma, como foi), em favor de uma “nova era de Pós-Desenvolvimento”, baseada em valores e referências culturais dos países do Sul, que foram explorados pelo Norte Global, dando lugar a conceitos alternativos, tais como Wellbeing, Buen Vivir, Ubuntu e Noflay (Amaro 2019, p. 23; Ferreira and Raposo 2017, p. 134-137).

2. Origens do Desenvolvimento Comunitário e (des)encontros com o Desenvolvimento Local

Pelo facto de ocasionalmente serem tidos como sinónimos ou serem confundidos, torna-se antes de mais fundamental clarificar, ainda que em linhas gerais, o que de certa forma distingue os conceitos de Desenvolvimento Comunitário e de Desenvolvimento Local – os quais na verdade chegaram a coexistir, de forma paralela, durante algum tempo (Estivill 2020; Ferreira and Raposo 2017; Amaro 2022; Nunes et al. 2017)

Surgindo primeiro, o Desenvolvimento Comunitário teve uma importante influência para a formulação do conceito de Desenvolvimento Local que, incorporando os seus métodos, conjuga as experiências do terreno com a componente teórica-científica (Amaro 2003; 2009; Ferreira and Raposo 2017; Nunes et al. 2017). Enquanto o Desenvolvimento Comunitário se caracterizou por ter um carácter mais prático quando surgiu, em meados dos anos 50 e 60 do século XX, fruto da intervenção direta de técnicos no terreno⁹, já o Desenvolvimento Local alcançou um maior interesse científico, conferindo-lhe maior destaque e, como veremos, o reconhecimento político-institucional, na década de 90, embora o conceito tenha surgido na década anterior (Estivill 2020; Amaro 2003; 2008a; 2009; 2022; Nunes et al. 2017; Ferreira and Raposo 2017).

Para simplificar, poder-se-á afirmar que Desenvolvimento Comunitário se trata de uma *prática*

⁹ Ainda que tenha surgido de forma efetiva nesta época, a ação comunitária enquanto estratégia assinala-se desde o final do século XIX, primeiro como política colonial de trabalho com as comunidades locais (não sendo esse o propósito do Desenvolvimento Comunitário) e depois como estratégia de apoio às comunidades afetadas pela industrialização capitalista e pela Grande Crise das décadas de 20 e 30 do século XX, período onde pela primeira vez se falou de “organizações comunitárias”, mas sendo a primeira referência a “Community Development” datada de 1942 (Amaro 2018, p. 46, p. 55).

nascida no terreno¹⁰, associado sobretudo às Américas, e que Desenvolvimento Local é oriundo de propostas mais académicas e conceptuais, ligado acima de tudo à Europa (Amaro 2022). Mas por que motivo o Desenvolvimento Local alcançou maior validação científica? Existem dois fatores em particular que contribuíram para o efeito:

Em primeiro lugar, porque o Desenvolvimento Comunitário se relacionou essencialmente com o Serviço Social, uma área de carácter mais prático e menos teórica e conceptual do que outras ciências sociais, como a Ciência Política, a Economia e a Sociologia, que se associaram ao Desenvolvimento Local, permitindo de certa forma explicar porque este teve uma maior afirmação neste campo (Amaro 2022, p. 199-202).

Em segundo lugar, e mais determinante do que o primeiro, porque o Desenvolvimento Local foi ancorado ao paradigma territorialista (*bottom-up*), que surge no final da década de 70, assumindo uma abordagem descentralizada do Desenvolvimento, deixando de o concentrar mas antes difundindo-o para as zonas periféricas, reconhecendo às comunidades a sua capacidade para, nos seus territórios, mobilizarem respostas adaptadas aos desafios globais com expressão em problemas ou ameaças locais¹¹ (Amaro 2003; 2009; 2022; Nunes et al. 2017; Ferreira and Raposo 2017).

Adotando assim uma perspetiva “glocal”, é possível compreender como a abordagem do Desenvolvimento Local foi pertinente face às mudanças ocorridas naquela época, acentuadas pelos efeitos da globalização e pela afirmação do neoliberalismo, com o enfraquecimento do Estado e as falhas do mercado capitalista global, tendo o Desenvolvimento Local sido encarado como resposta inovadora às crises económicas e sociais daí resultantes e alcançando dessa forma o seu reconhecimento político-institucional, através de grandes programas para combater o desemprego, a precariedade, a exclusão e as desigualdades sociais, sendo o Programa "Iniciativas Locais de Emprego" e os Programas Europeus de Luta contra a Pobreza exemplos disso (Amaro 2003; 2009; 2022; Ferreira and Raposo 2017; Estivill 2020; Nunes et al. 2017).

Nesta fase de maior reconhecimento do Desenvolvimento Local, o Desenvolvimento Comunitário parece desaparecer mas, como refere Jordi Estivill (2020), “o desenvolvimento comunitário é como o rio Guadiana. Emerge e submerge” (p. 13), e esta ideia associa-se às três “vagas” descritas por Amaro (2022, p. 193-194):

A primeira vaga refere-se à época em que o Desenvolvimento Comunitário era o termo praticado, que se encontra entre a sua origem e final dos anos 70 e início da década de 80. Como

¹⁰ Maria Manuela da Silva, uma das mais influentes teóricas portuguesas sobre o conceito de Desenvolvimento Comunitário, refere-se ao mesmo como um “*método*” ou uma “*técnica*” (Silva, 1963). Amaro corrobora esta perspetiva ao mencionar que, sendo “*praticamente ignorado*” ou “*despercebido*” às teorias do Desenvolvimento, o Desenvolvimento Comunitário foi considerado um “*método*” ou uma “*técnica*” mas não um conceito (Amaro 2009; 2022).

¹¹ Enquanto o paradigma funcionalista (*top-down*) corresponde genericamente a processos liderados pelo Estado ou outras instituições públicas, isto é, organizados de-cima-para-baixo, o paradigma territorialista (*bottom-up*) refere-se a processos que surgem desde a base, ou seja, de-baixo-para-cima, privilegiando-se os recursos endógenos face aos exógenos e, portanto, invertendo as dinâmicas *top-down*. Vide Ferreira and Raposo 2017, p. 123-124; Amaro 2009, p. 110-111.

já referido, o conceito surge em meados dos anos 50 e 60 embora fosse entendido como um método ou uma técnica, sem conceptualização académica mas fruto da ação direta, *praticada* por técnicos da ONU e de ONGs em países que, como enquadrado antes, deveriam ser “civilizados”, na perspetiva daqueles que eram os prestadores de “ajuda” e “cooperação” para o Desenvolvimento, pelo que as suas raízes são parcialmente associadas a projetos de desenvolvimento colonialistas¹², ainda que posteriormente técnicos de apoio ao Desenvolvimento tenham constatado, através da experiência no terreno, que o verdadeiro Desenvolvimento daquelas comunidades deveria fazer-se a partir das mesmas – o que se traduz nos princípios e implicações metodológicas do Desenvolvimento Comunitário, abordados no decorrer do estudo (Amaro 2003; 2009; 2022; Ferreira and Raposo 2017; Estivill 2020; Nunes et al. 2017).

A segunda vaga correspondeu ao período compreendido entre as décadas de 80 e 90, com ênfase na utilização da expressão de Desenvolvimento Local, em detrimento de Desenvolvimento Comunitário, derivado da apropriação institucional que este teve, como visto anteriormente. Além disso, o adjetivo “comunitário/a” foi desvirtuado do seu sentido original quando, sobretudo desde a fusão das três Comunidades Europeias¹³, mas mais explicitamente a partir do Ato Único Europeu (1986) e do Tratado de Maastricht (1992), passou a designar as atividades, serviços, políticas, fundos etc., dessa união de países (Nunes et al. 2017; Amaro 2022; Estivill 2020).

Na terceira e atual vaga, assistimos ao encontro de ambos os conceitos nas propostas e reflexões sobre o Desenvolvimento, sobretudo desde as crises financeiras de 2008, sendo o conceito de Desenvolvimento Comunitário resgatado em grande medida através do Relatório Barca (2009), que é sensível à dimensão territorial e reforça a afirmação estratégica do conceito enquanto conciliador da eficiência económica e da coesão social, no âmbito das políticas públicas, e lhe devolve o seu sentido tradicional, centrado no protagonismo e empoderamento dos cidadãos e na valorização dos recursos locais (Nunes et al. 2017; Estivill 2020; Amaro 2022; Ferreira and Raposo 2017).

Tal protagonismo e empoderamento dos cidadãos, assim como a valorização dos recursos locais, são apenas algumas das características que são basilares ao conceito de Desenvolvimento Comunitário, o qual procuramos definir em seguida. Existem diferentes definições para o conceito mas as várias reúnem inequivocamente, como veremos, um conjunto de ideias-chave que se associam, tal como a designação sugere, à “comunidade”.

3. Uma aproximação à definição do Desenvolvimento Comunitário

Adotado pela ONU, o conceito de Desenvolvimento Comunitário define-se como:

O conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes

¹² Por este motivo, Fragoso refere-se ao Desenvolvimento Comunitário como uma “espada de dois gumes”, já que foi usado como mecanismo de controlo social em contexto colonial, figurando um contrassenso ao fomentar a coesão social quando promovia o oposto (Fragoso 2005).

¹³ Comunidade Económica Europeia (CEE), Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEA).

públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral (Silva 1963, p. 543).

Esta definição, portanto, realça a união entre a população e os poderes públicos, evocando assim a participação da comunidade e a parceria das instituições e dos serviços, neste caso públicos, sendo essa conjugação essencial aos processos de Desenvolvimento Comunitário, como se verá ao longo do trabalho, embora outras definições destaquem de forma mais clara ou explícita o papel da comunidade.

Para Rogério Roque Amaro, por exemplo, o protagonismo da comunidade é central neste conceito, já que é a partir da mesma que se constroem as respostas aos seus problemas, definindo Desenvolvimento Comunitário como¹⁴:

um processo de mudança, centrado numa Comunidade (de pequena dimensão, ou seja, com uma escala humana de Proximidade), que visa dar resposta às suas necessidades fundamentais, que se encontram por satisfazer, procurando, portanto, aumentar o seu Bem-Estar e Bem-Viver, a partir, preferencial e fundamentalmente, das suas capacidades e recursos (endógenos), o que implica uma metodologia e uma pedagogia de Participação e de Autonomização (*Empowerment*) da Comunidade, com o apoio de recursos exógenos de variados tipos, desde que fertilizadores dos endógenos, numa perspetiva integrada e multidimensional, o que exige uma lógica de Trabalho em Parceria, ou seja, de articulação entre as Instituições e os Serviços que trabalham na Comunidade, com impacto tendencial em toda a Comunidade e segundo uma grande Diversidade de ritmos, lógicas, processos e resultados, em função das características e especificidades de cada Comunidade (Amaro 2022, p. 207-208)¹⁵.

Enquanto Amaro se refere especificamente a comunidades de pequenas dimensões no âmbito do Desenvolvimento Comunitário, Marco Marchioni argumenta que é possível distinguir três tipos de comunidade a partir da sua dimensão, num sistema que é vincadamente estruturado dos pontos de vista institucional e legal: a que coincide com todo o município, envolvendo toda a população, a que corresponde a uma parte do município (como um bairro, por exemplo) e a que reúne vários pequenos municípios (Marchioni 2003, p. 48-49). No entanto, parece claro que é em “comunidades de pequenas dimensões” que melhor se aplica o Desenvolvimento Comunitário, não só porque a proximidade é uma componente essencial, como se demonstrará ao longo da investigação, mas também porque a comunidade é mais mobilizável em relação a temas locais e porque o local se

¹⁴ Apesar de distinguir os conceitos de Desenvolvimento Comunitário e Local, inclusive a partir de diferentes matrizes (histórica, geográfica, científica, etc.), o autor considera-os, no essencial, sinónimos (Amaro 2022, p. 196-298). Porque os encara como sinónimos e porque fundamentalmente a sua opção em utilizar um ou outro conceito depende do contexto, as referências do autor sobre estes conceitos, utilizadas aqui em diante, poderão ter sido publicadas acerca do Desenvolvimento Comunitário ou do Desenvolvimento Local.

¹⁵ Optou-se por aqui apresentar a definição mais recente e frequente do autor (já publicada em Amaro, 2009 e Amaro 2018), e que melhor reflete os princípios do conceito, embora o mesmo tenha definido o conceito de forma mais sintética noutras referências (por exemplo, em Amaro 2003).

assume como espaço privilegiado para o debate e a deliberação (Lima 2014, p. 32-33). Em suma, “«lo local» es el ambito mas adecuado (podríamos decir óptimo) para llevar a cabo programas de desarrollo de la comunidad” (Ander-Egg 2003, p. 124).

Marchioni identifica algumas ideias-chave que nos permitem definir o Desenvolvimento Comunitário como processos globais de médio/longo prazo, com vista à mudança da realidade, que têm como finalidade a melhoria das condições de vida, tendo no seu centro uma comunidade concreta e implicando o *correto* envolvimento de três protagonistas¹⁶ – a administração local, os serviços e técnicos que trabalham com a comunidade (públicos ou privados), e a sociedade civil –, sendo a participação “la estrella” dos processos (Marchioni 2003, p. 48-49; 1999, p. 9).

Referindo-se aos processos como sendo “globais”, compreendemos que o autor evidencia a perspetiva “glocal” do Desenvolvimento Comunitário, como visto anteriormente. Para Marchioni (2003), “habrá que realizar actividades que podemos definir sectoriales, pero todas ellas tendrán siempre un punto de referencia en la globalidad de la realidad comunitaria”, defendendo que “a Intervención Comunitaria no tiene nada que ver con el «localismo»”, uma vez que vivemos cada vez mais numa “aldea global”, sendo fundamental a forma como cada comunidade se relaciona com o Mundo (p. 48-50). A relação local/global do Desenvolvimento Comunitário é igualmente destacada por Ander-Egg (2003), que mais determinadamente afirma que se deve “actuar localmente, pensar globalmente” (p. 125), advertindo para o facto de se perder perspetiva se apenas se considerar a escala micro, sendo necessário estar conscientes das mudanças globais, já que a comunidade “é a esfera privilegiada para resolver problemas contemporâneos – nomeadamente os causados pela globalização” (Ferreira 2009, p. 215).

Tal como Amaro, Marchioni (2003) entende que cada comunidade é única, tendo as suas próprias características específicas, pelo que não se devem aplicar “«modelos» rígidos y únicos” a diferentes comunidades (p. 48). Segundo o mesmo, são quatro os fatores essenciais que a caracterizam, nomeadamente, território, população, recursos e demandas (*ibid.*, p. 56-57):

- O trabalho comunitário exige um conhecimento exaustivo do território, sendo que o mesmo influencia positiva ou negativamente a comunidade (uma zona urbana central tem, evidentemente, características diferentes das zonas periféricas, assim como as zonas rurais, por exemplo);
- Uma vez que o Desenvolvimento Comunitário implica o envolvimento e a articulação entre diferentes protagonistas, há que ir além do conhecimento sociológico e estatístico da população com quem se trabalha, e conhecer também as diferentes organizações e serviços;
- Embora o principal recurso seja a comunidade, existem outros a considerar no trabalho comunitário, designadamente, os recursos públicos (municipais e não só), os recursos privados e os recursos voluntários (ONGs, associações etc.), os quais se podem organizar

¹⁶ O autor clarifica que “los tres protagonistas deben implicarse correctamente en el proceso, jugando cada uno su papel y respetando y asumiendo el papel de los demás”, uma ideia que recuperar-se-á ao longo do presente estudo (*ibid.*, p. 49).

por diferentes áreas, tais como, educação, saúde, trabalho e emprego, cultura, etc.;

- Os processos do Desenvolvimento Comunitário têm início a partir das suas demandas, isto é, das suas necessidades, dos seus problemas, aspirações, questões de interesse, entre outras.

No que respeita aos recursos, e mais especificamente no que se refere à articulação com as organizações e serviços, Maria Manuela da Silva (1963) alega que

podem existir experiências de desenvolvimento comunitário aqui e além sem um apoio direto dos governos centrais e regionais; todavia tais experiências ficarão sempre limitadas na sua dimensão se não for possível, a certa altura, contar com o apoio técnico e financeiro exterior à coletividade local (p. 545).

É neste sentido que Amaro, na definição privilegiada e anteriormente citada, defende a priorização dos recursos da comunidade (endógenos), ainda que considere o apoio de recursos externos à mesma (exógenos), desde que sejam *fertilizadores* dos endógenos, isto é, não se sobrepondo à comunidade e aos seus recursos mas sim reforçando-os e potenciando-os. Como tem sido possível verificar, mas como melhor se explorará ao longo do estudo, são sobretudo as pessoas os principais recursos a mobilizar, e é por esse motivo que Ander-Egg (2002) associa o Desenvolvimento Comunitário a uma metodologia de trabalho desde a sua base, afirmando a importância que a sensibilização e a motivação dos indivíduos e grupos da comunidade têm, enquanto veículos para desenvolver as suas potencialidades e que servirão para melhorar as suas condições de vida (p. 86).

Na mesma linha de Amaro e de Marchioni, Silva (1963) acentua o carácter transformador do Desenvolvimento Comunitário, dando ênfase à participação da comunidade:

“(…) se o desenvolvimento opera sempre uma transformação profunda dos indivíduos e dos grupos humanos, devem ser estes os autores dessa transformação – tomando consciência dela, escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a, que o mesmo é dizer que o desenvolvimento deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar, como é da índole do desenvolvimento comunitário” (p. 544).

Em tom de conclusão sobre a definição de Desenvolvimento Comunitário, poder-se-á dizer que “el desarrollo de la comunidad no es tanto una acción sobre la comunidad, cuanto una acción de la comunidad” (Ander-Egg 2003, p. 85), o que significa que a comunidade é central neste processo transformador, privilegiando-se a sua participação nas demandas por si consideradas, apoiada ou fertilizada por outros protagonistas.

Ao longo desta aproximação à definição do conceito, foi possível constatar que existem vários princípios basilares ao Desenvolvimento Comunitário e que se refletem em implicações metodológicas, aprofundando-os em seguida.

4. Princípios Estratégicos e Implicações Metodológicas do Desenvolvimento Comunitário

Existem alguns princípios estratégicos que orientam os processos de Desenvolvimento

Comunitário, tendo sido até agora enumerados alguns de forma mais explícita, como o da participação, mas também já se tendo referido outros de forma mais implícita, como é o caso da flexibilidade, dado que cada comunidade é única e não se podem aplicar “modelos” únicos a todas elas.

Já que “los principios, los métodos y la practica del desarrollo de la comunidad, son un punto de encuentro y convergencia” (Ander-Egg 2003, p. 81), apresenta-se no quadro 1.1.4.1 a relação entre os princípios do Desenvolvimento Comunitário e as suas implicações metodológicas, optando-se por apresentar em seguida brevemente apenas algumas delas, mas não todas¹⁷, focando-nos naquelas que, do ponto de vista analítico, se consideram mais pertinentes face à presente investigação, nomeadamente: o enraizamento da comunidade, a mobilização de capacidades endógenas e a articulação fertilizadora de recursos endógenos e exógenos, a capacitação e a autonomização, a flexibilidade de respostas e ações e a experimentação e inovação. Por sua vez, tendo em conta a centralidade dos princípios da *participação*, da *integração* e do *trabalho em parceria* neste estudo, os mesmos serão mais detalhadamente apresentados e explorados nos seguintes capítulos, focados nos conceitos de GC e de GLPP, por se considerar que a sua revisão teórica, ancorada a estes princípios, será mais rica e aprofundada.

Quadro 1.1.4.1. Relação entre os princípios estratégicos e metodológicos do Desenvolvimento Comunitário (adaptado de Nunes et al. 2017, p. 105).

Princípios Estratégicos	Implicações Metodológicas
Territorialização	Enraizamento da comunidade
Eficácia	Participação; Flexibilidade de respostas e ações; Experimentação e inovação; Planeamento; Avaliação; Conjugação de competências
Endogeneização	Mobilização de capacidades endógenas; Articulação fertilizadora de recursos endógenos e exógenos
Participação	Participação
Empowerment	Capacitação e autonomização
Integração	Abordagem integrada; Trabalho em parceria
Flexibilidade	Flexibilidade de respostas e ações; Experimentação e inovação; Planeamento; Avaliação; Conjugação de competências
Sustentabilidade	Participação; Planeamento; Avaliação

No princípio da *territorialização*, o território e a comunidade são assumidos como elementos

¹⁷ Para aprofundar os princípios e metodologias, e para um melhor entendimento da sua relação, vide Nunes et al. 2017, p. 97-105; Ferreira et al. 2017, p. 13-14.

basilares da intervenção numa perspectiva sociocultural e não administrativa, ou seja, como base para a criação ou reforço de uma identidade coletiva que possibilite a ação conjunta, tornando-se necessário adequar a escala territorial a esse pressuposto (sendo que, como já anteriormente exposto, dimensões de menor escala acolhem de melhor forma os processos de Desenvolvimento Comunitário). O enraizamento da comunidade, que decorre deste princípio estratégico, significa que o trabalho comunitário deve focar-se no território e na comunidade, trabalhando horizontalmente com esta e reconhecendo a sua identidade, não se limitando ao trabalho de gabinete.

Por *eficácia*, entende-se a centralidade que adquirem as respostas às *demandas* da comunidade (como vimos, as suas necessidades, problemas, aspirações, questões de interesse, entre outros), identificadas pela própria e não através de uma identificação técnica.

A *endogeneização* significa que se privilegiam os recursos endógenos, da comunidade, para responder às suas demandas, tornando-se fundamental a mobilização das capacidades e potencialidades endógenas, tais como os saberes, as competências técnicas e relacionais, entre várias outras que são convertidas em recursos, visando processos de organização coletivos de criação e coordenação de respostas. Apesar de se priorizarem estes recursos, os mesmos devem ser articulados e *fertilizados*, para reforçar a endogenia, por recursos exógenos (exteriores à comunidade e de várias naturezas possíveis, como humanos, financeiros, materiais, etc.), desde que sejam articulados na ótica de autonomização comunitária, reconhecendo-se as suas mais-valias.

Tal mobilização de capacidades e potencialidades locais associa-se ao princípio do *Empowerment*, sendo estas mobilizadas para a ação individual mas preferencialmente coletiva, num processo de capacitação (individual e/ou coletiva e de forma formal e/ou informal) que perspetiva uma crescente autonomização da comunidade e, idealmente, novas formas de poder¹⁸. Metodologicamente afasta-se da lógica assistencialista, optando-se por reunir as condições necessárias para reforçar a autonomia dos diferentes atores.

Conforme visto anteriormente, porque cada comunidade e território são únicos, não se devem assumir modelos únicos e rígidos, devido ao elevado risco de se serem desadequados à realidade, mas antes reconhecer e valorizar as suas características e especificidades e respeitar a diversidade local (de protagonistas e ritmos daquela comunidade), adaptando-se as soluções e respostas. Tal corresponde ao princípio da *flexibilidade*, orientado metodologicamente pela experimentação e inovação, sendo que o processo de adaptação (contínua) implica um olhar crítico constante sobre a realidade, uma permanente atualização do diagnóstico, e exercícios diários de criatividade e inovação.

Finalmente, e relembrando como Marchioni define Desenvolvimento Comunitário, o princípio da

¹⁸ No fundo, corresponde a este ideal um dos três tipos de *empowerment* que Friedmann (1996) distingue, nomeadamente o político, que se relaciona com o envolvimento das tomadas de decisão que influenciam direta ou indiretamente o quotidiano dos atores, o que implica a participação para aceder a informação e conhecimento (*empowerment* social). O *empowerment* psicológico, por sua vez, é como uma “primeira fase” destes, associado à autoconfiança e à autoestima.

sustentabilidade traduz-se na compreensão de que os seus resultados implicam prazos médios a longos, pois tratam-se de processos de mudança que implicam maturação e consolidação de práticas, não se procurando nestas experiências transformações superficiais e resultados rápidos com respostas de emergência mas sim resultados duradouros e sustentáveis, o que exige resistir à tentação e reconhecer que a mudança efetiva envolve esforço e dedicação e, por isso, tempo.

Além destes princípios, parece-nos relevante sublinhar a contribuição de Hermano Carmo (2001) quando se refere ao princípio da *universalidade*, o qual remete para a perspectiva de que o sucesso dos projetos de Desenvolvimento Comunitário só se torna real quando a intervenção se destina à globalidade daquela comunidade, e não apenas a alguns dos seus subgrupos (p. 6), o que de, de forma semelhante, é defendido por Amaro (2022) quando define o conceito de Desenvolvimento Comunitário, ao mencionar “(...) com impacto tendencial em toda a Comunidade (...)” (p. 207-208).

CAPÍTULO II. GRUPO(S) COMUNITÁRIO(S) (GC)

Este capítulo, dedicado ao conceito de Grupo Comunitário (GC), explora brevemente o aparecimento dos GC na primeira secção, sendo a segunda e a terceira destinadas à compreensão do conceito do ponto de vista teórico e conceptual e da sua operacionalização prática, respetivamente.

1. Surgimento dos Grupos Comunitários (GC)

É na década de 90 que se encontram diferentes experiências com traços idênticos, em diferentes áreas geográficas, que nos permitem definir o que é um GC – que, como se constatará seguidamente, tem como conceito de referência o Desenvolvimento Comunitário. Salientam-se, nesse âmbito, as seguintes experiências¹⁹: as “Mesas de Bairro” (Tables de Quartier) que nasceram em 2006, em bairros vulneráveis da cidade de Montréal (Quebeque); por influência das anteriores, as Tables de Quartier que surgiram em alguns bairros de França, em 2014; os “Comités de Bairro”, as “Assembleias Comunitárias” e as ressurgidas e revitalizadas, como se verá, “Associações de Vizinhos”, na Catalunha e especialmente em Barcelona, desde as crises financeiras de 2008 e do processo de reivindicação pela independência da Catalunha; os GC do Bairro da Graça e da zona da Ganda (Angola) criados em 2011 e 2019, respetivamente; e os GC de Porto Alegre e do Bairro da Boa Morte, nascidos em 2012, em São Tomé e Príncipe (Amaro 2018, p. 49-50; Ferreira and Amaro 2021, p. 96).

Sem as aprofundar, é importante referir que as experiências mais próximas daquilo que atualmente corresponde a um GC – com exceção, claro, das experiências acima enunciadas –, remontam à fase de maior afirmação do Desenvolvimento Comunitário, durante as décadas de 60 e 70, primeiro nos EUA e nos bairros de Barcelona e, depois, na América Latina. Nos EUA, destaca-

¹⁹ Sem mencionar as dos GC de Lisboa, que serão alvo de destaque.

se o Programa *New Frontiers*, que visava a melhoria das condições de vida de comunidades mais carenciadas, através do seu próprio envolvimento, entre outros programas que deram origem a “Conselhos de Vizinhança” e “Conselhos Consultivos de Vizinhança”. Nos bairros de Barcelona, por seu turno, surgiram os “Comités de Barrio” e as “Asociaciones de Vecinos”, com uma posição mais reivindicativa sobre os interesses coletivos²⁰. Já na América Latina, as experiências que mais se assemelham aos atuais GC foram influenciadas por Paulo Freire, com a Pedagogia do Oprimido e com a Educação Popular, e pelas correntes da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (Amaro 2018, p. 47-48).

A história dos GC em Portugal iniciou-se com a criação do primeiro GC na cidade de Lisboa, em 1993, e esta história continua a crescer, tendo o último sido constituído em 2023. Tendo em consideração o estudo de caso analisado no presente trabalho, que surge no âmbito de um dos GC de Lisboa, focamo-nos em seguida nos GC lisboetas, em particular nos que surgiram primeiro, considerando-os como mais pertinentes para a contextualização do estudo de caso. No anexo A, apresentam-se cronológica e geograficamente os GC localizados em Lisboa²¹, sendo que, tratando-se de processos dinâmicos, “no todo va a ser lineal y ascendente; habrá momentos de avances, otros de retroceso, momentos pacíficos y momentos conflictuales” (Marchioni 1999, p. 11), o que significa que muitos destes GC vão sofrendo mudanças, estando mais ou menos ativos ao longo do tempo²².

Os primeiros cinco GC a serem criados, entre 1993 e 1996, foram o GC do Bairro do Padre Cruz (GCPC), o GC da Horta Nova (GCHN), o GC da Quinta Grande (que influenciou, em parte, o atual GC da Alta de Lisboa), o GC das Galinheiras (atual GC Galinheiras/Ameixoeira)²³ e GC dos Lóios (GCL), tendo surgido por forte incentivo das equipas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), sobretudo através dos projetos promovidos no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (PNLCP). Nos casos dos GC de Carnide e da Horta Nova, foi através do Programa Integrado de Carnide (PIC) que se reuniram as condições necessárias para a sua criação; de forma semelhante, surgiram os GC da Quinta Grande e das Galinheiras, no âmbito do Projeto Integrado Ameixoeira-Charneca (PIAC); finalmente, por influência destes, foi criado o GC do Bairro dos Lóios, com o apoio ativo de uma das equipas da SCML (Ferreira and Amaro 2021, p. 77-78; Nunes et al. 2017, p. 73-74; Amaro 2022, p. 234-237). Verifica-se assim que os primeiros GC lisboetas surgem na fase de evidente reforço, através de fundos externos, das iniciativas de Desenvolvimento

²⁰ Note-se que, nos países ibéricos, o surgimento do Desenvolvimento Comunitário centrou-se frequentemente na participação dos cidadãos como combate pela democratização (Estivill 2020).

²¹ Na Área Metropolitana de Lisboa, existiam 25 GC e Redes Institucionais (RI), 19 dos quais em Lisboa, até à publicação de Amaro 2022 (contando com mais um, atualmente). Optou-se por apresentar apenas os GC e não as RI, assumindo a diferença entre ambos, referida adiante.

²² A título de exemplo, a interrupção e o regresso dos GC da Flamenga e do Condado, a existência efémera do GC do Bairro do Armador em 2006-2007 e a inatividade do GC de Santo António.

²³ A atual freguesia de Santa Clara é resultado da agregação das antigas freguesias da Ameixoeira e Charneca. Esta mudança também se fez sentir nos GC daquela zona, reconfigurados derivado dos processos de realojamento, sendo que o atual GCAL foi influenciado pelo GC da Quinta Grande (abrangendo também a Quinta da Pailepa e a Quinta do Louro) e o GCGA era o GC das Galinheiras, tendo incluído a Ameixoeira posteriormente, como se verá na apresentação do estudo de caso.

Comunitário – ou de Desenvolvimento Local, se considerarmos que nesta época o conceito alcançou o seu reconhecimento político-institucional, como visto antes, justamente por se apostar em programas deste tipo.

É verdade que, na década anterior, se assistiram a iniciativas relacionadas com Desenvolvimento Local, em território nacional, mas mais ligadas às “Estratégias Comunitárias de Base”, tais como o “Projeto RADIAL – Rede de Apoio ao Desenvolvimento Integrado do Algarve” (1985) e o “Projeto Experimental de Formação para o Desenvolvimento de Micro-Regiões Rurais” (1987) (Amaro 2022, p. 226-230).

Contudo, e apesar de os GC apenas se constituírem nos anos 90, são intervenções de décadas anteriores que mais contribuíram para a sua génese, destacando-se o Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Benedita e algumas intervenções sociais da SCML, como nos bairros do Cruzeiro (Ajuda) e do Padre Cruz (Carnide), nos anos 60 e 70 e, entre a década de 70 e 80, na Musgueira Sul e na Zona N2 (Chelas)²⁴ (Nunes et al. 2017, p. 31-32; p. 73-74; Amaro 2022, p. 211-215; p. 238). No geral, desde as intervenções pioneiras, passando pelos projetos que se seguiram nos anos 90, o foco das ações centrou-se em situações decorrentes ou associadas a processos de realojamento (Nunes et al. 2017, p. 75), não sendo por isso surpreendente que a maioria dos GC tenham como área de atuação bairros com habitação municipal.

Mas, afinal, do que se trata um GC? Procuramos dar resposta a essa questão em seguida, debruçando-nos sobre a sua definição.

2. Bases teóricas e conceptuais da definição de Grupo Comunitário

De acordo com Rogério Roque Amaro (2018),

um Grupo Comunitário (GC) é uma plataforma ou um ponto de encontro, para trabalho e Ação conjunta, entre o *Envolvimento Ativo da Comunidade*, designado por Participação, e o *Envolvimento Ativo das Instituições e Serviços* que nela intervêm, designado por Parceria, com vista ao Bem-Estar e ao Bem-Viver da Comunidade (p. 18).

Implícitos ao conceito, e como o autor assume, estão na base da sua definição, portanto, quatro componentes principais: a ação conjunta, a participação da comunidade, a parceria das instituições e serviços e o bem-estar da comunidade (*ibid.*). Tendo como principal conceito de referência o Desenvolvimento Comunitário, a definição de GC orienta-se naturalmente pelos seus princípios estratégicos e respetivas implicações metodológicas e, genericamente, as componentes que Amaro considera são-lhes correspondentes mas, antes de analisar brevemente esta relação, apresentam-se em seguida algumas considerações sobre o que define um GC, tomando a análise posterior mais sustentada.

Para Ander-Egg (2003), a articulação entre a administração local, os cidadãos e o terceiro setor

²⁴ Além das iniciativas de Desenvolvimento Local, nos anos 80 e 90, existem ainda outras, nas décadas de 60 e 70, que melhor traduzem os princípios do Desenvolvimento Comunitário, tendo-se aqui apenas identificado as mais relevantes do ponto de vista da origem dos GC. Vide Amaro 2022, p. 215-219.

“es una necesidad que aparece como insoslayable y beneficiosa para todos” (p. 132-133). O autor distingue dois grandes âmbitos de ação, o da sociedade política e o da sociedade civil, a que correspondem determinadas tarefas ou funções. Sendo mais preponderante apresentar quais os papéis de cada interveniente nos processos de Desenvolvimento Comunitário no capítulo seguinte, dedicado à GLPP, para já adianta-se apenas que, na perspetiva de Ander-Egg, cabe à sociedade civil a criação e a implementação de formas de participar no desenvolvimento local (articulados com o município, sem perder a sua identidade) e a coordenação entre organizações e movimentos sociais, defendendo que deve existir algum tipo de relação – de apoio recíproco, coordenação, articulação – entre a administração local e as ONGs populares e concertação entre as instituições e a sociedade civil (*ibid.*, p.131-134).

Esta necessidade de articulação e de coordenação, defendida pelo autor, é igualmente partilhada por Marchioni (1999). Quando o autor apresenta o seu entendimento sobre processos de intervenção comunitária, nomeadamente no que respeita às metodologias a aplicar, o mesmo identifica, entre outras, a necessidade de coordenação de recursos na comunidade, tarefa esta que deve ser assegurada por um “Comité Técnico Asesor”²⁵. Este Comité trata-se de um local de encontro entre diferentes atores (recursos) que, através da sua colaboração, visa a transmissão de informação, a análise de determinados temas/problemas e a realização de ações consideradas necessárias para a comunidade (p. 77). Considerando que para Marchioni, como brevemente mencionado antes, a intervenção comunitária implica o envolvimento da administração local, dos serviços (públicos e privados) que trabalham com a comunidade e da sociedade civil (ou seja, os “três protagonistas”), significa que este Comité expressa metodologicamente a perspetiva de Ander-Egg e corresponde, em linhas gerais, à definição de GC apresentada por Amaro²⁶.

Sendo impensável promover iniciativas de Desenvolvimento Local de forma isolada, torna-se então fundamental existir esta espécie de plataforma que coordene os recursos existentes através da articulação entre estes três protagonistas, sendo este um processo dialético, isto é, implicando uma relação onde cada um desempenha o seu papel de forma democrática e aberta (Marchioni, 1999). Considerando a diversidade de atores envolvidos nestes processos, e especificamente os diferentes técnicos, Marco Marchioni sublinha a importância de valorizar efetivamente estes recursos, superando-se a setorização existente, estando o sucesso da intervenção dependente do trabalho conjunto e coordenado (*ibid.*, p. 31) – ou, nas palavras de Amaro quando define GC, da ação conjunta.

Ao abordarem os principais objetivos dos GC, Ferreira and Amaro (2021) oferecem pistas sobre a sua definição, cujas ideias-chave são idênticas às que até aqui foram indicadas, referindo-se à

²⁵ Para uma consulta gráfica do processo de intervenção comunitária, defendido pelo autor, vide Marchioni 1999, p. 107.

²⁶ Amaro propõe uma outra configuração de protagonistas mas que, genericamente, corresponde aos mesmos, considerando antes os seguintes: comunidade, autoridades públicas ou Estado, ONGs (sem fins-lucrativos) e agentes económicos (com fins lucrativos). Para conhecer os “desdobramentos” destes protagonistas, vide Amaro 2018, p. 69-73.

colaboração entre moradores de uma comunidade, valorizando-se as suas competências e talentos, e instituições públicas e/ou privadas, definindo coletivamente objetivos para responder às dificuldades e desejos dessa comunidade (p. 73).

Em síntese, os autores citados apresentam uma linha comum que nos permite aproximar da noção de um GC, sendo possível compreender que a sua fórmula se traduz numa plataforma que reúne um conjunto diversificado de atores – poder local, instituições e serviços (públicos e privados) e sociedade civil (abrangendo indivíduos e diferentes tipos de coletivos, formais ou informais) – que, de forma articulada, e adotando uma abordagem integrada, mobilizam e coordenam recursos que visam o desenvolvimento daquela comunidade, procurando dar resposta às suas necessidades, problemas, aspirações, entre outras questões de interesse local.

Esta diversidade de atores (representantes do poder local, das instituições e serviços e da sociedade civil) é geralmente envolvida em GC através de autarquias, serviços da administração pública (incluindo empresas municipais), escolas, serviços de saúde, polícia, ONGs de várias áreas (educação, ambiente, cultura, etc.), organizações religiosas, delegações de organizações internacionais, empresas, coletivos locais, como associações de base local e grupos informais, e moradores a título individual (Ferreira and Amaro 2021, p. 72-73).

A realidade dos GC de Lisboa revela que cada vez mais se verifica o envolvimento do poder local nas suas dinâmicas, assinalando-se a importância política que os GC têm vindo a alcançar²⁷, embora a implicação de muitos outros atores ainda seja pontual, como é o caso dos serviços de saúde ou das escolas, indicando uma menor capacidade do que a esperada de adoção de uma abordagem mais multidimensional (Ferreira and Amaro 2021; Lima et al. 2021; Amaro 2022).

Constatando-se assim que os GC exigem a articulação entre esta diversidade de atores e a coordenação de recursos, visando-se por isso a adoção de uma visão integrada e não meramente setorial, torna-se agora pertinente apresentar, como mencionado anteriormente, um outro princípio estratégico do Desenvolvimento Comunitário, que é o da *integração* e, metodologicamente ancorado, o princípio da abordagem integrada.

O princípio da *integração* pressupõe o reconhecimento dos diferentes sistemas nos quais a sociedade se insere e das várias dimensões da vida existentes, sendo por isso possível assistir a múltiplas interações e combinações possíveis entre diferentes variáveis, pelo que se deve adotar uma abordagem holística da intervenção e uma visão multidimensional dos problemas e das respostas. Tal significa que as estratégias implementadas, no âmbito dos processos de Desenvolvimento Comunitário, devem ser igualmente multidimensionais, compreendendo-se a interdependência existente em diferentes áreas e dimensões, dispensando-se perspetivas mais setoriais (Nunes et al. 2017, p. 102-103; Ferreira et al. 2017, p. 14).

Uma vez que a realidade resulta de um conjunto de fatores interdependentes e

²⁷ Curiosamente, sem que os GC tenham figura jurídica, tratando-se de plataformas informais que assumem compromissos orais ou escritos (Amaro 2018, p.109).

interrelacionados, é por isso essencial que o trabalho comunitário, e neste caso um GC, se guie por uma visão global, já que as demandas da comunidade não se limitam somente a um aspecto da realidade. Estivill (2003) é muito claro quando ilustra situações cujo princípio da integração é fulcral, sendo necessárias “ações que ataquem em todas estas frentes”, quando por exemplo se confrontam situações como “insuficiência de rendimentos, habitações, degradadas, baixa escolarização e qualificação profissional, emprego precário, problemas de saúde, ausência de direitos, etc.” (p. 111).

Retomando brevemente a análise da relação entre a definição de GC e os princípios estratégicos e metodológicos do Desenvolvimento Comunitário, destaca-se o seguinte²⁸: de forma clara e inequívoca, a participação da comunidade e a parceria das instituições e serviços coincidem, respetivamente, com os princípios da participação do trabalho em parceria. A ação conjunta interliga-se com os princípios da integração e da endogeneização, nomeadamente, ao nível da abordagem integrada e da articulação fertilizadora de recursos endógenos e exógenos, sendo que esta é uma componente enriquecida pelas anteriores, mais específicas, isto é, pela participação e pela parceria. Por sua vez, ao bem-estar da comunidade associa-se sobretudo o princípio da eficácia, perspetivando-se a resposta às suas demandas.

Considerando esta correspondência entre os conceitos de GC e Desenvolvimento Comunitário, a partir dos princípios orientadores e metodológicos do último, e tendo-se definido mais conceptualmente o que é um GC, apresentam-se em seguida alguns aspetos que possibilitam um melhor entendimento de como esta plataforma funciona na prática, sendo que as características abaixo enunciadas permitem igualmente uma melhor compreensão da relação entre os conceitos.

3. Operacionalização e bases de funcionamento dos Grupos Comunitários

Os GC “foram e são uma das expressões mais interessantes das dinâmicas de Desenvolvimento Comunitário” (Amaro 2022, p. 238) e é genericamente através da sua metodologia que funcionam, sendo a sua intervenção guiada por um conjunto de componentes operacionais ou de etapas consecutivas que pode ser sistematizado da seguinte forma: (1) Informação geral e dinamização da comunidade; (2) Realização de diagnósticos comunitários da realidade (problemas, necessidades, recursos, etc.); (3) Planeamento das atividades a concretizar, considerando o diagnóstico realizado; (4) Implementação do plano de atividades elaborado; (5) Avaliação dos resultados²⁹ (Silva 1963; Ander-Egg 2003). Norteados por este conjunto de etapas, muitos GC de Lisboa têm contribuído significativamente para a melhoria das condições de vida das comunidades nos quais se inserem, através da cogestão de espaços comuns, da reivindicação de respostas comunitárias, do reforço das identidades comunitárias, entre outros (Amaro 2022, p. 260).

²⁸ Não significando isto que os outros princípios do Desenvolvimento Comunitário não se apliquem aos GC, mas fazendo aqui referência apenas àqueles que se destacam na sua definição mais sintética. Como poder-se-á verificar ao longo do estudo, centrado numa experiência promovida por um GC, todos os princípios do Desenvolvimento Comunitário são inerentes à definição de um GC.

²⁹ Para aprofundar a caracterização destas etapas, vide Silva 1963, p. 546; Ander-Egg 2003, p. 86.

Sendo a intervenção de um GC orientada por estas componentes operacionais ou etapas, resta saber de que forma, na prática, se operacionaliza a sua intervenção. Ainda que a sua forma de funcionamento deva ser definida “em conjunto e de forma democrática, se possível por consenso, por todos os seus membros” (Amaro 2018, p. 80), eis quatro referências-chave que um GC deve considerar³⁰, enquanto plataforma de ação conjunta para satisfazer as demandas da comunidade³¹:

- Periodicidade: esta plataforma deve reunir com uma periodicamente definida, sendo a mensal a mais comum entre os GC existentes, e as reuniões devem ser abertas a todos os que pertencem àquela comunidade, mas também a quem pretende apoiar as suas dinâmicas, fertilizando-as, como visto antes. Estas reuniões permitem a partilha de diferentes olhares sobre os problemas, desafios, potencialidades, recursos, entre outras questões de interesse local, daquela comunidade. Sublinhe-se, contudo, que os GC se organizam também em grupos de trabalho sobre determinadas temáticas, realizam atividades, eventos, etc., sendo as reuniões os momentos que devem ser privilegiados para diagnosticar, planear e avaliar em conjunto, debater temáticas e tomar decisões;
- Horários: as atividades comunitárias acontecem, regra geral, quando as pessoas dessa comunidade têm tempo livre. Isto significa que podem decorrer à tarde, noite, fins-de-semana ou feriados, o que não coincide com os horários dos técnicos que trabalham nas instituições e nos serviços, sendo esta uma questão controversa. Contudo, tratando-se um GC de uma expressão de Desenvolvimento Comunitário, e sendo a comunidade a protagonista central, os horários devem privilegiá-la;
- Locais: os locais devem ser adaptados às pessoas que participam e apropriados em termos de dimensão à quantidade de participantes, devendo igualmente serem locais “acolhedores”, isto é, onde os intervenientes se sintam confortáveis a participar e não constrangidos, pelo que a rotatividade de espaços poderá ser uma boa opção, ainda que dificulte a manutenção das rotinas do grupo. Há que salientar, a este respeito, que “se a montanha não vai a Maomé, vai Maomé à montanha”, ou seja, é necessário ir ao encontro das pessoas da comunidade, já que são elas o foco de interesse da intervenção;
- Modos de decisão: dado que os intervenientes representam poderes distintos (políticos, técnicos, científicos, de proximidade, entre outros³²), naturalmente existem diferentes tipos de influência, pelo que as decisões tomadas por consenso são as mais adequadas (mas também por vezes as mais difíceis), podendo as decisões ainda serem tomadas por votação, onde cada participante representa um voto.

Tendo estes elementos em jogo, é possível compreender que existem diferentes tipos de GC, com modos de operacionalização, funcionamento e regras distintos, mas é sobretudo com base nos

³⁰ Além destas, que se consideram mais pertinentes apresentar para o caso, existem outros aspetos relativos ao funcionamento dos GC que devem ser discutidos pelos mesmos, tais como os conteúdos das reuniões e a sua moderação/animação, entre outros.

³¹ Vide Amaro 2018, p. 80-86; Marchioni 1999, p. 13-17.

³² Para aprofundamento destes poderes, vide Amaro 2018, p. 103-104.

princípios da participação e da parceria que os podemos distinguir, já que dificilmente um GC pode ser muito participado se não reunir ou não dinamizar atividades em horários e locais que sejam convenientes à comunidade, por exemplo.

Como referido antes, distinguem-se dos GC as RI, sendo estas últimas redes constituídas por vários tipos de instituições e serviços que trabalham em articulação e em prol da satisfação das necessidades de uma determinada comunidade mas sem a sua participação, isto é, não a considerando de facto e trabalhando apenas em parceria. No entanto, é possível também encontrar o oposto, ou seja, grupos compostos apenas por pessoas da comunidade e que não trabalham com as instituições e os serviços, sendo a sua ação também limitada. Na verdade, e uma vez que um GC pressupõe a articulação entre ambos, como visto antes, estes dois exemplos não são GC embora muitas vezes se intitulem como tal. Entre estes extremos, é possível encontrar GC mais ou menos abertos às pessoas que vivem naquela comunidade (participação) e às instituições e serviços que intervêm no território (parceria) e, por isso, na verdade, expressando mais ou menos processos de Desenvolvimento Comunitário efetivos e eventuais experiências de GLPP, como melhor se compreenderá com o capítulo seguinte³³. Com base nestes pressupostos, resumidamente, encontram-se os seguintes tipos de envolvimento possíveis nos GC (excluindo, portanto, os casos extremos descritos acima)³⁴:

- GC com predominância de instituições e serviços ou de predominância de pessoas da comunidade, onde pessoas da comunidade ou instituições e serviços, respetivamente, participam por convite, após autorização do GC;
- GC que envolvem instituições e serviços e representantes de organizações formais e/ou informais da comunidade;
- GC abertos a qualquer instituição e serviço e elemento da comunidade (formal e/ou informal e coletivo e/ou individual)³⁵.

Por fim, definido o conceito de GC, compreendendo-se como se operacionaliza e tendo-se analisado de que forma interioriza os princípios do Desenvolvimento Comunitário, o próximo capítulo apresenta e explora o conceito de GLPP que, no fundo, representa o modelo daquilo que se espera de um GC pleno, aberto e democrático – que, justamente por ter estas características, se depara com dificuldades relacionadas com a interação entre os atores e o seu confronto de influências e poderes, além de outros obstáculos comuns aos GC, como a mobilização da comunidade e dos parceiros e o financiamento das suas iniciativas (Amaro 2018, p. 102).

CAPÍTULO III. GOVERNANÇA LOCAL PARTILHADA E PARTICIPATIVA

Subdividido em três secções, o último capítulo desta parte refere-se ao conceito de GLPP,

³³ Amaro apresenta um exercício onde os GC e RI da Área Metropolitana de Lisboa são avaliados em termos de participação e parceria. Para consulta, vide Amaro 2022, p. 254-258.

³⁴ Mais detalhadamente descritos em Amaro 2018, p. 73-74.

³⁵ Claro que existem casos de pessoas que assumem mais do que um papel num GC, como por exemplo um morador que faz parte de uma ONG ou trabalha numa instituição ou serviço.

começando-se por dar conta da importância do regresso dos “comuns” para este conceito, seguido de breves notas sobre a noção de Governança, terminando o capítulo ao explorar-se a definição de GLPP, destacando-se os princípios do trabalho em parceria e da participação.

1. O regresso dos “Comuns” e a sua ligação com os Grupos Comunitários (GC) e com a Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP)

O termo “comuns”, após cair em desuso com o início da industrialização e da privatização da terra, regressou a suscitar interesse no final dos anos 60 do século XX, quando Garrett Hardin argumentou, em “The Tragedy of the Commons”, que seria inevitável o esgotamento de bens e recursos caso fossem partilhados entre diferentes grupos, defendendo a sua gestão através de direitos de propriedade e abrindo espaço para soluções entre a privatização e a intervenção estatal autoritária (De Angelis 2019, p. 124-125; Harvey, 2011, p. 101; Ferreira and Amaro 2021, p. 87-88). Muito antes de sofrerem apropriação privada ou estatal, contudo, as terras e os recursos e bens daí resultantes eram apropriados e geridos coletivamente, pelas comunidades, sendo que os “comuns” remontam sobretudo à Idade Média, quando as “terras comunais” eram de uso comum dos camponeses do feudo para a agricultura e para construção de casas e outros espaços onde guardavam os animais e deles obtinham recursos, como carne e lã, servindo os “comuns” para a autossustentabilidade de famílias camponesas (Ferreira and Amaro 2021, p. 86).

Com a publicação de “Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action”, Elinor Ostrom vem abalar a perspetiva de Hardin, na década de 90, ao criticar a sua visão, por esta ter subestimado que as pessoas são, mais do que capazes, sensatas e competentes em decidir coletivamente as regras de acesso aos bens e recursos para benefício individual e coletivo. No entanto, a conceção de Ostrom sobre “comuns” é limitada, uma vez que maioritariamente se refere aos recursos naturais, como a terra, as florestas ou a água, desconsiderando por exemplo o conhecimento e os bens culturais (De Angelis 2019, p. 125; Harvey 2011, p. 103; Ferreira and Amaro 2021, p. 88-89).

Para Massimo de Angelis (2019), “comuns” pode ser qualquer recurso partilhado e entende-se como:

social systems formed by three basic interconnected elements: 1) a commonwealth, that is, a set of resources held in common and governed by 2) a community of commoners who also 3) engage in the praxis of commoning, or doing in common, which reproduces their lives in common and that of their commonwealth (p. 124).

Partilhando da mesma perspetiva, Rogério Roque Amaro (2018) designa “comuns” não apenas como recursos, bens, serviços e atividades que são fundamentais para a comunidade, como também as suas próprias formas de apropriação, utilização e gestão dos mesmos, pelo que a comunidade deve ser considerada – pelo menos, ao lado de outros atores, como empresas, ONGs e Estado (p. 28-30) –, ênfase que é igualmente encontrada na “Carta de los Comunes” (Miró 2018, p. 60).

Se considerarmos que os “comuns” correspondem, além dos recursos naturais, às línguas, às práticas sociais estabelecidas, aos modos como se definem as relações sociais, entre outros, compreendemos que estão continuamente a ser produzidos e que são, em princípio, abertos a todos (Harvey 2011, p. 103). Esta ideia de produção contínua dos “comuns”, de acesso aberto, tem vindo a observar-se nas reivindicações contemporâneas, deixando de se basearem tanto em direitos abstratos e invocando cada vez menos a “igualdade” para crescentemente se tonarem mais específicas quanto a bens materiais, argumentando-se que a riqueza da sociedade pertence a todos e deve ser partilhada pois é resultado da produção acumulada ao longo da História, devendo por isso ser gerida pela própria comunidade, por lhe pertencer, sendo cada indivíduo proprietário legítimo ou herdeiro daquilo que é produzido pela sociedade³⁶ (Ferguson 2015, p. 49-56; p. 184-186).

Rebecca Hollender (2016) distingue duas grandes variantes de “comuns”, com base no seu carácter transformador: “politics of the commons” e “commoning the political”. Na primeira, não-transformacional, as pessoas constroem novas formas de partilha de “comuns” para responder a situações momentâneas que interferem com o seu bem-estar, logo, não consubstanciando causas estruturais para os seus problemas. Na segunda, em oposição, procura-se uma transformação de longo-prazo que se relaciona de forma inevitável com intenções anticapitalistas, sendo que o que é tido em “comum” é o próprio processo político.

Apesar de limitar os “comuns” aos recursos naturais, “Governing the Commons” foi por isso um importante marco para o seu regresso, apresentando uma abordagem onde comunidade e sistemas de governança se interligam, com instrumentalidades que não são somente públicas ou privadas mas também coletivas e associativas (De Angelis 2019; Harvey 2011; Ferreira and Amaro 2021). Desde então, mas sobretudo a partir dos anos 2000, assiste-se ao surgimento de outras perspetivas sobre “comuns”, enquanto novas formas de governança inclusiva, autónoma e coletiva, fundamentadas por processos participativos e democráticos de produção e gestão que procuram o bem-estar das pessoas – motivo pelo qual Laville (2014, como citado em Miró 2018, p. 60) defende que é na crise da sinergia entre Estado e Mercado e entre Público e Privado que encontramos a (re)emergência de “comuns”, e que Amaro entende esta redescoberta como meio para um modelo alternativo, onde novos protagonismos são assumidos nas formas de propriedade, utilização e gestão comunitárias (De Angelis 2019; Hollender 2016; Amaro 2018b).

Enquanto alternativa ao capitalismo e ao neoliberalismo, os “comuns” tratam-se por isso de uma dinâmica viva de autogovernança de uma riqueza social que vai além de “todos los bienes son

³⁶ Há, portanto, uma interessante relação entre o conceito de “comuns” e as práticas de partilha que Widlok (2013) apresenta, sendo que para o autor a partilha trata-se de um fenómeno que tem por base a presença física, o relacionamento e a interação, rompendo com a abordagem mais convencional que assume as práticas de partilha com uma troca ou um presente. Para ilustrar a relação entre este princípio da presença e as práticas de partilha, Ferguson (2015) exemplifica-o através das “partilhas de demanda”: regressando ao acampamento, os caçadores partilham aquilo que caçaram com quem ali se encontra, não porque estes contribuíram diretamente para a caça mas porque, pela sua presença, têm legitimidade para exigir parte daquilo que foi caçado (p. 214).

susceptibles de ser comunes y gestionados colectivamente” (Miró 2018, p. 63), representando atualmente lutas que se centram na recuperação de bens comuns, na construção de relações comunitárias e na democratização de processos políticos, observando-se esforços na criação de estruturas e processos *bottom-up* que permitam que as decisões sejam tomadas ao nível mais local possível (Hollender 2016).

Com base nestas considerações, é possível então constatar que um GC é uma plataforma privilegiada para as lutas dos “comuns”, podendo desempenhar um papel central no que diz respeito ao seu acesso, apropriação, utilização e gestão, já que se tratam de recursos que são essenciais à comunidade e que por isso lhe dizem respeito. O modelo de GLPP, que conjuga as esferas estatal, privada e comunitária, beneficiando do regresso dos “comuns” ao realçar o papel das comunidades, apresentar-se-á na terceira secção deste capítulo, sendo a seguinte dedicada brevemente às primeiras abordagens do conceito de Governança.

2. Origens e primeiras abordagens do conceito de Governança

A partir das décadas de 70 e 80 do século XX, no quadro da viragem neoliberal, começa a vigorar a ideia de que as abordagens de gestão aplicadas no setor privado deveriam ser transpostas para a administração pública, com o objetivo de modernizar a gestão pública e, conseqüentemente, garantir o melhor funcionamento do Estado. A corrente da “nova gestão pública” (*new public management*), enfatizando a necessidade de melhorar o funcionamento do Estado, dadas as suas alegadas falhas na função de regulação social, vem introduzir um conjunto de alterações, tais como a fragmentação e compressão dos serviços públicos, através de reformas administrativas, orientadas para a redução da despesa pública, externalização de serviços para o mercado e maior controlo da eficiência das intervenções públicas (Ferreira 2009; Jessop 1998).

A partir da década seguinte, começam a emergir novas correntes que sustentam a necessidade de colocar em prática novos mecanismos de articulação política entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil, através de modelos de coordenação horizontal, ou seja, de governança, tendo o conceito sido revitalizado do ponto de vista político-institucional, no final da Guerra Fria, por entidades como o BM e o FMI, incidindo o foco sobre a transparência e a prestação de contas por parte dos órgãos de governação, fruto da perceção de que a maioria das crises dos países eram, na visão neoliberal, de natureza governativa (Ferreira 2009; Jessop, 1998; Guerra 2010; Estivill 2003; Rodrigues 2005; ONU 2006).

Neste contexto, sublinha-se uma mudança nas relações entre sociedade e Estado, onde este deixa de ser o “defensor dos interesses públicos, garante e organizador da proteção social, responsável pela distribuição e equiparação dos rendimentos, planeador e gestor das políticas sociais” (Estivill 2003, p. 69), entre outros, passando estes papéis a serem vistos como questões que dizem respeito à sociedade e, portanto, exigindo uma participação alargada de uma grande diversidade de atores e a responsabilização partilhada das tomadas de decisão (Ferreira 2009; Rodrigues 2005), razão pela qual Isabel Guerra (2010) considera que a governança parece tratar-

se de um “conceito-síntese respeitante às formas de evolução da ação pública nos sistemas políticos ditos de democracia madura” (p. 124).

Para José Manuel Henriques (2010),

‘Governança’ reflete a transição entre um modelo de regulação social assente no papel central do Estado (‘governança’) para um outro assente em parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais em que o Estado tem apenas tarefas de coordenação” (p. 37).

Sendo unânime de que se trata de um modelo que implica a articulação, mas justamente pelo facto de ser um conceito que apela ao envolvimento de vários atores, não é de todo consensual quais os seus protagonismos e influências, encontrando-se definições divergentes que se centram mais no papel da sociedade ou do Estado, encontrando-se ainda outras mais neutras e gerais, levando a que a noção de governança se torne vaga e ambígua³⁷, dificultando assim um entendimento mais claro sobre a partilha das tomadas de decisão, e correndo o risco de se popularizar com novas formas de institucionalização.

O ponto de vista de Gualini (2001) não parece ser ingénuo quando, ao referir-se à governança, menciona ser uma mudança que diz respeito “ao novo processo de governança... ou aos novos métodos através dos quais a sociedade é governada” (Rhodes *apud* Gualini 2001, citado em Guerra 2010, p. 124). Por um lado, apesar da descentralização a outros atores na sua concretização e adaptação, as políticas públicas são conduzidas pelo Estado e, por outro lado, é o Estado quem assume a definição do objeto de governança, a identificação de envolvidos no processo, as ligações adequadas, etc.³⁸, o que significa que o mesmo continua a ser o centro do poder político, liderando a definição de prioridades e objetivos (Estivill 2003; Guerra 2002; Ferreira 2009). No caso específico dos países “em desenvolvimento”, no âmbito dos programas de ajustamento estrutural, os Estados delegaram responsabilidades por imposição do BM e do FMI, mas esta aparente partilha de responsabilidades resultou, em boa verdade, na transferência de funções e de serviços que eram, outrora, da obrigação governamental (Bliss and Neumann 2008, p. 17).

Ainda que proporcione condições para a inclusão, o Estado produz também situações de pobreza e desigualdades sociais, com a liderança de políticas públicas com lógicas tantas vezes contraditórias que resultam, por exemplo, em efeitos inesperados e perversos, com diversos tipos de exclusão e favorecendo determinados grupos ou territórios em detrimento de outros (Estivill 2003). Nesse sentido, e apesar de se correr o risco de ser apropriada de diferentes formas, reside na governança a possibilidade de estimular novas formas de distribuição de poder, sendo possível através da participação de uma rede alargada de atores colmatar algumas das falhas inerentes à difícil coordenação de políticas públicas.

Provavelmente partilhando desta expectativa e devido à ambiguidade da noção de governança, Amaro (2018) propõe a sua adjetivação com o conceito de GLPP, “em consonância com os

³⁷ Veja-se, por exemplo, as definições apresentadas em ONU, 2006, p.3-4.

³⁸ Traduzindo a ideia de “metagovernança, ou seja, da governança da governança” (Ferreira 2009, p. 217).

conceitos e práticas de Desenvolvimento Comunitário e dos Comuns” (p. 34), o qual passamos a apresentar na secção seguinte.

3. Definição de Governança Local Partilhada e Participativa (GLPP)

A GLPP, “*uma responsabilidade conjunta de todos os/as protagonistas da Sociedade*” (Amaro 2022, p. 264), pode definir-se como um processo de coresponsabilização e cogestão (ou um modelo de gestão e regulação dos problemas, desafios e soluções), que não assenta no Mercado, nem apenas no Estado, e que de forma Partilhada – envolvendo o poder local, os serviços públicos desconcentrados, as empresas e Organizações da Sociedade Civil (OSC) – e de forma Participativa – contando com a participação da comunidade nas suas várias expressões, individuais e coletivas –, é experimentado e praticado a nível local (*ibid.*).

Em Lisboa, surgiu recentemente um processo de GLPP que envolve 15 GC e a Câmara Municipal de Lisboa [mais especificamente, o Departamento de Desenvolvimento Local (DDL)], assistindo-se ao debate de problemáticas e à identificação de soluções locais, mas transversais à cidade, que implicam a participação das comunidades e a parceria das instituições e serviços. Alguns dos seus principais resultados foram, ou ainda são, a presença de elementos do DDL nas reuniões dos GC, incluindo a da própria Vereadora³⁹, a coresponsabilização dos GC na emissão de pareceres sobre a atribuição de espaços municipais não-habitacionais, a constituição de um grupo de trabalho dedicado à temática das ocupações não-regularizadas das habitações municipais e das suas desocupações, envolvendo moradores representantes de diferentes GC na apresentação de propostas sobre estas situações, e a atribuição de “espaços-âncora” a cada um dos GC, com a respetiva cogestão (*ibid.* p. 266-267).

Com estes exemplos, mais do que teoricamente, é possível compreender que os GC são, na prática, plataformas que possibilitam a concretização de experiências que assentam neste inovador modelo de regulação de problemas, desafios e soluções (Amaro 2018, p. 125), e é precisamente sobre uma experiência de GLPP de um GC que a presente investigação se dedica, sendo a segunda parte da mesma focada na apresentação desse GC e do contexto em que se iniciou esse processo, ainda que antes seja preponderante focar em alguns aspetos associados a este modelo.

Tendo em conta a definição de GLPP, torna-se relevante considerar o termo de forma literal e compreender que Amaro tenciona sublinhar quatro grandes questões quando define este modelo (Amaro 2018, p. 34-35; 2020, p. 25; 2021, p. 264-265):

- Governança – por não assentar no Mercado ou no Estado (e não sendo por isso Governação);
- Local – pelo facto de ser um modelo que é aplicado localmente, em contexto de proximidade;
- Partilhada – porque conta com a parceria e cooperação entre as várias instituições e serviços, apelando-se à sua coresponsabilização;

³⁹ Vereadora Paula Marques, à data em funções como vereadora da Habitação e Desenvolvimento Local da CML.

- Participativa – por contar com o envolvimento ativo da comunidade, na regulação dos problemas e soluções, sendo a mesma considerada no diagnóstico, nas tomadas de decisão e na construção de soluções para fazer frente aos seus problemas e necessidades.

Poder-se-ia confundir este modelo com o de Governança Integrada mas a GLPP, além de descolar-se do termo “Governança”, geralmente mais associado à ação do Estado, pretende explicitar, fazendo uso dos adjetivos “partilhada” e “participativa”, que mobiliza as dimensões da parceria e da participação, respetivamente, que não são claras quando apenas se fala de Governança Integrada, correndo o risco de ser entendido de uma perspectiva mais tecnocrática da integração setorial. Ao destacar estes aspetos, o autor tenciona colocar em evidência que, neste conceito, estão intrínsecos os princípios estratégicos e metodológicos do trabalho em parceria e da participação, pelo que a GLPP se trata de um modelo inquestionavelmente marcado pelo Desenvolvimento Comunitário. É sobre esses princípios que nos debruçamos em seguida, sendo mais preponderante aprofundá-los neste contexto, como anteriormente referido.

3.1. Trabalho em Parceria

Com diferentes raízes, o termo “parceria” ganha particular destaque na década de 80 do século XX, na área social, passando a ser uma espécie de “requisito” de fundos e programas europeus, sendo sobretudo associado à ação local e às relações de cooperação (Estivill 2003, p. 112-114).

A definição do trabalho em parceria, também enquanto princípio metodológico inerente ao princípio estratégico da integração, é genericamente unânime e assenta na perspectiva de que é “difícil fazer progressos substanciais” (*ibid.* p. 113) sem a articulação permanente entre as instituições e serviços (portanto, sem um trabalho de continuidade e não de oportunidade), tornando-se necessário o estabelecimento de pontes e o trabalho em conjunto para a formulação e concretização de objetivos comuns, assumindo-se a partilha de informação e de conhecimentos mas também de tarefas que são desenvolvidas coletivamente, como a coordenação de recursos, a concretização dos diagnósticos, a realização do planeamento, execução e avaliação das ações e projetos, entre outras (Estivill 2003, p. 112-114; Marchioni 2003, p. 20; Nunes et al. 2017, p. 103-104; Amaro 2018, p. 24; p. 98-99; Ferreira and Amaro 2021, p. 72).

Tal como refere Estivill (2003), citando o seu trabalho anterior (1994), no trabalho em parceria, “cada agente mantém a sua individualidade na participação, o que inclui riscos e potenciais benefícios partilhados por todos os parceiros” (p. 113). De facto, quando adotada uma abordagem integrada e holística dos problemas e soluções, permitindo uma intervenção concertada mais rica e aprofundada nas suas várias dimensões, o trabalho em parceria integra várias potencialidades, ente elas a de criação de um novo modelo de governança partilhada, no caso de se verificar a superação de culturas institucionais parceladas e verticais (Nunes et al. 2017, p. 103-104), mas também

representa desafios, já que pode envolver diferentes “dificuldades, obstáculos, desvios e tentações” (Amaro 2018, p. 99-100), as quais, entre outras, podem ser agrupadas da seguinte forma⁴⁰:

- *Fachada* da parceria, isto é, quando se constroem pontes que não visam efetivamente a cooperação mas que se estabelecem porque é de “bom-tom”, pela necessidade inerente a financiamentos ou por benefícios particulares, posição esta que geralmente traduz superficialidade na presença e, portanto, pouco comprometimento;
- Descrédito da comunidade ou de parceiros de menor peso institucional, resultando num eventual assistencialismo, por se considerar que não detêm do mesmo nível de conhecimentos ou influência, e/ou na transformação do espaço de parceria num espaço de divulgação das suas próprias iniciativas, projetos e atividades;
- Aproveitamento político, sendo que o trabalho em parceria deve implicar responsáveis políticos mas sem que se verifique manipulação partidária e/ou transformação dos espaços de construção em palcos para expressões político-partidárias;
- Atrasos nas tomadas de decisões, que muitas vezes são urgentes para a comunidade, sobretudo associados à necessidade de consultar as hierarquias;
- Impaciência quanto aos resultados, sendo frequente que os mesmos demorem a ser alcançados, já que se trata de um trabalho complexo e lento que exige tempo e persistência, como visto no primeiro capítulo.

Em síntese, torna-se essencial que a relação desta rede se pautar pela horizontalidade e pelo respeito, desenvolvendo-se um equilíbrio de interesses comuns (privilegiando sempre a comunidade), que evoque um “centro evidente” (Estivill 2003, p. 114) das interações entre instituições e serviços. Por um lado, sendo certo que os desafios enunciados podem ser mais frequentes em determinadas culturas organizacionais, é também justo referir, por outro lado, que as características de cada profissional envolvido no trabalho em parceria são determinantes, podendo ou não condicionar os desafios descritos (Amaro 2018, p. 101).

Apesar de cada um ter o seu papel no âmbito da intervenção comunitária, deve salientar-se que a administração/poder local, ou “sociedade política” nas palavras de Ander-Egg, tem a capacidade (e responsabilidade, no nosso ponto de vista) de formular políticas públicas que promovam o Desenvolvimento Comunitário, de criar canais e mecanismos que potenciem a participação cidadã, e de fornecer apoio técnico e financeiro, pelo que a articulação e a negociação entre estes atores podem em muito contribuir para viabilizar e apoiar as demandas comunitárias⁴¹ (Marchioni 1999, p. 29; Ander-Egg 2003, p. 134; Amaro 2018, p. 27; p. 66). Por sua vez, as ONG e outras instituições e serviços assumem também importantes funções que passam, por exemplo, pela intermediação entre diferentes atores, mas sobretudo entre o poder local e a comunidade, por ações de *lobbying*

⁴⁰ Vide Amaro 2018, p. 99-101; p. 128; Estivill 2003, p. 114-115.

⁴¹ Razão pela qual o reconhecimento político da existência e importância dos GC é tão importante e, como visto anteriormente, é crescente na cidade de Lisboa.

e de *advocacy*, pela animação das dinâmicas e processos do trabalho conjunto e, à semelhança do poder local, pela disponibilização de apoios técnicos e/ou financeiros (Amaro 2018, p. 131-132).

Por último, como protagonista central, temos a comunidade. Como referido ao longo do trabalho, o Desenvolvimento Comunitário assenta – entre outros, mas em grande peso – na parceria das instituições e serviços e na participação da comunidade, sendo sobre a última que nos focamos em seguida, enquanto elemento fulcral da GLPP, da dinâmica dos GC e enquanto princípio-chave do Desenvolvimento Comunitário.

3.2. Participação

Antes de mais, torna-se imperativo sublinhar que a participação é, por si só, um tema incontornável no âmbito do Desenvolvimento Comunitário e que suscita uma reflexão e análise extensas, dada a sua centralidade para a intervenção, o que significa que aquilo que se apresenta em seguida são apenas algumas considerações sobre esta temática, não dispensando de maior aprofundamento.

O Desenvolvimento Comunitário pressupõe a existência de uma abertura efetiva, o que se traduz numa participação livre e voluntária dos seus protagonistas, com o empenhamento do tecido institucional e com o envolvimento ativo da comunidade, nas suas várias expressões, individuais e coletivas, nas diferentes fases dos processos de Desenvolvimento Comunitário, isto é, na elaboração dos diagnósticos, na identificação de soluções e no respetivo planeamento, implementação e avaliação das mesmas (Ferreira et al. 2017, p. 14; Nunes et al. 2017, p. 98; Ferreira and Amaro 2021, p. 71). Mais importante do que contar com as instituições e serviços, é decisiva a participação da comunidade nestes processos pois, sem o seu envolvimento, os mesmos tornam-se inevitavelmente assistencialistas, pelo facto de a comunidade depender de decisões tomadas por outros, reduzindo-a a uma mera espectadora das consequências que essas decisões têm nas suas vidas (Nunes et al. 2017, p. 101-102; Marchioni 2003, p. 16).

Em suma, “el proceso comunitario es un proceso participativo. Sin participación no hay proceso” (Marchioni 2003, p. 16), o que revela de forma inequívoca o peso significativo que este princípio assume na estratégia inerente aos processos de Desenvolvimento Comunitário e a importância de aplicação de metodologias participativas, ao longo dos mesmos e em todas as suas fases. No entanto, “decir o pensar que toda la comunidad participa no es una utopía sino una estupidez” (*ibid.*) pois, como veremos adiante, são diversos os obstáculos e desafios que se colocam à participação da comunidade.

A interpretação do que significa participar, contudo, é variável pelos diferentes entendimentos que o conceito de participação tem, tornando-se ambíguo. No âmbito do Desenvolvimento Comunitário, tem-se assistido ao longo do tempo a mudanças nos modos como esta noção é encarada, registando-se tanto momentos de reconhecimento da participação como forma de implicar ativamente a comunidade nos processos comunitários, associando-a ao *empowerment* e à capacitação, como a momentos em que a participação se transforma num instrumento de expressão

de interesses, portanto, assumindo-se uma visão mais tecnocrática do conceito⁴² (Estivill 2003, p. 116). É precisamente a este nível que o debate sobre a participação é mais tenso, encontrando-se uma grande divergência entre autores que a definem com um carácter mais ou menos consultivo e, portanto, com um maior ou menor controlo e influência nas decisões, variando assim os seus entendimentos teóricos e respetivas implicações práticas.

Durante os anos 60 do século XX, a participação era sobretudo circunscrita ao ato eleitoral (Bliss and Neumann 2008, p. 13), mas é no final dessa década, mais precisamente em 1969, que surge um dos mais influentes artigos sobre a participação, “A Ladder Of Citizen Participation”, de Sherry Arnstein. A autora distingue oito níveis de participação (ou patamares) numa classificação ascendente, agrupada em três blocos (“nonparticipation”, “degrees of tokenism” e “degrees of citizen power”), sendo a “manipulação” o nível base, ainda no conjunto de “nonparticipation”, e o “controlo cidadão” o patamar mais elevado do que representa uma participação efetiva, sendo que, para Arnstein (1969), à participação está intrínseca a redistribuição de poder que permite que os cidadãos deixem de ser excluídos dos processos que lhes dizem respeito e têm impacte nas suas vidas.

Após esta publicação, vários autores têm-se debruçado sobre os diferentes tipos de participação possíveis e construído as suas próprias tipologias, sendo exemplos disso Archon Fung (2006) e Sarah White (1996). O primeiro apresenta um modelo que se traduz num espaço tridimensional (“Democratic Cube”), ao cruzar três dimensões de análise (“participant selection”, “communicative mode” e “extent of influence”), sendo possível distinguir vários mecanismos participativos e arranjos mais institucionais. White (1996), por sua vez, apresenta quatro tipos de participação, associando-lhes diferentes funções e interesses: A “nominal” reflete a necessidade de as instituições e serviços ganharem legitimidade para o financiamento dos seus projetos, contabilizando-se alguns participantes nos mesmos para demonstrarem que contam com uma massa popular e que estão a “fazer serviço”; a “instrumental” associa-se sobretudo a mão-de-obra, invocando-se a participação das pessoas numa lógica de custo/eficácia que não valoriza de facto a sua participação; no terceiro tipo (“representative”), os participantes ganham voz ao exprimir os seus interesses, podendo influenciar as decisões tomadas; por último, na “transformative”, “*participation is therefore at one and the same time a means to empowerment and an end in itself*” (p. 147), pressupondo o envolvimento das pessoas nas tomadas de decisão e nas ações coletivas, tornando-se processos contínuos de transformação da realidade (*ibid.*, p. 144-147).

Embora se associem às tipologias de participação diferentes dimensões e esferas de análise, é possível compreender que, genericamente, encontramos os mesmos tipos de participação, ainda

⁴² Esta visão mais tecnocrática é sobretudo visível durante a década de 80, representativa de uma participação *mainstream* pelo facto de se aplicarem frequentemente “metodologias participativas” em processos de Desenvolvimento Comunitário mas muitas vezes sem real impacto na vida dos participantes, sendo uma espécie de *slogan* político para angariação de fundos por parte de instituições promotoras de projetos de Desenvolvimento Comunitário, o que conduziu não apenas a uma certa banalização do termo como a um certo descrédito dos projetos participativos, por parte das comunidades (Bliss and Neumann 2008, p. 16).

que nomeados de diferentes formas, e que os mesmos se polarizam entre abordagens mais tecnocráticas, privilegiando-se métodos como a partilha de informação e a consulta, portanto, mais superficiais, e abordagens mais centradas nas pessoas, que visam a sua capacitação e *empowerment*, atribuindo-lhes poder e controlo efetivo sobre as suas vidas, ou seja, abordagens mais emancipatórias e democráticas⁴³.

Quando as abordagens da participação enfatizam formas de envolvimento mais ativas, são várias as vantagens que a participação representa, além da redistribuição das formas de poder, traduzindo-se quer no *empowerment* dos elementos da comunidade, quer no reforço da cidadania, quer no aumento da justiça social, podendo atenuar ou resolver efeitos perversos de ações de instituições e serviços (Ferreira and Amaro 2021, p. 71; Fung 2006, p. 74). Contudo, à semelhança do trabalho em parceria, também os processos participativos implicam um conjunto de obstáculos e dificuldades que podem ser sistematizados da seguinte forma⁴⁴:

- Por parte da comunidade, a passividade e inação, por descrença nos projetos, pela reduzida cultura participativa, por conformismo e rendição ao assistencialismo, por escassez de autoestima, por cansaço ou frustração perante os resultados, e pela desvalorização ou dispensa das ações do poder local, numa postura “anti-Estado”;
- Por parte das instituições e serviços e do poder local, a resistência à distribuição do poder, a adoção de soluções generalistas que não se aplicam a casos concretos, a subordinação aos prazos dos financiamentos ou objetivos políticos, a limitação de interação com os elementos da comunidade proveniente dos seus locais e horários de trabalho, a adoção de uma postura assistencialista, a interpretação da participação como simples adesão, e não visando o *empowerment* da comunidade, e a desvalorização dos saberes e conhecimentos da mesma, em detrimento da sobrevalorização dos seus conhecimentos técnicos e científicos.

Como mencionado no início desta secção, a temática da participação requer uma especial atenção, já que é central nos processos de Desenvolvimento Comunitário, mas essencialmente pretendeu-se demonstrar que a participação pode ser vista de diferentes formas, com implicações que muitas vezes deturpam o sentido daquilo que se espera da intervenção comunitária, enquanto processo que assenta sobretudo na comunidade não apenas como beneficiária da ação mas como agente do seu próprio desenvolvimento, pelo que a abordagem da participação que se privilegia nestes contextos é sobretudo associada ao *empowerment*.

⁴³ A título de exemplo, quando brevemente se dedica ao tema da participação, Jordi Estivill (2003) distingue cinco níveis, entre os quais o acesso à informação, como um requisito base para participar, a consulta, enquanto forma de influenciar decisões mas não implicando o envolvimento ativo nos processos, e o envolvimento na tomada de decisões que influenciam de facto as vidas das pessoas da comunidade, atribuindo-lhes poder (p. 116-118).

⁴⁴ Vide Amaro 2018, p. 94-96; p. 128-129; Marchioni 2003, p. 16.

PARTE 2. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

A parte que se segue é constituída por três capítulos, sendo o primeiro relacionado com a metodologia adotada para a investigação, o segundo dedicado à apresentação do estudo de caso, dando a conhecer o território em análise e o âmbito e o contexto em que surgiu a ECAR, e o terceiro debruçado sobre a apresentação e a análise dos resultados obtidos através das técnicas de investigação utilizadas.

CAPÍTULO I. MODELO ANALÍTICO E METODOLOGIA ADOTADA

O presente capítulo apresenta, na primeira secção, a questão de partida que conduziu o estudo, os objetivos específicos definidos para lhe dar resposta e o modelo analítico em que assentou a investigação. A segunda secção, por sua vez, fundamenta a metodologia adotada para o estudo em análise, apresentando-se os métodos, as técnicas de investigação, os indicadores e as fontes de informação privilegiadas, bem como o modo como se efetuou a análise dos resultados recolhidos.

1. Modelo analítico

O presente estudo centra-se sobre uma experiência decorrida na zona das Galinheiras, na fase de eclosão da Covid-19 e, mais especificamente, a partir do momento em que se registou um maior número de casos de infeção no território, originando a constituição de uma equipa, no âmbito do GCGA, que acompanhou, de forma próxima e permanente, as pessoas vítimas de infeção por Covid-19 e as suas famílias, tendo-se denominado entretanto como ECAR.

Ao conjugar o trabalho em parceria das instituições e serviços e a participação ativa de elementos da comunidade, para fazer frente aos múltiplos desafios que surgiram ou se intensificaram neste contexto, esta experiência local guiou-se por um conjunto de princípios, ao longo da sua intervenção, que acreditamos serem contributos para o modelo de GLPP e, daí derivou a seguinte questão de partida: *“Em que medida o processo e a experiência de ação da ECAR foram inovadores como contributos para um modelo de GLPP?”*. Para responder a esta questão, foi construído um modelo analítico norteado por dois objetivos específicos, centrados na inovação deste processo, procurando-se aferir:

1. Inovação no modo como se conjugou a participação da comunidade e a parceria das instituições e serviços⁴⁵, para enfrentar as dificuldades e os desafios que surgiram neste período, tendo em conta as características e os papéis de cada uma das partes envolvidas e os condicionalismos deontológicos que lhe estão associados;
2. Inovação ao nível da articulação entre os diferentes atores (moradores, voluntários, instituições e serviços) para a satisfação das necessidades e problemas diagnosticados, de forma integrada, adotando-se uma abordagem holística dos problemas e das respostas, tendo em conta a sua natureza e urgência.

⁴⁵ Daqui em diante, quando se referir instituições e serviços, incluem-se as instituições do poder local, fazendo a distinção entre eles apenas em casos específicos, em que seja pertinente para a análise.

Tratando-se esta experiência de um processo de Desenvolvimento Comunitário que ocorreu no seio de um GC, e acreditando ter-se tratado de uma intervenção que correspondeu a um modelo de GLPP, os três conceitos principais que conduziram a análise foram aqueles que foram explorados na primeira parte deste trabalho, ou seja, Desenvolvimento Comunitário, GC e GLPP. Como foi possível verificar, todos eles se interligam, sendo os dois últimos, no fundo, expressões do Desenvolvimento Comunitário: os GC, enquanto plataformas de ação local que visam o desenvolvimento desses territórios, tendo como referência os princípios do Desenvolvimento Comunitário; e a GLPP, enquanto modelo de governança que melhor se adequa a áreas geográficas de pequenas dimensões (como as áreas de abrangência dos GC) e que melhor representa o princípio da integração, beneficiando da participação da comunidade e do trabalho em parceria.

Daí que as dimensões de análise selecionadas para a pesquisa tenham sido, naturalmente, comuns aos três conceitos, correspondendo aos princípios estratégicos e metodológicos do Desenvolvimento Comunitário, sendo privilegiados os princípios da visão integrada, da participação e do trabalho em parceria, considerando o âmbito da investigação, apesar de se considerarem outros princípios que foram apresentados na primeira parte do trabalho, como se verá em seguida.

No quadro 2.1.1., apresenta-se o modelo analítico que deu corpo ao presente estudo, tendo-se selecionando um conjunto de indicadores para cada uma das dimensões de análise e respetivas fontes de informação e técnicas de investigação prioritizadas⁴⁶.

De referir que, no que diz respeito à dimensão de análise “sustentabilidade”, procurou-se compreender se o modelo adotado pela ECAR foi, de alguma forma, transportado para as dinâmicas locais, pretendendo-se aferir se a intervenção teve ou não continuidade e/ou se foi replicada.

⁴⁶ Para facilitar a leitura do quadro, optou-se por não incluir os objetivos específicos e os conceitos (GLPP, GC e Desenvolvimento Comunitário), mencionados anteriormente, apresentando apenas as dimensões de análise e respetivos indicadores, fontes de informação e técnicas privilegiadas.

Quadro 2.I.1. Modelo Analítico.

Dimensões de análise	Indicadores	Fontes de informação	Técnicas
Visão Integrada	N.º de ações integradas realizadas	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatórios de avaliação do GCGA; - Relatório institucional da ECAR;	- Análise documental
	Aplicação de uma abordagem holística	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Análise documental - Entrevistas - <i>Focus Group</i>
	Constrangimentos a visão integrada	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Análise documental - Entrevista - <i>Focus Group</i>
Participação	N.º de moradores envolvidos	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021).	- Análise documental
	Tipologia dos participantes	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatórios de avaliação do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021); - Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Análise documental - Entrevista - <i>Focus Group</i>
	Perceções sobre a participação da comunidade	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>
	Constrangimentos à participação	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>
	Tipos de envolvimento na tomada de decisão	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>
Parceria	N.º de parceiros envolvidos	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatórios de avaliação do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021).	- Análise documental
	Tipologia dos parceiros: a) área de atuação; b) participação pontual vs contínua; c) posicionamento	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021); - Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Análise documental; - Entrevista - <i>Focus Group</i>
	Perceções sobre a parceria	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>

	Constrangimentos à parceria	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>
	Tipos de envolvimento na tomada de decisão	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA; - Registos das reuniões do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i> - Análise documental
Satisfação das necessidades	N.º de pessoas/famílias acompanhadas	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021).	- Análise documental
	Tipologia de necessidades existentes	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021).	- Análise documental - Entrevista - <i>Focus Group</i>
	Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas)	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA; - Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR;	- Entrevista - <i>Focus Group</i> - Análise documental
Mobilização de recursos locais	Tipologia de recursos mobilizados (recursos endógenos vs exógenos)	- Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021). - Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Análise documental - Entrevista - <i>Focus Group</i>
	Valorização dos recursos locais mobilizados	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>
Territorialização	Exemplos de enraizamento e ligação ao território	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>
<i>Empowerment</i>	Balanço dos processos de <i>empowerment</i> como resultado da experiência da ECAR	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>
Sustentabilidade	N.º de ações desencadeadas pela experiência da ECAR	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021).	- Análise documental
	Tipos de ações desencadeadas pela experiência da ECAR	- Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Entrevista - <i>Focus Group</i>
	Balanço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR	- Registos das reuniões do GCGA; - Relatório institucional da ECAR; - Lima et al. (2021); - Elementos da ECAR e Técnicos do GCGA;	- Análise documental - Entrevista

2. Metodologia adotada

Atendendo à importância do contexto para a experiência em análise, a presente pesquisa foi conduzida pela metodologia do estudo de caso, isto é, por uma investigação empírica que não se foca apenas no fenómeno estudado como também no contexto em que teve origem e se desenvolveu, pretendendo-se analisar a realidade de forma global e compreender as problemáticas inerentes de forma mais ampla, através de um caso particular (Meirinhos and Osório 2010, p. 53-54; p. 58). Considerando os objetivos da pesquisa, e pretendendo-se analisar em profundidade o objeto de análise segundo vários ângulos, recorreu-se a diferentes técnicas de recolha de informação, privilegiando-se a pesquisa qualitativa intensiva (Almeida 1994, p. 198).

Uma das técnicas de investigação adotadas correspondeu à aplicação de entrevistas semi-diretivas (*ibid.*, p. 211-212), tendo os entrevistados sido criteriosamente selecionados de acordo com os papéis que assumiram no processo em análise e atendendo à importância de atingir um equilíbrio de representatividade. Nesse sentido, entrevistaram-se três elementos da ECAR, especificamente, um morador, um voluntário e um técnico, e três técnicos de instituições e serviços que fazem parte do GCGA, sendo cada um deles representante de diferentes áreas de atuação e que se consideram como sendo as mais pertinentes para a investigação: um representante do poder local, um representante de um serviço na área da saúde e um representante de uma instituição na área do apoio social. Em síntese, os entrevistados, estando mais ou menos envolvidos na experiência em estudo, são pessoas que “pela sua posição, ação ou responsabilidades, têm um bom conhecimento do problema”, procurando-se conhecer as suas opiniões sobre a experiência em análise (Quivy and Campenhoudt 1998, p. 71-72; Almeida 1994, p. 211).

Dado que o estudo é centrado nesta experiência local, considerou-se também relevante a realização de um *focus group* com a presença dos elementos da ECAR, enquanto instrumento de triangulação de análise, permitindo aprofundar o conhecimento sobre este processo, mas sem se sobrepor ao conteúdo recolhido através das entrevistas e da análise documental, considerando-se vantajoso o recurso a mais do que uma fonte de informação para aumentar a fiabilidade dos dados obtidos (Meirinhos and Osório 2010, p. 60).

Apesar de corresponderem a diferentes processos de recolha de informação, os tópicos abordados foram idênticos na utilização de ambas as técnicas, embora as entrevistas tenham sido conduzidas através de questões específicas⁴⁷ e o *focus group* tenha sido dinamizado através de seis blocos de temas⁴⁸, solicitando-se comentários aos participantes, tendo a dinâmica deste sido pautada por uma maior flexibilidade, como é habitual num *focus group*, ao contrário das entrevistas, que foram mais direcionadas.

⁴⁷ Para consultar o guião de entrevista utilizado, vide anexo B.

⁴⁸ Estes blocos de temas corresponderam aos seguintes: (1) Tipos de participantes que fizeram parte da experiência; (2) Participação da comunidade; (3) Parceria das instituições/serviços; (4) Bloqueios à participação da comunidade e/ou à parceria das instituições/serviços; (5) Principais necessidades existentes e a sua resolução e (6) Continuidade da experiência em algum tipo de processo ou ação. Vide anexo J para consultar a análise do *focus group*.

Para analisar o conteúdo da informação recolhida nas entrevistas, após se ter transcrito o essencial a partir das gravações das mesmas, recorreu-se à categorização e codificação, tentando não o fazer por si só, arriscando “perder” o panorama geral, mas tendo em consideração padrões e momentos críticos significativos para a realidade em análise, procurando distinguir as dimensões principais do objeto de estudo (Boellstorf et al. 2012, p. 166; Quivy and Campenhoudt 1998, p. 83). Assim, realizou-se primeiramente uma análise de forma individual (vertical) a partir do relato de cada um dos entrevistados, elaborando-se categorias de análise – agrupadas quando tratavam de aspetos semelhantes –, que foram posteriormente comparadas e cruzadas entre os diferentes entrevistados, registando-se também a frequência com que essas dimensões surgiam, priorizando-se uma análise categorial⁴⁹ (Burgess 1984, p. 193; Quivy and Campenhoudt 1998, p. 228).

Recorrendo-se também à categorização do material recolhido através da dinamização do *focus group*, igualmente transcrito e gravado, a análise desta dinâmica foi, contudo, efetuada com um carácter mais global do que na análise das entrevistas, ao procurar-se “um todo”, analisando-se os pontos de convergência e de divergência entre os participantes relativamente aos tópicos abordados.

Além destas técnicas, a investigação foi complementada por alguns documentos que sustentaram a contextualização do estudo de caso e a análise dos resultados, essencialmente relatórios com dados sobre o território e, sobretudo, documentos produzidos no âmbito do trabalho do GCGA, o que significa que se utilizaram documentos com informação mais abrangente e com informação mais aprofundada, respetivamente (Almeida 1994, p. 213). Os documentos usados com informação mais específica sobre o objeto de análise foram os seguintes: a) registos das reuniões do GCGA, compreendidas entre abril de 2020 e abril de 2021, assumindo-se como a fase mais ativa da ECAR; b) relatório institucional sobre a ECAR⁵⁰; c) “Breve Retrospectiva de 2020” e “Breve Retrospectiva de 2021”, dois relatórios de avaliação do trabalho desenvolvido pelo GCGA nos anos 2020 e 2021, respetivamente; e d) candidatura do projeto “COMVIV-20 – Comunidade Viva!”, no âmbito do Programa Bairros Saudáveis, promovido pelo GCGA.

Apesar das vantagens inerentes à observação participante, que permite obter informações mais ricas e aprofundadas (Almeida 1994, p. 213), decidiu-se não recorrer a esta técnica. Em primeiro lugar, o envolvimento nesta experiência não foi intencional do ponto de vista desse objetivo, isto é, não estava inerente à nossa participação no processo a realização de qualquer investigação

⁴⁹ Conforme prática corrente de análise de conteúdo, destacaram-se as pistas de investigação mais relevantes, ancoradas aos dados obtidos, da seguinte forma: para as questões colocadas, recolheram-se os excertos das respostas de cada entrevistado mais pertinentes para o estudo, procedendo-se à sistematização dessa informação através de categorias de análise – análise vertical (anexos C a H). Por sua vez, o anexo I, tratando-se do instrumento de análise comparativo das entrevistas, reúne a lista de categorizações realizada na análise vertical, numa das colunas, e na outra coluna a lista final de categorias identificadas – isto é, agrupando algumas semelhantes, e o número de vezes que surgem, permitindo compreender tendências (Burgess 1984, p. 193; Quivy 1998, p. 83; p. 228).

⁵⁰ É importante realçar que, apesar de este relatório ter sido redigido pela equipa, o mesmo foi validado pelo GCGA e foi, conforme votado em reunião plenária, enviado às várias entidades envolvidas neste processo, as quais se apresentam adiante.

académica. Em segundo lugar, mesmo recordando aquilo que foi vivido e observado, optou-se deliberadamente por não usar esse conhecimento como contributo para a análise dos resultados, considerando-se cientificamente mais adequado e rigoroso não o fazer.

CAPÍTULO II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

O capítulo seguinte dedica-se à apresentação (a) do território onde a experiência investigada se desenvolveu, (b) do Grupo Comunitário Galinheiras/Ameixoeira (GCGA), tendo sido no seu seio que a intervenção ocorreu, e (c) da ECAR, dando brevemente conta do surgimento da equipa e da sua missão, possibilitando uma melhor compreensão e interpretação do capítulo seguinte, que se debruça sobre a apresentação e análise dos dados obtidos.

1. Ameixoeira, Galinheiras e Quinta da Torrinha – breve aproximação ao território

Os bairros da Ameixoeira, Galinheiras e Quinta da Torrinha situam-se na periferia norte da cidade de Lisboa, na atual freguesia de Santa Clara, uma zona de correntes migratórias desde há décadas, tratando-se de um território que foi marcado pelo êxodo rural, com o estabelecimento de muitas pessoas que vieram do interior do país entre os anos 50 e 60 do século XX, e que conta com uma grande diversidade cultural, habitando nele vários imigrantes (sobretudo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP), afrodescendentes e comunidades ciganas (GCGA 2020).

Como referido na primeira parte, a área de abrangência da intervenção do GC das Galinheiras foi alargada aquando do processo de realojamento no bairro da Ameixoeira, alvo do Programa Especial de Realojamento (PER) entre os anos 2001 e 2003, passando desde então também a acolher esta zona e a incluir a Quinta da Torrinha. Foram cerca de 3300 as pessoas que foram realojadas no bairro PER da Ameixoeira, oriundas de zonas relativamente próximas, como das Galinheiras, da Quinta do Louro e da Quinta da Pailepa, mas também de outras mais distantes, como do Vale do Forno e até de Loures e Amadora. Este processo de realojamento, nem sempre bem gerido, conduziu ao longo do tempo à exclusão social e à fragmentação do território, onde o sentimento de pertença quase nulo de comunidades tão diferentes resulta frequentemente em clivagens sociais que potenciam sensações de insegurança das comunidades que ali habitam [Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) 2012, p. 28; GCGA 2020; Gebalis 2019, p. 6].

Ao processo de realojamento, somam-se outras problemáticas diversas que contribuem negativamente para a coesão territorial e social do território e para a sua interação cultural, desde logo pela sua própria configuração urbanística, escassez de serviços e de tecido institucional. Verificam-se nestes bairros elevadas fragilidades a nível social, económico, urbanístico, ambiental, habitacional e sanitário, tais como: taxas de desemprego elevadas e um grande número de famílias que dependem do Rendimento Social de Inserção (RSI), baixas habilitações literárias, verificando-se um grande número de pessoas que não sabe ler nem escrever e níveis de abandono e absentismo escolar elevados, fraca rede de transportes públicos, escassez de espaços verdes, condições de habitabilidade precárias [sendo que boa parte da população reside em habitações de

Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), praticando-se preços muitas vezes inoportáveis para as famílias], entre outras dificuldades que agravam o dia-a-dia dos moradores destes bairros – na sua maioria jovens e com famílias numerosas (GCGA 2020; Gebalis 2019, p. 29-56; FCT, 2012).

A intervenção do GCGA é atualmente dirigida a estes três bairros, sendo que o da Ameixoeira, por si só, pode assemelhar-se a um “arquipélago” com “ilhas” dispersas (Voluntário da ECAR), já que é um bairro constituído por seis núcleos de diferentes dimensões e separados entre si, com comunidades bastante distintas, que muitas vezes não dialogam e entram em conflito, contribuindo para a fragmentação e clivagens sociais assinaladas anteriormente. Esta amplitude geográfica traduz-se num forte entrave à intervenção do GC, já que o mesmo é confrontado com problemas e necessidades diversas, específicos de cada bairro ou núcleo residencial, acrescidas às dificuldades de interação entre as diferentes comunidades (GCGA 2020).

Assumindo esta dificuldade, o GCGA decidiu apresentar uma candidatura a um projeto no âmbito da primeira e única edição, até ao momento, do Programa Bairros Saudáveis, cujos objetivos se traduziam na promoção da coesão social do território. O projeto, intitulado “COMVIV-20 – Comunidade Viva!”, tendo sido aprovado em 15.º lugar a nível nacional, com uma classificação de 91/100 pontos (GCGA 2022, p. 8), foi financiado pelo Programa após o surgimento da ECAR, sendo a referência a este projeto relevante, dado que muitos dos entrevistados e participantes se referiram ao mesmo no decorrer das entrevistas e do *focus group*⁵¹.

2. Grupo Comunitário Galinheiras/Ameixoeira (GCGA)

O GCGA, ainda enquanto GC das Galinheiras, foi um dos primeiros a ser constituído, em 1994 – como visto antes, por incentivo da SCML, no âmbito do Projeto Integrado Ameixoeira-Charneca (PIAC). Em 2006, derivado do processo de realojamento e da agregação das antigas freguesias da Ameixoeira e Charneca, o GC passou a incorporar o bairro PER da Ameixoeira e a Quinta da Torrinha, além do bairro das Galinheiras, tendo como missão dinamizar a comunidade e, de forma aberta e com a participação de todos, contribuir para a resolução dos problemas e necessidades daquela comunidade, melhorando a sua qualidade de vida (ECAR, 2020, p. 1).

“Desde 1994, o GCGA teve momentos mais ou menos ativos e diversas mudanças quanto ao seu modo de funcionamento” (Lima et al. 2021, p. 143), sendo evidente uma maior atividade do mesmo aquando da eclosão da Covid-19, resultando no surgimento da ECAR. Precisamente pelas implicações da Covid-19, e apesar de se verificar resistência por parte de alguns elementos do GC, o mesmo continuou a reunir em período de confinamento, mas em formato *online*, e três das suas principais mudanças de funcionamento são coincidentes com esta fase mais ativa, correspondendo à alteração do horário, à periodicidade das reuniões plenárias e à criação de projetos específicos (ECAR 2020, p. 1-2; Lima et al. 2021, p. 143-144).

⁵¹ A candidatura ao projeto foi submetida em dezembro de 2020 e o projeto teve início formal em outubro de 2021 (GCGA 2022). Para consultar mais informações sobre o projeto “COMVIV-20 – Comunidade Viva!”, vide: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000599/index.htm>

A partir de abril de 2020, o GC começou a reunir a partir das 18 horas, ao invés de às 14, por acreditar que a mudança de horário resultaria num maior número de participantes, alterando-se também a periodicidade por se considerar que o momento exigia uma articulação mais frequente e regular, passando a reunir quinzenalmente e não apenas de forma mensal, sendo realizadas ainda algumas reuniões extraordinárias quando o tempo decorrido entre as reuniões não era suficiente para tomar determinadas decisões que implicavam prazos definidos ou respostas mais céleres. Nesta primeira reunião *online*, concretizada a 16 de abril, foram também criados cinco projetos específicos para dar resposta aos problemas e necessidades diagnosticadas, sobretudo decorrentes da incidência da Covid-19 no território, nomeadamente, (1) Projeto Saúde, (2) Projeto Educação, (3) Projeto Habitação e Alojamentos Temporários de Emergência, (4) Projeto Mobilização e Participação Comunitária e (5) Projeto dos Desafios da Pós-Crise (*ibid.*).

No entanto, foi no final de maio que o número agravado de infeções pela doença alertou a Unidade de Saúde Pública (USP) Dr. Francisco George, do Agrupamento de Centros de Saúde Lisboa Norte, para a situação das vilas das Galinheiras, tendo esta unidade solicitado o apoio do GCGA para a inventariação e caracterização da população residente em algumas destas vilas, consideradas como sendo as mais problemáticas, ao nível da incidência de Covid-19, a fim de se elaborar uma estratégia de contenção da pandemia no território. Apesar de se ter nomeado como ECAR mais tarde, como veremos na secção seguinte, este pedido representa o nascimento da equipa, pois foi nesse momento que os oito elementos da ECAR reuniram pela primeira vez, a fim de debater a melhor estratégia para reunir os dados solicitados (ECAR 2020, p.3-4).

As instituições e serviços que marcaram presença nas reuniões plenárias do GCGA durante 2020 e 2021 foram muito diversas, entre as quais, onze OSC, das quais três Associações de Base Local (ABL), três autoridades públicas, das quais duas entidades da administração pública local e uma empresa municipal, e cinco serviços públicos desconcentrados. O número de moradores, por sua vez, quase duplicou de um ano para o outro, passando para 16 o número de moradores que participaram nestas reuniões⁵² (GCGA 2022, p. 4; p. 23).

Para facilitar a organização e a dinâmica do GC, o mesmo elege anualmente o seu secretariado, isto é, um grupo de pessoas que tem como principal função, genericamente, a organização e a dinamização do GCGA, sendo na maioria das vezes constituído por técnicos de instituições/serviços, pelo que a presença de moradores neste ano também foi um sinal de mudança que revelou uma aposta do GC numa componente mais participativa (ECAR 2020).

Entre outras, o secretariado assume como principais tarefas: (a) a definição da ordem de trabalhos das reuniões, apesar de a mesma ser apresentada e colocada à votação no início de cada reunião, sendo antes de mais uma proposta; (b) a comunicação prévia da concretização das reuniões para apelar à presença de todos, optando-se por diferentes meios de comunicação, de

⁵² Sendo que o relatório de avaliação de 2021 do GCGA (2022) sublinha o facto de o número de moradores que participou nas atividades e dinâmicas do GC ser mais elevado do que aquele que participou nas reuniões, e o facto de dois deles terem feito parte do secretariado nesse ano (p. 6).

acordo com o tipo de participantes⁵³; (c) a dinamização e moderação da reunião, gerindo-se sobretudo os tempos dedicados a cada tema em debate e a participação dos presentes, procurando-se um equilíbrio na participação de todos mas privilegiando-se os elementos da comunidade; (d) o registo da reunião, isto é, o resumo daquilo que foi abordado, discutido e decidido, posteriormente enviado via e-mail para a lista de membros do GCGA para que todos tomem conhecimento do sucedido e para que todos possam, livremente, corrigir ou acrescentar pontos que considerem que não foram espelhados nesses registos⁵⁴.

Tal como visto antes, contudo, as dinâmicas dos GC não se esgotam em reuniões plenárias e, por isso, além destas, o GCGA dinamizou vários outros momentos de trabalho ao longo deste período. A título de exemplo, os encontros dos grupos de trabalho constituídos no âmbito dos projetos criados e as atividades implementadas decorrentes desses projetos, tais como ações de sensibilização, caminhadas, encontros de partilhas gastronómicas, etc. (GCGA 2021b; 2022, p. 12-19).

3. Equipa de Contactos e Acompanhamentos de Referência (ECAR)

Para responder ao desafio apresentado pela USP Lisboa-Norte, no fim-de-semana de 30 e 31 de maio de 2020, disponibilizaram-se prontamente oito pessoas para definir uma estratégia de ação: um técnico da área da saúde, um técnico da área da educação, dois técnicos de intervenção comunitária, um voluntário académico, um voluntário de uma ABL e dois moradores, sendo um deles dirigente de uma ABL (ECAR 2020, p. 2-3; Lima et al. 2021, p. 145).

A estratégia de recolha de informação, definida e aplicada em três dias, iniciando no próprio fim-de-semana, e que conjugou a informação institucional existente com dados recolhidos diretamente no terreno, deu origem a um relatório com informação socioeconómica de cerca de 700 residentes, cujos resultados foram apresentados por três elementos do GCGA, a pedido da USP Lisboa-Norte, numa reunião concretizada no dia 1 de junho, no Centro de Saúde de Sete Rios, participando nela representantes máximos de diversas instituições envolvidas na formulação de ações para conter a pandemia, nomeadamente: Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa (CDSSL), CML, Direcção-Geral de Saúde (DGS), Ministério da Saúde (MS), Polícia Municipal (PM), Protecção Civil Municipal (PCM) e SCML (*ibid.*), tais como a Ministra da Saúde, a Diretora Geral da Saúde, o Presidente da CML, o Provedor da SCML, e a Diretora-adjunta do CDSSL.

Na reunião, e tendo em conta a necessidade de realizar um rastreio à população daquela zona, perante a perceção da evolução do número de casos de infeção por Covid-19, foi apresentado um novo pedido ao GC: a definição de uma estratégia de intervenção para a concretização desse

⁵³ Geralmente, por exemplo, enviando-se convites via e-mail para os técnicos e falando diretamente, nos bairros e/ou por contacto telefónico, com os elementos da comunidade.

⁵⁴ Para o envio dos convites e dos registos das reuniões, o GCGA recorre ao *googlegroups*. Quando alguém participa pela primeira vez numa reunião, é prática do secretariado questionar se o participante pretende ser incluído neste grupo para receber estas informações.

rastreio, numa zona delimitada pela USP Lisboa-Norte. Considerando a necessidade urgente de rastrear os residentes daquelas vilas no dia 6 de junho, os oito moradores, voluntários e técnicos do GCGA, que se dedicaram à construção da estratégia anterior, concentraram-se em dar resposta às novas solicitações, tendo debatido os objetivos da intervenção e a melhor forma de a executar, procurando o apoio de pessoas ligadas ao território para a execução deste plano, nomeadamente, moradores, voluntários e profissionais técnicos e não-técnicos de instituições e serviços locais, na maioria pertencentes ao GC (ECAR 2020, p. 2; Lima et al. 2021, p. 145-146).

A definição da estratégia da ECAR assentou desde o início na perspetiva de que a presente situação ultrapassava as questões de saúde, tratando-se de um fenómeno multidimensional e, por isso, uma das suas preocupações foi caracterizar de forma mais ampla a população-alvo, recolhendo-se dados sobre as suas principais fragilidades do ponto de vista económico, social, laboral e legal, garantindo que existiria um conhecimento prévio destas situações quando os resultados dos testes fossem partilhados⁵⁵ (ECAR 2020, p. 3-4; Lima et al. 2021, p. 146; GCGA 2020b – 04/06/2020).

A ficha de caracterização dos agregados familiares foi aplicada porta-a-porta por equipas organizadas em pares (um morador e um técnico), a cerca de 2100 residentes, entre os dias 2 e 3 junho, sensibilizando a população para a realização dos testes e tranquilizando-a, garantindo-lhe que seria apoiada ao longo desse processo. Nos dias 4 e 5, as equipas constituídas caracterizaram de forma mais criteriosa e rigorosa 367 residentes nas vilas que a USP Lisboa-Norte identificou para a realização do rastreio (ECAR 2020, p. 3-4; Lima et al. 2021, p. 146).

Ainda no dia 4, os elementos da ECAR tiveram oportunidade de, em reunião plenária, contextualizar o GCGA sobre os pedidos que tinham sido apresentados pela USP Lisboa-Norte, desde o fim-de-semana de 30 e 31 de maio. Além desta contextualização, a equipa partilhou como estava a decorrer o desafio até ao momento, destacando a disponibilidade e abertura por parte da população em ceder os seus dados e em participar na ação de rastreio, mostrando-se colaborante. A equipa transmitiu também que idealmente a estratégia deveria ter sido refletida e discutida por todo o GCGA embora, além de estar bem representado por aqueles elementos – tratando-se de moradores, voluntários e técnicos envolvidos em três dos cinco projetos criados pelo GC na reunião de 16 de abril (Projeto Saúde, Projeto Mobilização e Participação Comunitária e Projeto Educação) –, a situação exigiu respostas urgentes, sendo necessários recursos para apoiar a ação de testagem da população, verificando-se a colaboração de elementos do GC (GCGA 2020b – 04/06/2020).

Para a concretização dos 253 testes, a 6 de junho, a ECAR definiu um plano estratégico que teve em atenção dois aspetos principais, nomeadamente, (1) continuar a adotar uma abordagem de proximidade e (2) evitar a confusão, o aparato e a presença invasiva da comunicação social, sendo estipuladas as seguintes linhas de orientação: (a) contar com a presença de alguns moradores e técnicos do GCGA, durante a realização dos testes, para prestar esclarecimentos e

⁵⁵ No anexo L, apresenta-se o modelo da ficha de caracterização da população elaborada e utilizada pela ECAR.

apoiar as famílias em caso de necessidade; (b) organizar as equipas que procederam à recolha de informação das famílias, de forma a que fossem as mesmas que as tinham contactado inicialmente, a acompanharem-nas entre o trajeto das suas casas e as ambulâncias onde se realizavam os testes; (c) ponderar a presença policial, reduzindo-a e privilegiando a presença de agentes da PM, integrantes do GC, reconhecidos pela comunidade; (d) selecionar, de forma estratégica, os locais onde estavam as ambulâncias, optando-se por zonas discretas, e (e) minimizar o número de deslocações das pessoas, evitando também assim eventuais aglomerações (ECAR 2020, p.4; p.11-12).

Foi a 9 de junho que esta equipa passou a nomear-se como ECAR, quando a USP Lisboa-Norte solicitou o seu apoio específico na transmissão dos resultados dos testes e no acompanhamento das pessoas que testaram positivo e das suas famílias – 51 pessoas, entre as quais 20 positivas, correspondendo a 14 agregados familiares –, contando não apenas com os técnicos de instituições públicas e privadas, mas também com os voluntários e moradores que constituíam a equipa, demonstrando desde logo confiança em não-técnicos para este efeito. Para esta missão, a ECAR definiu um conjunto de princípios que constituíram a base do apoio desenvolvido, legitimados pela USP Lisboa-Norte e transmitidos na reunião plenária do GCGA que se seguiu, a 18 de junho (ECAR 2020, p. 5), nomeadamente,

um apoio que contempla todas as necessidades e fragilidades identificadas, de forma articulada, coerente e simultânea, o que implica uma articulação íntima e permanente entre as instituições envolvidas nas respostas e apoios – cobrindo todo o agregado familiar e não apenas a pessoa individual infetada –, com permanente monitorização e acompanhamento dos resultados por parte da ECAR e sujeito à flexibilidade e às adaptações necessárias, em função da evolução da realidade, captada, na proximidade, pela equipa (*ibid.*).

Para o acompanhamento destas famílias, a ECAR efetuou, através de fichas complementares de diagnóstico, um levantamento das suas principais necessidades – alimentares, sociais, financeiras, jurídico-legais (para regularização de residência), jurídico-laborais, escolares, psicológicas e de saúde em geral –, tendo a partir daí, a 11 de junho, procurado articular com as instituições e serviços responsáveis por estas respostas institucionais, numa lógica que não se limitava à partilha de informação mas que evocava a construção e a monitorização conjunta das soluções, confrontando-se com obstáculos a este nível que dificultaram ou mesmo impediram a resposta aos agregados familiares, como se verá mais adiante (ECAR 2020, p. 6; Lima et al. 2021, p. 148).

CAPÍTULO III. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo em consideração os dados obtidos através da análise documental, da aplicação das entrevistas e da condução do *focus group*, considerou-se que os mesmos deveriam ser agrupados em cinco categorias principais, as quais correspondem às cinco secções que compõem este capítulo. A primeira, em tom introdutório, apresenta brevemente os protagonistas implicados neste

processo, sendo o seu envolvimento explorado na terceira e quarta secções. A segunda diz respeito às necessidades e problemáticas identificadas ao longo desta experiência e que justificaram a procura de respostas por parte dos protagonistas. A terceira secção subdivide-se em três pontos, sendo que os dois primeiros se referem à participação da comunidade e ao envolvimento das instituições e serviços, respetivamente, e o terceiro se dedica à análise da sua conjugação para a aplicação de uma abordagem integrada dos problemas diagnosticados e das respostas concretizadas. A quarta secção visa explicitar os constrangimentos com que este processo de confrontou, divididos em bloqueios à participação da comunidade, no primeiro ponto, e em impedimentos ao trabalho em parceria das instituições e dos serviços, no segundo. A última secção, subdividida em dois pontos, trata-se de um balanço sobre a experiência de atuação da ECAR, sendo primeiramente relatados os processos de *empowerment* que resultaram da mesma e, em seguida, as dinâmicas que foram desencadeadas a partir daí.

1. Os protagonistas: comunidade, instituições e serviços

Durante esta experiência, envolveram-se diferentes moradores, instituições e serviços com intervenção no território, públicos ou privados, e voluntários.

Como visto antes, a participação da comunidade é considerada nas suas várias expressões – individuais/coletivas e formais/informais – sendo que, nesta experiência, os dados recolhidos indicam-nos que a maioria dos participantes eram moradores a título individual, salvo raras exceções. Além de identificarem os moradores que faziam parte do próprio grupo da ECAR, os entrevistados e os elementos desta equipa referiram ainda moradores que participam nas ações do GCGA, entre outros ligados ou não a dinâmicas comunitárias, tendo a maioria destacado a disponibilidade e o papel ativo dos moradores em diversas ocasiões, sendo possível identificar diferentes tipos de participação da comunidade neste processo, como se demonstrará adiante.

Embora a generalidade não se associasse a nenhum coletivo formal ou informal, os moradores que participaram nesta experiência eram, segundo a maioria, pessoas com um conhecimento profundo sobre o território, sobre quem nele habita e sobre quais as suas problemáticas, o que se revelou como essencial em vários aspetos:

Todos eles tiveram algo a dizer, todos eles ajudaram nalguma coisa, nem que seja nas ações de sensibilização, nas ideias do que podia ser feito (...). Acho que os moradores tiveram um papel efetivamente essencial, pelo conhecimento e pela proximidade da comunidade local onde residem – Técnico da área do apoio social.

(...) os moradores mais ativos, no sentido da organização do levantamento de problemas e organizações das respostas (...) estavam todos, já de alguma forma, ligados a dinâmicas comunitárias, seja por terem um historial de ligações ao trabalho comunitário, seja por pertencerem a associações envolvidas no território, como é o caso de [*nome de morador da ECAR*], ou então por estarem ligados à escola [*Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos – EB1MLDR*] – Voluntário da ECAR.

De acordo com a informação recolhida, verificou-se o envolvimento de uma grande diversidade de instituições e serviços nesta experiência, com intervenção em diferentes áreas, nomeadamente: ABLs e ONGs, cujo trabalho incide sobre as áreas da imigração, da deficiência e da saúde; organizações do poder local e empresas municipais [Junta de Freguesia de Santa Clara (JFSC), CML – representada pelo DDL, pela Divisão de Reconversão das AUGI (DRAUGI), pela PM, pela PCM e pela GEBALIS)]; serviços públicos, sendo alguns desconcentrados, como a EB1MLDR, a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC Lumiar) e a USP Lisboa-Norte, além do ACM, que é um serviço público mas sem intervenção no território; e a SCML, representada por duas valências – Desenvolvimento Comunitário e Atendimento Social.

Os parceiros mais ativamente envolvidos no processo, tal como os elementos da comunidade, revelaram conhecer o território e as suas dinâmicas, tendo a maioria dos entrevistados valorizado a mobilização de duas instituições locais em particular, o Centro de Desenvolvimento Comunitário da Ameixoeira (CDCA), da SCML, e a EB1MLDR:

Se o CDCA não fosse âncora aqui para muitas coisas, se calhar as coisas não tinham sido deste formato. (...) uma ligação muito direta com a escola [EB1MLDR], em que se conseguiu fazer uma mobilização, criar um embrião de pessoas que fossem porta-a-porta – Técnico de uma instituição do poder local.

Realço aqui o empenho de [nome de técnico da ECAR], por exemplo, como professor [da EB1MLDR], que esteve sempre em tudo, a dar o seu melhor, e também no apoio a estas famílias que conhecia bem – Técnico da área da saúde.

Em suma, a ligação ao território é notavelmente visível por parte dos moradores e profissionais de instituições e serviços locais que foram mais ativos, ilustrando-o através de diferentes exemplos que, entre outros, incluem um alargado conhecimento sobre o território e a participação em dinâmicas comunitárias locais, sendo assim possível compreender que a experiência em análise, apesar de ter contado também com o envolvimento de instituições e serviços com intervenção no território, mobilizando-se recursos exógenos⁵⁶, foi marcada pela mobilização de pessoas claramente enraizadas.

Torna-se ainda relevante acrescentar, a este ponto introdutório, que as perceções dos entrevistados e dos elementos da ECAR sobre a participação da comunidade e a parceria das instituições e serviços locais foram sobretudo duas: no que diz respeito à participação, que esta se desenvolveu em “bola-de-neve”, isto é, iniciando com um grupo de moradores que foi crescendo ao longo do tempo, mobilizando-se mais pessoas; relativamente ao trabalho em parceria, que o envolvimento das instituições e serviços dependeu sobretudo dos técnicos que os representavam, coincidindo com o que foi visto antes, isto é, que as características de cada profissional são determinantes (Amaro 2018, p. 101).

⁵⁶ Tendo o ACM sido a entidade mais mencionada pelos entrevistados a este respeito, embora sem destaque sobre o seu empenho.

Foram genericamente estes os protagonistas que integraram a experiência em análise e que contribuíram, com diferentes graus de participação e envolvimento, como se verá, para a identificação e para a resolução das necessidades diagnosticadas, no levantamento realizado, aquando da caracterização da população residente nas vilas das Galinheiras, sendo sobre essas necessidades que nos debruçamos em seguida.

2. Necessidades existentes: a desocultação de outros vírus

Conforme visto antes, foi efetuada uma caracterização dos agregados familiares residentes nas vilas das Galinheiras que abrangeu cerca de 2100 residentes, tendo-se procedido posteriormente a uma análise mais criteriosa de 367 pessoas, decorrente dos pedidos apresentados pela USP Lisboa-Norte, recolhendo-se diversos dados sobre as principais fragilidades da população, em diferentes áreas.

Para os entrevistados e elementos da ECAR, algumas destas áreas foram evidentemente mais marcantes no decorrer da experiência, tendo duas delas sido mencionadas por todos os entrevistados: a precariedade habitacional, sobretudo associada a más condições de habitabilidade e sobrelotação, e a precariedade laboral, abrangendo não só situações de trabalho precárias como também trabalhos irregulares e situações de desemprego, tendo esta área de preocupação sido particularmente difícil de gerir durante o período de pandemia, segundo alguns dos entrevistados, uma vez que frequentemente o cumprimento do isolamento não era compatível com a necessidade de as pessoas irem trabalhar, para o sustento familiar.

A maioria indicou ainda como principais necessidades a regularização de várias pessoas sinalizadas, não se encontrando regularizados no país, e o acesso à saúde a nível geral, sendo que muitas delas eram desconhecidas e incontactáveis para o Serviço Nacional de Saúde (SNS). Além destas, foram identificadas ainda necessidades que foram também abordadas nas reuniões do GCGA, nomeadamente, de acesso aos serviços (por desconhecimento ou desconfiança dos mesmos), de apoios alimentares, escolares e psicológicos e de acesso a produtos de higiene e segurança, sendo estes últimos mais específicos ao contexto de pandemia vivenciado (GCGA, 2020b – 27/08/2020).

Sendo muitas vezes consideradas como “problemas estruturais”, talvez as precariedades habitacional e laboral tenham sido as mais referidas, pelos entrevistados, por serem justamente as necessidades que, consensualmente, não foram satisfeitas como seria expectável, compreendendo-se que os entrevistados e participantes do *focus group* ficaram desapontados com os resultados obtidos nestas áreas. Já outras necessidades foram atenuadas ou mitigadas, sendo total ou parcialmente respondidas de acordo com os entrevistados e elementos da ECAR, e conforme corroborado pelos registos das reuniões do GCGA, tais como o apoio escolar e o apoio psicológico, mas sobretudo as necessidades relacionadas com o apoio alimentar e o acompanhamento durante o período de confinamento (GCGA 2020b – 10/09/2020). No caso do apoio alimentar, o mesmo foi alvo de críticas por parte de elementos da ECAR, quer do ponto de

vista da própria resposta, quer do ponto de vista de quem, maioritariamente, a assegurou: “A questão da alimentação não resolvia nada, não havia adequação às idades, não havia comida para bebés (...) não eram adequados à realidade de cada família (...) não havia comida ao fim-de-semana e apedrejava-se quem ia [*prestar esse apoio*]” (técnico da ECAR); “Eles podem tranquilamente dizer que entregam 200 almoços mas não mostram nenhum interesse no território” (morador da ECAR).

Em síntese, verifica-se globalmente que algumas das necessidades obtiveram respostas mas não a totalidade, tendo apenas um entrevistado considerado que a maioria das necessidades foi respondida, sendo que, para os elementos da ECAR, as respostas foram desadequadas e/ou insuficientes. Um outro dado assinalado pelos elementos da equipa e por um técnico do GCGA diz respeito às pessoas que foram beneficiárias dessas respostas, realçando-se o facto de apenas as famílias acompanhadas pela ECAR, a pedido da USP Lisboa-Norte, terem recebido resposta aos seus problemas – isto é, 51 pessoas, correspondendo a 14 agregados familiares.

Apesar destas considerações, a informação recolhida através da análise documental revela que, tendo a ECAR participado num encontro internacional promovido pela Healthy n Happy Community Development Trust, o trabalho por ela realizado tinha um olhar mais alargado sobre as necessidades da comunidade uma vez que, comparativamente, a intervenção dos grupos de outros países incidiu quase somente sobre o apoio alimentar (GCGA 2020b – 13/08/2020).

Ainda recorrendo à análise documental, em particular aos registos das reuniões do GCGA, é possível compreender que a ECAR manteve durante muito tempo a sua intervenção nas reuniões para informar sobre o ponto de situação das respostas que eram prestadas aos agregados familiares sinalizados, verificando-se a demora de algumas dessas respostas, nomeadamente, ao nível da precariedade laboral, da regularização de pessoas imigrantes e no que se refere a apoios sociais, apesar das várias tentativas da equipa em agendar reuniões com as entidades responsáveis por estas áreas de atuação (GCGA 2020b – 13/08/2020, 27/08/2020, 14/09/2020, 08/10/2020, 19/11/2020).

Devido ao facto de ainda existirem necessidades a descoberto em janeiro de 2021, no momento de avaliação anual do trabalho do GCGA, a equipa manifestou que pretendia dar continuidade a este trabalho e que tinha a intenção de alargar a intervenção aos agregados familiares inicialmente caracterizados, não se limitando a apoiar as famílias sinalizadas pela USP Lisboa-Norte (GCGA 2021b – 07/01/2021, 28/01/2021, 04/03/2021). Neste sentido, apelou mais do que uma vez para esta preocupação nas reuniões do GCGA, tendo apresentado propostas nesse âmbito, tais como a criação de um observatório que conjugasse a participação da comunidade e a parceria das instituições e serviços na cogestão das problemáticas e soluções (GCGA 2021b – 18/03/2021, 23/03/2021, 01/04/2021, 29/04/2021). Contudo, essas propostas foram sendo diluídas ao longo do tempo essencialmente por dois motivos, de acordo com a interpretação desses registos: por um lado, devido à dificuldade em implementar uma estratégia deste tipo, sobretudo derivada de impedimentos deontológicos – que, como se verá, se traduziram num obstáculo à intervenção da

ECAR; por outro lado, devido ao facto de ter-se iniciado o projeto “COMVIV-20 – Comunidade Viva!”, no âmbito do Programa Bairros Saudáveis, tendo o mesmo sido alvo de grande esforço por parte do GCGA e da própria ECAR, que reunia cinco dos sete elementos da comissão de coordenação do projeto, e sendo partilhado pela equipa que as suas reuniões semanais passaram também a centrar-se nesse projeto (GCGA 2021b – 15/04/2021, 29/04/2021). Além disso, durante o *focus group*, os elementos da ECAR manifestaram que as respostas aos problemas identificados exigiam um reforço do envolvimento das instituições e dos serviços – o que, segundo os mesmos, não se verificou.

3. A conjugação da participação da comunidade e da parceria das instituições e serviços para a resolução das necessidades

3.1. A participação da comunidade

De acordo com os exemplos oferecidos sobre o envolvimento da comunidade, é possível deduzir diferentes graus de participação entre os seus elementos. Se, por um lado, alguns moradores participaram de forma mais indireta, como “fontes de informação” (sobretudo criando pontes entre a equipa e os moradores e/ou sinalizando necessidades de vizinhos), por outro lado, outros moradores tiveram uma participação mais ativa, envolvendo-se diretamente no levantamento das situações, na identificação e na resolução dos problemas – por exemplo, através da realização da caracterização da população, porta-a-porta, da participação em ações de sensibilização e da prestação de apoios (por exemplo, alimentares), tendo sido o apoio à concretização das respostas o tipo de participação mais indicado pelos entrevistados. Outros mencionaram ainda que alguns moradores participaram na própria conceção das soluções e na sua avaliação, tendo um envolvimento mais ativo, intenso e permanente em todo o processo, verificando-se que alguns elementos da comunidade atingiram níveis de participação mais democráticos e emancipatórios no decorrer desta experiência.

De acordo com os níveis de intensidade de participação e envolvimento da comunidade, torna-se possível agregar alguns grupos de moradores, nomeadamente: (1) Moradores da ECAR, com um nível de participação muito ativo e intenso e com um envolvimento constante durante todo o processo; (2) Moradores ligados a dinâmicas comunitárias, sobretudo integrando ações do GC, com um nível de participação ativo e com um envolvimento pontual durante o processo, e (3) Moradores que não integravam dinâmicas comunitárias, embora com ligação ao território, com um nível de participação mais reduzido e com um envolvimento pontual e mais indireto.

Os moradores da ECAR, provavelmente pela sua “participação bastante consolidada” (técnico da ECAR), ao participarem em diversas dinâmicas locais, demonstraram atingir um grau de participação mais pleno e completo, não apenas identificando problemáticas e apoiando a concretização das respostas, mas também fazendo parte de todo o processo, refletindo ao nível estratégico os planos concebidos e avaliando essas mesmas respostas.

A respeito da participação destes moradores ao nível estratégico, torna-se relevante sublinhar que a maioria dos entrevistados e elementos da ECAR considerou que, nesta fase, as decisões do GCGA nem sempre eram deliberadas em conjunto, nas suas reuniões plenárias, devido à urgência em tomar decisões de forma célere, sendo maioritariamente tomadas ou desencadeadas pela ECAR, apesar de serem partilhadas e legitimadas posteriormente pelo GC. Ao analisar os registos das reuniões do GCGA, é possível compreender que, de facto, várias decisões eram tomadas rapidamente, muitas vezes para se cumprirem prazos estabelecidos pelas entidades responsáveis pela contenção da pandemia, o que levou a que metade dos entrevistados considerasse que existiram decisões que ultrapassaram o GC⁵⁷. Tal não deixa de ser semelhante a um dos obstáculos enunciados na primeira parte deste trabalho, quando se abordaram os constrangimentos aos processos participativos, isto é, a subordinação aos prazos dos objetivos políticos (Amaro 2018, p. 94-96; p. 128-129; Marchioni 2003, p. 16).

Salvo algumas exceções, de acordo com os dados recolhidos, o segundo grupo de moradores identificado foi fortemente representado por pessoas com um duplo papel, o de moradores e o de profissionais da EB1MLDR: “também participaram ativamente outros moradores que, pelo conhecimento que tinham da realidade e pela proximidade, foram pessoas a quem se pediu imediatamente ajuda; estou a pensar nas auxiliares da escola, que são também moradoras” (técnico da ECAR). Embora a sua participação não tenha sido contínua em toda a experiência, o grupo envolveu-se na resposta a situações concretas de apoio a residentes, mas sobretudo nas ações de caracterização da população, assumindo um papel-chave ao facilitar o contacto e ao estabelecer relação com a comunidade, pelo conhecimento que tinha das famílias:

Sem estas pessoas não tínhamos conseguido fazer o que nós fizemos (...) foi fundamental. São pessoas que conhecem o território, que têm ligações, que são referências, que souberam chegar a casa das pessoas. Foi completamente diferente ter-se feito um porta-a-porta com técnicos, do que com alguém que é vizinho – Voluntário da ECAR.

Durante a dinamização do *focus group*, um dos elementos da ECAR argumentou que a participação mais ativa deste grupo derivou do facto de ser constituído por profissionais da EB1MLDR, cuja coordenação não só disponibilizava tempo para esse trabalho como o apoiava, tendo os restantes elementos discordado ao clarificar que frequentemente a participação destes moradores decorria em horário não-laboral, apesar de ser evidente que o apoio da coordenação da EB1MLDR, à data em funções, foi facilitador.

O terceiro grupo contou com diferentes tipos de moradores, entre os quais elementos das famílias acompanhadas que desde logo se mostraram disponíveis para ceder os seus dados, para

⁵⁷ Além da própria criação da ECAR, que surgiu devido ao pedido apresentado pela USP Lisboa-Norte no fim-de-semana de 30 e 31 de maio, servem de exemplos uma visita realizada ao território, por diversas entidades, tendo a ECAR recebido o repto para estar presente em menos de 12 horas, e o pedido expresso numa reunião, pelo vereador da proteção civil à data em funções, para o GCGA apresentar contributos para a implementação de uma estratégia dividida por zonas, num prazo de quatro dias, pois haviam casos dispersos além daqueles que estavam a ser acompanhados pela ECAR (GCGA 2020b – 02/07/2020).

apoiar o contacto com outros moradores e para sinalizar situações de carência, e ainda outros que, não fazendo parte das famílias acompanhadas, contribuíram para este processo, ao partilhar informações gerais e ao colaborar no que lhes era proposto, sendo a participação deste grupo de moradores bastante importante, embora mais indireta e pontual, ao ter assumido papéis essenciais durante a intervenção:

Foram muito complementares aos vários técnicos (...) foram informando de muitas coisas que estavam a acontecer que nós não sabíamos. Houve aqui um papel muito, muito importante no facto de eles estarem abertos a trabalharem connosco, técnicos. (...) Recebemos sinalizações de vizinhos, de pessoas que ninguém conhecia e que não se sabia o que é que se estava a passar – Técnico da área do apoio social.

Moradores que foram percebendo o que estava a acontecer e que se disponibilizaram em diferentes momentos para diferentes tarefas. Lembro-me, por exemplo, no dia que se fez o rastreio, de ter pedido apoio a moradores, que era mesmo por serem conhecidos, para estarem ali à volta, a explicar às pessoas o que se estava a passar – Técnico da ECAR.

Desta forma, compreende-se que a participação da comunidade nesta experiência implicou graus de intensidade e envolvimento diferentes e resultados distintos, sendo possível associar, a estes três grupos de moradores, os tipos de participação descritos por White (1996, p. 144-147): o terceiro grupo, com uma participação mais instrumental, no sentido em que se procurou o seu apoio e colaboração, mas sem que se tenha observado o seu envolvimento na tomada de decisões; o segundo, cujos moradores já influenciaram as decisões tomadas, exprimindo as suas opiniões, com uma participação representativa; e o primeiro grupo de moradores, com uma participação transformativa, associada ao *empowerment* e ao envolvimento nas tomadas de decisão.

3.2. O envolvimento das instituições e serviços

Através dos dados recolhidos, verifica-se que o envolvimento e o posicionamento das instituições e serviços foram diferenciados, tal como em relação à participação dos moradores, compreendendo-se que alguns dos parceiros se envolveram de forma mais pontual do que outros, conforme a opinião de cinco dos seis entrevistados.

Três deles, entre os quais um técnico do GC, consideraram que algumas instituições e serviços se envolveram em momentos de maior visibilidade e/ou mais específicos, em particular nas ações de sensibilização ou no rastreio, tendo os elementos da ECAR aprofundado esta questão no *focus group* e considerado que o envolvimento de algumas instituições e serviços era imposto pelas suas responsabilidades públicas e políticas e inerente pelas suas missões:

Toda a gente se envolveu [*instituições e serviços*], uns de uma forma mais ativa e presente em todos os momentos e outros somente em alguns momentos (...) quando foi a parte da sensibilização, lembro-me que foi mais (...) nesse momento dos rastreios, eu acho que podemos considerar que tivemos aqui uma grande adesão dos parceiros – Técnico da área da saúde.

Houve parceiros que participaram só porque eram obrigados a participar, ou seja, não ficava bem não estar dentro deste processo – Morador da ECAR.

(...) face à circunstância de o GC ter participado numa reunião com o próprio MS e com organismos, ao nível mais elevado, fez com que esses organismos, de alguma forma, tivessem que se implicar (...) outras que têm um nível mais macro, que tinham responsabilidades públicas e políticas na situação que estava a acontecer e, por inerência, acabaram por fazer parte também – Técnico da ECAR.

A sensação que eu tenho é que só apareciam [*instituições e serviços*] quando havia mediatismo, quando havia alguma câmara de televisão, quando havia uma distribuição de máscaras, aí estavam lá todos para aparecer e acenar bandeiras – Técnico da ECAR.

Por este motivo, não é surpreendente que os elementos da ECAR, durante a dinamização do *focus group*, tenham referido a indisponibilidade de as instituições e serviços se envolverem nesta experiência fora dos seus horários de trabalho, o que contribuiu, segundo os mesmos, para respostas demoradas a necessidades urgentes (considerando que as respostas eram prestadas a pessoas infetadas por Covid-19 que tinham de cumprir, nesta fase, o isolamento profilático):

A questão das fraldas e da comida, e de tudo aquilo, só lá para segunda-feira ou terça é que as pessoas podiam ser socorridas – Técnico da ECAR.

Houve vários exemplos em que o *timing* das instituições não era o *timing* das necessidades das pessoas (...) A SCML demorava demasiado tempo a dar respostas que eram necessárias, a Junta [JFSC] a mesma coisa (...) ou duvidavam ou não respondiam – Morador da ECAR.

Tal significa que, apesar do momento excecional que se estava a viver, à data profundamente marcado por incertezas e pelo desconhecimento, algumas das instituições e serviços negligenciaram a necessidade de promoverem respostas adequadas ao contexto e de se mostrarem presentes e disponíveis em momentos cruciais, não se alinhando ao princípio da *flexibilidade* que, como visto antes, se baseia num olhar crítico sobre a realidade e na aposta em soluções criativas e inovadoras, procurando-se respostas atípicas (Nunes et al. 2017; Ferreira et al. 2017), nem colocando em prática aquilo que era natural acontecer, no âmbito do trabalho comunitário, ou seja, o ajuste aos horários que são mais adequados à intervenção com a comunidade (Amaro 2018; Marchioni 1999).

Em todo o caso, a maioria dos entrevistados considera que muitas instituições e serviços tiveram um nível de envolvimento intenso durante esta experiência, sendo naturalmente as mais destacadas aquelas que eram representadas pelos técnicos que integravam a ECAR. Apenas dois dos entrevistados (elementos da ECAR) consideraram que duas instituições demonstraram pouco envolvimento neste processo, o que foi reforçado pela restante equipa durante o *focus group*, sendo este um dado pertinente pelo facto de se tratarem de entidades com um elevado nível de responsabilidade sobre o território e sobre as fragilidades da população, nomeadamente, a JFSC e a valência de Atendimento Social da SCML.

Embora nenhum outro entrevistado tenha corroborado esta visão de fraco envolvimento institucional por parte destas entidades, a verdade é que também não as identificaram, como o fizeram em relação a outras, como ativamente empenhadas, mencionando somente que a JFSC prestou apoio alimentar. Ao analisar os documentos produzidos pelo GCGA, de facto é possível verificar que, em 21 reuniões plenárias realizadas durante 2020, a JFSC marcou presença apenas em duas delas, e que o Atendimento Social da SCML, apesar de ter participado em 15, adotou com frequência uma posição de questionamento face ao acompanhamento protagonizado pela ECAR (GCGA 2021, p. 13-17; 2020b – 18/06/2020, 02/07/2020, 16/07/2020).

Além de apenas dois entrevistados terem identificado a SCML como uma das instituições que apresentou obstáculos ao processo, a maioria concordou que algumas instituições e serviços demonstraram ter posições interrogativas, colocando obstáculos ao mesmo, tais como a resistência à participação de moradores – que foi, como se apresenta na secção seguinte, um dos principais constrangimentos assinalados em relação ao estudo de caso.

Por outro lado, segundo os três entrevistados da ECAR, e conforme reforçado no *focus group*, observaram-se ainda posicionamentos neutros ou mais passivos por parte de algumas instituições, sobretudo visíveis pela mera validação das estratégias propostas pela equipa, mas sem se envolverem no processo.

Tal como visto na anteriormente, o envolvimento nas tomadas de decisão foi globalmente circunscrito, com o papel ativo dos elementos da ECAR em desencadear ou mesmo tomar as decisões – mas com a tentativa de envolver mais pessoas e com a preocupação permanente em validar e legitimar as decisões coletivamente, em sede de GC –, pelo que facilmente se compreende que os tipos de envolvimento das instituições e serviços não-representados pela equipa foram limitados a este nível.

De forma semelhante à participação da comunidade, de acordo com os entrevistados, foi no apoio a respostas concretas que o envolvimento das instituições e serviços foi sobretudo notório, seguindo-se depois, com o mesmo peso, o seu envolvimento na apresentação de sugestões de intervenção, na sinalização e encaminhamento de situações, na mobilização de pessoas e, no âmbito da pandemia, no papel de aconselhamento, informação e sensibilização à comunidade. Tal significa que o envolvimento das instituições, excetuando aquelas representadas pela ECAR, foi mais evidente no que diz respeito à execução e mais reduzido quanto à conceção, ao planeamento e à avaliação das respostas.

Como mencionado na primeira secção deste capítulo, valorizaram-se os recursos locais mobilizados, em particular da EB1MLDR e do CDCA na esfera institucional, tendo alguns entrevistados destacado o papel da primeira na disponibilização de recursos (não só humanos mas também materiais e disponibilizando as próprias instalações) e o papel da segunda enquanto base de suporte (“âncora” – técnico de uma instituição do poder local) e de articulação (“elo de ligação” – técnico da área do apoio social).

3.3. Prevalência das lógicas setoriais e disciplinares na adoção de uma visão integrada

Contrariamente à maioria dos entrevistados, que considera que a experiência foi conduzida segundo uma abordagem holística dos problemas e das respostas (apesar de dois deles, um técnico do GC e um voluntário da ECAR, aludirem para o facto de essa visão integrada ter sido desenvolvida ao longo do tempo), dois dos entrevistados consideram que houve a tentativa de adotar essa abordagem, mas não a conseguindo alcançar plenamente.

Embora considerem que a experiência não se caracterizou pela aplicação dessa abordagem, ambos os técnicos contribuíram para o conjunto de exemplos mencionados pelos que consideram que as necessidades e as respostas foram trabalhadas de forma integrada, sendo apontado por três dos entrevistados que o levantamento das problemáticas e a caracterização da população cobriram várias áreas, e tendo cinco deles se referido à integração das respostas, ilustrando-o sobretudo através do encaminhamento das situações para instituições e serviços responsáveis por diferentes áreas de atuação, e pela sua articulação, conjugando-se diferentes competências.

A verdade é que os exemplos oferecidos, apesar de favorecerem a abordagem holística, não se traduzem diretamente na adoção de uma visão verdadeiramente integrada dos problemas e das soluções pois, independentemente da tentativa, ao concretizar um levantamento abrangente e multidimensional das problemáticas, e apesar da articulação existente entre instituições e serviços de diferentes áreas, tal não significa que os problemas das pessoas tenham sido vistos como “um todo”, interligando-se de facto as suas várias vertentes por se compreender a interdependência existente entre elas (Nunes et al. 2017; Ferreira et al. 2017). Como referido por um voluntário da ECAR, “não tínhamos capacidade para intervir em todas estas áreas. Tinha de ser encaminhado e, ao encaminhá-las, elas [as *necessidades e respostas*] eram fragmentadas e setorializadas (...). Num caso ou noutro, nós conseguimos ir fazendo pontes, mas foram basicamente em casos isolados”.

Apesar de terem considerado que a experiência se desenrolou tendo em vista a integração dos problemas e das respostas, também a maioria dos entrevistados referiu que algumas instituições e serviços adotaram uma visão setorial ao longo do processo, o que correspondeu a um dos principais bloqueios à participação e ao trabalho em parceria, como indicado na secção seguinte. A tendência para a rejeição da visão integrada é muitas vezes resultante do facto de as orientações *top-down* institucionais serem de natureza setorial (Nunes et al. 2017) e, conforme foi possível observar através dos dados recolhidos, no caso de estudo em análise prevaleceram lógicas setoriais e disciplinares que desencadearam resistências e bloqueios a uma abordagem holística das situações e dos casos acompanhados que, como visto anteriormente, atrasaram as respostas (ECAR 2020).

Note-se, sendo importante sublinhar esse facto, que se verificou a tentativa por parte da ECAR em integrar as necessidades diagnosticadas e as respostas prestadas, nas fases de conceção e planeamento das mesmas, apesar de se tornarem setoriais, quando encaminhadas para as instituições e serviços, pelo facto de a maioria das organizações não ter adotado, na prática, uma abordagem holística dos problemas e das soluções identificadas.

4. Bloqueios à participação da comunidade e à parceria das instituições e serviços

4.1. O culto da deontologia e do conhecimento técnico e institucional como fatores de resistência à participação da comunidade

Os constrangimentos à participação da comunidade reuniram mais consenso entre os entrevistados do que os bloqueios à parceria das instituições e serviços, tendo a totalidade dos mesmos mencionado ter existido, por parte das instituições e serviços, resistência à participação dos moradores. Apesar de ser também associada ao descrédito dos conhecimentos e capacidades dos moradores e à visão setorial adotada por parte das instituições e serviços, maioritariamente esta resistência relacionou-se com questões de ordem deontológica, segundo os dados recolhidos:

Houve um momento em que foi colocada a questão do sigilo profissional por alguns profissionais. Como é que se poderia garantir o sigilo, tendo moradores presentes nas reuniões ou na partilha da informação? Aí senti haver constrangimento para com essas pessoas [*moradores*] que queriam colaborar – Técnico da área da saúde.

Veio muito esta questão da partilha de dados sensíveis. (...) Muitas vezes eles [*moradores*] que eram detentores de informação, que complementavam a informação que nós e as organizações íamos tendo (...) que estavam a participar de forma totalmente voluntária, gratuita (...) e durante muito tempo, muitas horas de trabalho, ao fim-de-semana, à noite. Ver organizações a recusarem-se a partilhar informação com pessoas que estavam a dar tanto à sua comunidade, foi uma situação que me indignou bastante – Técnico da ECAR. Quando se começa a envolver moradores, quando temos andado a ser bombardeados com esta questão da proteção de dados, os técnicos acabaram por ficar um bocadinho com o pé atrás (...). Havia situações que técnicos não consideravam que os moradores e vizinhos deviam ter conhecimento de algumas coisas (...) houve aqui alguma resistência, dependendo das pessoas, quer moradores, quer técnicos de algumas instituições, nomeadamente a SCML, que manteve aqui alguma resistência em alguns assuntos. (...) as instituições não estão habituadas a trabalhar com moradores no direto – Técnico da área do apoio social.

É possível verificar que estas questões assumiram um peso significativo no bloqueio à participação da comunidade, durante esta experiência, não só por terem sido referidas frequentemente durante as entrevistas e no *focus group*, como também por ter sido uma temática recorrente nas reuniões do GCGA. Um episódio particularmente marcante a este respeito ocorreu durante e após uma reunião, onde estiveram presentes várias entidades, entre as quais instituições e serviços do GC, em que o vereador da proteção civil, à data em funções, solicitou ao grupo a apresentação de contributos para a implementação de uma nova estratégia, evidenciando a sua intenção em harmonizar a articulação entre moradores e instituições e serviços, na implementação da mesma, embora, após a sua saída da reunião, diversas entidades tenham apresentado entraves à participação de moradores, evocando a proteção de dados, além de um dos técnicos de uma instituição representada no GCGA ter defendido, na reunião plenária que se seguiu, que nem todas

as pessoas tinham de saber e fazer o mesmo, por muito sigilosas que fossem⁵⁸ (GCGA 2020b – 16/07/2020).

É importante realçar que muitos dados pessoais são partilhados entre instituições e serviços, no sentido de apoiar a concretização das respostas necessárias à comunidade, pelo que nos parece que o desafio futuro consiste em colocar em prática uma *deontologia partilhada e participativa*, compreendendo-se como é que alguns dos dados podem também ser partilhados com elementos da comunidade, de forma a que os problemas e as respostas sejam realmente cogidos, desde logo porque a ética e a deontologia não são exclusivas dos técnicos de instituições e serviços – sendo que, conforme comprova esta experiência, a proteção de dados é demonstrada igualmente, e por vezes até melhor, por moradores e voluntários do que por profissionais das instituições e serviços (ECAR 2020, p. 9).

Além disso, como foi possível verificar, é relativamente ingénuo considerar que os moradores não têm conhecimento da realidade que os rodeia, sendo muito frequente terem acesso a informações sobre a comunidade mais rapidamente do que as próprias instituições e serviços, como visto antes a propósito do papel que os moradores assumiram na sinalização de situações e conforme realça um morador da ECAR: “no bairro tu tranquilamente sabes tudo, não precisas de uma ficha da Santa Casa [SCML] ou da Junta de Freguesia [JFSC] para saber as coisas; sabes muito mais do que aquela fichinha” (morador da ECAR).

Em suma, tendo em consideração que os GC são plataformas de praticabilidade do Desenvolvimento Comunitário e que a GLPP é o modelo de gestão e regulação dos problemas e soluções mais ajustado a esse contexto, torna-se inquestionável a conjugação efetiva entre a parceria das instituições e dos serviços e a participação da comunidade, pelo que algumas questões, como prática de uma *deontologia partilhada e participativa*, devem ser revistas na intervenção comunitária, isto é, devem verificar-se consequências teórico-metodológicas na aplicação destes conceitos.

Como abordado na primeira parte do estudo, alguns dos bloqueios mais comuns à participação da comunidade são a resistência à distribuição do poder, a limitação de interação, devido aos horários de trabalho dos técnicos, e a desvalorização dos conhecimentos e dos saberes da comunidade (Amaro 2018; Marchioni 2003), sendo todos estes impedimentos visíveis no estudo de caso em análise, já que também o descrédito dos conhecimentos dos moradores foi apontado como bloqueio – especialmente por parte dos elementos da ECAR, mas também por um técnico do GCGA –, consistindo sobretudo na perspetiva de que as instituições e serviços eram detentores de todo o conhecimento e informação, sobrevalorizando-se o conhecimento técnico e institucional, em detrimento do conhecimento da comunidade:

⁵⁸ Um dos elementos da ECAR, durante o *focus group*, recorda este momento: “(...) e não esquecer o célebre episódio em que [*técnico de instituição da área do apoio social*] queria impedir [*morador da ECAR*] de ir de porta-em-porta porque era morador e, portanto, não tinha deontologia para ir”.

Colocaram várias vezes em dúvida a pertinência do envolvimento da comunidade em tarefas e ações que eles [técnicos] acham que são dos técnicos e não da comunidade. Por não terem competência (...). Foram situações de alguma tensão, porque existe uma visão tecnocrática, essa ideia de que a comunidade não é capaz, não estudou para isso – Voluntário da ECAR.

A nível de moradores, inicialmente, havia uma certa relutância. É uma questão de saúde, é para profissionais. (...) Houve alguma interrogação como é que se fazia a integração dos moradores, mas isso só depois de terem percebido [os técnicos] que era preciso, porque não ia ser eficaz uma abordagem tipo repressiva, que era bastante o que se passava na altura – Técnico de uma instituição do poder local.

“Se nós não recebemos informações, é porque não existe, porque nós damos resposta a tudo, porque nós controlamos tudo” [sobre as instituições e serviços] (...) Se tivesse participado como técnico, não tinha sido massacrado assim (...) não é unânime que um morador possa ser protagonista da sua própria mudança. Deve ser sempre o coitadinho para ajudar (...) portanto, há uma deslegitimação dos conhecimentos dos próprios moradores – Morador da ECAR.

Apesar de ter sido apenas mencionado por um técnico do GCGA, vale a pena referir, uma vez que é exemplificativo das clivagens e choques que se fizeram sentir no GCGA, explorados adiante, que o mesmo sentiu justamente o oposto: “eu acho que muitos técnicos sentiram que se estava a passar um atestado de estupidez aos técnicos, no sentido de ‘vocês lá tiraram o curso, mas não têm noção do que se está a passar aqui. E nós sabemos melhor” (técnico da área do apoio social).

Por não ser algo comum, já que “gobemnar con los ciudadanos no es lo mismo que gobernar para ellos” (Marchioni 1999, p. 11), é natural observar-se resistência à participação da comunidade, originando-se conflitos derivados da articulação entre os diferentes atores, como melhor se explora em seguida. Em síntese, ao recusar-se em considerar os moradores como objeto de intervenção, ou meramente como prestadores de informação para as instituições e serviços, mas antes envolvendo-os em todas as fases do processo, a ECAR viu-se confrontada com resistências constantes à presença e à participação ativa de moradores (e voluntários), o que dificultou ou mesmo impediu determinadas respostas e dinâmicas (ECAR 2020, p. 8).

Além de serem nomeados outros fatores que contribuíram para limitar a participação da comunidade, mas com menor peso representativo, foi identificada a visão setorial das problemáticas e soluções, considerada igualmente como um constrangimento ao trabalho em parceria.

4.2. Parceria das instituições e serviços: resistências e clivagens institucionais

Com exceção de um técnico do GCGA, que também reconheceu a existência de obstáculos com as hierarquias institucionais como sendo um constrangimento, apenas os elementos da ECAR identificaram fatores que limitaram o trabalho em parceria⁵⁹.

Além de concordarem que a visão setorial adotada por parte de algumas instituições e serviços teve consequências, do ponto de vista em que um profissional de uma determinada área de atuação não tinha legitimidade para discutir ou se envolver noutras áreas, os elementos da ECAR destacaram os confrontos que se verificaram entre as diferentes formas de intervenção como um forte obstáculo, resultando em clivagens institucionais – sendo uma das abordagens protagonizada por instituições e serviços, considerada mais comum e tradicional, e outra protagonizada pela ECAR que, como veremos na secção seguinte e como melhor se aprofunda nas conclusões desta investigação, foi inovadora.

Na perspetiva da equipa, estes choques institucionais resultaram em consequências a vários níveis que contribuíram, entre outras, para a ineficácia das respostas, para a não-continuidade do modelo de intervenção adotado pela equipa e para a própria fragmentação do GCGA, já que levou a que alguns dos parceiros, confrontados com a divergência e com a dualidade de paradigmas de intervenção, a optar por um dos lados, sendo por isso natural que um dos entrevistados tenha várias vezes referido que esta experiência veio clarificar as posições que cada um tinha sobre o significado da intervenção comunitária, tendo ainda alguns elementos da equipa destacado o reduzido esforço em compreender a intervenção da ECAR ou harmonizar as diferentes formas de intervenção:

À parceria das organizações também houve constrangimentos, que era um confronto entre formas de atuação (...) como as formas eram diferentes, acho que isso trouxe dificuldades às parcerias. (...) isso criou barreiras ou o olhar para as coisas de forma muito setorial, não é? “Eu sou da ação social, só dou apoio aqui” (...) não houve muita disponibilidade para encontrar mais harmonia nessas duas formas diferentes da atuação. Ao mesmo tempo estava uma pandemia a decorrer. Era preciso dar respostas mas, como as perspetivas eram diferentes, também originaram respostas diferentes. Umhas mais assistencialistas e setoriais. Isso não era o que a ECAR tinha como visão nem o que estava a fazer – Técnico da ECAR. Não sinto que houve apoio ou a parceria que devia ter sido feita. (...) sinto que a experiência não foi valorizada o suficiente. Porque realmente o que esse grupo [ECAR] fez, foi andar contra uma série de metodologias de pensamento, mesmo de intervenção, que essa gente [técnicos de instituições e serviços] nem fazia esforço em perceber – Morador da ECAR. Algumas instituições, não percebendo o processo, não estando sintonizadas com a sua lógica, acabaram por se tornar obstáculo e, como tal, provocaram e ajudaram a criar divisões no seio do GC e das relações de parceria – Voluntário da ECAR.

⁵⁹ Outro técnico considerou que as questões deontológicas foram um entrave, mencionando que também se verificavam dificuldades na partilha de dados entre instituições e serviços, e não apenas com a comunidade, embora tenha sido o único a identificar este constrangimento.

Foi unânime entre os elementos da ECAR que se verificaram clivagens intensas entre a equipa e outros membros do GCGA e que as mesmas se relacionaram sobretudo com diferentes entendimentos sobre deontologia e a resposta às necessidades diagnosticas – não só por várias delas terem sido norteadas por uma visão setorial, como também pelo facto, já referido antes, de muitas dessas respostas (urgentes) serem morosas, tendo sido apontado durante o *focus group* que um dos obstáculos ao acompanhamento das famílias se prendeu com a grande dificuldade de técnicos de instituições e serviços se disponibilizarem fora dos seus horários de trabalho.

Na verdade, contudo, estas clivagens não são tão incomuns quanto isso, se considerarmos que, quando estamos perante um GC pleno, aberto e democrático, uma das dificuldades com que se depara diz respeito à interação entre os atores, mais concretamente, ao seu confronto de influências e poderes (Amaro 2018).

5. Balanço sobre a experiência e processo de ação da ECAR

5.1. Balanço dos processos de *empowerment* como resultado da experiência

Todos os entrevistados consideraram que a experiência em análise desencadeou processos de *empowerment* sobre os moradores envolvidos, apesar de um deles, técnico do GCGA, ter verbalizado que o *empowerment* efetivo não se concretizou, uma vez que não se verificou redistribuição de poderes. Em contrapartida, apenas dois entrevistados, pertencentes à ECAR, reconheceram também *empowerment* por parte dos técnicos de instituições e serviços e dos próprios elementos que constituíam a equipa. Já outro dos entrevistados, técnico do GC, reconheceu que o processo foi enriquecedor para si próprio apesar não ter considerado existirem processos de *empowerment* relativos aos profissionais das instituições e serviços.

Quanto ao *empowerment* dos técnicos, os dois elementos da ECAR manifestaram verificar uma maior consciencialização por parte dos mesmos quanto às problemáticas existentes, acompanhada pela adoção de uma abordagem holística dos problemas e das respostas. Contudo, é relevante sublinhar que também dois elementos da equipa consideraram que o *empowerment* institucional foi inexistente, o que significa que independentemente de se considerar que alguns profissionais possam ter beneficiado de *empowerment* com esta experiência, tal não teve influência significativa nas suas instituições e/ou serviços, não se observando mudanças institucionais a nível macro. Por sua vez, e conforme corroborado pela restante equipa durante o *focus group*, assistiu-se ao *empowerment* dos elementos da ECAR, sobretudo do ponto de vista do reforço das suas capacidades de intervenção.

Já no que diz respeito aos elementos da comunidade, os dados recolhidos indicam, à semelhança do que foi referido em relação aos técnicos, uma maior consciencialização sobre os problemas existentes ao seu redor e sobre a importância da aplicação da visão integrada. Além disso, a maioria referiu que os moradores estão mais capacitados no que respeita à procura de respostas para os seus problemas, mencionando-se que atualmente vários deles recorrem aos recursos necessários para satisfazer as suas necessidades, e o facto de os próprios se identificarem

como protagonistas de mudança, apesar de este último aspeto reunir menos concordância. Além de outros exemplos oferecidos, dois entrevistados mencionaram ainda o facto de esta experiência ter potenciado a união entre moradores e o espírito de solidariedade e de comunidade.

Tal significa que o processo em estudo promoveu um conjunto de capacidades dos moradores que podem traduzir-se em níveis mais elevados de autonomia, tendo-se consolidado bases para a ação conjunta através de um *empowerment* não só individual mas também coletivo, que reforça a participação cidadã e aumenta a justiça social (Ferreira and Amaro 2021; Fung 2006) – o que inclusivamente se torna visível através do balanço que os entrevistados fazem sobre esta experiência, tendo três deles considerado ter contribuído para uma maior participação, abrindo-se assim espaço para um maior protagonismo dos elementos da comunidade na tomada de decisões que lhe dizem respeito e que tem impacto nas suas vidas.

5.2. Balanço sobre as dinâmicas desencadeadas pela experiência

Quanto ao balanço que a maioria faz do estudo de caso, são sobretudo referidos três aspetos, nomeadamente, o facto de a experiência (1) ter desocultado uma série de problemáticas e necessidades⁶⁰, (2) ter evidenciado sinais de permanência a diferentes níveis e (3) ter servido de referência para outros projetos (sendo que quatro dos entrevistados realçaram que o projeto “COMVIV-20 – Comunidade Viva!” foi inspirado pela intervenção da ECAR).

Se considerarmos que as intervenções com impactos mais duradouros e profundos são resultado da existência de parcerias de continuidade, cujas dinâmicas já existiam antes, e de um enraizamento efetivo, envolvendo e capacitando a comunidade desde o início (Nunes et al. 2017), é natural que a maioria dos entrevistados tenha mencionado que, apesar de a ECAR não ter tido continuidade nos moldes em que atuava, existem sinais da sua permanência na intervenção do GC e na comunidade, sendo os exemplos a este nível maioritariamente associados com a participação da comunidade nas dinâmicas locais e com a relação que se estabeleceu entre as pessoas (entre elementos da comunidade, entre a comunidade e os profissionais de instituições e serviços, e entre esses profissionais):

Criaram-se ligações entre técnicos que não existiam antes. (...) antes deste momento, havia um enraizamento, havia uma ligação ao território por parte da população que vivia cá há muito tempo. Acho que com tudo isto, e com as ligações que se foram criando, houve um aumento deste enraizamento (...) Houve outro olhar por parte das pessoas, não só em relação às instituições, mas ao próprio GC, que começou a ter mais pessoas – Técnico da área de apoio social.

Veio reforçar ainda mais uma ligação que havia (...). Democratizou também a relação com essas pessoas. Eu sinto que serviu também para as pessoas pensarem “aqui os técnicos não são todos iguais, com este eu podia contar”. (...) Eu considero que muitas das pessoas

⁶⁰ E, do ponto de vista de dois elementos da ECAR, também as falhas institucionais.

ficaram em contacto com os técnicos, por exemplo, e a participar em algumas das dinâmicas e processos que foram depois desenvolvidos nos meses e anos a seguir – Morador da ECAR.

A ECAR ainda nos proporcionou uma maior ligação com as pessoas da comunidade. (...) principalmente o técnico ou o morador que ficou a acompanhar aquelas famílias, houve aí uma relação muito fortalecida – Técnico da área da saúde.

Acho que se conseguiu fortalecer aqui algumas relações (...). esta experiência também ficou muito enraizada em pessoas (...) envolveram-se em coisas que vieram depois, como o projeto do GC através dos bairros saudáveis (...) E depois a partir dessa experiência que foi o projeto, também houve outras coisas que se abriram – Técnico da ECAR.

Embora não seja possível associar diretamente a influência que a ECAR teve no aumento de participação nas dinâmicas do GCGA, a verdade é que, comparativamente aos dados relativos ao ano de 2020, participaram mais 18 pessoas nas reuniões plenárias no ano de 2021 – sendo que, no caso dos moradores, o número quase duplicou (GCGA 2021). Um outro dado relevante acerca da participação da comunidade e do funcionamento do GCGA diz respeito à constituição do secretariado, visto que o mesmo era exclusivamente constituído por instituições em 2020, tendo sido reforçado no ano seguinte pelos dois moradores pertencentes à ECAR (*ibid.*), e atualmente sendo composto por outros moradores.

Além do reforço da ligação entre técnicos e não-técnicos, e de se ter observado o crescimento da participação da comunidade, foi sublinhado o facto de esta experiência ter-se traduzido numa mudança do paradigma de intervenção – como inclusive tem sido possível compreender através de testemunhos anteriores –, pelo que as alterações na dinâmica do GCGA, manifestas pelos elementos da ECAR, podem ser associadas a esta “nova” forma de intervenção.

Conforme mencionado na secção anterior, os elementos da ECAR viram as clivagens institucionais que se criaram no interior do GC como um entrave ao trabalho em parceria e tais clivagens são, do seu ponto de vista, resultado do facto de a ECAR trazer esta “nova” forma de atuação, que não só não reunia consenso entre os elementos do GCGA, como era desvalorizada e alvo de críticas e bloqueios por alguns técnicos de instituições e serviços.

Os testemunhos que se seguem exemplificam como a atuação da ECAR foi considerada diferenciada e apontam para os impactes, positivos e negativos, que teve no GCGA:

A ECAR é um portal de entrada para outras coisas, com outra lógica de intervenção e com outra realidade. Isto mudou. (...) A ECAR e o projeto COMVIV-20 acabaram por dar consistência e coerência a algumas ações desgarradas e dizer “isto é possível” – Técnico de uma instituição do poder local.

A experiência da ECAR, no fundo, é o que nós acreditamos ser a melhor intervenção em termos comunitários – Técnico da área da saúde.

Acho que um dos principais ganhos tem a ver com a dinâmica do GC (...). Há coisas que não são ditas, como eram, e tem-se em consideração de forma diferente a presença dos

moradores (...) foi sobretudo através da ECAR – Voluntário da ECAR.

Passou-se a falar muito mais dos problemas que se passam dentro do bairro, como resolvê-los [*nas reuniões plenárias do GCGA*]. Passou a participar muito mais moradores do que propriamente técnicos. No meu ver, acho que isto tudo teve a ver com a metodologia da ECAR e a continuidade é visível por aí – Morador da ECAR.

(...) acho que encontrámos mesmo muita resistência e houve assim muitos, muitos choques – Técnico da ECAR.

Como foi um processo assente em pilares que vão contra a lógica dominante, um dos efeitos indesejados do processo foi a criação de divisões e de clivagens – Voluntário da ECAR.

Viram [*as instituições e serviços*] uma ameaça, que é o morador que pensa, o morador que responde, o morador que tem claro o que é para fazer. Esse eles não quiseram, tiveram medo e tem a ver com a mudança de paradigma de pensamento de intervenção comunitária (...) esse, naturalmente, chocava com hábitos de décadas das instituições. (...) Foi uma experiência completamente fora do normal, completamente vanguardista e que despertou consciências – Morador da ECAR.

Embora as clivagens institucionais tenham sido somente identificadas pelos elementos da ECAR, é possível confirmar, recorrendo à análise documental, que de facto os choques entre as diferentes formas de atuação existiam e eram visíveis. A título de exemplo, servem as divergências assumidas sobre a interpretação de satisfação de necessidades: se por um lado a ECAR argumentava a ausência de respostas face às necessidades existentes, por outro lado, outros técnicos do GCGA defendiam que existia uma sobreposição de respostas, sendo para eles necessário clarificar os papéis de cada um, já que cada entidade tem responsabilidades concretas cuja intervenção lhes compete (GCGA 2020b – 02/07/2020). Tal discordância tornou-se evidente por ter sido discutida abertamente, após um dos técnicos do GCGA ter enviado um e-mail, em resposta ao registo de uma das reuniões plenárias (GCGA 2020b – 13/08/2020), demonstrando o seu descontentamento por, na sua ausência, terem sido proferidas “inverdades” que atingiam o seu desempenho profissional e a sua instituição – quando, na verdade, nem sequer é mencionada a instituição no registo em causa, conforme esclarecido na reunião que se seguiu (GCGA 2020b – 27/08/2020), tornando-se claro que este processo potenciou “sentimentos à flor da pele”.

É certo que a clarificação de papéis é fundamental no trabalho comunitário, sendo que cada um tem a sua própria esfera de atuação e competências, mas os envolvidos devem não só ter consciência dessas competências como igualmente da limitação da natureza setorial do seu trabalho, compreendendo que o sucesso da intervenção depende da articulação efetiva entre atores e da adoção de uma perspetiva multidimensional dos problemas e soluções (Marchioni 1999, p. 11; p. 34; p. 74), motivo pelo qual Estivill (2003) sublinha que existem benefícios mas também riscos quando os atores mantêm a sua individualidade na participação, conforme é visível neste caso da ECAR, resultando em divergências que dificultaram a articulação e que, conseqüentemente, enfraqueceram a intervenção.

Apesar de, no ponto de vista da ECAR, a valorização interna desta experiência não ter sido tão evidente, pelo menos naquela fase, a intervenção da equipa foi reconhecida e valorizada externamente a diferentes níveis, por diferentes atores e em diferentes geografias, como recordado pelos seus elementos durante as entrevistas e *focus group*:

Houve bastante reconhecimento da experiência enquanto uma boa prática. Existiu interesse de outros GC, foi reconhecido como um bom exemplo de como é que organizações e moradores se juntam para enfrentar questões e resolver problemas. Artigos que foram escritos – Técnico da ECAR.

Os artigos no estrangeiro, os convites de outros GC, programas de rádio... eu acho que também a nível da área onde nós trabalhamos foi bastante impactante – Morador da ECAR. A [ex-vereadora] Paula Marques deu muita importância a esta experiência (...) falava várias vezes sobre ela e o que tinha apreendido. E também noutros GC, e de forma menos visível, a experiência da ECAR foi, como é que posso dizer, invejada no bom sentido, ou seja, considerada uma boa prática – Voluntário da ECAR.

Esta valorização encontra-se igualmente espelhada nas reuniões do GCGA. Uma delas contou com a presença de uma pessoa do GC da Alta de Lisboa (GCAL) que, tendo tido conhecimento da intervenção, solicitou que o GCGA marcasse presença numa reunião do GCAL para elucidar o grupo sobre como eram desenvolvidos os acompanhamentos concretizados pela ECAR, uma vez que o território vizinho começava a sofrer um crescimento do número de casos de infeção por Covid-19 (GCGA 2020b – 04/06/2020). Noutra reunião, por exemplo, um técnico da USP-Lisboa Norte deu conta que, numa reunião alargada da Saúde Pública, o modelo de acompanhamento que o GCGA estava a desenvolver tinha sido considerado uma boa-prática, servindo de referência (GCGA 2020b – 18/06/2020). Outro exemplo dá-se numa reunião, no âmbito do processo de GLPP da cidade de Lisboa, que contou com a presença da anterior vereadora, Paula Marques, e de representantes dos GC da cidade, e que tinha como objetivo partilhar exemplos de processos de cogestão, tendo os representantes eleitos do GCGA dado conta da experiência da ECAR, enumerando os seus pontos fortes e os seus desafios e riscos, entre os quais as diferentes interpretações sobre o conceito de participação, tendo a vereadora à data em funções não só congratulado a intervenção, como também se mostrado alinhada com a sua metodologia, ao defender os pilares da participação, da visão integrada e da horizontalidade, concluindo que a melhor forma de convencer os céticos seria partilhar exemplos de cogestão como os da ECAR, quebrando-se barreiras (GCGA 2020b – 30/07/2020).

PARTE 3. CONCLUSÕES DA INVESTIGAÇÃO

Esta última parte consiste, no fundo, nas conclusões que se retiram da investigação realizada, procurando responder à questão de partida e oferecer pistas de investigação científica e ações políticas futuras, apresentando também algumas reflexões sobre a adequação do quadro teórico, do modelo analítico e da metodologia adotadas para o estudo.

CAPÍTULO I. CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DE PARTIDA

Neste capítulo, pretende-se apresentar algumas considerações finais sobre a questão de partida que norteou o presente trabalho.

“Em que medida o processo e a experiência de ação da ECAR foram inovadores como contributo para um modelo de GLPP?” foi a questão de partida que através da qual se desenvolveu a presente investigação, pretendendo-se dar resposta à mesma, através de dois objetivos específicos, que procuravam explorar duas componentes inovadoras da experiência, nomeadamente, de que forma se verificou, neste processo:

1. Inovação no modo como se conjugou a participação da comunidade e a parceria das instituições e serviços, para enfrentar as dificuldades e os desafios que surgiram neste período, tendo em conta as características e os papéis de cada uma das partes envolvidas e os condicionalismos deontológicos que lhe estão associados;
2. Inovação ao nível da articulação entre os diferentes atores para a satisfação das necessidades e problemas diagnosticados, de forma integrada, adotando-se uma abordagem holística dos problemas e das respostas, tendo em conta a sua natureza e urgência.

Do ponto de vista da conjugação da participação da comunidade e da parceria das instituições e serviços, para enfrentar as dificuldades e os desafios que surgiram, foi possível verificar o envolvimento de uma grande diversidade de atores que se empenharam, a diferentes níveis, na identificação e resolução das problemáticas diagnosticadas, tendo o processo em análise beneficiado da conjugação de conhecimentos técnicos e institucionais e de conhecimentos populares, da comunidade, fruto da articulação que se estabeleceu.

No que se refere à presença dos “três protagonistas” (administração local, serviços públicos e privados que trabalham com a comunidade e sociedade civil), verificou-se que este processo refletiu a participação da comunidade e o trabalho em parceria de diferentes instituições e serviços, embora se tenham observado resistências ao papel dos moradores e constrangimentos ao trabalho em parceria. Apesar de o envolvimento do poder local ter sido menos evidente, comparativamente à participação de elementos da comunidade e ao envolvimento de algumas instituições, alguns dos seus departamentos estiveram presentes e demonstraram-se cooperantes e alinhados com a missão da ECAR, tendo a própria equipa surgido através do pedido explícito apresentado pelo MS, através da USP Lisboa-Norte, que validou a importância da existência do GC para enfrentar os

desafios que surgiram, ao reconhecer que não tinha os meios e recursos necessários para reunir a informação necessária e planejar uma intervenção eficaz e num curto período de tempo.

Atendendo a estes fatores, e à análise dos resultados recolhidos, considera-se que o estudo de caso é um exemplo de intervenção articulada, cujos protagonistas mobilizaram e coordenaram os recursos existentes para dar resposta às necessidades diagnosticadas. Apesar de não se ter satisfeito todas as necessidades, como verificado, a conjugação entre estes atores permitiu que algumas delas fossem respondidas, sobretudo as mais urgentes naquele momento, sendo que as respostas menos satisfatórias se relacionavam com problemas mais estruturais e que, portanto, não correspondiam à missão que foi lançada à ECAR, apesar da sua intenção em unir esforços, em sede de GC, para a resolução deste tipo de problemas.

No que se refere à abordagem holística dos problemas e das respostas, constatou-se que, apesar da tentativa da equipa em analisar de forma integrada as problemáticas existentes e as soluções oferecidas, tendo a metodologia usada para a caracterização da população desde logo demonstrado essa preocupação, algumas instituições e serviços adotaram uma visão setorial que, como visto anteriormente, atrasaram respostas e limitaram a adoção de uma abordagem holística mais ampla.

Uma vez que se tratou de um processo praticado a nível local que se fundamentou num modelo de gestão e regulação dos problemas, desafios e soluções, implicando a corresponsabilização e cogestão de uma diversidade de atores, ao envolver o poder local, os serviços públicos desconcentrados, as OSC e a comunidade nas suas várias expressões, individuais e coletivas (Amaro 2022, p. 264), constata-se que o processo em análise se traduziu num exemplo de GLPP. Contudo, ao longo do processo, observaram-se posicionamentos mais convencionais e tradicionais, por parte das instituições e serviços que não apenas questionaram como também bloquearam a atuação da ECAR, pelo facto de a equipa procurar responder às necessidades existentes de forma integrada e com a participação ativa da comunidade, ou seja, colocando em causa os métodos e lógicas setoriais e disciplinares e questionando os “monopólios” dos conhecimentos técnicos e institucionais e as intervenções “especializadas” – o que, no fundo, pode ser interpretado como um desafio à redistribuição do poder, já que se colocou em causa o protagonismo dos técnicos na intervenção, originando interrogações, sensações de ameaça e tensões, derivadas das diferentes formas de atuação defendidas. Em suma, a experiência foi sendo alvo de uma série de constrangimentos institucionais e técnicos que impossibilitaram a continuidade nos moldes em que assentava.

Atendendo a estas considerações, a resposta à questão de partida não é completamente linear, visto que inicialmente a atuação da ECAR foi inovadora como contributo para o modelo de GLPP, aquando da aceitação do desafio lançado pela USP Lisboa-Norte, em situação de emergência. Posteriormente, contudo, a equipa confrontou-se com bloqueios e impedimentos, que inibiram as suas componentes mais inovadoras, limitando a sua continuidade além do contexto de urgência vivenciado, não se tendo aproveitado o potencial participativo existente para reforçar as respostas

e soluções previstas, nem tendo sido possível fazer a correspondência total entre o diagnóstico que foi realizado, multidimensional, e as respostas integradas ambicionadas.

Considera-se por isso que a experiência, embora circunscrita, é um exemplo que, temporalmente limitado naquele contexto, contribuiu para o modelo de GLPP. Além disso, tratando-se de um processo que envolveu serviços e departamentos da CML, o mesmo fortaleceu a parceria entre esta e o GC, dando “fundamento e substância à GLPP, ou seja, a uma dinâmica de cogestão de algumas problemáticas e desafios da cidade de Lisboa” (Amaro 2022, p. 268).

Mas foi esta experiência de facto inovadora? Aquilo que se concluiu é que, conforme a norma, estivemos perante uma experiência que representa alguns dos *equivocos* associados aos processos de Desenvolvimento Comunitário, sobretudo considerando dois aspetos: o da participação da comunidade e o da intervenção técnica e institucional.

Apesar de a participação da comunidade ter vindo a ser enriquecida nas últimas décadas (Ferreira and Amaro 2021, p. 71), considera-se que os métodos participativos continuam a ser sobretudo usados como pré-requisito para legitimar iniciativas de muitas instituições e serviços, o que contribui para um “esvaziamento das formas de participação” (Schiefer et al. 2006, p. 28), já que a participação da comunidade não é considerada como um fim em si próprio, onde de facto se procura intervir horizontalmente, com a sua presença, mas como um meio para atingir determinados objetivos, sendo frequente a manipulação da participação da comunidade, para fins que são convenientes às instituições e serviços, mas sem que a sua participação tenha influência nas decisões (Lima 2014, p. 19). Neste sentido, parece-nos imperativa “a necessidade de uma ação permanente e organizada de educação dos cidadãos para o exercício dos seus direitos democráticos, que lhes permita combater manipulações populistas destinadas a plebiscitar decisões, legitimando-as com a capa da participação democrática” (Carmo 2001, p.17-18).

Conforme foi possível verificar, a participação da comunidade enquanto fonte privilegiada de informação foi encorajada e reconhecida, embora a sua participação na discussão, parcial implementação e avaliação das respostas fosse bloqueada, o que remete para a ideia, em tom de provocação, de que algumas instituições e serviços não estão verdadeiramente ao serviço das pessoas, mas as pessoas têm de estar ao serviço dessas instituições e serviços. Tais considerações levam-nos a crer que o estudo de caso ilustra situações em como os elementos da comunidade são genericamente encarados, isto é, como objeto das intervenções das instituições e serviços e não como parte integrante das soluções, como foi intenção da ECAR desde o início, insistindo-se numa visão tecnocrática da participação da comunidade, ou seja, limitada a arranjos participativos mais superficiais, como a partilha de informações e a consulta à comunidade.

O discurso de um dos técnicos do GCGA durante a entrevista evidencia a distinção de “nível” entre a comunidade e os técnicos, referindo-se mais do que uma vez a um “nós” (GC – que, no seu entendimento, corresponde exclusivamente às instituições e aos serviços) e a um “eles” (dirigindo-se aos moradores):

Os que estiveram [*moradores*] vestiram a camisola, como eu costumo dizer, e alguns foram-

nos ajudando (...) eu penso que conseguimos integrá-los no nosso trabalho de parceria e institucional (...) no fundo já eram moradores dentro do GC com um trabalho efetivo já de há muitos anos, e de algum modo era legitimado estarem envolvidos neste processo por nós todos, instituições – Técnico da área da saúde.

Por sua vez, no que diz respeito à intervenção técnica e institucional, aquilo que se considera é que o objeto de análise é também ilustrativo da discrepância que existe entre aquilo que é política e publicamente defendido pelas instituições e serviços, na teoria, e as suas atuações, na prática, já que muitas daquelas que estiveram envolvidas deveriam, segundo as suas missões e valores, alinhar-se plenamente com os princípios do Desenvolvimento Comunitário – em particular, procurando intervir conjuntamente com a comunidade e de forma integrada –, e não impedir que isso acontecesse, como se verificou. Como refere Amaro (2020, p. 25),

as lógicas de intervenção comunitária para o desenvolvimento comunitário referem-se a um modelo de GLPP, de sentido democrático, e não a uma Governação Integrada, de sentido tecnocrático. E, no entanto, é esta última a filosofia que se tem proclamado como inspiradora das intervenções da SCML nos últimos tempos, desajustada portanto dos princípios do desenvolvimento comunitário.

O referido desajuste foi igualmente observado no âmbito de atuação de outras instituições, que não apenas da SCML, verificando-se que maioria das instituições e serviços não acolheram a participação da comunidade em todas as fases do processo e não adotaram uma abordagem holística dos problemas e das respostas, como anteriormente visto, assumindo-se como detentoras de responsabilidades e competências próprias, negligenciando os benefícios de uma intervenção conjunta, com vista a uma análise multidimensional dessas problemáticas e soluções.

Em três décadas de existência de GC na cidade de Lisboa, conforme também testemunhado pelos entrevistados, verifica-se que nunca se observaram intervenções como as que foram protagonizadas pela ECAR, isto é, ações definidas e implementadas pelos “três protagonistas” que visassem a resposta integrada às necessidades da comunidade de forma partilhada, envolvendo as instituições e os serviços, e de forma participativa, mobilizando os elementos da comunidade, numa coresponsabilização e cogestão dos problemas e soluções, ou seja, colocando-se em prática uma GLPP.

Como visto ao longo do estudo, a intervenção da ECAR ambicionava atuar tendo como referência os princípios basilares do Desenvolvimento Comunitário, em particular, ao promover a adoção de uma visão integrada dos problemas e das respostas e a articulação efetiva entre os diferentes atores, conjugando-se a participação da comunidade e a parceria das instituições e dos serviços. Contudo, através da informação recolhida e analisada, compreendeu-se que a equipa encontrou diferentes tipos de resistências a esta forma de atuação, gerando-se tensões e clivagens no interior do GC.

Em síntese, por se tratar de uma experiência singular e exemplar enquanto contributo para o modelo de GLPP, e por ter desafiado o *status quo* das intervenções técnico-institucionais, tentando

levar ao limite a aplicabilidade dos princípios teórico-metodológicos ancorados ao Desenvolvimento Comunitário, considera-se que, na prática, o processo da ECAR representou novas formas de intervenção e que, apesar dos *equivocos* a que se assistiram, a experiência em análise foi inovadora: (a) no modo como tentou conjugar a participação da comunidade e a parceria das instituições e serviços, para enfrentar as dificuldades e os desafios que surgiram naquele período, e (b) no modo como desenvolveu, de forma integrada, um diagnóstico das necessidades e dos problemas, e no modo como tentou adotar uma abordagem holística na concretização das respostas.

CAPÍTULO II. PISTAS DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS

O seguinte capítulo tem como finalidade oferecer algumas pistas de investigações científicas, procurando-se contribuir academicamente para futuros estudos sobre as temáticas abordadas.

Concluindo-se no capítulo anterior que esta experiência representou novas formas de atuação, e que pelas suas características é ilustrativa do modelo de GLPP, julga-se que seria relevante investigar outros casos de intervenção deste tipo, quer a nível nacional, quer a nível internacional, inventariando-se exemplos semelhantes a esta abordagem, permitindo compreender e, eventualmente, comparar algumas tendências aqui encontradas.

Em segundo lugar, dado o peso significativo observado dos constrangimentos à participação da comunidade e ao trabalho em parceria para a eficácia deste modelo de intervenção, considera-se que seria preponderante compreender a raiz desses bloqueios, isto é, averiguar e explorar em profundidade os motivos que levam as instituições e os serviços a assumir posicionamentos que dificultam ou impossibilitam a concretização de iniciativas que promovam o Desenvolvimento Comunitário, alicerçadas na participação efetiva da comunidade, ou seja, no seu envolvimento em todas as etapas dos processos e não apenas em algumas, mais convenientes, e na aplicação de uma abordagem holística, “cedendo” o seu monopólio institucional, ao partilhar perspetivas integradas, mas não se desresponsabilizando das suas competências e esferas de atuação. Ainda neste âmbito, seria igualmente pertinente perceber a eventual discrepância entre aquilo que é publicamente proclamado pelas instituições e serviços e o que, na prática e no terreno, é aplicado, já que foi também possível compreender que existem bloqueios hierárquicos que mutilam determinadas ações dos técnicos, que se encontram no terreno.

Além destas questões, sobretudo relacionadas com os posicionamentos institucionais e hierárquicos face a projetos de Desenvolvimento Comunitário, parece-nos relevante ampliar a investigação científica que se debruça sobre o modelo de GLPP. Considerando o estudo de caso, e atendendo ao crescente interesse popular e político sobre este modelo⁶¹, seria principalmente relevante investigar o papel dos GC para o fortalecimento deste conceito, através do seu

⁶¹ Sendo que, politicamente, e na cidade de Lisboa, este modelo foi apenas abraçado pelo anterior executivo na CML, tornando-se relevante compreender qual o acolhimento deste conceito presentemente e no futuro.

envolvimento na promoção de exemplos de GLPP e/ou na reivindicação do seu reforço, e o papel das organizações do poder local no apoio a este modelo, uma vez que são organismos com a capacidade de criar ou reforçar canais e mecanismos que podem favorecer a implementação de iniciativas de GLPP. Precisamente no capítulo seguinte, dedicamos um olhar sobre o papel que estes atores podem exercer politicamente, contribuindo para este modelo através da adoção de algumas medidas.

CAPÍTULO III. PISTAS DE ACÇÕES POLÍTICAS FUTURAS

À semelhança do capítulo anterior, onde se apresentam pistas de investigação científica, o presente capítulo tem como objetivo fornecer algumas pistas de ações políticas a colocar em prática futuramente, considerando o estudo de caso analisado.

No seguimento de uma das ideias anteriormente referidas, consideramos que várias vezes não existe correspondência entre aquilo que política e publicamente é defendido por diversas entidades, a nível da sua missão e valores, e aquilo que é realmente praticado no terreno pelos técnicos e hierarquias intermédias, sendo comum existir um aparente olhar que visa o desenvolvimento das comunidades, assente nos princípios estratégicos e metodológicos do Desenvolvimento Comunitário, sem que isso se materialize de facto, em muitas ocasiões.

Esta descoincidência causa vários tipos de constrangimentos, entre os quais a descredibilidade pela instituição e, conseqüentemente, desconfiança perante a sua atuação, resultando num afastamento dos cidadãos, não apenas em relação aos serviços que essas entidades disponibilizam, mas também afastando-os de projetos e iniciativas que poderiam beneficiar da sua participação, envolvendo-os nas tomadas de decisão sobre as suas condições de vida e, assim, empoderá-los.

Neste sentido, considera-se de elevada importância a construção de estratégias que permitam uma melhor adequação entre a comunicação das suas preocupações e intenções e a sua intervenção diária, apostando-se numa *correta* monitorização de como as ações praticadas favorecem as metas e os objetivos estipulados pelas instituições e serviços, ajustando-se a recolha de dados para o efeito, isto é, não se utilizando indicadores cujos resultados são facilmente superados.

Dado que é da nossa convicção o facto de que muitos técnicos e/ou hierarquias intermédias bloquearam determinadas intervenções, parece-nos igualmente que a academia não tem favorecido abordagens alinhadas ao Desenvolvimento Comunitário pois, caso contrário, encontrar-se-ia mais comumente profissionais com uma filosofia de atuação em defesa dos seus princípios. Assim, no geral, julga-se que a formação académica não tem incentivado suficientemente posicionamentos que estimulem uma visão mais ampla sobre a participação das pessoas nos processos que lhes dizem respeito, limitando-se a encarar as mesmas como “beneficiárias”, “clientes”, “utentes”, entre outros termos que as tornam meramente objetos das suas intervenções, e que visem uma visão

mais humilde sobre o conhecimento sobre o qual são detentores, assistindo-se frequentemente a rejeições de abordagens mais holísticas e multidimensionais, julgando que são os seus pareceres os mais adequados, menosprezando outros saberes e conhecimentos. Deste ponto de vista, torna-se para nós fundamental renovar a academia, quebrando paradigmas e “demolindo muros” que se teimam em erguer e que enfraquecem a cidadania.

Finalmente, a capacidade que os GC têm para cogir problemas e respostas essenciais e com relevância para as nossas sociedades exigem um reconhecimento político dos mesmos em questões fulcrais para o desenvolvimento das suas comunidades, como grupos representativos das mesmas, devendo assistir-se a uma valorização da sua existência e missão, que não só passe simplesmente pela validação das suas ações, mas que dignifique de facto a sua importância através do apoio às suas lutas e reivindicações, reforçando o seu papel na promoção da coesão social e territorial e favorecendo a sua presença nos centros de decisão.

Por outro lado, existem ainda outras plataformas, tais como as Comissões Sociais de Freguesia, as Redes Sociais, entre outras, cujos papéis e funções devem ser potenciados, num quadro onde a atual descentralização das políticas públicas é favorável à implicação destes atores na adoção de medidas que favoreçam o modelo de GLPP, fomentando o “regresso” do protagonismo das comunidades e incentivando a corresponsabilização e a cogestão na identificação e na resolução dos problemas e desafios das nossas sociedades, com vista ao seu bem-estar.

CAPÍTULO IV. REFLEXÕES SOBRE O QUADRO TEÓRICO, O MODELO ANALÍTICO E A METODOLOGIA ADOTADA

Este último capítulo traduz-se num conjunto de reflexões sobre os conceitos selecionados para o quadro teórico, o modelo analítico elaborado e a metodologia adotada, avaliando-se brevemente de que modo foram adequados para o desenvolvimento desta dissertação.

No que se refere ao quadro teórico, colocou-se a dúvida sobre quais os conceitos de referência mais pertinentes para a análise do estudo de caso. Não existindo dúvidas sobre a importância do conceito de Desenvolvimento Comunitário, foi sobre a revisão dos conceitos de GC e de GLPP que se colocaram mais interrogações, podendo estes ser substituídos pelos de Participação e de Parceria, dada a relevância que assumem na experiência. Contudo, não só porque os conceitos de Participação e de Parceria são princípios do Desenvolvimento Comunitário e, portanto, também mais ou menos expressos no trabalho dos GC e nos modelos de GLPP, optou-se pela revisão destes porque se considerou, face à vasta investigação já existente sobre os conceitos de Participação e de Parceria, que seria mais preponderante contribuir cientificamente para a exploração dos conceitos de GC e GLPP, menos visíveis no campo académico, reconhecendo-se igualmente a sua especificidade na análise do estudo de caso. Ao mesmo tempo, pareceu-nos pertinente deixar clara a íntima relação entre estas três dimensões, isto é, Desenvolvimento Comunitário, GC e GLPP, como visto ao longo do presente trabalho.

Relativamente ao modelo analítico, são quatro as principais reflexões que merecem destacar. Em primeiro lugar, ao longo da recolha dos dados, foi possível compreender que algumas das dimensões de análise e indicadores selecionados não eram tão revelantes como outros (como por exemplo, o balanço dos processos de *empowerment* desencadeados pela ECAR face aos tipos de envolvimento nas tomadas de decisão), perdendo-se a oportunidade de a investigação aprofundar questões mais pertinentes, em detrimento de uma análise mais alargada.

Ao longo da condução das entrevistas, em segundo lugar, foi possível perceber que, com exceção de apenas um, todos os entrevistados procuravam confirmar se as suas respostas tinham sido suficientemente aprofundadas, aquando das suas respostas, o que em parte limitou o desenvolvimento das mesmas, condicionando assim algumas interpretações mais consistentes sobre as respostas obtidas. Quivy and Campenhoudt (1998) alertam para o facto de uma das dificuldades em contexto de entrevista resultar em respostas por parte dos entrevistados que procuram confirmar ou infirmar as ideias do investigador, por este assumir um posicionamento mais autoritário e de imposição das suas visões. Contudo, julgamos que esta limitação se prendeu, neste caso, com o facto de os entrevistados ficarem “impressionados com o estatuto do investigador ou com a situação de entrevista” (p. 75), isto é, pelo facto de o entrevistador ter um conhecimento aprofundado sobre o objeto de análise. Ao tomarmos consciência deste facto, evitou-se colocar mais questões e aprofundá-las, pretendendo que o entrevistado interviesse da forma mais aberta e livre possível.

A terceira e quarta reflexões prendem-se sobretudo com as técnicas utilizadas: poderia ter sido benéfico que a investigação reunisse a opinião de mais elementos do GCGA não-pertencentes à ECAR, eventualmente através da concretização de inquéritos por questionário, combinando análises menos exaustivas mas mais representativas deste grupo de pessoas, tendo-se perdido alguma extensividade em detrimento de um maior aprofundamento das perceções dos entrevistados (Almeida 1994, p. 213). Contudo, por fim, considera-se que a dinamização do *focus group* foi muito importante, não só do ponto de vista da análise dos dados, permitindo complementar alguma da informação recolhida através das entrevistas e dos documentos analisados, mas também da perspetiva da sua valorização, sendo para nós justo que o intenso envolvimento e participação destes atores na experiência seja reconhecido, tendo o seu empenho sido imprescindível para os resultados que foram alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J.F., (coord) et al., 1994. *Introdução à Sociologia*. [pdf]. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luis-Capucha/publication/301799546_Introducao_a_Sociologia/links/5728bf7808ae2efb7e3d0/Introducao-a-Sociologia.pdf
- AMARO, R. R., 2003. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de estudos africanos* 4, 37-70.
- AMARO, R. R., 2009. Desenvolvimento Local. In: Hespanha P. et al. (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra: Edições Almedina SA, pp. 108-113.
- AMARO, R. R., 2016. A Sustentabilidade das organizações de economia solidária – proposta de conceptualização e de avaliação. *Revista de economia solidária – Os desafios da gestão de organizações de economia solidária* 10, 98-123.
- AMARO, R. R., 2018. *Manual de práticas e métodos sobre grupos comunitários*. Lisboa: Leigos para o Desenvolvimento.
- AMARO, R. R., 2018b. Nota editorial. *Revista de economia solidária – A economia solidária e os comuns imateriais – o caso específico da moeda* 12, 7-11.
- AMARO, R. R., 2019. Desenvolvimento Sustentável. In: Mosaiko – Instituto para a Cidadania, *Desenvolvimento Sustentável – V Semana Social Nacional*, Luanda (de 22 a 24 de Janeiro de 2019), 15-40.
- AMARO, R. R., 2020. Percursos de Intervenção Comunitária na SCML. *Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Desenvolvimento Comunitário n.º 4*, 17-25.
- AMARO, R. R., 2022. Desenvolvimento comunitário em Portugal: Caminhos para o aprofundamento da democracia (uma Governança Local Partilhada e Participativa em contexto de crises. In: Estivill. J. & Balsa, C. (orgs.), *Economia Local, Comunitária e Solidária – O desenvolvimento visto de baixo*, Famalicão: Edições Húmus, Lda., pp. 192-282.
- ANDER-EGG, E., 2003. ¿Qué es el desarrollo de la comunidad?. In: Ander-Egg, E. (dir.), *Metodología y práctica del desarrollo de la comunidade*, Vol. I, Buenos Aires: Grupo Editorial Lumen.
- ARNSTEIN, S. R., 1969. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners* [Online], Vol. 35. [visitado a 18/10/2023]. Disponível em: https://www.miguelangelmartinez.net/IMG/pdf/1969_Arnstein_participation_ladder_AJP.pdf
- BLISS, F. & NEUMANN S., 2008. Participation in international development discourse and practice: “State of the art” and challenges [Online], [visitado a 18/10/2023]. Disponível em: <https://www.uni-due.de/imperia/md/content/inef/report94.pdf>
- BOELLSTORFF, T., et al., 2012. “Data analysis”. In: Boellstorff, T., et al., *Ethnography and Virtual Worlds*, Princeton, NJ: Princeton University Press, 159-181.
- BURGESS, R. G., 1984. Registrar e analisar informação de campo. In *A pesquisa de terreno. Uma introdução*. Celta. pp. 181-201.

- CARMO, H. (2001). A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. [Online], [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1853>
- COMISSÃO DE BRUNDLAND, 1987. Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future [Online], [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>
- DE ANGELIS, M., 2019. Commons. In: Kothari A., Salleh A., Escobar A., Demaria F. & Acosta A. ed., *Pluriverse: A Post-Development Dictionary*. New Delhi: Tulika Books, pp.124-127.
- EQUIPA DE CONTACTOS E ACOMPANHAMENTOS DE REFERÊNCIA (ECAR), 2020. Relatório Institucional sobre a ECAR (Equipa De Contactos E Acompanhamentos De Referência).
- ESTIVILL, J., 2003. *Panorama da luta contra a exclusão social – conceitos e estratégias*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho – STEP/Portugal.
- ESTIVILL, J., 2020. Do passado ao futuro: os desafios atuais do Desenvolvimento Comunitário. *Cadernos Técnicos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Desenvolvimento Comunitário n.º 4*, 6-15.
- FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA, 2012. *Plano de Ação 21 e Estrutura de Monitorização – Bairro PER da Ameixoeira*. [Online], [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: https://www.gebalis.pt/Geral/Publicacoes/Relatorios_Outros/Lists/DocumentsList/planoameixoeira.pdf
- FERGUSON, J., 2015. *Give a Man a Fish*. Durham and London: Duke University Press.
- FERREIRA, B. and AMARO, R. R., 2021. The Community Groups of Lisbon as «Commons». *Revista de Economia Solidária 14 – A Economia Solidária em face da Covid-19*, 66-101.
- FERREIRA, B. and RAPOSO, R., 2017. Evolução do(s) Conceito(s) de Desenvolvimento. Um Roteiro Crítico. *Cadernos de Estudos Africanos 34*, 113-144.
- FERREIRA, E. (coord.), 2017. Referencial Teórico e Metodológico para o Desenvolvimento Comunitário. *Coleção Sebentas de Ação Social 2*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/ Centro Editorial.
- FERREIRA, S., 2009. Governação Local. In: Hespanha P. et al. (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra: Edições Almedina SA, pp. 213-218.
- FRAGOSO, A., 2005. Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual. *Revista Portuguesa de Educação, vol. 18, núm. 1*, 23-51.
- FRIEDMANN, J., 1996. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Celta Editora.
- FUNG, A., 2006. Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review - Special Issue: Collaborative Public Management Vol. 66* [Online], [visitado a 18/10/2023]. Disponível em: <https://faculty.fiu.edu/~revellk/pad3003/Fung.pdf>
- GEBALIS, EM. SA., 2019. *Projetar o(s) Futuro(s) da Ameixoeira*. [Online] [visitado a 18/10/2023].

Disponível em:

https://www.gebalis.pt/Geral/Publicacoes/Relatorios_Outros/Lists/DocumentsList/CadernosDIL_Ameixoeira2028.pdf

GRUPO COMUNITÁRIO GALINHEIRAS/AMEIXOEIRA (GCGA), 2020. *COMVIV-20 – Comunidade Viva!* – Ficha de candidatura do projeto no âmbito do Programa Bairros Saudáveis. [Online] [visitado a 18/10/2023].

Disponível em: <https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000599/index.htm>

GRUPO COMUNITÁRIO GALINHEIRAS/AMEIXOEIRA (GCGA), 2020b. Registos das Reuniões Plenárias do GCGA no ano de 2020.

GRUPO COMUNITÁRIO GALINHEIRAS/AMEIXOEIRA (GCGA), 2021. *Breve Retrospectiva de 2020* – Relatório de Avaliação do GCGA em 2020.

GRUPO COMUNITÁRIO GALINHEIRAS/AMEIXOEIRA (GCGA), 2021b. Registos das Reuniões Plenárias do GCGA no ano de 2021.

GRUPO COMUNITÁRIO GALINHEIRAS/AMEIXOEIRA (GCGA), 2022. *Breve Retrospectiva de 2021* –Relatório de Avaliação do GCGA em 2021.

GUERRA, I., 2002. Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das “novas políticas sociais”. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online] 63 [Visitado a 18/10/2023]

Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-047-074-Isabel%20Guerra.pdf>

GUERRA, I., 2010. Participar porquê e para quê? Reflexões em torno dos efeitos da democracia local na equidade e na legitimidade dos eleitos. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online] 91, [Visitado a 18/10/2023].

Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/4182>

HARVEY, D., 2011. The Future of the Commons. *Radical History Review, Issue.* [Online] 109, [Visitado a 18/10/2023].

Disponível em: https://davidharvey.org/media/Harvey_on_the_Commons.pdf

HENRIQUES, J. M., 2010. Inovação Social e Coesão Territorial – contributos EQUAL In Gabinete de Gestão EQUAL. *Para uma Nova Intervenção Social.* [Online], [Visitado a 18/10/2023].

Disponível em: https://www.ces.uc.pt/projectos/pis/wp-content/uploads/2013/02/44_SEPARATA_EQUAL.pdf

HOLLENDER, R., 2016. A Politics of the Commons or Commoning the Political? Distinct Possibilities for Post-Capitalist Transformation. *SPECTRA: the Social, Political, Ethical, and Cultural Theory Archives.*

JESSOP, B., 1998. The Rise of Governance and the Risks of Failure: the Case of Economic Development. *International Social Science Journal* [Online] 155 [Visitado a 18/10/2023].

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228009942_The_rise_of_governance_and_the_risk_of_failure_The_case_of_economic_development

- LAVILLE J. (2009). Solidariedade. In: Hespanha P. et al. (orgs.), *Dicionário internacional da outra economia*, Coimbra: Edições Almedina SA, pp. 310-314.
- LIMA, M., 2014. *Tensões, Compromissos e Articulações entre o Poder Local e as Dinâmicas Participativas Locais dos Bairros da Adroana, de Alcoitão e da Cruz Vermelha (Alcabideche, Cascais)*. Dissertação [Mestre], ISCTE-IUL.
- LIMA, M., AMARO R.R. and FERREIRA, B., 2021. Uma Experiência de Governança Local Partilhada e Participativa. *Revista de Economia Solidária 14 – A Economia Solidária em face da Covid-19*, 142-153.
- MARCHIONI, M., 1999. *Comunidad, participación y desarrollo – Teoría y metodología de la intervención comunitaria*. [pdf] Madrid: Editorial Popular. Disponível em: <https://comunidadmdq.files.wordpress.com/2014/04/comunidad-participacion-y-desarrollo-m-marchioni.pdf> [visitado a 18/10/2023].
- MARCHIONI, M., 2003. Organización y desarrollo de la sociedad. La intervención comunitaria en las nuevas condiciones sociales. *Cuadernos de Animación* [Online] 5 [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: <http://biblioteca.udgvirtual.udg.mx/jspui/bitstream/123456789/971/1/Cuadernos%20de%20animacion%20de%20la%20I%20escuelaformativa%20de%20ASC.pdf>
- MEIRINHOS, M. and OSÓRIO, A., 2010. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação*. [Online] Vol 2(2) [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/259338491_O_Estudo_de_caso_como_estrategia_de_investigacao_em_educacao
- MIRÓ, I., 2018. Commons & Coops. Hacia el autogobierno del común. *Revista de Economia Solidária 12 – A Economia Solidária e os Comuns Imateriais – o caso específico da Moeda* 12, 38-67.
- NUNES, M.N. (coord.), et al. 2017. *Intervenção Comunitária – Conhecimentos e Práticas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa/ Centro Editorial.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU), 2006. *Definition of basic concepts and terminologies in governance and public administration*. Committee of Experts on Public Administration – Fifth session, [Online], [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/566603>
- QUIVY, R. and CAMPENHOUDT, L.V., 1998. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. [pdf]. Lisboa: Gradiva. Disponível em: <https://tecnologiamidiaeinteracao.files.wordpress.com/2018/09/quivy-manual-investigacao-novo.pdf>
- RODRIGUES, W., 2005. Planeamento e Governança Territorial: Uma Reflexão Sociológica a Partir do Terreno. *Cidades – Comunidades e Territórios* [Online] 10 [Visitado a 18/10/2023].

Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3415/1/Cidades2005-10_Rodrigues.pdf

SILVA, M.M. 1963. Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, [Online], Vol. I, 4 [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W1IYC0wp0LI19BR8.pdf>

SINGER, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. [pdf] São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>

STANDING, G. (2014). *O precariado: a nova classe perigosa*. Lisboa: Editorial Presença.

WHITE, S., 1996. Depoliticising Development: The Uses and Abuses of Participation. *Development in Practice*. [Online] Vol.6. [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240528117_Depoliticising_Development_The_Uses_and_Abuses_of_Participation

WIDLOK, T., 2013. Sharing – Allowing others to take what is valued. *HAU: Journal of Ethnographic Theory* [Online] 3 (2) [Visitado a 18/10/2023]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285281480_Sharing_Allowing_others_to_take_what_is_valued

ANEXOS

Anexo A. Grupos Comunitários (GC) de Lisboa por períodos de surgimento e zonas da cidade

(adaptado de Amaro 2022, p. 252-253).

Período de surgimento	Grupo Comunitário (GC)	Bairro(s)	Freguesia
1993-1996	GC do Bairro do Padre Cruz (GCPC)	Padre Cruz	Carnide
	GC da Horta Nova (GCHN)	Horta Nova	
	GC da Alta de Lisboa (GCAL)	Alta de Lisboa	Lumiar e Santa Clara
	CG das Galinheiras/Ameixoeira (CGGA)	Galinheiras e Ameixoeira	Santa Clara
	GC dos Lóios (GCL)	Lóios	Marvila
1997-2008	GC do Bairro da Flamengo (GCF)	Flamenga	
	GC do Condado (GCC)	Condado	
2009-2021	GC 4 Crescente (GC4C)	Alfinetes, Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé e Salgadas	Marvila
	GC Alfredo Bensaúde (GCAB)	Alfredo Bensaúde	Olivais
	GC do Bairro do Armador (GCA)	Armador	Marvila
	GC das Fonseca e Calçada (GCFC)	Fonsecas e Calçada	Alvalade
	GC da Liberdade-Serafina (GCL-S)	Liberdade e Serafina	Campolide
	GC de Olaias – Portugal Novo (GCO-PN)	Olaias e Portugal Novo	Areeiro
	GC de Marvila Antiga (GCMA)	Marvila Antiga	Marvila
	GC de Campo de Ourique (CGCO)	Campo de Ourique	Campo de Ourique
GC de Santo António	Freguesia de Santo António	Santo António	

Anexo B. Guião de Entrevista

I. Dados sobre relação com o território

1. Que tipo de relação tem com o território Galinheiras/Ameixoeira?
2. Imagem do território
3. Há quanto tempo participa no GCGA?

II. Participação

4. Que tipo de participantes considera que fizeram parte do processo e da experiência da ECAR?
5. Na sua perspetiva, de que forma a comunidade participou neste processo/experiência?
6. Como avalia a participação de moradores neste processo?

III. Parceria

7. E em relação à parceria, que tipo de parceiros fizeram parte do processo e da experiência da ECAR, na sua opinião?
8. De que maneira, na sua ótica, os parceiros se envolveram neste processo/experiência?
9. Como avalia a parceria das organizações neste processo?

IV. Visão integrada

10. Na sua ótica, verificaram-se constrangimentos à participação da comunidade e/ou à parceria das organizações? Se sim, que tipo de constrangimentos? Pode dar-me exemplos?
11. Considera que a experiência da ECAR foi conduzida por uma abordagem holística? Porquê?
12. Relativamente às decisões que foram tomadas ao longo do tempo neste processo, de que forma a comunidade e os parceiros contribuíram para as mesmas? Que tipo de envolvimento tiveram?

V. Satisfação das necessidades

13. Foram várias as problemáticas que surgiram ou que foram desocultadas com esta experiência. Na sua perspetiva, quais foram as principais? Considera que as necessidades identificadas foram respondidas? Pode dar-me exemplos?

VI. Mobilização de recursos locais

14. Se sim, na resposta a essas problemáticas/desafios, considera os recursos locais que foram mobilizados tiveram algum contributo? Se sim, qual/quais?

VII. Territorialização

15. De que forma esta experiência evidencia sinais de enraizamento/ligação ao território?

16. Nesta experiência, considera que existem exemplos de enraizamento/ligação ao território por parte de moradores e/ou técnicos que tiveram impacto positivo na resposta aos problemas identificados?

VIII. *Empowerment*

17. Considera que o processo da ECAR teve resultados do ponto de vista de empowerment? Se sim, de que forma?

IV. Sustentabilidade

18. Na sua perspectiva, considera que a experiência da ECAR teve continuidade, de alguma forma, em algum tipo de processo/ação? Se sim, pode dar-me exemplos?

Anexo C. Análise de entrevista a técnico de uma instituição do poder local

	EXCERTO DA RESPOSTA	NOTAS DE ANÁLISE (CATEGORIZAÇÃO)
1	<p>Pertenço ao Urbanismo, equipa multidisciplinar, criada em 2015, para as AUGI, da perspetiva do planeamento.</p> <p>A componente do meu trabalho tinha a ver com a intervenção social por um lado, tinha a ver com a recolha prévia de informação, antes da intervenção, no sentido de prevenir os impactes sociais no processo de intervenção.</p> <p>Nós verificámos que era preciso abordar isto de outra maneira. Era preciso perceber quem é que morava lá e em que condições.</p> <p>Esta componente dá-nos para perceber tendências.</p>	<p>Ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnico; • Área de intervenção: AUGI; • Objetivos: planeamento; recolha de informação sobre comunidade; prevenção de impactes sociais; análise de tendências.
2	<p>A imagem (...) é desconexa. Isto é um bocado uma manta de retalhos, várias épocas.</p> <p>Não podemos separar a área urbanística da área social.</p> <p>Tem que se ir ver as coisas, tem que se ir cheirar.</p> <p>É preciso provar de outra maneira, “Ah, aquilo parece que”, mas depois, manta de retalhos também do ponto de vista social.</p>	<p>Imagem do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconexo; • Manta de retalhos social. • Importância da relação das áreas urbanística e social.
3	<p>Ainda nós costumávamos reunir nas instalações do Centro Paroquial, ainda era na Rampa do mercado, em 94 mais ou menos.</p> <p>Havia gente estagiária, havia gente que já tinha vindo, até porque depois havia trocas e baldrocas, a coisa era um bocadinho de “geometria variável”, numa abordagem num território que era ainda mais desconexo do que agora, entre os grupos da Quinta da Pailepa, da Quinta Grande, com o pessoal à mistura do ISCTE.</p>	<p>Participação no GCGA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desde cerca de 1994; <p>Imagem do território (no passado):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais desconexo do que atualmente; • Fase embrionária. <p>Perceções sobre GCGA (no passado):</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Geometria variável” quanto aos participantes;

	<p>Havia aqui uma coisa que ainda estava muito embrionária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de elementos da academia (ISCTE)
4	<p>Se o CDCA não fosse âncora aqui para muitas coisas, se calhar as coisas não tinham sido este formato. Depois foram todas as extensões, nos vários formatos, do GC, em várias formas. Uns com a componente de morador, outras mais de serviço, até porque era uma questão de Saúde Pública, e depois todo um conjunto dentro das competências que eram necessárias para intervir. A CML-DRAUGI, aliás, interveio um bocado na retaguarda.</p>	<p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CDCA; • Serviços; • CML-DRAUGI; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores; <p>Tipologia das necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Saúde Pública; <p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conjugação de diferentes competências para intervenção; <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • CDCA – “Âncora”; <p>Tipologia dos parceiros (presença contínua/pontual):</p> <ul style="list-style-type: none"> • CML-DRAUGI – pontual; <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • CDCA – “Âncora”.
5	<p>Este processo começou pelo conflito, ou seja, há gente que está no espaço público e não devia.</p> <p>Havia aqui várias misturas e várias nuances, logo, um bocado entre o repressivo e o aconselhamento.</p> <p>O que já cá estava no território apresentaram-se naquele momento e tentou-se balancear então o contacto mais informativo e dissuasor, e um outro mais tipo repressivo e controlador.</p>	<p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repressivo/controlador; • Aconselhamento/informativo.

<p>6</p>	<p>Sei que houve alguns grupos de moradores, lembro-me que o [morador pertencente à ECAR] teve uma ação muito direta, conseguiu respigar uma pessoa aqui outra ali, sobretudo pela via da [técnica da área da educação da ECAR], nomeadamente, com os pais mais ativos, com uma ligação muito direta com a escola [Escola Básica Maria da Luz de Deus Ramos (EB1MLDR)], e que se conseguiu fazer uma mobilização, criar um embrião de pessoas que fossem porta a porta, e depois com a ajuda no CDCA e com o GC, também a ver quem é que pode dar o quê.</p>	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Morador da ECAR com ação muito direta; capacidade de mobilização de outras pessoas; • Participação na realização da caracterização da população; • Pais ativos; <p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de caracterização da população; <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR – mobilizadora; • CDCA – mobilizador; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligação muito direta com a escola. <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento ativo e mobilizador;
<p>7</p>	<p>A Saúde foi determinante, depois o CDCA, a CML-DRAUGI estava presente quando era possível. Lembro-me que houve algum pessoal, a Associação de Moradores a determinada altura, com alguns inputs importantes, lembro-me que havia uma coisa ténue do Centro Paroquial mas depois não se viu muito. Era mais ou menos o pessoal habitual.</p>	<p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • USP; • CDCA; • CML-DRAUGI; • Associação de Moradores da Área das Galinheiras (AMAG); • Centro Paroquial; <p>Tipologia dos parceiros (participação pontual/contínua):</p> <ul style="list-style-type: none"> • CML-DRAUGI – pontual; • Centro Paroquial – pontual; <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p>

		<ul style="list-style-type: none"> • USP – determinante; • CDCA – papel ativo; • AMAG – <i>inputs</i> importantes.
8		
9	<p>A Saúde é que acabou por liderar, <i>top down</i>, e depois chocou cá em baixo com uma série de circunstâncias que estavam a acontecer, e que eles tiveram que ajustar e acabaram por mobilizar uma série de gente. Andavam com grupos a sensibilizar.</p> <p>A [técnica da área da saúde da ECAR] assumiu uma parte muito relevante e vinda do topo, mais ou menos a nível de planeamento intermédio, por ausência de visão de quem estava no topo. Depois quem andou a fazer essas pontes foi o [voluntário académico da ECAR].</p> <p>Até que surgiu a questão dos Bairros Saudáveis.</p>	<p>Tipos de envolvimento na tomada de decisão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decisões que não envolveram GC (nem moradores, nem instituições e serviços); <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • USP – liderança; papel relevante; mobilização de pessoas; sensibilização; planeamento intermédio; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de pontes/mediação; <p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização;
10	<p>A nível de moradores, inicialmente, havia uma certa relutância. É uma questão de Saúde, é para profissionais. Este pessoal está a prevaricar e não está a cumprir aquilo que são os procedimentos que devem ser tidos em termos de saúde, de uma forma prescritiva. E quando começaram a perceber que havia forças e formas de fazer, e que se o que se aplica noutras zonas da cidade aqui tem que haver ajustamentos, por circunstâncias diversas.</p>	<p>Constrangimentos à participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação/papel de moradores; • Sobrevalorização do conhecimento técnico (das instituições e dos serviços) vs popular (da comunidade); • Visão setorial por parte de parceiros; • Abordagem repressiva; <p>Visão setorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoção de visão setorial por parte das instituições/serviços;

	<p>Houve alguma interrogação como é que se fazia a integração dos moradores, mas isso só depois de terem percebido que era preciso, porque não ia ser eficaz uma abordagem tipo repressiva, que era bastante o que se passava na altura.</p>	<p>Perceções sobre a parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreensão por parte dos parceiros da importância da participação de moradores.
11	<p>Uma tentativa holística, sim. Isto estava centrado na saúde, num contexto muito próprio. Era um contexto de divergência que faz com que as pessoas se juntem, mesmo com as suas divergências. Ou seja, nós não podemos aplicar a um contexto que é excecional uma situação e dizer isto “é sempre assim”. Não, estamos a tentar uma exceção. Houve uma tentativa de facto holística, daqui a ter chegado a holística é outra coisa.</p> <p>Tens todo um nível intermédio, de mediação institucional, para o bem e para o mal.</p>	<p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tentativa de adoção de abordagem holística (não plenamente conseguida); <p>Perceções sobre participação/parceria/visão integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articulação de pessoas com divergências entre elas; <p>Flexibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contexto específico/excecional com respostas adaptadas às situações; <p>Constrangimentos à parceria/visão integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nível intermédio de mediação institucional “para o bem e para o mal” - Obstáculos com hierarquias institucionais.
12	<p>A questão das pessoas, haver uma cara conhecida das pessoas era fundamental, que lhes apresentasse alguém que possa falar do assunto e que não seja de cima para baixo, a explicar exatamente porque é que tem que ficar em casa e como é que pode compatibilizar o poder ficar em casa, por causa da precariedade.</p> <p>Houve informação que foi daqui para cima, querem um confinamento total, mas esta gente precisa de comer e, se não trabalhar, não come.</p>	<p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem de proximidade; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações praticadas por pessoas reconhecidas pela comunidade; <p>Tipologia de necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precariedade laboral; • Necessidade de pessoas irem trabalhar para se sustentarem vs confinamento;

<p>13</p>	<p>A primeira de todas não foi desocultada, estava desocultada há algum tempo, que é a população das Galinheiras e das AUGI tinha mudado. Se calhar a difusão da desocultação é que foi maior. Os precários dos anos 60, no sentido habitacional, e os clandestinos desta época, estão a ser clandestinos do século XXI. Em termos políticos, toda a gente ignorou, porque não têm peso político. Qualquer buraco à porta da zona nobre é mais importante do que esta questão. A menos que haja algum despoletador de alarme é que há desocultação. A emigração que está nas margens, já não é pós-colonial, mas é pós-pós-pós-colonial. Não houve muitas respostas porque estamos a intervir no privado habitacional.</p>	<p>Balanco dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades desocultadas com mais clareza; <p>Tipologia das necessidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional; • População não-regularizada; • Questões sem peso político; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional – sem muitas respostas (devido ao facto de serem residentes em habitações privadas nas AUGI).
<p>14</p>		
<p>15</p>	<p>Acho que a ECAR é o limiar de outra época em termos locais. Tudo se juntou, pandemia, processo migratório, esvaziamento dos idosos, etc., parece que juntou no tempo e no espaço um conjunto de coisas. Ainda bem que estávamos cá todos no território e com alguma ligação uns com os outros. Que aquilo é um pronúncio de outras coisas, de outra abordagem, tanto é que foi possível chamar mais tarde a academia.</p>	<p>Tipologia de necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processos migratórios; • Isolamento dos idosos; <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligação entre elementos do GCGA; <p>Tipologia de recursos mobilizados (endógenos vs exógenos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilização da academia; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pronúncio de outras coisas, de outra abordagem;

	<p>Nós estamos num momento de transição e a ECAR é um portal de entrada para outras coisas, com outra lógica de intervenção e com outra realidade. Isto mudou.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Portal de entrada para outras coisas”; • Lógica de intervenção diferenciada; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de paradigma de intervenção.
16		
17	<p>O <i>empowerment</i> é sempre uma coisa difícil de definir e avaliar. Houve uma forma de pôr as pessoas a par como agentes de saúde. Uma consciencialização mais do que o <i>empowerment</i>. O <i>empowerment</i> tem que ser visto de dois lados, de quem cede o poder e de quem o recebe. Quem cede é do ponto de vista técnico e político, e quem o recebe é de quem habita e que está com pouca capacidade. Isto é um processo contínuo.</p> <p>Muitas coisas do <i>empowerment</i> dão-se de cima para baixo.</p>	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores como agentes de saúde; <p>Balço dos processos de <i>empowerment</i>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem <i>empowerment</i> efetivo (<i>empowerment</i> significa redistribuição de poder) mas moradores ganharam maior consciencialização;
18	<p>Ajudou numa coisa muito importante. A ECAR e o projeto COMVIV-20 acabaram por dar consistência e coerência a algumas ações desgarradas e dizer “isto é possível”.</p> <p>Outra coisa, as pessoas procuram respostas independentemente das fronteiras que tem o território; sabem lá se estão em Loures, em Odivelas, ou em Lisboa. As pessoas precisam de saúde e procuram onde necessitam. Lisboa não tem já as fronteiras que tinha.</p> <p>As pontes que se fazem é que são fundamentais.</p>	<p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consistência e coerência em algumas ações desconexas; • Mudança de paradigma de intervenção; <p>Balço dos processos de <i>empowerment</i> como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Moradores</u> – procura de respostas para os seus problemas;

Anexo D. Análise de entrevista a técnico da área do apoio social

	EXCERTO DA RESPOSTA	NOTAS DE ANÁLISE (CATEGORIZAÇÃO)
1	Sou Assistente Social aqui na zona das Galinheiras/Ameixoeira há 9 anos.	Ligação ao território: <ul style="list-style-type: none"> • Técnico há 9 anos.
2	<p>Eu acho que é um território com população que começa a ser já mais diferenciada, mais diferenciada no sentido de tipologias diferentes de famílias. Tenho uma predominância de população de etnia cigana, também acompanho muito emigrantes, principalmente ali nas zonas das vilas, emigrantes africanos. Temos uma população com elevado nível de baixa escolaridade, muito desemprego, muito trabalho precário, tem havido aqui, na minha ótica, alguma variação, nos últimos 9 anos, das pessoas estarem mais incluídas a nível de sociedade. Penso que houve aqui uma fase em que as pessoas começaram a estar mais integradas a nível de grupo. Acho que é um território que precisa de muito trabalho ainda, acho que se tem feito uma série de coisas giras, mas acho que ainda é preciso uma grande evolução e um trabalho bastante complementar entre as várias instituições, entre os parceiros, entre o GC, entre a própria população. Tem sido feita aqui uma avaliação dos problemas do território ao longo dos anos, muito pelo CDCA, mas que tem havido tanta mudança e tanta evolução ao longo dos anos que acaba por ser difícil ter uma avaliação muito estagnada, isto está sempre a mudar.</p>	Imagem do território: <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade multicultural: população de etnia cigana, imigrantes (sobretudo africanos); • Pessoas mais integradas socialmente do que no passado; • Necessária mais intervenção; • Mudanças rápidas que condicionam diagnósticos; Tipologia das necessidades existentes: <ul style="list-style-type: none"> • Elevados níveis de baixa escolaridade; • Desemprego; • Trabalho precário.

3	<p>Eu comecei a participar no GC a partir do Covid, (...) portanto 2019/2020 e, entretanto, assim um bocadinho <i>on</i> e <i>off</i>, porque, entretanto, isto tem estado um bocadinho difícil de conjugar o pós-laboral, mais a nível pessoal.</p>	<p>Participação do GCGA: desde 2019. Participação atual interrompida.</p>
4	<p>Eu acho que a nível dos participantes moradores do GC, todos eles deram uma perninha. Todos eles tiveram algo a dizer, todos eles ajudaram nalguma coisa, nem que seja nas ações de sensibilização, nas ideias do que podia ser feito, acho que foram muito importantes na criação, no desenvolvimento e depois até na atuação da ECAR, muito em parceria. Eles pertencem ao GC, mas acabaram por arrastar outros moradores que não participavam de uma forma ativa e que passaram a participar mais nesta altura, começou a haver aqui alguma união ao nível dos moradores quando surgiu uma situação de crise mais acérrima. Isto começou muito com os moradores que participavam no GC, depois começou a ser alastrado, quando começaram a ser feitas as ações de sensibilização, começou a ser alastrado às pessoas por zona (...) acabaram por fazer muito a nível de sensibilização nas suas ruas, acabaram por alastrar para outras mas não para todas. (...) Acho que os moradores, para nós, foram-nos sinalizando ou vizinhos, ou família, portanto, acabou por ser importante também aqui neste âmbito.</p>	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa dos moradores do GCGA; • Participação nas respostas, na conceção das soluções, na partilha de informação e na mobilização de outros; • Participação nas ações de sensibilização; • Participação na identificação de situações; <p>Tipos de envolvimento na tomada de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão; <p>Perceções sobre a participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação ocorreu com efeito “bola-de-neve”. <p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização; <p>Valorização dos recursos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento dos moradores em todas as fases do processo; <p>Balanco dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • União de moradores;
5	<p>Eu acho que eles foram muito complementares aos vários técnicos, não só SCML, quer ao nível da Saúde, quer ao nível da JF [JFSC],</p>	<p>Valorização dos recursos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores envolvidos como fonte de informação;

	<p>quer a nível de outras instituições. Acho que os moradores tiveram um papel efetivamente essencial, pelo conhecimento e pela proximidade da comunidade local onde residem. Acho que nessa altura, até mais ao CDCA, até à própria PM nos momentos em que fizemos as ações de sensibilização, foram pessoas que se foram aproximando, foram perguntando, até nos foram informando de muitas coisas que estavam a acontecer que nós não sabíamos, houve aqui um papel muito, muito importante no facto de eles estarem abertos a trabalharem connosco, técnicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores envolvidos conheciam a realidade; • Abordagem de proximidade; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação na partilha de informação; <p>Perceções sobre a participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação ocorreu com efeito “bola-de-neve”; <p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização. <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura para cooperar.
6		
7	<p>Além dos moradores e dos voluntários, tivemos aqui várias instituições a vários níveis diferentes. Isto tudo começou com o Ministério da Saúde (MS) e com a Unidade de Saúde Pública (USP), que tinha representação no GC, que acabou por solicitar aqui ao GC que desenvolvesse aqui esta atividade. Acabou por envolver, a nível de parceria, técnicos da SCML, da JF [JFSC], da Saúde Pública [USP], dos Centros de Saúde do território [UCC], CML, Proteção Civil, PM, ACM, Segurança Social de Lisboa, associações do território, nomeadamente a PROSAUDESC – eu refiro a PROSAUDESC porque acabamos por trabalhar muito com eles –, tivemos ainda as farmácias, que não sendo um parceiro mais direto, acabaram por ter um grande papel nesta altura, as farmácias aqui do território.</p>	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Voluntários; <p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de parceiros; • Ministério da Saúde; • USP; • SCML; • JFSC; • USP; • UCC; • CML; • Proteção Civil; • PM;

		<ul style="list-style-type: none"> • ACM; • Segurança Social de Lisboa; • Associações do território; • PROSAUDESC <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posicionamentos a diferentes níveis; • PROSAUDESC – papel ativo; <p>Mobilização dos recursos locais (endógenos vs exógenos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • ACM; • Farmácias do território.
8	<p>Acho que no início foi difícil, porque efetivamente foi um pedido superior a nível do Ministério da Saúde, que solicita ao GC que faça um trabalho que, até então, era muito visto por ser um trabalho técnico, das instituições. Quando se começa a envolver moradores, quando temos andado a ser bombardeados com esta questão da proteção de dados, os técnicos acabaram por ficar um bocadinho com o pé atrás inicialmente, porque não sabíamos muito bem como é que íamos desenvolver esta atividade sem pôr em xeque a questão da proteção de dados das pessoas – até porque, por muito que umas não tenham nenhum problema com isso, outras poderiam ter. E como é que fazíamos isto? Fazíamos a pergunta primeiro, se eles aceitavam que vizinhos soubessem de coisas deles, ou como é que iríamos desenvolver aqui este trabalho de uma forma segura a esse nível, mas que ao mesmo tempo estávamos numa situação de crise, uma situação excecional, e quando há uma situação de</p>	<p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Saúde; <p>Tipos de envolvimento nas tomadas de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decisões que não envolveram GC (nem moradores, nem instituições e serviços); <p>Constrangimentos à participação/parceria/visão integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões deontológicas; <p>Flexibilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contexto específico/excecional com respostas adaptadas às situações; <p>Perceções sobre a participação/parceria/visão integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreensão dos papéis de cada um; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação na partilha de informação;

<p>crise e uma situação excepcional, temos que arranjar estratégias novas para lidar com problemas que surgem que não estamos habituados. Portanto, acho que inicialmente foi interessante, depois passou a ser difícil, e depois começou a desenrolar-se de uma maneira um bocadinho mais natural, quando as pessoas começaram a perceber qual é que era o lugar de cada um, o que é que era o lugar das coisas, e que trabalhar em conjunto efetivamente fazia aqui alguma diferença. Recebemos sinalizações de vizinhos, de pessoas que ninguém conhecia e que não se sabia o que é que se estava a passar. Ter noção que quando achávamos que estavam duas pessoas naquela casa e afinal estavam dez, também foi uma coisa diferente, porque as pessoas às vezes também tinham medo de recorrer até aos próprios serviços. Acho que por aí as coisas começaram-se a olear e a funcionar um bocadinho melhor. Arranjámos aqui uma estratégia de termos um pivot por área, a nível de SCML, Morador, Saúde, ECAR, GC, todos pertencentes à ECAR, de forma a cingir aqui um bocadinho a informação mas ao mesmo tempo a fazer com que ela fluísse e as coisas chegassem aos sítios certos. Nem sempre correu bem mas acho que é uma aprendizagem que podemos tirar daí para utilização futura, de uma ou outra forma.</p>	<p>Valorização dos recursos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores envolvidos como fonte de informação; • Moradores envolvidos conheciam a realidade; <p>Imagem do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores que não recorrem aos serviços; <p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articulação com instituições e serviços responsáveis por diferentes áreas. <p>Constrangimentos à parceria/visão integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em parceria nem sempre correu bem.
<p>9 Não estávamos à espera que conseguíssemos fluir desta forma, acho que criaram-se ligações entre técnicos que não existiam antes, as pessoas começaram a conhecer-se de uma outra forma,</p>	<p>Balanco dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da ligação entre técnicos;

	<p>falávamos por email ou por telefone, de uma forma mais distante, e quando tivemos que estar todos ali no território, ficar até às 22h00 a fazer visitas para perceber como é que estavam as coisas, fazer a avaliação... Por exemplo, eu estava no grupo com a Proteção Civil (PC), com a JF [JFSC] e com a Saúde para percebermos aqui a evolução dos contágios, das necessidades de cada agregado familiar, se faziam isolamento ou não, se estavam em cumprimento, este tipo de coisas acabou por ser estranho no início, deu muito trabalho depois, foram criadas bases de dados sem dados extraordinários a nível de passagem de informação mas uma coisa mais cingida, que acabou por conseguir olear a intervenção de outra forma e a parceria entre as organizações. Ou seja, passámos a ter contactos telefónicos, passámos a conhecer caras de PC que não conhecíamos e, portanto, acho que a nível das instituições as coisas correram bem. Demoraram a olear mas sim, <u>acho que isto tivesse continuado a evolução deste tipo de trabalho, tinha sido diferente mas ainda bem que não continuou, no sentido da razão para [isso].</u></p>	<p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PC; • JFSC; <p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilha de dados (cingidos) entre instituições e serviços. <p><u>Nota:</u></p> <p>“(...) acho que isto tivesse continuado a evolução deste tipo de trabalho, tinha sido diferente mas ainda bem que não continuou, no sentido da razão para [isso].”</p> <p>- Mudança de paradigma de intervenção? Só em momentos de crise?</p>
10	<p>Sim, já falei disso há bocadinho. No início, e acho que muito dependendo dos técnicos e dependendo de cada situação. Havia situações que técnicos não consideravam que os moradores e vizinhos deviam ter conhecimento de algumas coisas, mas vale o que vale porque, efetivamente, o que era mau para um lado, era bom para outro. Acho que no início houve aqui alguma resistência, dependendo das pessoas, quer moradores, quer técnicos de</p>	<p>Perceções sobre a parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de parceria dependente do técnico envolvido; • Hábito de trabalharem entre si, sem participação de moradores; <p>Constrangimentos à participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões deontológicas;

algumas instituições, nomeadamente a SCML, que manteve aqui alguma resistência em alguns assuntos. Acho, e porque depois começámos a ter sinalizações diretas, tivemos reuniões, [nomes de pessoas da ECAR], para eu passar as situações, porque eu era a pivot daqui, em que havia situações que eram sinalizadas – enquanto GC, enquanto ECAR, nós, porque eu pertença à ECAR também – mas que vos chegavam para vocês [ECAR] me sinalizarem a mim, enquanto ação social, de uma forma que nós sabíamos daqui que não era tão real assim. Acho que as pessoas utilizaram bem a ECAR mas como em tudo, há sempre pessoas que aproveitam para outras coisas. E chegavam-nos pedidos que já estavam satisfeitos do nosso lado, do lado institucional, e que acabava por criar aqui alguma entropia para outras situações que estavam mais escondidas e que efetivamente era preciso haver olho em cima delas. E aí era ótimo que os moradores tivessem nessas situações para nós. Acho que a questão dos moradores, sim, houve aqui algumas questões que não foram muito bem vistas a nível institucional porque também as instituições não estão habituadas a trabalhar com moradores no direto. O que não é bom, porque se nós estamos a trabalhar a parte social, temos que incluir a comunidade para podermos fazer um trabalho de forma adequada. Agora, às vezes também depende da forma como estas coisas acontecem. Eu acho que inicialmente foi uma coisa tão brusca, na forma de ter de ser, eu acho que muito técnicos sentiram que se estava a passar um atestado de estupidez aos técnicos, no

- Resistência à participação/papel dos moradores;

Tipologia dos parceiros (posicionamento):

- SCML – Resistência à participação/papel dos moradores;
- Tarefas: encaminhamentos/sinalizações

Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas):

- Sinalização de necessidades já respondidas;
- Sobreposição de apoios;

Tipologia dos participantes:

- Participação para benefícios próprios (aproveitamento);

Valorização dos recursos locais:

- Papel dos moradores;

Constrangimentos à parceria:

- Desvalorização dos conhecimentos técnicos;
- Questões deontológicas entre instituições e serviços.

Perceções sobre a participação:

- Podia ter sido melhor (momento de urgência afetou inclusão de moradores);

Adoção de uma abordagem holística:

- Necessidades trabalhadas em conjunto;

	<p>sentido de “vocês lá tiraram o curso, mas não têm noção do que se está a passar aqui. E nós sabemos melhor”. E acho que muitos técnicos, como foi uma coisa de crise e foi uma coisa imediata, e teve que ser porque tinha que ser, isto não correu da forma que devia ter corrido. Se calhar se isto da inclusão dos moradores neste tipo de trabalho tivesse sido feito de uma outra forma, tinha corrido de uma forma mais fluida. Em relação à parceria, acho que inicialmente também houve instituições que se repetiram inicialmente umas às outras, porque os contactos ainda não estavam tão fluidos assim mas, quando começaram a estar, esta coisa da sobreposição de apoios acabou por reduzir um bocadinho e as coisas começaram a ser trabalhadas em conjunto. Também houve, nestas reuniões com a PC, a Saúde e a SCML, também houve inicialmente algumas questões de que tipo de informações é que podiam ser passadas, porque esta questão da proteção de dados não foi só com os moradores, também foi entre instituições, porque a ação social também não tinha que saber exatamente o que é que as pessoas estavam a ter a nível de problemas de saúde, se elas não o permitissem.</p>	
11	<p>Considero que sim mas acho que, se todos nós tivéssemos iniciado isto de outra forma, a abordagem holística tinha sido completa. Ou seja, a ideia da criação da ECAR tinha por base uma abordagem holística, ver a população, ver a problemática, o trabalho que tinha que ser feito como um todo, quer a nível da população, quer a nível técnico, em que o trabalho devia ser avaliado e ser feito entre todos.</p>	<p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Foi-se desenvolvendo ao longo do tempo; • Trabalho realizado “num todo”; • Sinalizações realizadas por diferentes pessoas; • Por vezes não era possível;

Ou seja, devíamos avaliar não só com o nosso olhar técnico, mas também com o olhar de quem estava lá a viver e a passar pelas coisas, que tentámos fazê-lo, acho que todos nós enquanto ECAR tentámos fazer isso, às vezes não era assim tão possível, mas lá está, os constrangimentos existem e têm que ser trabalhados para as coisas evoluírem de forma completa. E a abordagem holística também se vai desenvolvendo quando se está a iniciar um projeto. A ECAR teve um maior impacto a nível funcional durante a pandemia. Desvaneceu um bocadinho no entretanto, a nível do seu objetivo inicial, mantendo-se depois aqui com algumas relações que podem continuar a ser trabalhadas com base naquilo que foi criado naquela altura. Mas sim, acho que de um modo geral a ECAR foi criada e foi trabalhada de uma forma holística, porque foram tidos em conta os vários parceiros envolvidos, enquanto moradores, voluntários, técnicos, saúde, ação social, emprego, habitação, subsistência a outro nível mais básico, quer a nível de parceiros. Nós não podíamos olhar só para esta pessoa está com Covid, vamos mandar para a saúde e acabou. Avaliávamos se tinham condições para comer, se precisavam de medicamentos em casa porque não podiam sair, se precisavam de outro tipo de bens, a nível da sensibilização, da partilha de informação entre pessoas, a nível técnico, a nível de vizinhos, o que seja. As próprias sinalizações foram feitas por todo o tipo de parceiros, desde moradores, a técnicos, o GC, e o CDCA também esteve muito

- Tidos em conta vários parceiros, de diferentes áreas, e moradores;
- Avaliação de necessidades de várias áreas;

Perceções sobre a ECAR:

- Maior impacto durante a fase de pandemia;

Balanco dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:

- Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência – relações criadas;

Tipologia dos participantes:

- Partilha de informação;

Tipologia dos parceiros (posicionamento):

- Partilha de informação;
- CDCA – “elo de ligação”;

Exemplos de enraizamento/ligação ao território:

- CDCA – “elo de ligação”;

Valorização dos recursos locais mobilizados:

- CDCA – “elo de ligação”;

	<p>presente no território, que acaba por ser o elo entre estas várias pessoas.</p>	
12	<p>Nós não fazíamos nada sem ser discutido em GC. Quer a opção de criação de uma ECAR, que foi decidida em GC, envolveu parceiros e moradores, a globalidade, quer a forma de funcionamento da ECAR, quer aquilo que poderia ou não ser feito, todas as decisões que foram tomadas em relação à ECAR e ao funcionamento dela e a tudo o que ela envolvia e abrangia foram decididas em sede de GC. Além de que fomos tendo aqui algumas reuniões enquanto grupo ECAR, nós partilhávamos as coisas, as nossas ideias, daquilo que devia ser feito nas reuniões da ECAR e depois passávamos isto para as reuniões do GC de forma a ser validado quer por parceiros quer por moradores. Portanto, penso que toda a gente que teve envolvida neste processo teve algo a dizer nas tomadas de decisões e no funcionamento da ECAR.</p>	<p>Tipos de envolvimento nas tomadas de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decisões da ECAR partilhadas em GC; • Envolvimento de moradores e parceiros nas tomadas de decisão; • Decisões tomadas pela ECAR legitimadas pelo GC e moradores; • Tomada de decisões desencadeada pela ECAR para ser partilhado e legitimado pelo GC; • Toda a gente envolvida fez parte das tomadas de decisão.
13	<p>Acho que as situações que foram desocultadas maioritariamente foram as situações de precariedade, pessoas que estavam irregulares a nível de documento no país, aquelas que foram desocultadas, ou seja, que os serviços não tinham conhecimento. Principalmente foram as pessoas que estavam em situação irregular no país, sem documento, a viver e a trabalhar em situações precárias, isto aqui implica pobreza desconhecida. Há muita pobreza escondida e envergonhada, ou seja, nós trabalhamos muito com pessoas com insuficiência económica, com problemas a</p>	<p>Balanço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades desocultadas; • Reforço de solidariedade; <p>Tipologia das necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • População irregular; • Precariedade laboral; • Precariedade habitacional; • Pobreza;

	<p>nível de subsistência, de organização, mas há pessoas que não recorrem (...) por desconhecimento dos serviços, muitas vezes por vergonha, porque são pessoas que estão habituadas a trabalhar. Na altura do Covid houve muita gente que ficou desempregada, ou não sabia, ou teve efetivamente vergonha de dizer que estava a passar fome, que não tinha dinheiro para pagar as despesas. Estas para mim foram as mais preocupantes. Foi famílias que estavam em situações de precariedade desconhecida e que não iriam recorrer a nós se não houvesse um movimento no território de vizinhos que se conheciam. Muitas vezes estas famílias tinham crianças a cargo. Foi interessante perceber que às vezes não recorrendo aos serviços presentes na comunidade, entre os moradores, os vizinhos, não se conhecendo, passaram a conhecer-se e a ajudar-se, os próprios pequenos negócios do território estiveram muito envolvidos neste tipo de apoios. Se as necessidades que foram identificadas foram respondidas, as que foram identificadas, penso que maioritariamente sim, de uma forma ou de outra. Ou seja, ou foram identificadas e com instituições conseguiu-se arranjar respostas ou, se não recorriam a instituições ou as instituições não tinham forma de dar resposta, houve outras formas de arranjar resposta.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso aos serviços (desconhecimento ou vergonha); • Desemprego; • Apoio alimentar; <p>Valorização dos recursos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores com conhecimento da realidade; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação como fonte de informação; • Participação nas respostas (p.e. apoio alimentar); <p>Mobilização de recursos (endógenos vs exógenos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pequenos negócios do território <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maioria das necessidades respondida.
14	<p>Sim. Acho que tiveram um impacto positivo, acho que neste tipo de problemáticas, aquilo que as instituições não conseguiam responder, o território respondeu. Às vezes, antes de chegar a nós,</p>	<p>Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de apoio resolvidas pela própria comunidade, frequentemente;

	<p>o território já tinha respondido. E, portanto, quando chegaram a nós a situação já não existia ou já estava mitigada. Houve muita solidariedade. Tu tinhas pessoas a passar fome que, quando chegavam a nós, já não estavam com essa necessidade porque a nível de território essa situação foi salvaguardada, as pessoas eram capazes de cozinhar para o vizinho e ir lá levar comida, o senhor do talho era capaz de pegar em comida e ir dar, não era vender, era ir a casa das pessoas e dar. A escola [EB1MLDR] esteve aberta para as famílias com crianças ou outras irem lá buscar comida para casa, ou irem lá comer, às vezes.</p>	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação nas respostas (p.e. apoio alimentar); <p>Valorização dos recursos locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de apoio resolvidas pela própria comunidade; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço de solidariedade; <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR: disponibilidade de recursos; apoio alimentar.
15	<p>Acho que foram criadas raízes no território nesta altura. Ou seja, a nível global, antes deste momento, havia um enraizamento, havia uma ligação ao território por parte da população que vivia cá há muito tempo. Acho que com tudo isto, e com as ligações que se foram criando, houve um aumento deste enraizamento, houve um aumento do sentido de comunidade, houve um aumento de relações de vizinhança válidas, com um peso positivo. Houve outro olhar por parte das pessoas, não só em relação às instituições, mas ao próprio GC, que começou a ter mais pessoas. Quer participem sempre ou participem menos, mas que vão tendo conhecimento e que vão passando palavra do que é que é feito e do que não é feito. (...) Por outro lado, ao nível do próprio recorrer aos serviços, tens muita gente que recorre menos, de uma forma tão regular, mas tens mais pessoas a vir ao serviço agora de novo. Ou seja, passa a</p>	<p>Valorização dos recursos mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço do enraizamento ao território; • Reforço do espírito de comunidade; • Mudança de perspetiva da comunidade sobre as instituições e serviços; • Aumento da participação; <p>Balço dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Moradores</u> – procura de respostas para os seus problemas; acesso a informação.

	<p>palavra a pessoas que não conheciam que os serviços existem. (...) eu começo a sentir que já não é só termos que ir ali aquele sítio, há mais coisas à nossa volta. Pessoas que já se informam e já vão diretamente, em vez de virem aqui pedir “como é que eu faço para”. Portanto sim, acho que o enraizamento existe, uns mais que outros, e tens pessoas que vêm para ficar, dantes tinhas muitas pessoas que vinham de passagem, e neste momento tens pessoas que vêm para ficar aqui.</p>	
16		
17	<p>Exatamente o que acabei de te dizer. Acho que sim. O facto de as pessoas do território estarem envolvidas num processo destes fez com que tivessem noção do seu valor, mais do que teriam antes. Ou seja, aquilo que eles dizem, aquilo que eles falam, importa. Importa para o desenvolvimento de coisas. Tanto que o desenvolvimento da ECAR só aconteceu porque, embora tenha sido feito um pedido superior institucional do Ministério da Saúde, ela só começou a funcionar quando isto foi discutido em grupo com as pessoas. Portanto, isto dá um <i>boost</i>, um <i>empowerment</i>, ao valor que as próprias pessoas dão a si próprias e que sentem que as instituições com peso, por assim dizer, ou que são reconhecidas como tal, tendo ou não, validam aquilo que quem cá mora quer e precisa, e identifica. Portanto, serem ouvidos faz com que as pessoas cresçam por dentro, se valorizem de outra forma.</p>	<p>Balço dos processos de <i>empowerment</i> como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Moradores</u>: Autovalorização; <p>Tipos de envolvimento na tomada de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão.

<p>18</p>	<p>Acho que sim, mas não enquanto ECAR, funcionamento com nome. Ou seja, eu tenho faltado um bocadinho ao GC, mas tenho aqui a noção do que se está a passar. Por exemplo, aqueles projetos que foram apresentados, houve imensas pessoas a concorrer, a nível de moradores que quiseram juntar-se e fazer coisas e acho que isso começou tudo lá atrás, começou tudo neste momento. Estes projetos já existiam antes, e quem é que participava? E neste momento não, neste momento tu tens pessoas a quererem fazer coisas. E, portanto, acho que esta experiência de envolvimento de instituições, moradores, voluntários num processo de crise, fez com que as pessoas percebessem que se querem mudar e fazer com o seu bairro evolua, eles têm que ter um pé assente lá. Não são as instituições que vão criar nada ali que vá desenvolver o que quer que seja a nível de vida. As instituições têm uma área de ação. Mas efetivamente, as Galinheiras/Ameixoeira tem muito pouco a nível de vida (...) não há coisas, não há ação, não há atividades, não há desenvolvimento. E eu acho que isso é importante e as pessoas estão a começar a perceber isso com base nisto que aconteceu, ou seja, foi uma evolução de mentalidade, acho que o facto de ter sido criada uma entidade que era a ECAR, em que foram chamados todos para trabalhar em conjunto, e houve coisas a acontecer que tiveram resultados positivos, fez com que as pessoas percebam que se elas estiverem nos processos, a vida ali evolui, e não têm que sair do seu bairro para ir viver coisas noutras sítios (...).</p>	<p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência; • Experiência reproduzida noutros projetos; • Envolvimento de moradores noutras dinâmicas locais; <p>Balço dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:</p> <p><u>Moradores:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior consciencialização – consciência de que podem ser protagonistas de mudanças; <p>Imagem do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de serviços e de dinâmicas.
-----------	--	---

Anexo E. Análise de entrevista a técnico da área da saúde

	EXCERTO DA RESPOSTA	NOTAS DE ANÁLISE (CATEGORIZAÇÃO)
1	<p>Comecei a trabalhar no território em 2005, portanto, já tenho alguns anos de contacto com a Comunidade. É uma relação de proximidade com algumas famílias. No início, em 2005 (...) a ligação com a comunidade era muito mais forte porque era uma presença constante no bairro. (...) é engraçado ver, quando algumas pessoas perguntam “então nunca mais foi ao bairro?”, em relação ao [nome de técnico da área da saúde].</p> <p>De qualquer forma, a minha ligação com a comunidade mantém-se (...) não só tenho relação com as crianças das escolas, como também com alguns pais.</p> <p>E depois o trabalho com o Grupo Comunitário (GC), com os parceiros. O meu trabalho é em estreita ligação com a comunidade, mas muita ligação com os parceiros também. Considero ter uma boa ligação com a Comunidade.</p>	<p>Ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnico desde 2015; • Área: Saúde; • Presença constante no bairro entre 2005 e 2010/2013; • Intervenção com famílias, crianças das escolas e pais; • Trabalho em estreita relação com GCGA, comunidade, parceiros; <p>Relação com comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Próxima; forte; boa ligação; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • UCC Lumiar: reconhecimento do técnico/serviço;
2	<p>Alguma coisa já melhorou, mas eu acho que ainda há muito para melhorar. O trabalho de intervenção na comunidade demora a ter frutos positivos mas já noto alguma melhoria, nomeadamente, no acesso à saúde, as pessoas já recorrem mais.</p> <p>No bairro, propriamente as zonas de PER, também ainda continuam com vários problemas, talvez já não tão graves como quando foi no início do realojamento. Mas quando vou ao bairro ainda vejo lixo</p>	<p>Imagem do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Melhorias face ao passado (início do realojamento); • Intervenção a longo-prazo com resultados positivos; • Melhorias no acesso à saúde; • Tem tido muita intervenção; • Lixo;

	<p>pelo chão, embora já se tenha feito muita sensibilização, alguns prédios degradados, também já se fez muita sensibilização para isso (...) porque depois há aqui uma barreira grande, que é na parte cultural, por muita sensibilização que seja feita sobrepõe-se muito este aspeto cultural, não é? Eles, refiro-me novamente aqui um bocadinho à comunidade cigana (...)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prédios degradados; • Barreiras culturais.
3	<p>Eu acho que mais ou menos logo no ano de 2005 eu comecei a ir às reuniões. Uma vez com uma participação mais ativa, outras vezes com uma participação mais passiva, mas eu acho que desde 2005.</p>	<p>Participação nas reuniões do GCGA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desde 2015; • Presença mais ou menos ativa ao longo do tempo.
4	<p>Lembro-me das auxiliares de educação da escola Maria da Luz de Deus Ramos. Várias delas participaram. Depois alguns moradores, o [nome de morador da ECAR], o [nome de morador da ECAR], o [nome de morador] (...) e por moradores, não estou a recordar assim mais ninguém. Depois tivemos vários parceiros institucionais, não é?</p>	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores com ligação ao território; • Moradores da ECAR; • Outros moradores. <p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR; • Diversos parceiros.
5	<p>Eu senti uma grande mobilização de toda a comunidade perante uma problemática de saúde grave que estava a acontecer naquele momento, penso que as pessoas não tiveram medo de colaborar. Foi impressionante, ver as pessoas que não tinham nada a ver com a saúde e envolverem-se numa pandemia, correndo os seus próprios riscos para a sua saúde, não é? Muita gente se juntou a nós, lembro-me até de outros parceiros que nós não conhecíamos</p>	<p>Perceções sobre a participação da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Grande mobilização de toda a comunidade; <p>Tipos de participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura da comunidade (disponibilidade); <p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de pessoas que não eram da área da saúde; <p>Tipologia de recursos mobilizados (endógenos vs exógenos):</p>

	<p>que tinham a ver com imigração depois que se juntaram, julgo que do ACM.</p> <p>Houve uma grande mobilização dos próprios professores da escola [EB1MLDR]. Por exemplo, nas ações de sensibilização à comunidade. (...) Eu acho que o GC, também porque já tem uma boa relação com toda a comunidade, consegue mobilizar muita gente. Sempre com mais participação de instituições mas sempre se ia juntando algum morador com mais alguma disponibilidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ACM; <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR – envolvimento; mobilização. <p>Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização; <p>Perceções sobre o GCGA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boa relação com a comunidade; • Capacidade de mobilização de moradores; • Parceria das instituições/serviços mais visível do que a participação da comunidade.
6	<p>Em quantidade, é uma percentagem pequena relativamente à população que temos na Ameixoeira, não é? Portanto, é uma participação baixa. De qualquer forma, os que estiveram vestiram a camisola, como eu costumo dizer, e alguns foram-nos ajudando. E a gente já sabe que é difícil mobilizar as pessoas da comunidade, mesmo para as nossas reuniões, para as nossas ações (...) mas alguns conseguimos sensibilizar e estiveram bastante motivados sempre a colaborar em todo o processo. Não sei bem quantificar, não sei se me estou a recordar de todos. Sem dúvida tivemos o [nome de dois moradores da ECAR], o [nome de morador] e depois tivemos o [nome de três moradores], que para além de trabalharem na escola também moram ali, e depois tivemos alguns pastores que o [nome de morador] pediu colaboração, o [nome de morador] e o outro senhor mais moreno, não me lembro agora o nome.</p>	<p>Perceções sobre a participação da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixos níveis de participação; • Dificuldade de mobilização da comunidade; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação intensa e motivada de quem esteve mais envolvido, com colaboração em todo o processo; • Moradores da ECAR; • Moradores com ligação ao território; • Pastores.

<p>7</p>	<p>A UCC Lumiar, a SCML, a JF [de Santa Clara], a Escola [EB1MLDR], a Associação de Moradores [AMAG] já não recordo bem se eles estiveram, a Saúde Pública [USP Lisboa-Norte], o CDCA, a Polícia [PM], tivemos muita participação da Polícia, principalmente na sensibilização, porque no início não fomos muito bem recebidos e depois foram necessários, a GEBALIS... Penso que já disse todos.</p> <p>Eu acho que toda a gente se envolveu, uns de uma forma mais ativa e presente em todos os momentos e outros somente em alguns momentos. Nem todos tivemos a mesma função neste processo, não é? Por exemplo, quando foi a parte da sensibilização, lembro-me que foi mais. Embora seja o GC, mas não esteve o GC todo, esteve mais o CDCA, esteve a saúde [UCC Lumiar e USP Lisboa-Norte], esteve a escola [EB1MLDR] em algumas ações e depois um ou outro parceiro que se ia juntando consoante as zonas que íamos fazer a sensibilização. Uma parceira que também esteve sempre connosco foi a [nome de técnico], da Nuclisol (...) a escola das Galinheiras não teve essa participação ativa na ECAR, foi mais a escola Maria da Luz e a Nuclisol.</p> <p>Depois no momento em que houve o rastreio, o rastreio do Covid, eu acho que houve uma grande mobilização de quase toda a gente do GC, porque tivemos várias funções, uns no rastreio, outros na logística, outros no encaminhamento, outros na sensibilização. E agora estou-me a lembrar que tivemos também a participação do</p>	<p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • UCC Lumiar; • SCML; • JFSC; • EB1MLDR; • USP Lisboa-Norte; • CDCA; • PM; • GEBALIS; • UCC Lumiar; • Nuclisol Jean-Piaget; • CML-DRAUGI; • AGEDI; <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior envolvimento – PM; UCC Lumiar; USP Lisboa-Norte; EB1MLDR; Nuclisol Jean-Piaget; AGEDI. <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior adesão em ações de sensibilização e no rastreio; • Tarefas: logística, encaminhamento, sensibilização; • Envolvimento de todos os parceiros do GCGA, de forma mais ou menos ativa; <p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização; • Rastreio;
----------	---	--

	<p>[nome de voluntário da academia da ECAR] e também da CML, na pessoa do [nome de técnico da CML-DRAUGI], que também esteve conosco em algumas ações diretas na comunidade. Portanto, nesse momento dos rastreios, eu acho que podemos considerar que tivemos aqui uma grande adesão dos parceiros de várias formas. Não nomeei ainda a AGEDI, embora a AGEDI tenha estado sempre a ajudar, embora faça parte do GC. Realço aqui o empenho da [nome de técnica da área da educação da ECAR], por exemplo, como professora, que teve sempre em tudo a dar o seu melhor e também no apoio a estas famílias que conhecia bem. Então eu acho que este projeto da ECAR foi uma experiência muito interessante de trabalho em parceria.</p>	<p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenadora da EB1MLDR – conhecimento aprofundado das famílias; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coordenadora da EB1MLDR – conhecimento aprofundado das famílias; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência de trabalho em parceria.
8		
9	<p>Algumas estiveram 100% em tudo. As que estão enquadradas no GC podemos dizer que se calhar estiveram quase sempre, e depois há aquelas de colaboração mais pontual. Eu acho que quando as pessoas são sensibilizadas para um problema comum, um problema de saúde pública, as pessoas aderem, se souberem bem qual é o objetivo, o que se pretende fazer com a intervenção.</p>	<p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Forte envolvimento dos parceiros do GCGA; <p>Tipologia dos parceiros (participação contínua/pontual)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alguns parceiros com presença pontual. <p>Tipologia de recursos mobilizados (endógenos vs exógenos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaboração pontual de instituições/serviços externos ao GCGA;
10	<p>Com a parceria das organizações, não senti. Com os moradores, houve um momento em que foi colocada a questão do sigilo profissional por alguns profissionais. Como é que se poderia garantir o sigilo, tendo moradores presentes nas reuniões ou na</p>	<p>Constrangimentos à parceria/visão integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não se verificaram; <p>Constrangimentos à participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões deontológicas;

	<p>partilha da informação? Aí senti haver constrangimento para com essas pessoas que queriam colaborar, mas que de alguma forma foi colocada essa questão. Com aqueles moradores com quem tínhamos uma relação de trabalho muito estreita, uma relação de confiança, eu penso que foi ultrapassado de alguma forma. A participação mais aberta não foi aberta a outros moradores. Com aqueles que já conhecíamos o seu trabalho, a sua dedicação, que já trabalharam connosco noutras situações, eu penso que conseguimos integrá-los no nosso trabalho de parceria e institucional, mas sinto que foi um bloqueio para outras pessoas que quisessem entrar. No fundo já eram moradores dentro do GC com um trabalho efetivo já de há muitos anos, e de algum modo era legitimado estarem envolvidos neste processo por nós todos, instituições.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação/papel dos moradores; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores mais ativos ligados a dinâmicas comunitárias; • Moradores com quem se tem relações de confiança; • Participação aberta apenas aos moradores que participavam no GCGA e que eram reconhecidos; <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores com quem se tem relações de confiança; <p>Perceções sobre a parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de integrar moradores reconhecidos no trabalho de parceria e institucional.
11	<p>Era esse o objetivo, não sei se conseguimos, mas o objetivo era fazer uma intervenção global não só dirigida ao problema essencial do Covid, mas também fazendo o levantamento de outras problemáticas que estas pessoas tinham na comunidade e tentar vermos de que forma é que este grupo da ECAR poderia encaminhar para os sítios específicos, de acordo com o problema e tentar resolver o problema existente. Não encontramos só um problema de Covid, encontramos muitos outros problemas, 'né? Foram identificadas algumas situações e ficaram a ser acompanhadas algumas famílias a quem se tentou dar essa</p>	<p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tentativa de aplicação de abordagem holística; • Objetivo – intervenção global não só específica à Covid-19; • Levantamento de problemáticas além da saúde; • Encaminhamento das situações por áreas de competência; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades desocultadas; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não respondidas):</p>

	<p>resposta, não a toda a comunidade, mas pelo menos tentou-se nos agregados que foram sinalizados como de maior risco.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento às famílias sinalizadas; respostas não foram alargadas a toda a comunidade.
12	<p>Às vezes não há tempo para termos uma discussão muito partilhada com parceiros e com a comunidade. Aquilo que aconteceu, aquela pandemia, foi tão rápida e os números a aumentar, foi uma coisa tão rápida que eu acho que houve momentos (eu falo por mim), que eu tive que organizar momentos de sensibilização e distribuição de máscaras que não tive possibilidade de alargar a grandes discussões. Eu acho é que há momentos em que tem que se intervir. Eu sei que não é o conceito da intervenção comunitária, sempre ser muito discutido, refletido, mas há momentos em que eu acho que estamos a perder tempo e a oportunidade de se atuar no momento certo. Aquelas decisões, por exemplo, de articular rapidamente com PM, com a Junta, vamos fazer sensibilização aqui, vamos fazer sensibilização ali, eu acho que não houve tempo para estar a partilhar e discutir se concordam, se não concordam. Noutras situações, houve reuniões de GC, em que fizemos por ZOOM, em que as pessoas foram convidadas a estar. Claro que muitos moradores não tinham possibilidade de estar, pelos poucos recursos de Internet. Momentos de reunião, eu acho que foi dada essa oportunidade, mas também houve momentos em que tivemos que agir segundo o bom-senso e em pequeno grupo, não dando possibilidade de ser uma coisa muito refletida.</p>	<p>Tipos de envolvimento na tomada de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de atuar de forma célere face à urgência, sem tempo para refletir e debater as respostas; • Validação de todos nas tomadas de decisão nem sempre possível devido à urgência; • Abertura para participar nas tomadas de decisão; • Decisões tomadas em pequeno grupo, face à urgência. <p>Constrangimentos à participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos (internet para participar em reuniões online); <p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações de sensibilização; • Distribuição de máscaras; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de eficácia em momentos de muita discussão e reflexão (“perder tempo e a oportunidade de atuar no momento certo”).

<p>13</p>	<p>Uma das grandes problemáticas eram as condições habitacionais, por exemplo, no Bairro das Galinheiras, onde fizemos a nossa maior intervenção, mas ali nas vilas das Galinheiras é as condições habitacionais e o número de pessoas por habitação. Daí também termos tido tantas pessoas infetadas por Covid nas vilas. Se houve solução, não, é um dos problemas que não está nas nossas mãos. Nas nossas mãos foi dizer a quem tem esse poder de fazer alguma coisa que existia aquela problemática, que as pessoas estavam a viver em casa com poucas condições e que algumas pessoas não tinham trabalhos, estavam ilegais ou tinham trabalhos precários. E muitas pessoas não podiam deixar de ir trabalhar porque, se não fossem, deixavam de ganhar. Acho que isso foi um alerta, agora se a gente conseguiu resolver, penso que não. Algumas questões terão sido ajudadas, mas não está nas nossas mãos poder dar casas com melhores condições de vida a estas pessoas. Agora, estas pessoas foram muito ajudadas com comida, a escola [EB1MLDR] fez comida, havia distribuição de comida, a Junta arranjava imensas refeições. Dentro do que foi possível do poder local, as pessoas foram ajudadas.</p>	<p>Tipologia de necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional; • Desemprego; • Trabalho precário; • População não-regularizada; • Necessidade de pessoas irem trabalhar para se sustentarem vs confinamento; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional sem resposta (devido ao facto de serem residentes em habitações privadas nas AUGI); • Necessidades de alimentação respondidas (EB1MLDR, JFSC); • Apoio por parte do poder local, dentro do possível.
<p>14</p>		
<p>15</p>	<p>Eu penso que a maior parte dos parceiros já eram de alguma forma conhecidos numa ou noutra parte do Bairro, e não nos foi difícil trabalhar esta situação porque já eramos pessoas reconhecidas, ou porque trabalhavam na escola [EB1MLDR], ou na SCML, ou era a</p>	<p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento dos técnicos no território; • Envolvimento da comunidade na resolução dos problemas; • Abordagem de proximidade;

	<p>Polícia. Por isso eu acho que o que esta experiência me enriqueceu a mim, o que reciclou, foi este trabalho de parceria e com a comunidade, envolveu-se pessoas da comunidade na resolução de um problema. Eu não sei se foi só esta experiência, para mim não terá sido só esta experiência da ECAR que demonstra enraizamento, eu acho que as pessoas já eram conhecidas e que o que houve foi uma abertura da comunidade, das pessoas abrirem a sua casa, falarem connosco, não terem medo de falarem connosco, porque já não éramos totalmente desconhecidos nesta forma de trabalho, de fazermos atividades em parceria, feiras da saúde, encontros, a festa comunitária. Portanto, eu acho que os parceiros já não eram vistos como alguém desconhecido quando andávamos na rua e, portanto, não foi a ECAR que nos deu a conhecer, foi ao contrário, nós já éramos conhecidos, a ECAR ainda nos proporcionou uma maior ligação com as pessoas da comunidade.</p>	<p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ações praticadas por “caras conhecidas”; • Enraizamento/ligação ao território por parte dos parceiros; • ECAR beneficiou do enraizamento/ligação ao território por parte dos parceiros; <p>Balanco dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Individual</u>: experiência enriquecedora; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de parceria com a comunidade; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento da comunidade na resolução dos problemas; • Abertura da comunidade (disponibilidade); <p>Balanco dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da ligação com a comunidade.
16	<p>Sim, principalmente o técnico ou o morador que ficou a acompanhar aquelas famílias, houve aí uma relação muito fortalecida.</p>	<p>Balanco dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da ligação com a comunidade.
17	<p>Claro que sim. Tivemos várias intervenções na comunidade de contato direto com as pessoas e de capacitação das pessoas. Muito positivo nesse aspeto. As pessoas tinham muitas dúvidas sobre o Covid naquela altura. Tinham muitos receios, tinham ideias malucas que ouviam aqui ou ali, como o chip da vacina, tivemos que</p>	<p>Balanco dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Moradores</u> – Acesso a informação sobre Covid-19. • Muito trabalho de capacitação.

	<p>desmistificar muitas coisas, falava-se muito de vacinação, mas também em relação à própria transmissão do vírus, aos cuidados a ter e, portanto, eu acho que tivemos uma intervenção, pelo menos lá no início em que era tudo novo para todos nós, fizemos muita capacitação, pelo menos tentamos, informarmos.</p>	
18	<p>Eu penso que não. A experiência da ECAR, no fundo, é o que nós acreditamos ser a melhor intervenção em termos comunitários. A ECAR propriamente dita integrou-se depois no projeto COMVIV-20. Eu penso que não continuou com o nome ECAR mas atividades continuaram a ser desenvolvidas dentro do projeto COMVIV-20. Teve continuidade não como ECAR, mas enquadrada dentro do projeto. As experiências passadas, ajudam-nos sempre num novo projeto, e o COMVIV-20 tinha lá várias atividades a continuar este trabalho na comunidade.</p>	<p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Modelo ideal de intervenção comunitária; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20; • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência

Anexo F. Análise de entrevista a morador da ECAR

	EXCERTO DA RESPOSTA	NOTAS DE ANÁLISE (CATEGORIZAÇÃO)
1	Sou morador, vivo na quinta da torrinha, já há sete anos, mas já vivia nas galinheiras, portanto, conheço bastante bem aquela zona, para além de ser uma zona de intervenção de muitos dos meus trabalhos dos últimos 20 anos. Tendo trabalhado na Alta [Alta de Lisboa], tendo trabalhado em vários projetos com escolas, com a JRS [Serviço Jesuíta aos Refugiados], que é daquele território e, portanto, a relação é bastante estreita e tem a ver com onde eu moro e onde trabalhava.	Ligação ao território: <ul style="list-style-type: none"> • Morador há mais de 7 anos; • Conhecimento aprofundado do território; • Trabalhos nos últimos 20 anos na Alta de Lisboa.
2	É um território muito diversificado. Se falo enquanto agitador social, considero o território muito desafiante, é mesmo por essa grande diversidade. Claramente traz muitas dificuldades, muitos problemas, que eu nunca vi realmente assim como problemas, mas como possibilidade para poder melhorar e desenvolver o território. Mas sim, é realmente um território muito fragmentado, mas esse é também resultado do seu historial, portanto, um território muito bem vincado nos vários subterritórios. Consegues realmente separar dentro do território enclaves diferentes. Muito claramente também quem não trabalha ou não vive lá percebe claramente as várias diferenças do território.	Imagem do território: <ul style="list-style-type: none"> • Diversificado; • Desafiante; • Grande diversidade; • Muitas dificuldades e problemas; • Problemas como possibilidade de desenvolvimento; • Fragmentado – território com vários subterritórios;
3	Desde 2013.	Participação no GCGA: desde 2013.
4	Se raciocinarmos dividindo quem foi promotor e quem depois sofreu o acompanhamento, então quem participou ativamente eram	Tipologia dos participantes:

<p> pessoas que já tinham uma consciência do que é que era que aquele território, qual é que eram as dinâmicas e, portanto, podiam dar o próprio contributo ajudando no bom êxito do processo, conhecendo o território, conhecendo as pessoas, quem lá vive, e o tipo de problemática que aquelas pessoas têm. Eu considero a [existência da] ECAR só a partir dos rastreios. Tudo o que era anterior eram atividades do GC. Depois participaram moradores com muitas problemáticas. Não havia nenhuma das famílias que foram acompanhadas, com quem nós fizemos esse percurso, que não tivessem problemáticas relacionadas com o foco do que foi o rastreio. Portanto, eu acho que foi uma pequena amostra do que era, digamos assim, a maioria dos moradores daquele território. Mas eu acho que não me lembro de nenhum caso que acompanhamos que resolvemos, quando resolvemos o problema da Covid, e isto foi realmente muito assustador, não é? Foi assustador porque ainda por cima era só uma amostra. Os outros, só por sorte, talvez não tiveram Covid e, portanto, aquilo era tipo uma amostra do caos social que aquela zona é. </p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa de moradores com conhecimento do território, das suas dinâmicas, dos residentes e das suas problemáticas; • Moradores com muitas problemáticas; <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores ligados às dinâmicas comunitárias; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores com conhecimento do território; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Surgimento a partir do rastreio; <p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rastreio. <p>Tipologia das necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Muitas problemáticas; • Problemáticas de intervenção da ECAR – pequena amostra da maioria dos problemas existentes do território; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades apenas resolvidas durante processo de acompanhamento das famílias, na fase em que estavam infetadas com Covid-19; <p>Imagem do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caos social.
--	--

<p>5</p>	<p>Podia ser muito maior [a participação]. Podia ser uma participação mais ativa (...) eu acho que também teve a ver com os problemas que esse tipo de intervenção criou dentro do território porque, sejamos sinceros, estivemos [ECAR] praticamente debaixo de fogo todos os dias, de todos os lados. Eu não me lembro de uma experiência de trabalho comunitário em que eu fui tão massacrado. (...) Eu já tenho mais de 30 anos de trabalho, trabalhei com mafiosos e com todos os tipos de marginalizados, com todos os tipos de associações e instituições, mas nunca fui massacrado assim. Perdi muito mais tempo a defender-me do que realmente em desenvolver mais do que podia fazer. E eu acho que isso influenciou também a participação de outras pessoas. Digamos que, de qualquer maneira, os que participaram diretamente no processo, são as mesmas pessoas que eram já ativas nas várias dinâmicas pré-ECAR. Não sinto que houve um avanço de participação, houve só uma ainda maior consciencialização de quem participou (...) apesar de todos os problemas que isto trouxe, porque não tem como negá-lo. (...) Em 30 anos nunca fui tratado dessa maneira e só porque, em vez de estar escrito que era um técnico, era um morador; se tivesse participado como técnico, não tinha sido massacrado assim. Não tinha sido acusado de coisas alucinantes.</p>	<p>Perceções sobre a participação da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Podia ter sido maior, mais ativa; • Moradores mais ativos já o eram antes do processo da ECAR; • Não houve evolução ao nível da participação; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alvo de clivagens; • Alvo de questionamento por parte de parceiros; <p>Constrangimentos à participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Clivagens institucionais com ECAR; • Resistência à participação/papel de moradores; • Sobrevalorização do conhecimento técnico (das instituições e dos serviços) vs popular (da comunidade); <p>Constrangimentos à parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Clivagens institucionais com ECAR; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enraizamento das pessoas da ECAR no território; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior consciencialização sobre quem participa nas dinâmicas locais;
<p>6</p>	<p>Do lado do grupo da ECAR sim, foi claramente um super trabalho de alguma coisa extra, mais que se poderia pensar de fazer como</p>	<p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de participação da comunidade;

	<p>moradores. Os que foram acompanhados, na maioria, perceberam o que é que nós estávamos a fazer, tirando uma ou duas pessoas que não entenderam o que é que nós estávamos a fazer e não deram nenhum tipo de <i>feedback</i> da importância, pronto, estavam tão focalizados nas próprias problemáticas (...). Alguns não houve tempo de poder acompanhar mas está um bocado ligado com o assédio armado que tivemos [ECAR] durante o trabalho todo. Houve casos que foram resolvidos só mesmo para lixar-nos [ECAR], para dizer que as instituições fizeram, esquecendo depois todos os outros. (...) a maioria das pessoas, eu acho que eles perceberam por eles próprios, tomaram consciência de como realmente o Covid era quase secundário, pensando as outras problemáticas que eles tinham. Portanto, acho que foi importante para eles também.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alvo de ataque por parte de parceiros; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores que mostraram disponibilidade ao cooperar com ECAR; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nem todas as famílias foram apoiadas (devido às clivagens institucionais); • Necessidades respondidas por instituições e/ou serviços para “mostrar trabalho”; <p>Balço dos processos de <i>empowerment</i> como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Moradores</u> – maior consciencialização: reconhecimento das suas problemáticas.
7	<p>Aqui entramos já num terreno um bocado minado, ou seja, eu posso elencar tranquilamente quais foram as instituições que estiveram mais ativas no processo da ECAR mas isso não tem a ver com instituições, infelizmente. Ou seja, se não fossem aquelas pessoas, aquela instituição não tinha feito nada, não tinha entrado no processo. (...) muitas vezes são as pessoas que fazem instituições. (...) Para mim foi trabalho com pessoas porque, se não fossem aquelas pessoas, essas instituições não tinham entrado no processo.</p>	<p>Percepções sobre a parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de parceria dependente do técnico envolvido.

<p>8</p>	<p>No processo duro e puro, quase nada [sobre o envolvimento dos parceiros], e participaram só nos momentos de mais visibilidade; se não, era só massacrar o grupo. (...) Houve claramente um problema. Foi interessante, claramente pôs preto no branco sobre quem, dentro do território, realmente acredita em trabalhos em parceria e em processos <i>on going</i> para melhorar o desenvolvimento e responder aos problemas do território, em vez de serem só obrigados pelo nome que tem a instituição. Tudo o que a ECAR fez, o seu próprio nascimento, passou pelo GC, passou por uma legitimação do GC. (...) os parceiros que têm mais responsabilidade no território foram claramente aqueles que, ao contrário, puseram imensos entraves ao trabalho do grupo (...). Eu nunca falei da ECAR como é uma entidade autónoma e sozinha mas custava-me também estar a trabalhar tanto para depois, se tivesse corrido bem, o GC todo, incluindo quase metade dos participantes que boicotaram o meu trabalho, usarem isso, custava-me um bocado. (...) Mas não podia correr bem, porque eles próprios não quiseram. Portanto, era um círculo vicioso. Mas custou-me, custou-me muito pensar que eu estou a fazer trabalho em nome do GC, como também posso tranquilamente também dizer do COMVIV, do projeto dos bairros saudáveis, eu dei o litro para um projeto que era do GC mas o GC não valorizou e não esteve particularmente interessado.</p>	<p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco envolvimento; • Parceiros com maior responsabilidade territorial foram os que representaram mais obstáculos à intervenção; • Participação inerente devido à missão da instituição; <p>Tipologia dos parceiros (participação contínua/pontual):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Presença apenas em momentos de maior visibilidade; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alvo de ataque por parte de parceiros; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior consciencialização sobre quem participa nas dinâmicas locais; <p>Tipos de envolvimento na tomada de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho da ECAR legitimado pelo GCGA; <p>Perceções sobre o GCGA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boicote ao trabalho da ECAR; • Aproveitamento do trabalho da ECAR (quando corria bem); • Desvalorização da ECAR e do Projeto COMVIV-20.
----------	---	--

<p>9</p>	<p>Não sinto que houve apoio ou a parceria que devia ter sido feita. E repito, se aconteceu alguma coisa de bom de resolução de alguns problemas, foi só para inglês ver. Sinto que a experiência não foi valorizada o suficiente. Porque realmente o que esse grupo fez foi andar contra uma série de metodologias de pensamento, mesmo de intervenção, que essa gente nem fazia esforço de perceber. Portanto, eu sinto que mesmo se consideramos os que participaram no próprio grupo, no próprio grupo ECAR, a instituição de alguns deles foi envolvida só porque estavam esses técnicos. (...) eu não sinto que o parceiro que estava dentro do grupo da ECAR, estou a falar da Santa Casa [SCML], não senti nenhum tipo de apoio. Os parceiros que mais bloquearam o processo, infelizmente são os mesmos que bloqueiam o processo do GC. A Santa Casa [SCML], nem muito, por acaso. (...) claramente a entidade que devia ser o motor de tudo isto era a Junta de Freguesia [de Santa Clara]; infelizmente não. Não se conseguiu ultrapassar esse problema porque realmente, para o território, a Junta Freguesia sinto que não é uma mais-valia. Os serviços da Junta de Freguesia, não são uma mais-valia para o território. Eles podem tranquilamente dizer que entregam 200 almoços mas não mostram nenhum interesse no território. Há zonas da freguesia que a Junta não quer saber e infelizmente era a maioria dos territórios onde nós estávamos a intervir, portanto, ali o choque foi ainda maior. Sinto-me magoado; magoado não, triste, ou seja, o que poderia ser feito mais por essas instituições que são tão importantes. Aliás, ninguém lhes queria tirar</p>	<p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco envolvimento dos parceiros; <p>Constrangimentos à parceria/visão integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desvalorização da ECAR; • Pouco esforço para compreender intervenção da ECAR; <p>Perceções sobre a parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de parceria dependente do técnico envolvido; <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento dos técnicos da ECAR; • SCML – falta de apoio; • JFSC – falta de apoio; <p>Constrangimentos à participação da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação por parte dos parceiros considerarem que têm todo o conhecimento; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de paradigma de intervenção; <p>Perceções sobre a parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parceiros que bloquearam intervenção da ECAR são os mesmos que bloqueiam os processos do GC; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades respondidas por instituições e/ou serviços para “mostrar trabalho”;
----------	--	---

	<p>a sua importância. Aliás, o processo que foi feito era para reforçar o seu papel dentro da comunidade mas eles não quiseram, porque estavam convencidos que já estavam fazendo isso, ou seja, o problema desses parceiros (...) é o facto de auto elogiarem-se e não perceberem que, de vez em quando, eles podem também errar e ter escapado alguma coisa, uma ou duas famílias. Considerar o que eles não acompanham como não existente, é muito duro. Ter assistentes sociais que te dizem “eu não falo, não posso acompanhá-lo, não está na minha lista”, quer dizer... “não podemos dar a comida, não está na minha lista”. Não existe, portanto. (...) não, não havia interesse em fazer isso, porque é muito mais fácil dar as 200 comidas lá às pessoas, naturalmente nos dias úteis, porque depois nos outros dias que se lixem.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de alimentação respondidas parcialmente, devido a falhas institucionais (horários dos serviços).
10	<p>Claramente. Estivemos a falar disso na entrevista toda. O primeiro bloqueio é o não aceitar, de alguns parceiros, de que também falham. (...) o que não tem nada a ver com isso, porque não sabem, pá, não interessa. Segundo, mas esse tem a ver também com o tipo de intervenção e de ideia que as pessoas dentro do GC tinham de trabalho comunitário, que claramente ainda não é unânime, que é que um morador possa ser protagonista da sua própria mudança. Deve ser sempre o coitadinho para ajudar. Portanto, se um morador responde e diz “olha, mas eu acho que é melhor fazer assim, porque eu estou aqui, vivo aqui, e sei que isso é melhor”... Portanto, há uma deslegitimação dos conhecimentos dos próprios moradores.</p>	<p>Constrangimentos à participação da comunidade:</p> <p><u>Por parte dos parceiros:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação por considerarem que têm todo o conhecimento; • Abordagem assistencialista; • Desvalorização dos conhecimentos dos moradores; • Burocracia; • Sobrevalorização do conhecimento técnico (das instituições e dos serviços) vs popular (da comunidade); • Questões deontológicas; <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p>

Depois, são as burocracias para impedir uma maior participação de moradores nos vários processos. E eu vivi na minha pele isto. É o que me deixa ainda mais triste, nesse caso mesmo triste, é que as pessoas me falavam como se fosse o Zé Ninguém da rua da Azinhaga da Torrinha. São pessoas que trabalharam comigo, sabem perfeitamente quem eu sou, que sou um técnico, sou formado. Azar, sou também morador lá. Aquilo foi o meu azar, porque talvez se estivesse lá como, imagina, técnico da [nome de organização], talvez não era tratado dessa maneira, de quase ser acusado de andar depois a coscuvilhar sobre as vidas das outras pessoas, que não podia aceder a dados pessoais, como se depois eu não soubesse... Quer dizer, a burocracia é a arma dos fracos, porque no bairro tu tranquilamente sabes tudo, não precisas depois de uma ficha da Santa Casa [SCML] ou da Junta de Freguesia para saber as coisas, sabes muito mais do que aquela fichinha. E depois até fui acusado de distribuir números de técnicos para que os moradores, os chatos e os delinquentes, vão chatear as coitadas dessas técnicas que trabalham tanto de segunda a sexta, das 10 às 18. São coisas que custa engolir. Vou repetir, estou triste porque a maioria dessas pessoas já trabalharam comigo, eu como técnico, portanto, não estavam a falar com um morador normal. Não quiseram aproveitar o facto que eu tinha os dois lados. Viram uma ameaça, que é o morador que pensa, o morador que responde, o morador que tem claro o que é para fazer. Esse eles não quiseram,

- Conhecimento da realidade por parte de quem está no terreno;

Perceções sobre a parceria:

- Sensação de ameaça por parte de moradores empoderados;
- Sensação de ameaça por mudança de paradigma de intervenção;

	tiveram medo e tem a ver com a mudança de paradigma de pensamento de intervenção comunitária.	
11	<p>Sim, completamente. Aliás, o sucesso desse tipo de intervenção tem a ver com a abordagem holística, se não, estávamos a trabalhar como as outras entidades. A um problema médico respondemos ao problema médico, depois essa pessoa por causa da doença não vai poder ir trabalhar, não tem documentos, não tem a proteção social e coisas assim. Está tudo ligado. Quando se trabalha em desenvolvimento comunitário, é uma abordagem sistémica. Não há outras maneiras de intervir num território e o tipo de intervenção deve ser desse tipo (...) A abordagem deve ser sistémica, holística. (...) Agora, o problema das instituições é que não têm essa visão, portanto, há quem resolva o problema do estômago, aquele sobre o problema da cabecinha, aquele só o problema de não saber falar e que é ignorante. E realmente a experiência da ECAR despoletou tudo isto, ou seja, pôr mesmo preto no branco. O que está surgindo agora é porque não houve intervenção sistémica sobre essa população.</p>	<p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem holística – fator de sucesso da intervenção da ECAR; • Respostas integradas, em várias áreas; • Instituições/serviços não adotam visão holística; <p>Balanço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Despoletou a importância da visão holística.
12	<p>A particularidade do tipo de intervenção, claramente precisava também de decisões rápidas, às vezes mesmo de minutos e horas. Digamos que as decisões foram tomadas pelo grupo promotor [ECAR], digamos assim, a vanguarda. Mas depois mesmo estas que foram tomadas com rapidez para responder a problemas, problemas realmente assim urgentes, tentou-se sempre, eu acho</p>	<p>Tipos de envolvimento nas tomadas de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de tomar decisões de forma célere face à urgência; • Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência; • Decisões da ECAR legitimadas em GC e com as famílias acompanhadas;

	<p>que se conseguiu, que fosse partilhado a nível de GC, e a nível também das pessoas que foram acompanhadas. Eu acho que a coisa interessante do que aconteceu foi também essa presença de estar sempre atualizado de qualquer maneira. O que é que se anda a fazer mesmo com eles? Ou seja, nunca foi feito nada nas costas ou sem que as famílias acompanhadas soubessem ou tivessem alguma coisa a dizer, tanto que uma até decidiu de não ser acompanhada, não é? Portanto, acho que desse ponto de vista foi um ponto bastante positivo. Portanto, há vários níveis de decisões. Houve decisões que foram decididas mesmo na mesma noite, outras que se podia preparar, até uma explicação do que se andava a fazer. A parte do processo que se andava a fazer e ver depois quem é que podia também dar o seu o seu contributo. Portanto, eu acho que todas as decisões foram sempre legitimadas a todos os níveis. (...) Eu senti em alguns parceiros do GC também era como, uma maneira de dizer, “tem aquela malta que faz, não vou preocupar-me com isto. Apoio, vou estar sempre com vocês, respondo aos ‘mails – Mas no fundo do coração, ainda bem que são esses fazer isto. Eu não me meteria”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Decisões tomadas em coletivo (GC) quando havia tempo para as tomar; <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento neutro - alguns apoiavam a ECAR mas não se envolviam.
13	<p>Não tendo tido nunca um tipo de abordagem holística e sistémica no trabalho no território, veio para cima tudo, podes dizer qualquer problemática. Essa surgiu. Portanto, desde problemáticas ligadas com a documentação, falta de apoios sociais, não ter proteção social, trabalho precário, trabalho mal-pago, sem contratos, problemas que têm a ver com falta de documentação, portanto, não</p>	<p>Tipologia das necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • População não-regularizada; • Apoios sociais; • Trabalho precário; • Acesso à saúde;

tens um apoio, também médico, problemáticas mais graves, que podem até ter a ver com problemas mentais, psiquiátricos. Claramente não foram respondidas todas as necessidades. O que é o que eu acho que foi importante? Foi que vieram para cima, que vieram à superfície. Não acho que conseguimos responder realmente a todas essas problemáticas. Aliás, o nosso objetivo [da ECAR] não era responder a essas problemáticas, responder no sentido de dar respostas, para resolver essas problemáticas. Há entidades, instituições que na sua missão têm que resolver essas problemáticas. Dado que nunca foram abordadas numa maneira correta, a nível sistémico, perdeu-se muito. Portanto, não foi dada resposta adequada mas acho, por outro lado, importantíssimo que há muito mais pessoas agora a falar de multiproblemáticas, ou seja, despertou esse tipo de problemática das problemáticas. Não sei como explicar, mas acho que realmente desse ponto de vista foi um dos pontos positivos da experiência da ECAR. Posso não estar completamente satisfeito na resolução de alguns dos problemas das pessoas que eu acompanhava mas claramente foram consciencializados sobre o facto que “eu tenho esse problema, mas realmente esse problema está ligado a outro problema, portanto, talvez ajudava esse primeiro a resolver o segundo”. Nunca tinham pensado nisso, a nível das pessoas e a nível das instituições também. (...) Mas acho importante mais do que a resolução, que naturalmente é importante, é que talvez pela primeira vez, pelo menos desde que eu trabalho naquele território, foi possível apontar

- Precariedade habitacional;
- Apoio alimentar;

Eficácia (necessidades respondidas vs não respondidas):

- Não foram respondidas na totalidade;
- Precariedade habitacional – sem resolução por não depender de respostas locais;
- População irregular – sem respostas;
- Apoio alimentar – falhas institucionais;
- Falta de visão integrada por parte dos parceiros na resposta às problemáticas;

Perceções sobre a ECAR:

- Objetivo não era responder a todas as problemáticas, sendo as respostas da responsabilidade das instituições/serviços;

Balanco dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:

- Necessidades desocultadas;
- Desocultou as falhas das instituições/serviços;

Balanco dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:

- Moradores e Técnicos: maior consciencialização - consciência sobre problemáticas e da importância da visão integrada;

	<p>as falhas das instituições, ou seja, não era mais possível esconder. Depois eles deram a volta dizendo que é mentira, mas há coisas tão claras e tão óbvias, tão evidentes, que eu acho que despoletou também nas outras pessoas, nos outros parceiros, que realmente houve algumas falhas a nível institucional. Eu senti que pela primeira vez vieram à superfície estas coisas. Algumas dessas falhas foram a nível do apoio alimentar, claramente, e respostas sociais. Acho que o outro principal era a documentação. Depois, eu acho também a situação das casas mas este é demasiado macro para as próprias instituições do território poderem dar resposta a isto, tem a ver com uma intervenção macro a nível mesmo de cidade de Lisboa, não é?</p>	
14		
15	<p>Foi fundamental. Veio reforçar ainda mais uma ligação que havia. Mas que dos dois lados era vista só de uma maneira, encaixada em caixinhas. Eu acho que foi o salto de qualidade a intervenção transformar-se numa intervenção sistémica, holística, e as pessoas saberem que nós estávamos preocupados com eles a todos os níveis e não só da saúde ou, imagina, ao nível de apoio ao emprego. Acho que reforçou e, sobretudo, democratizou também a relação com essas pessoas. Eu sinto que a serviu também para as pessoas pensarem “aqui os técnicos não são todos iguais, com este eu podia contar”.</p>	<p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da ligação com a comunidade; • Democratização das relações; • Mudança de perspetiva da comunidade sobre os técnicos (de forma positiva); <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem de proximidade; • Adoção de visão holística sobre as pessoas. <p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoção de visão holística sobre as pessoas.

<p>16</p>	<p>Claramente depois parte dessas pessoas que nós acompanhamos, entraram em muitos dos processos que foram criados ao longo desses 2 anos. (...) Eu considero depois o facto que muitas das pessoas ficaram em contacto com os técnicos, por exemplo, e a participar em algumas das dinâmicas e processos que foram depois desenvolvidos nos meses e anos a seguir. O facto de as pessoas da ECAR estarem enraizadas no território foi importante. Sobretudo sentido que os próprios moradores consideravam os técnicos ao nível deles. Aliás, talvez um grande impacto que teve essa intervenção da ECAR é essa mudança também de paradigma de serem agora eles a dizer: “olha, temos técnicos que estão ao nosso nível” e não o contrário, tipo os técnicos que dizem “olha esses moradores têm nível quase de técnicos”. “Agora temos técnicos que podiam tranquilamente viver cá e ser moradores”. Acho que aqui, sim, foi fortemente impactado e acho que criou ainda mais uma ligação que já existia (...) Nunca ouvi ninguém dessas famílias dizer a alguém [da ECAR]: “o que é que tu sabes se tu não vives aqui no bairro?” Esse já é um sinal, não é? Significa que as pessoas percebem que, mesmo não estando no bairro, estão lá de alma e coração, como se tivessem vivido lá, estão a partilhar o sofrimento e as dificuldades daquelas pessoas, daquele território. Portanto, acho que foi este o grande impacto.</p>	<p>Balanço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço de relações entre técnicos e moradores; • Moradores acompanhados envolveram-se em dinâmicas locais; <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enraizamento das pessoas da ECAR no território; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligação das pessoas da ECAR ao território; <p>Balanço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de perspetiva da comunidade sobre os técnicos (de forma positiva). <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores que mostraram disponibilidade ao cooperar com ECAR;
<p>17</p>	<p>Já falamos disso em várias outras perguntas. Eu acho que tem a ver com a consciencialização das pessoas sobre os próprios</p>	<p>Balanço dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:</p>

	<p>problemas e que realmente estão todos ligados. Essa é também uma maneira de empoderar as pessoas, consciencializar, que não significa depois resolver, mas pelo menos ter a consciência que esse problema está ligado com outro problema. Esse foi com certeza um ponto para sublinhar. Um outro foi algumas pessoas que entraram e participarem em algumas das dinâmicas e das atividades que foram desenvolvidas nos anos a seguir do processo da ECAR. Também esta é um ponto positivo de impacto, de uma consciencialização dessas pessoas também que podem realmente ser protagonistas de mudanças e que podem resolver elas próprias alguns dos problemas que têm. Acho também que, em alguns casos, criou ainda mais espírito de comunidade, pelo menos nas famílias que estavam na mesma vila, eu acho que também isso deve ter reforçado ainda mais um espírito de solidariedade de estamos todos do mesmo lado, temos que nos ajudar.</p>	<p><u>Moradores:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior consciencialização - consciência sobre problemáticas e da importância da visão integrada, de que podem ser protagonistas de mudanças e que podem resolver os seus problemas; • Reforço do espírito de comunidade; • Reforço de solidariedade; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço do espírito de comunidade; • Reforço de solidariedade; • Moradores envolveram-se em dinâmicas locais.
18	<p>Nos moldes em que nós a utilizámos, não. Mas como eu já disse, eu acho que o grande legado que a ECAR deixa é esta nova visão Sistémica de encarar as problemáticas que existem no bairro. Os Bairros Saudáveis [Projeto COMVIV-20] é um bocado também o resultado disto, eu acho. A candidatura que foi feita eu acho que foi também resultado deste tipo de metodologia que nós [ECAR] tínhamos. (...) Agora depois internamente nas várias entidades, não acredito que ficou. Eu acho que há muitas pessoas que quanto mais rápido esquecerem isto, mais estão contentes. Mas eu continuo a acreditar que foi uma experiência completamente fora do normal,</p>	<p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20; • Valorização externa sobre intervenção da ECAR; • Mudança de paradigma de intervenção; • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência; <p>Balço dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:</p>

<p>completamente vanguardista e que despertou consciências. Eu acho que a coisa mais importante foi isto, o impacto que houve mesmo dentro da área social. Agora não limitamos só ao nosso território. Os artigos no estrangeiro, os convites de outros GC, programas de rádio... eu acho que também a nível da área onde nós trabalhamos foi bastante impactante. Agora para o nosso território, pá, sim, continuo a pensar que despertamos um bocado as consciências. Talvez fomos demasiado à frente. Mas quem sabe, as grandes mudanças veem-se bastante tempo depois, mesmo aquelas que nós achamos que foram um falhanço ou não vemos realmente os resultados imediatos, mas isso faz parte também da nossa mudança de paradigma. Nós [ECAR] fizemos algo que muito raramente foi feito, ou pelo menos a nível que eu conheço e já ando nestas andanças há 30 anos. Nunca tinha participado num processo assim, tão abrangente. Não está a ter continuidade, acho, mas o bichinho ficou em todo o lado.</p>	<ul style="list-style-type: none">• <u>Moradores</u>: Maior consciencialização – consciência sobre problemáticas e da importância da visão integrada;• <u>Institucional</u>: Não se verificou. <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none">• Experiência completamente fora do normal, completamente vanguardista e que despertou consciências
---	---

Anexo G. Análise de entrevista a voluntário da ECAR

	EXCERTO DA RESPOSTA	NOTAS DE ANÁLISE (CATEGORIZAÇÃO)
1	<p>Ora, bem dizer, é uma relação de vários níveis, digamos assim. É uma relação que tem uma história, porque é uma relação histórica, na medida em que fui convidado em 94 pela equipa da SCML que nessa altura promovia um projeto de luta contra a pobreza, no âmbito do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza em Portugal e que tinha um projeto que se chamava Projeto Integrado da Ameixoeira/Charneca (PIAC) (...) convidaram-me para iniciar grupos comunitários (...). Portanto, a minha relação com esse território começa em 94. (...) No que refere ao território a que tu te referes, que é as Galinheiras/ Ameixoeira, é através do GC das Galinheiras que me leva a contactar algumas instituições, a equipa da Santa Casa [SCML], (...) a Escola [EB1MLDR] – não logo [nome de técnico da área da educação da ECAR], só a conheci mais tarde, ela também não apareceu logo no GC –, o Centro de Atletismo das Galinheiras (CAG), também a paróquia, o Centro Social Paroquial. A Câmara [CML] os vários departamentos da Câmara. O Centro de Saúde. E alguns moradores, não muitos, nas Galinheiras não havia muitos moradores, na Quinta Grande sim. (...) Portanto, a minha relação com o território é essa, portanto, é via GC, o que implicou uma proximidade bastante grande com as instituições e com alguns moradores. (...) Há portanto essa relação que depois, durante um certo tempo, foi interrompida. (...) Eu diria que 94 até mais ou</p>	<p>Ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convite para iniciar o GC das Galinheiras (em 1994); • Contacto com várias instituições e moradores ao longo do tempo; • Relação com o território marcada pelo acompanhamento do realojamento; <p><u>Envolvimento com várias fases:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desde 1994 até ao realojamento; • Regresso em 2003 para avaliação de um projeto; • Regresso em 2017 até momento atual, com mais intensidade.

	<p>menos o realojamento da Quinta Grande. Depois eu acabei por me afastar um pouco do território (...). Depois voltei mais tarde, para aí em 2013, quando a Fundação Aga Khan me pediu para fazer a avaliação do projeto Tesouros da Ameixoeira e, portanto, aí voltei a contactar com o território, fazer levantamentos, conversas (...) Bom, portanto houve um contato. Teve a ver com o trabalho de avaliação. E depois mais recentemente, novamente através do GC, o contato mais intensivo vem desde 2017, foi quando eu retomei o contato com o GC, portanto, a minha relação é uma relação atualmente bastante mais intensa do que foi no passado, embora tenha esta história desde 94. Também há aqui um outro dado importante, a minha relação com o território também é marcada pelo realojamento do clã dos Caldeiras, que vinham do Vale do Forno (...).</p>	
2	<p>A imagem de um território extraordinariamente fragmentado. Com uma diversidade urbanística decorrente da zona mais antiga que é as Galinheiras, onde houve prédios de autoconstrução (...) Depois com zonas de autoconstrução espalhadas pelo território, atuais AUGIS, para além das Vilas. Depois o realojamento, portanto, uma grande diversidade urbanística (...) em que o processo de construção pública foi um processo de construção sem acompanhamento, serviços e atividades económicas e, portanto, muito bairro dormitório. (...) vários tipos de construção sobre a qual se sobrepõe, depois, uma enorme diversidade social e étnica decorrente de diferentes presenças da comunidade cigana,</p>	<p>Imagem do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fragmentado; • Diversidades urbanística, sociais, económicas e culturais; • Processos de construção sem acompanhamento; • Escassez de serviços e atividades económicas; • “Bairro dormitório”; • Diversidade social e étnica: comunidades ciganas, imigrantes PALOP, portugueses de várias regiões do país e, recentemente, de outras origens; • Diversidade/fragmentação como obstáculo à coesão social; • Tensões e confrontos;

	<p>correspondente inclusive a diferentes clãs que não se dão uns com os outros (...). forte presença de imigrantes dos PALOP. Legais e ilegais. Ao qual acresce nos últimos tempos alguns imigrantes com outras origens, nomeadamente, no Brasil e Ásia. Para além, obviamente, do substrato talvez mais antigo que é originário de várias regiões do país. Portanto, tudo isto dá uma diversidade, uma fragmentação enorme, que é um atentado à coesão social e tem sido até um impedimento à coesão social, as clivagens e as fragmentações. Até nalguns casos tensões ou mesmo confrontos. O que torna o território, de facto, muito difícil. Muito difícil. Eu tenho-o designado sistematicamente como um arquipélago, um arquipélago de diversidades urbanísticas, sociais, económicas e culturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Território muito difícil.
3		
4	<p>Simplificando, fizeram parte moradores, portanto, membros da comunidade, e fizeram parte técnicos das instituições. E ainda, digamos, outro tipo de pessoas que eu chamaria voluntários, que não são técnicos de instituições a trabalhar no território e também não são moradores, mas que têm outras pertenças institucionais não ligadas ao território e estão no território a título mais de voluntariado, digamos assim. Que é no fundo o meu caso e, por exemplo, vamos considerar de uma certa forma o caso do [voluntário da ECAR]. Portanto, 3 tipos de pessoas.</p>	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores; • Técnicos; • Voluntários.

<p>5</p>	<p>Bom, a bem dizer, é preciso referir que os moradores mais ativos, no sentido da organização do levantamento de problemas e organizações das respostas, não foram assim muito numerosos, mas foram muito ativos. E estavam todos já de alguma forma, ligados a dinâmicas comunitárias, seja por terem um historial de ligações ao trabalho comunitário, seja por pertencerem a associações envolvidas no território, como é o caso [nome de morador dirigente de uma ABL, da ECAR], ou então estarem ligados à escola [EB1MLDR], por exemplo. Portanto, foi um número relativamente restrito de moradores mais ativos que tiveram um papel muito importante. Porque estiveram do lado da condução do processo. Realizar as tarefas que era preciso realizar, de levantamento das situações, identificação dos problemas e depois participação nas respostas. A vários níveis, desde acompanhamento das pessoas, distribuição de alimentos, de outros produtos de ajuda, etc. Portanto, houve vários moradores que tiveram um papel muito ativo nestes processos, de realização de tarefas fundamentais a estes níveis que eu referi. Mas também na parte da tomada de decisões, ou seja, alguns destes moradores foram parte ativa das deliberações que era preciso tomar, para pôr em prática, digamos assim, as respostas que os desafios implicavam. Portanto, eu acho que este número relativamente pequeno de moradores tiveram um papel muito ativo nestes processos que eu referi: (...) e avaliação. Em todos estes aspetos estes moradores, e eu estou-me a referir aqui a [nome de</p>	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores mais ativos ligados a dinâmicas comunitárias (grupo mais restrito); • Participação ativa no levantamento das situações, identificação dos problemas, participação nas respostas (acompanhamento das pessoas, distribuição de alimentos, de outros produtos de ajuda, etc.) e avaliação; • Moradores menos ativos e envolvidos mas que mostraram disponibilidade ao cooperar com ECAR; <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores e técnicos ligados às dinâmicas comunitárias; • Abordagem de proximidade; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores e técnicos ligados às dinâmicas comunitárias; <p>Tipos de envolvimento na tomada de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte de grupo de moradores mais restrito (além da ECAR).
----------	--	--

	<p><i>moradores da ECAR</i>], [<i>nome de moradores que trabalham na EB1MLDR</i>], em graus diferentes, apesar de tudo, mas estiveram muito ativos (...). Mas, na verdade, não podemos ignorar completamente o que foi a abertura e a mobilização que se conseguiu junto da população em geral, ou seja, nós encontramos portas abertas. Nós encontramos disponibilidade para responder às perguntas, nós encontramos disponibilidade para seguirem as instruções que nós lhes demos, quando foi do rastreio, nós encontramos confiança que as pessoas tiveram em nós para irem realizando as coisas que nós propúnhamos, ou quando estavam abertas a telefonar-nos quando tinham necessidades. (...) referia a disponibilidade geral e mobilização geral dos moradores, que de facto não fecharam portas, nem recusaram pontes, e estiveram muito em cooperação connosco, portanto, acho que esse aspeto também é uma forma de participação, não tão ativa, não tão responsável, não tão envolvida quanto a dos outros seis, mas ainda assim, é um ingrediente ou foi um ingrediente fundamental no processo. Bati a várias portas. Não me lembro de nenhuma em que tenha sido mal recebido. Nem que as pessoas não tenham estado disponíveis para dar todas as informações. Isso é um dado importante também.</p>	
6		
7	<p>Aí temos que distinguir. Há entidades, ou melhor, pessoas de entidades que alinharam sem grande hesitação. Claro que em</p>	<p>Perceções sobre a parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de parceria dependente do técnico envolvido.

primeiro lugar nós temos que citar a saúde, a Unidade de Saúde Pública de Lisboa Norte (USP), porque foi daí que veio o desafio, e que veio a confiança no GC, e que veio a abertura para um processo de cogestão de uma situação difícil, se quiserem de governança partilhada e depois que acabou por ser também participativa. E, portanto, esse é um processo que é preciso referir. Estou a referir-me à unidade de saúde pública, pois a Unidade de Saúde de Cuidados na Comunidade (UCC) não teve exatamente o mesmo envolvimento. Inicialmente sim, mas depois começou a pôr dúvidas, questões, portanto, eu acho que há que distinguir dentro da saúde, o que foi a abertura total da USP e o que foi a atitude da UCC. (...) Depois, eu citaria também uma instituição que esteve totalmente disponível. Claro que era marcada pelo fato de ter uma coordenação de proximidade, ser feita por uma pessoa muito envolvida no processo, estou a falar da Escola [EB1MLDR]. Mas na verdade, nessa fase a própria direção do Agrupamento de Escolas teve algumas interrogações, mas não bloqueou o processo, não complicou o processo. Portanto, a escola [EB1MLDR] teve inicialmente um papel muito envolvido, muito ativo, e portanto institucionalmente poderíamos dizer que foi, a par da USP, talvez a instituição mais envolvida como instituição. Isso beneficiou do facto de ter à frente uma coordenadora que ela própria estava pessoalmente envolvida e que disponibilizou tudo, desde as técnicas, funcionárias ao fim de semana, até as instalações para reuniões, distribuição de alimentos mesmo para além do que estava

Tipologia dos parceiros:

- USP Lisboa-Norte;
- UCC Lumiar;
- EB1MLDR;
- SCML;
- JFSC;
- PM;
- CML – Proteção Civil;
- GEBALIS;
- AGEDI
- Instituições do GCAL;
- ALCC;
- PROSAUDESC;

Tipologia dos parceiros (participação pontual/contínua):

- JFSC – pontual;
- PM – pontual;
- ALCC – pontual;
- PROSAUDESC – pontual;

Tipologia dos parceiros (posicionamento):

- USP Lisboa-Norte – envolvimento ativo;
- UCC Lumiar – ativo primeiramente, depois veio a questionar processo da ECAR;
- EB1MLDR – muito ativo e envolvido; disponibilidade de recursos;

previsto e, portanto, uma total disponibilidade, que é de realçar no processo da ECAR e, portanto, quando falamos de parceria temos de falar da escola. (...) Da Santa Casa [SCML] há que distinguir a disponibilidade imediata de proximidade, ou seja, da equipe local, mas depois os obstáculos sérios começaram a ser colocadas, as interrogações, pela instituição hierárquica, portanto aí há que distinguir. (...) passou a haver no caso da Santa Casa [SCML], claramente uma des-sintonia entre o que era o envolvimento da equipa comunitária e o que era o não tão grande envolvimento ou mais clássico da equipa de atendimento social e, portanto, há aí uma dissonância. E essa dissonância teve depois implicações em termos de uma efetiva parceria do processo de parceria institucional, digamos assim. Depois a seguir temos que colocar outras instituições que não tiveram um papel tão ativo, até bastante distante inicialmente, embora pontualmente depois colaborassem em alguns episódios a seguir, que é o caso da Junta de Freguesia [JFSC] e o caso da Polícia Municipal (PM). Na verdade, praticamente estiveram ausentes da primeira fase. Consideravam que estavam a fazer o seu trabalho, por outro lado quando precisamos depois nalguns episódios, como por exemplo no rastreio, pudemos contar com a PM, por exemplo. Portanto esteve lá. Uma parceria episódica, eu diria assim. E o caso da Junta [JFSC] não foi tão visível, mas eu não a poria completamente de fora, mas nunca foi uma parceria entusiástica e muito envolvida. Foi muito pontual e também episódica e, portanto, aí já os vejo a outro nível.

- SCML – envolvimento ativo e disponibilidade da equipa local (CDCA) vs obstáculos por parte da hierarquia vs pouco envolvimento do Atendimento Social;
- JFSC – pouco envolvimento; visão setorial;
- PM – pouco envolvimento; visão setorial;
- CML (Proteção Civil) – ativo (cobertura institucional);
- GEBALIS – neutro;
- AGEDI – ativo;
- Instituições do GCAL;
- ALCC – apoio a respostas;
- PROSAUDESC – Apoio a respostas;
- Posições de apoio e colaboração;
- Posições questionadoras, que colocam obstáculos.
- Grande diversidade de parceiros

Ações realizadas:

- Rastreio;

Valorização dos recursos locais mobilizados:

- EB1MLDR – Coordenadora.

Mobilização de recursos (endógenos vs exógenos):

- GCAL;

Constrangimentos à parceria/visão integrada:

- Obstáculos com hierarquias institucionais.

Depois há Câmara [Câmara Municipal de Lisboa (CML)], a Proteção Civil, esteve muito envolvida desde o princípio, foi chamada a isso e não pôs obstáculos, digamos assim, deu cobertura institucional. Isso é de referir. Sempre que foi preciso desatar nós ou dar cobertura fê-lo. Portanto eu acho que teve uma atitude positiva desse ponto de vista, mas não estava tão presente no território, digamos, no dia-a-dia, portanto, era mais uma autorização, uma cobertura institucional, macro. Mas foi importante porque sem dúvida que isso também deu validade ao processo e, portanto, eu poria a CML até antes da Junta [JFSC], e da PM, quer dizer, assim algures ali a seguir à Santa Casa [SCML], embora a Santa Casa [SCML] seja uma dicotomia que é difícil colocá-la, porque temos uma parte muito próxima e outra parte desconfiada, como obstáculo e a pôr interrogações (...). Depois temos outras instituições que, na minha opinião, enfim, não quero ser injusto, mas não tiveram um papel muito ativo, como é o caso da GEBALIS. Também não obstaculizaram, portanto, também não colocaram problemas, não foram obstáculo (...) portanto tiveram um papel mais neutro digamos assim. Depois, ao nível das instituições de base local, a AGEDI esteve connosco e, portanto, aí colocava-a mais ao nível da participação do que da parceria. (...) a AGEDI foi sempre um parceiro disponível, atento e colaborador, portanto, acho que também vale a pena citar isso. E contamos também com o apoio de membros do Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL), a título individual. (...). Tivemos pontualmente também a ALCC no apoio a

	<p>algumas respostas necessárias, a PROSAUDESC também do ponto de vista alimentar. Mas foram mais parcerias episódicas, ou seja, para determinados episódios. Ainda assim, também foram importantes na resposta ao problema. Portanto, eu acho que houve uma parceria bastante ampla, mas com graus muito diferentes, uns mais permanentes, outros mais episódicos. Uns mais de apoio, outros de obstáculos. Portanto, acho que há assim uma grande diversidade nesse ponto de vista, mas para mim as entidades claramente mais positivas foram a Saúde, a Escola [EB1MLD], a Santa Casa [SCML] – Equipa de Proximidade, a CML e depois a AGEDI. E depois episodicamente a ALCC, sobretudo (...)</p>	
8		
9		
10	<p>Claro que sim. Em relação à participação da comunidade, alguns técnicos ou técnicas, mais técnicas do que técnicos, colocaram várias vezes em dúvida a pertinência do envolvimento da Comunidade em tarefas e ações que elas acham que são dos técnicos e não da Comunidade. Por não terem competência e por não terem, digamos assim, o dever de respeitar determinadas normas deontológicas. Eu próprio tive que me confrontar com algumas situações dessas. E de facto foram situações de alguma tensão, porque existe por parte de uma visão tecnocrática essa ideia de que a comunidade não é capaz, não estudou para isso nem respeita regras deontológicas para estar envolvido em processos</p>	<p>Constrangimentos à participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação/papel de moradores; • Sobrevalorização do conhecimento técnico (das instituições e dos serviços) vs popular (da comunidade); • Questões deontológicas; <p>Constrangimentos ao trabalho em parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrevalorização do papel público vs privado (JFSC, SCML e CML); • Visão setorial por parte de parceiros; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas):</p>

sensíveis do ponto de vista social e, digamos, da saúde. Portanto, houve claramente resistência e oposição à participação da comunidade nalgumas tarefas de levantamento de problemas e de acompanhamento de soluções por parte de algumas técnicas, nomeadamente, da Santa Casa [SCML] e da Junta de Freguesia [JFSC]. E pontualmente também da saúde, pelo menos lembro-me de ter surgido, estou a falar da UCC, não da USP. Os obstáculos à parceria não foram tão fortes, foram talvez mais implícitos ou mais escondidos. (...) mas ainda assim eu diria que por parte das parcerias das entidades públicas, de algumas entidades públicas, estou a falar da Junta [JFSC] e estou a falar da Santa Casa [SCML], sobretudo, e talvez da Câmara [CML], num ponto ou noutro, havia uma maior proximidade entre si do que por exemplo em relação a algumas entidades privadas, algumas ONGs, mas isso foi mais implícito. Não foi tão visível. Mas eu senti várias vezes que as técnicas públicas achavam que elas estavam num patamar superior às técnicas das organizações privadas e, portanto, era uma parceria não equitativa, mas de certa maneira de delegação de competências e poderes, ou seja, as entidades públicas é que têm responsabilidade primeira, as entidades privadas auxiliam e, portanto, estão no patamar inferior. Em todo o caso e, portanto, eu senti isso várias vezes, não sentia isso pelo lado da USP, sentia isso mais do lado da Junta [JFSC], da Santa Casa [SCML] hierarquia e, pontualmente, da Câmara [CML], que de facto se consideravam no patamar com mais responsabilidade e, portanto,

- Falta ou demora de respostas devido a visão setorial das instituições;

	<p>com mais poder, mais peso do que até estava, depois, a completar o trabalho do Estado, que eram as ONGs. Em todo o caso, estes obstáculos foram mais implícitos do que explícitos. Estiveram presentes nalgumas declarações e algumas tomadas de posição, ao contrário do que se passou em relação aos obstáculos à participação da comunidade, que foram mais explícitos, mais evidentes, portanto e mais fortes, dando origem a uma posição mais forte. (...) Há contudo alguns episódios curiosos que é, de algumas instituições, algumas técnicas melhor dizendo, terem uma noção de especialização setorial que levantou problemas quando algum dos outros técnicos, mesmo públicos, preenchiam tarefas que essas pessoas achavam que eram delas, da sua área de atuação e não da outra. Portanto, uma visão extraordinariamente setorial desse ponto de vista. Ou seja, uma professora, não pode desenvolver ação social, porque isso é uma função da técnica da ação social. E portanto, aí sim, houve algumas tensões nas relações de parceria e do trabalho. Estava-me a esquecer disso, e esse ponto é importante. E é explícito. A ideia da especialização setorial levava, digamos assim, a um exagero e ao fundamentalismo, fez com que nas situações de urgência era preciso atuar, quem devia atuar era a pessoa da área e não outra pessoa, mesmo que a pessoa não estivesse disponível para atuar. O que é absolutamente inconcebível.</p>	
11	<p>Eu acho que ela resultou numa abordagem holística. Eu acho que nem sempre se teve essa preocupação de condução. Ela estava lá</p>	<p>Aplicação de uma abordagem holística:</p>

	<p>nas preocupações das pessoas, na filosofia que norteava algumas das pessoas envolvidas na ECAR, estava lá, fazia parte da suas referências estratégicas, digamos assim. Mas às vezes, a urgência do fazer as coisas não deixava muito tempo para refletir isso. E, portanto, nem sempre houve uma condução explícita estratégica nesse sentido. Mas acabou por resultar nisso no essencial, claro. Porque estava presente naquilo que são as referências das pessoas envolvidas e, portanto, naquilo que as pessoas envolvidas acreditavam e faziam por norma, digamos assim. E, portanto, eu diria que o resultado foi holístico. Nem sempre a condução foi explicitamente holística.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos da ECAR tinham como filosofia abordar questões de forma holística; • Abordagem holística desenvolvida ao longo do tempo; <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elementos da ECAR tinham como filosofia abordar questões de forma holística.
12	<p>A um nível relativamente restrito. Portanto, houve elementos da comunidade que em vários momentos contribuíram para as decisões. Houve dois que contribuíram de uma maneira relativamente sistemática e ao longo de todo o processo, houve outras pessoas, sobretudo outras quatro, que contribuíram em momentos particulares, diria assim. E, portanto, comunidade sim, mas com esta distinção. Parceiros sim, alguns, aqueles que estavam mais envolvidos, nomeadamente, a USP, a Escola [EB1MLDR], a Equipa de Proximidade da Santa Casa [CDCA], os tais elementos da comunidade e a AGEDI. Portanto, aí temos de facto um envolvimento nas decisões dessa parte da comunidade, desses elementos da comunidade. (...) Sobretudo as duas pessoas que eu referi, portanto, comunidade sim. Parceiros, sim, estes que</p>	<p>Tipos de envolvimento nas tomadas de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento nas tomadas de decisão por parte de grupo de moradores mais restrito (além da ECAR); • Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte da ECAR (comunidade e parceiros); • Decisões da ECAR partilhadas em GC; • Decisões tomadas pela ECAR legitimadas em GC; • Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ganho de autonomia de trabalho e para tomada de decisões, face à urgência;

eu referi também (...). E, portanto, participação da comunidade a este nível e parcerias a este nível, portanto, não a um nível de todos os envolvidos no GC. Embora haja uma coisa muito importante, não se pode esquecer, que a equipa da ECAR, que era uma equipa de contacto e de apoio, tinha esta composição restrita, que era uma equipa operacional no fundo, mas estava lá representada a comunidade e estavam representados quatro parceiros (...). Portanto não era todo GC, mas quinzenalmente, as reuniões eram quinzenais, dava-se conta deste processo ao GC, portanto o GC foi sempre sendo informado e validando, se não mesmo ratificando, aquilo que se ia fazendo, portanto, de certa maneira, aqui há dois níveis, o nível operacional, que às vezes tinha reuniões diárias, às vezes até mais que uma vez por dia, às vezes pela madrugada fora, porque era preciso. Portanto, era o grupo operacional, em que estava a comunidade e parceiros, e depois quinzenalmente a referência ao GC, onde estavam os outros parceiros, genericamente, nem sempre estavam todos, mas genericamente, e também de vez em quando outras pessoas da comunidade, (...) portanto, o nível de envolvimento e de decisões tinha estes dois patamares. É importante não esquecer o segundo patamar, porque houve sempre a preocupação de partilhar e de validar ou de confirmar junto do GC, aquilo que a ECAR ia fazendo enquanto braço armado do GC. Mas que ganhou grande autonomia, é verdade, sempre se considerou em representação do GC e sempre lhe foi prestando contas mas, na verdade, a urgência das tarefas

	<p>que era preciso fazer fez com que a ECAR ganhasse uma grande autonomia de trabalho e de decisão. Ou seja, não se esperava pela reunião seguinte. Quando era preciso tomar decisões operacionais, e a ECAR tomava-as. Mas depois apresentava-as para validação.</p>	
13	<p>(...) obviamente, aquela problemática que surgiu como mais urgente era a da saúde. Não só é da saúde relativa à pandemia mas outros problemas de saúde estruturais (...) foi aquela grande área que nos mobilizou mais e onde nós também identificamos muitas, muitas problemáticas, mas depois vieram adicionalmente, e também com muita gravidade, os problemas do emprego, desemprego, emprego ilegal ou precário, os problemas da habitação, das péssimas condições de habitação em muitas, muitas situações. Os problemas da falta de legalização para permanecer em Portugal (...). Também ligado ao emprego, de certa maneira, o facto de haver um número importante de pessoas que estando ou não estando com Covid tinham que ir trabalhar, não tinham alternativa, nem sequer algumas estavam legais (...). O facto de as pessoas também terem, em muitos casos, pouca informação sobre como proceder para terem apoio. (...) E problemas de escolaridade e insucesso escolar também (...). Ora bem, se nós conseguirmos encaminhar para respostas... Aí sinto uma certa frustração, porque aquelas respostas mais imediatas acho que demos, nomeadamente, as respostas relativas ao acompanhamento na fase de confinamento das pessoas. E depois, sociais e alimentares,</p>	<p>Tipologia das necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de acesso à saúde; • Desemprego; • Trabalho precário / trabalho ilegal; • Precariedade habitacional; • População não-regularizada; • Necessidade de pessoas irem trabalhar para se sustentarem vs confinamento; • Falta de acesso a informação; • Insucesso escolar; <p>Eficácia (necessidades respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Respostas imediatas respondidas – acompanhamento no confinamento, apoio social e alimentar; • Problemas estruturais não respondidos na totalidade por dependerem de maior apoio institucional – habitação, emprego precário; • Algumas necessidades respondidas – escolares e de saúde.

	<p>etc., acho que conseguimos no essencial dar essas respostas, mas depois aqueles problemas mais estruturais ligados ao emprego ou às condições de habitação, ligados às questões com a escola, ligados à documentação legal, alguns conseguimos resolver, mas a maior parte não, porque implicavam de facto o envolvimento de todos os parceiros e outras instituições, que nós tentámos e nalguns casos conseguiram-se pequenas respostas. Mas não conseguimos, digamos, respostas estruturais, respostas de fundo (...) fica uma certa frustração. Por exemplo, os problemas da habitação, não foram praticamente nada resolvidos. Problemas do emprego precário destas pessoas, também não foram praticamente nada resolvidos. A relação com a escola no que diz respeito ao 1.º ciclo, foi enquadrada e acompanhada. Os tais problemas de saúde também foram encaminhados para o centro de saúde. Aí mais ou menos foram dadas respostas. Para os problemas mais estruturais da habitação e do emprego e nalguns casos de documentação há uma certa frustração, porque não conseguimos ter o apoio institucional suficiente para os resolver.</p>	
14	<p>Até certo ponto, sim, eu acho que podiam ter sido mais, mas até certo ponto sim. Conseguiu-se mobilizar, por exemplo, alguns apoios da ALCC para questões de documentação. Conseguiu-se mobilizar a ajuda alimentar da Junta [JFSC], da PROSAUDESC e depois da Câmara (CML), nessa altura, depois, quando entrou em ação o Departamento de Desenvolvimento Local da Câmara com os apoios locais às pessoas que precisavam. Do centro de saúde,</p>	<p>Tipologia de recursos mobilizados (endógenos vs exógenos):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recursos locais mobilizados em situações de emergência (regularização, alimentação, saúde); • EB1MLDR muito mobilizada; • Mobilização de recursos podia ter sido maior.

	<p>também, portanto, da unidade de apoio à Comunidade. Portanto, eu acho que nós conseguimos mesmo assim, mobilizar bastantes recursos locais para apoio a situações emergentes. Mas a sensação que eu tenho é que podíamos ter feito muito mais. As instituições locais deviam ter trabalhado melhor em conjunto desse ponto de vista e, portanto, eu acho que não atingimos o pleno. Foram resultados interessantes. Conseguimos mobilizar bastantes recursos locais. A escola [EB1MLDR] foi, digamos, muito mobilizada, a escola do 1º ciclo, mas só uma delas, por exemplo, quando há duas escolas. E, portanto, sim, eu acho que há uma certa mobilização e essa mobilização conseguiu resultados interessantes mas ficámos aquém daquilo que eu acho que seria possível.</p>	
15	<p>Há várias respostas para essa pergunta. Eu acho que sim. Ao nível das instituições que estiveram muito envolvidas porque sentiram que vestiram a camisola do território e enraizaram, não é? O caso da EB1MLDR, o caso da USP, e da UCC numa primeira fase, pelo menos, o caso da equipa da Santa Casa do Centro Comunitário (CDCA), o caso da AGEDI. Essas instituições não tenho dúvidas em dizer que elas mostraram capacidade de vestir a camisola do território que estava em sofrimento e de reforçar o seu enraizamento ao território. Já outras entidades não senti a mesma coisa. O caso da Junta [JFSC] é um caso estranho (...) Eu sei que eles consideram que deram respostas que era preciso dar, o Serviço Alimentar. No entanto, tiveram sempre de pé atrás com este</p>	<p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instituições mais envolvidas “vestiram a camisola” e reforçaram enraizamento: EB1MLDR, USP, UCC (numa primeira fase), CDCA e AGEDI; • Algumas instituições que deveriam mostrar enraizamento e ligação, não o fizeram: JFSC, PM e Atendimento Social da SCML. <p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • JFSC - Respostas típicas e da sua competência, sem mais envolvimento; <p>Tipologia dos parceiros (participação contínua vs pontual):</p> <ul style="list-style-type: none"> • PM – pontual; ausência;

	<p>processo. E, portanto, neste processo o seu enraizamento ao território ficou muito a dever àquilo que eles podiam ter feito, portanto, é uma situação estranha, mas é aquilo que se passou de facto. A PM, que defendia um policiamento comunitário, praticamente desapareceu nesse tempo. Respondeu quando foi o rastreio mas esteve praticamente ausente, 'né? Quando se calhar seria mais necessário e, portanto, o enraizamento ficou por provar aí. O Atendimento Social da Santa Casa [SCML] a mesma coisa. O atendimento era feito à distância e só em algumas horas de expediente e, portanto, numa comunidade que estava em sofrimento funcionar só nas horas de expediente e à distância não me parece que seja um bom indicador de enraizamento. E, portanto, sim, há entidades que provaram esse enraizamento e o reforçaram e há entidades que eu acho que ficaram muito aquém daquilo que seria necessário nesse processo.</p>	<p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atendimento Social SCML – Pouco envolvimento.
16		
17	<p>Eu acho que sim. Eu acho que todos os que passaram pela ECAR, de alguma forma, reforçaram as suas capacidades de intervenção, de entendimento da realidade, de reflexão sobre o tipo de respostas que estas situações precisam. Penso que as moradoras que não tiveram tão presentes na ECAR, mas que deram apoio nas várias tarefas da escola, também ficaram muito mais capazes, muito mais reforçadas no seu poder de interpretação e de perceção do que as cerca (...). Não creio que outros protagonistas que estiveram menos</p>	<p>Balanço dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Pessoas da ECAR</u> – reforço das suas capacidades de intervenção: entendimento do território; desafios da sociedade; capacidade de resposta ou construção da mesma; • <u>Moradores</u> – Maior consciencialização: reforço do seu poder de interpretação e perceção do que os rodeia;

ativos tenham reforçado grande poder de intervenção e capacidade de entendimento do que os cerca. Portanto, há que distinguir 2 grupos. O grupo mais ativo em vários pontos de vista, melhor poder de entendimento do território, melhor poder de reflexão sobre os desafios das nossas sociedades atuais e em particular daquela circunstância, melhor poder e capacidade de resposta, ou pelo menos de construir a resposta. Eu acho que esses três poderes, as pessoas que tiveram na ECAR, todas elas se reforçaram desse ponto de vista. Tive pena que isso não tenha tido correspondência institucional. Porque se na escola [EB1MLDR] até certo momento houve uma caminhada nesse sentido, mais recentemente, tudo isto foi praticamente destruído. E sinto que em relação à equipa do CDCA, isso não foi coletivizado, foi sentido por algumas pessoas mas não foi coletivizado na equipa. Embora houvesse algumas tentativas de o fazer. E, portanto, os empowerments foram mais individuais e como equipa ECAR, e foram praticamente ausentes do ponto de vista institucional. (...) Poderia ter sido muito mais também, por exemplo, como GC, mas também não foi grande coisa... como foi um processo assente em pilares que vão contra a lógica dominante, um dos efeitos indesejados do processo foi a criação de divisões e de clivagens, o que acabou por impedir um processo de empowerment comunitário ao nível do GC. Porque na verdade, algumas instituições, não percebendo o processo, não estando sintonizadas com a sua lógica, acabaram por se tornar obstáculo e, como tal provocaram, ajudaram a criar divisões no seio

- Empowerment institucional inexistente;

Perceções sobre a ECAR:

- Processo inovador;
- Criação de divisões e clivagens institucionais;

Balanco sobre os processos desencadeados pela experiência da ECAR:

- Mudança de paradigma de intervenção;

Perceções sobre o GCGA:

- Obstáculo à ECAR;
- Criação de divisões no GC por oposição à ECAR;

Constrangimentos à parceria/visão integrada:

- Visão setorial por parte de parceiros;
- Diferenciação de papéis entre parceiros;
- Obstáculos com hierarquias institucionais.

Tipologia dos parceiros (posicionamento):

- JFSC – pouco envolvimento;
- SCML - Obstáculos com hierarquias institucionais.

do GC e das relações de parceria. (...) Se me recordo de algum exemplo destas tensões provocadas pelas diferentes abordagens? Sim, várias. Em vários momentos. De imediato a reação institucional hierárquica da Santa Casa [SCML] em relação à equipa de Desenvolvimento Comunitário (CDCA) e em relação a outros protagonistas, entre os quais eu, que eram considerados não aptos para fazer o trabalho que essa instituição defendia como a sua missão. E, portanto, desde logo houve aí é uma reação, não sei se institucional ao nível máximo da hierarquia, mas pelo menos ao nível intermédio sim. E isso claramente criou divisões, criou clivagens no processo não é? E impediu uma aquisição institucional mais enriquecedora. Porque até foi visto com desconfiança o processo, como sendo um processo estranho, portanto, esse é um exemplo. Um segundo exemplo dá-se na saúde, onde a pessoa mais ligada à UCC acaba por entrar em, não digo em oposição total, mas pelo menos em diferenciação de posições, para ser mais simpático, em relação à USP. E, portanto, deixa de haver sintonia entre as duas áreas da saúde. E isso reflete-se também numa dificuldade de o processo ser um processo de aprendizagem institucional. Porque há interpretações diferentes, bastante diferenciadas dentro da saúde em relação ao processo, não é? O terceiro exemplo é o da escola [EB1MLDR], em que inicialmente a escola embora com diferentes posições, mas parece aderir como um todo ao processo, é evidente que nós sabemos que não foi como um todo em relação a alguns protagonistas da escola, mas

	<p>mais tarde isso vai ter implicações a nível hierárquico, e a verdade é que é uma das causas que vai provocar a demissão da coordenadora da escola, portanto acaba por ter esse efeito nefasto, digamos assim. E um quarto exemplo ainda foi o que se passou com a Junta de Freguesia [JFSC], que sendo uma autarquia local, portanto ligada ao território, acaba por não se envolver muito neste processo, talvez por não o conduzir, talvez por não concordar com a maneira como estava a ser feito, e isso acaba por ter consequências depois, ao nível das relações de parceria, ficam inquinadas. Já estavam de alguma forma, mas agravam-se a seguir a isso, ficam inquinadas a partir dessa altura, com efeitos no GC e na dificuldade de trabalhar completamente em conjunto no território até hoje.</p>	
18	<p>Não é uma resposta linear. Podemos dizer que a filosofia continuou presente naqueles membros do GC que viveram intensamente e por dentro esta experiência e, portanto, continuaram a levar essa lógica, essa filosofia para o GC. E, portanto, de alguma forma procuraram dar-lhe continuidade no funcionamento do GC, nomeadamente, procurando chamar mais moradores, procurando que o GC, de certa maneira, reproduzisse a lógica de funcionamento da ECAR. Depois houve um segundo momento de tentativa de continuidade que foi quando foi apresentada a candidatura ao projeto bairros saudáveis [Projeto COMVIV-20], também para tentar funcionar da mesma maneira, com os mesmos</p>	<p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência (princípios reproduzidos em ações); • Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20; • Tentativas de continuidade da experiência bloqueados por clivagens institucionais. <p>Constrangimentos à parceria/visão institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Clivagens institucionais sobre formas de intervenção;

princípios. E, portanto, houve várias tentativas de continuidade que não foram completamente bem sucedidas, mas também não foram completamente malsucedidas, ou seja, até hoje a filosofia está presente naquelas pessoas que viveram mais intensamente a ECAR e que tentam tê-la presente nas suas ações e nas suas propostas, portanto, posso dizer daí que não se perdeu completamente e que alguma continuidade existe. Agora, os efeitos acabam por ser limitados, exatamente porque as tais clivagens que eu referi anteriormente, as tais dificuldades de entender a parceria e a participação da comunidade têm impedido que depois se tire completamente proveito desta tentativa de continuidade. (...)

Anexo H. Análise de entrevista a técnico da ECAR

	EXCERTO DA RESPOSTA	NOTAS DE ANÁLISE (CATEGORIZAÇÃO)
1	Eu tenho uma relação de trabalho. Sou técnica que trabalha numa organização que tem este território como zona de intervenção, desde 2011.	Ligação ao território: <ul style="list-style-type: none"> • Técnico; • Desde 2011.
2	Acho que é um território que está muito marginalizado, que tem pouco acesso a tudo em geral, desde transportes, serviços, cultura, com pouca dinâmica social. Ao mesmo tempo é um território com muita diversidade de pessoas de muitos locais, de diferentes proveniências étnico-raciais e, nesse sentido, acho que em pessoas é muito rico. Mas no geral, acho que é um território muito empobrecido, marginalizado e com poucas oportunidades.	Imagem do território: <ul style="list-style-type: none"> • Muito marginalizado; • Pouco acesso a transportes, serviços e cultura; • Pouco dinamismo; • Muita diversidade étnico-racial; • Riqueza multicultural; • Empobrecido; • Poucas oportunidades.
3	Participo no GC desde 2011. (...) com diferentes papéis mas desde o início fui-me ligando ao GC.	Participação no GCGA: Desde 2011.
4	Então considero que fizeram parte moradores que já têm uma participação bastante consolidada. Moradores que já faziam parte das dinâmicas, que lideram processos associativos, estou a pensar [nome de dois moradores da ECAR], que inclusive já haviam começado a reunir-se com mais pessoas no “grupo das quintas”, que se juntaram antes para pensar coisas relativas ao GC, porque as reuniões estavam muito pouco participadas por moradores. Aconteciam em horários que eram pouco amigáveis para os moradores. Nomeadamente estes dois é malta que já tem aqui um	Tipologia dos participantes: <ul style="list-style-type: none"> • Moradores mais ativos ligados a dinâmicas comunitárias (grupo mais restrito); • Moradores ativos que eram próximos e que tinham conhecimento do território; • Moradores menos ativos e envolvidos mas que mostraram disponibilidade ao cooperar com ECAR em diferentes; • Participação no levantamento das situações, na identificação dos problemas e nas respostas;

papel muito relevante na comunidade, que chamamos de líderes comunitários. Depois também participaram ativamente outros moradores que, pelo conhecimento que tinham da realidade, e pela proximidade, foram pessoas a quem se pediu imediatamente ajuda, estou a pensar nas auxiliares da escola, que são também moradoras, como [nomes de moradores]. Foi malta que conhecia muito bem as Vilas, que elas próprias tinham vivido e que aqui cresceram e quando foi necessário caracterizar as vilas eram pessoas que tinham esta informação quase de cor na cabeça. Conheciam a configuração das vilas, sabiam quem é que eram os moradores, os mais antigos, etc. Depois o próprio processo em si, eu acho que também foi trazendo outros moradores que foram percebendo o que estava a acontecer e que se disponibilizaram em diferentes momentos para diferentes tarefas. Lembro-me, por exemplo, no dia que se fez mesmo o rastreio, de ter pedido apoio a moradores, que era mesmo por serem conhecidos, para estarem ali à volta, a explicar às pessoas o que é que se estava a passar, porque o rastreio não era completamente aberto, etc. Eu acho que a comunidade em geral também acabou por poder participar no sentido que houve um conjunto de pessoas que se dirigiam a esta comunidade, auscultou, ouviu, fez um levantamento de informações que essas próprias pessoas concordaram em ceder e em dar dados. Aí teve a ver com o próprio processo da ECAR, que foi participativo. Então também a forma como se dirigiu à comunidade

Perceções sobre o GCGA (antes do surgimento da ECAR):

- Pouco participado;
- Reuniões realizadas em horários desadequados;

Ações realizadas:

- Caracterização da população (levantamento de dados);

Valorização dos recursos locais mobilizados:

- Participação de moradores ligados às dinâmicas comunitárias;
- Abordagem de proximidade;

Exemplos de enraizamento/ligação ao território:

- Participação ativa de moradores ligados às dinâmicas comunitárias;

Perceções sobre a participação:

- Participação ocorreu com efeito “bola-de-neve”.

	foi numa ótica de criar espaços para as pessoas também partilharem a informação.	
5	Eu acho que a comunidade participou nas várias etapas, de alguma forma validou o problema e aquilo que estava a fazer as pessoas terem que construir aquela resposta, que foi a ECAR. Validou e depois esteve envolvida a facilitar o contacto das organizações com a própria comunidade, estando algumas pessoas mesmo também na rua e participando em reuniões que depois aconteceram em GC para ser definida a estratégia, porque foi sendo definida uma estratégia que era sempre devolvida ao coletivo. Isto também coincidiu com algumas reuniões onde as pessoas também puderam participar depois. Na execução de algumas das atividades em si, eu diria que participaram quer na conceção, quer na execução e depois nos momentos posteriores da avaliação, houve um <i>Focus Group</i> , etc.	<p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação na mediação entre instituições e comunidade, no levantamento das situações, na conceção da estratégia, nas respostas e na avaliação. <p>Tipos de envolvimento na tomada de decisão:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Decisões legitimadas pela comunidade; • Envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão; • Decisões da ECAR partilhadas em GC.
6	Eu avalio de forma muito positiva. Acho que foi imprescindível esta participação. Acho que pronto foi muito facilitador e, sem esta participação, acho que teria sido muito mais difícil dar a resposta no tempo célere que foi, e também esta adesão dos moradores e confiança e tudo mais, portanto, acho que foi muito importante.	<p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores na mediação entre instituições e comunidade; • Abordagem de proximidade; • Moradores com quem se tem relações de confiança; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores com quem se tem relações de confiança;
7	Na minha opinião, fizeram parte um leque muito grande de parceiros a diferentes níveis, seja o núcleo central [ECAR] onde	<p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de parceiros;

estiveram menos organizações. Foi o grupo que, através da saúde pública [USP], que também estava neste núcleo central, recebeu o pedido inicial e foi desencadeando o processo. Mas a verdade é que este grupo, através do GC, depois estava em contato com uma série de outras organizações. Algumas realmente tiveram aqui um papel mais passivo de ir recebendo informação, de ir dizendo se estavam de acordo com a estratégia, de dar uma sugestão a outra, mas considero que fizeram parte. Depois houve momentos em que houve também pedidos muito claros dentro da estratégia, como foi o caso do rastreio, e algumas organizações também participaram ou responderam a pedidos muito concretos da parte da estratégia. Depois houve outras que quase que foi um bocado à força, face à circunstância de o GC ter participado numa reunião com o próprio Ministério da Saúde e com organismos ao nível mais elevado e que fez com que esses organismos, de alguma forma, tivessem que se implicar, como foi o caso do ACM, acabaram por ter um papel menos regular, não é? Mas pronto, acabaram por fazer parte também, portanto, eu considero que participaram organizações locais, portanto, organizações que trabalham no território, essas organizações são públicas e privadas. Depois outras que têm um nível mais macro, que tinham responsabilidades públicas e políticas na situação que estava a acontecer e, por inerência, acabaram por fazer parte também. Mas pronto, é como digo, acho que há níveis muito diferentes de participação. Um número muito menor esteve envolvido na conceção das propostas, no que pensar, a

- Ministério da Saúde;
- ACM;
- Organizações públicas e privadas.

Tipos de envolvimento nas tomadas de decisão:

- Tomadas de decisão desencadeadas pela ECAR;
- Decisões tomadas pela ECAR legitimadas em GC.

Tipologia dos parceiros (posicionamento):

- Papel passivo – receção da informação, validação da estratégia e apresentação de sugestões;
- Participação com respostas concretas;
- Participação imposta pelas circunstâncias;
- Participação inerente por responsabilidades públicas e políticas;
- Envolvimento ativo dos parceiros da ECAR na conceção das respostas;
- Diferentes níveis de envolvimento;

Tipologia dos parceiros (participação contínua vs pontual):

- ACM – pontual;
- Participação pontual em momentos específicos;

Ações realizadas:

- Rastreio.

Mobilização de recursos (endógenos vs exógenos):

- ACM;

	<p>metodologia a pensar, como é que, na prática, as coisas iam acontecer. E depois vai sempre alargando o núcleo maior, vai recebendo esta informação, vai validando, vai participando pontualmente em algumas coisas que vão sendo decididas, mas no geral acho que foram mesmo muitas organizações.</p>	
8	<p>É muito do que estava a dizer sendo que, ainda por cima, isto aconteceu num contexto de Covid e houve parceiros em que a sua envolvimento foi sempre à distância, por exemplo. Também havia malta que na altura não estava no território e acho que também influenciou. Sendo que a escola [EB1MLDR] teve aqui um grande papel porque acabou por ser ali um bocadinho o posto de trabalho, 'né? Acho que chegou mesmo a haver uma requisição do Ministério da Saúde nesse sentido. Destaco também esse papel da Escola.</p>	<p>Tipologia dos parceiros (posicionamento):</p> <ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR – papel ativo; disponibilidade de recursos; <p>Tipologia dos parceiros (participação contínua/pontual):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parceiros ausentes do território (face ao contexto); • Envolvimento à distância (face ao contexto); <p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR.
9	<p>Eu acho que há um ponto muito forte que tem a ver com o GC. Sabemos que não é uma parceria exclusiva de organizações, é um fórum onde os moradores também participam, mas a verdade é que as organizações deste território têm tido o compromisso de participar neste fórum. Isso eu acho, foi muito positivo naquele contexto de pandemia, estas organizações terem conseguido manter este fórum online, ter começado a reunir logo, não é? Começou no mês de abril de 2020, retomar reuniões online. Arranjar aqui estratégias e ferramentas para se continuar, mesmo quem estava à distância a observar o território e a perceber o que estava a acontecer e a ir estando em cima das necessidades. Daí,</p>	<p>Valorização dos recursos locais mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligação entre elementos do GCGA; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligação entre elementos do GCGA. <p>Perceções sobre a parceria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Hábito de trabalharem entre si, sem participação de moradores; <p>Constrangimentos à participação da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação/papel dos moradores.

	<p>quando esta despoleta, há estrutura para agarrar. Embora eu acho que isso tem muito a ver com o GC, onde estas organizações também lá estão e que há vários anos trabalham em conjunto e acho que isso foi muito facilitador. Esta relação entre organizações não se construiu naquele momento, ela já existia previamente, então acho que isso facilitou o despoletar destas coisas. Mas depois também acho que houve muitas fragilidades, pela situação que era, por realmente algumas organizações estarem mais habituadas a parcerias institucionais só entre si e então, ter aqui os moradores, acho que também trouxe muitos desafios que esta parceria nem sempre soube responder da melhor forma, nem sempre soube aproveitar a mais-valia que, na minha opinião, traz.</p>	
10	<p>Relativamente à participação da comunidade, veio muito esta questão da partilha de dados sensíveis. Isto era colocado por parte das organizações, de estar a partilhar dados com moradores. É sempre aqui do ponto de vista de alguma deontologia, questões que para mim não são fáceis de compreender. Primeiro porque os moradores que estavam envolvidos estavam interessados em contribuir para a solução dos problemas. Muitas vezes eles que eram detentores de informação, que complementava a informação que nós e as organizações íamos tendo e, portanto, esta preocupação de que havia informação sensível que estava a passar para a comunidade e que de alguma forma poderia prejudicar as pessoas, ou infetadas, ou que estivessem a precisar de algum tipo de apoio, não consigo entender porque, de facto, sei que há uma lei</p>	<p>Constrangimentos à participação da comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões deontológicas; • Descrédito das capacidades dos moradores; • Visão setorial por parte de parceiros; <p>Tipologia dos participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores interessados em contribuir para solução dos problemas; • Moradores como fontes de informação; • Moradores mais ativos com disponibilidade total. <p>Constrangimentos à parceria/visão integrada:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Confronto de formas de intervenção; • Visão setorial por parte de parceiros;

de proteção de dados, mas pronto. Acho que realmente essa questão trouxe constrangimentos e não há uma clareza objetiva de em que medida é que se estava a violar essa lei. É, mas houve situações concretas de organizações que se recusaram a partilhar dados com moradores que estavam... por exemplo, os tais líderes comunitários que falámos, que estavam a participar de forma totalmente voluntária, gratuita, mesmo sem receber um ordenado, no seu tempo livre, foi uma experiência que absorveu muito, 'né? E durante muito tempo, muitas horas de trabalho, fim de semana, à noite. Ver organizações a recusarem-se a partilhar informação com pessoas que estavam a dar tanto à sua comunidade foi uma situação que me indignou bastante. À parceria das organizações também houve constrangimentos, que era um confronto entre formas de atuação, e apesar de aparentemente estarmos todos com o mesmo tipo de preocupação que era apoiar as pessoas, resolver os problemas, como as formas eram diferentes acho que isso também trouxe dificuldades às parcerias. Se houve organizações que tinham dificuldade em integrar a comunidade, achavam que não era necessário o apoio que as pessoas tinham a dar, isso criou barreiras ou o olhar para as coisas de forma muito setorial, não é? "Eu sou da ação social, só dou apoio aqui", não olhar para as coisas no seu todo. Esta coisa de achar as pessoas estão infetadas, têm que ficar em casa, mas a preocupação da saúde é que a pessoa cumpra o isolamento, a preocupação do social é que a pessoa tenha as refeições, mas verificou-se que

- Pouco esforço para harmonizar formas de intervenção diferentes;
- Necessidade de atuar de forma célere face à urgência;
- Abordagem assistencialista.

Eficácia (necessidades respondidas vs não respondidas):

- Questões fundamentais que não foram respondidas;
- Necessidades respondidas de forma assistencialista e setorial (diferente da visão da ECAR).

	<p>havia uma série de outras questões que não estavam a ser consideradas e que para as pessoas eram fundamentais que também fossem atendidas. Mas naquele momento acho que houve muita tentativa de se falar, de conversar, explicar porque estava a ser assim, porque estava a ser assado, ainda assim não houve muita disponibilidade para encontrar mais harmonia nessas duas formas diferentes da atuação. Ao mesmo tempo estava uma pandemia a decorrer. Era preciso dar respostas, mas como as perspetivas eram diferentes também originaram respostas diferentes. Umas mais assistencialistas e setoriais, isso não era o que a ECAR tinha como visão nem o que estava a fazer.</p>	
11	<p>Sim, considero. É nesta ótica que eu estava a dizer. Tentou-se desde início não abordar as coisas de forma setorial, o que não era muito fácil naquela altura, porque era uma questão que parecia que era exclusiva de saúde pública. E nós [ECAR] desde início neste território, sabíamos que isto também era uma questão social. E, portanto, que as pessoas que estavam em maior risco eram exatamente as pessoas que socialmente vivem de forma mais vulnerável. E não é por acaso que isso nos levou às Vilas onde vivem maioritariamente pessoas migrantes em casas pequenas, sobrelotadas, etc. E nos fez perceber as fragilidades que havia aqui na zona PER, nomeadamente, com a comunidade cigana, muitas vezes onde a informação chegava de forma mais deturpada, onde havia também questões culturais e onde os apoios que estavam a ser generalizados na freguesia não estavam a ter em conta estas</p>	<p>Aplicação de uma abordagem holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim – exemplos: caracterização da população (recolha de dados) cobria várias áreas; articulação com instituições e serviços responsáveis por diferentes áreas; <p>Imagem do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas em maior risco, no âmbito da Covid-19, eram as mais vulneráveis (multiproblemáticas); • Imigrantes; <p>Tipologia das necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional; • Acesso a informação; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoios generalizados sem considerar questões culturais;

	<p>questões. Portanto a ECAR, desde o início, procurou ter uma Visão integrada de tudo. E de perceber as várias dimensões da vida das pessoas e caracterizar isto. Então também não só tentou como implementou estratégias, nomeadamente, fazer o primeiro diagnóstico que era bastante abrangente também ao nível das questões que colocava exatamente para perceber a situação das pessoas. Os agregados, situação face ao trabalho, as doenças crónicas, a questão do acesso ao sistema de saúde, se têm médico de família, se têm número de utente, esse tipo de coisas, portanto, exatamente para tentar garantir que quando se estivesse a prestar o apoio, fosse um apoio a estes vários níveis. E não só focar na questão de as pessoas ficarem em casa e cumprir o isolamento social, sendo que havia situações em que nem casa com condições para cumprir o isolamento havia. Realmente acho que não estavam a ser vistas no seu todo e aqui nesta experiência houve essa preocupação e eu acho que é isso que faz ter uma abordagem holística. Depois, ao mesmo tempo, tentar perceber no território quem é que eram as organizações responsáveis por dar resposta às determinadas situações, também tentar organizar isso, perceber quem é que era o pivô de cada eixo ou de cada área fundamental, como a saúde, a educação, a área social, etc. E tudo isso, acho que torna esta abordagem holística.</p>	<p>Ações realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caracterização da população (recolha de dados).
12	<p>Há decisões que eu acho que nos transcenderam a todos, nomeadamente decisões do próprio Ministério da Saúde (MS).</p>	<p>Tipos de envolvimento nas tomadas de decisão:</p>

Houve um chamado inicial, parecia que ia-se rastrear uma zona mais alargada mas, depois, lá pelos dados que eles tinham, foram percebendo as zonas mais sensíveis e cada vez foi sendo mais circunscrito. E isso na prática criou-nos um problema que é, **nós desocultamos problemas numa área muito maior e depois acabou por ser alvo de intervenção nesta experiência específica uma área muito menor** e essa área muito menor claro foi muito importante, 'né? **Serviu como um Observatório, também para se ver uma série de coisas, como é que as respostas eram dadas, etc.** Mas a verdade é que também nos **criou esse constrangimento, de não ter todas as outras pessoas debaixo da experiência,** e de alguma forma, poder alavancar tal como aconteceu aqui as respostas necessárias e, nesse sentido, pronto, **houve ali decisões que não foram tomadas por nós e sobre as quais acho que nem moradores, nem organizações acabaram por fazer parte da decisão.** Nas que pudemos fazer parte ou decidir, foi sempre nesta ótica do que eu disse, de tentar olhar para a coisa da forma mais completa possível, obter dados e informação que também orientasse as decisões. **Essa informação não era só recolhida por nós, muita dessa informação, como disse, era trazida pela própria comunidade.** E os **parceiros também tiveram sempre oportunidade de fazer parte dessa decisão, até a ECAR enquanto estrutura sempre trabalhou de forma aberta,** não é? **E sempre houve espaço para que quem quisesse e pudesse participar e isso não aconteceu muito.** Acabou por ser sempre ali um bocadinho **as mesmas pessoas.** E **essas**

- Decisões que não envolveram GC (nem moradores, nem instituições e serviços);
- Envolvimento passivo das instituições/serviços na tomada de decisões;
- Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte da ECAR;
- Decisões da ECAR partilhadas em GC;
- Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência;
- Envolvimentos diferenciados;
- Tentativa da ECAR de envolvimento de todos nas tomadas de decisão.

Ações realizadas:

- Rastreio;
- Caracterização da população (recolha de dados);

Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:

- Necessidades desocultadas;

Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas):

- Respostas não incluíram população total caracterizada;

Tipologia dos participantes:

- Moradores que participaram no levantamento das situações, na identificação dos problemas;
- Participação de moradores como fontes de informação;

Valorização dos recursos locais mobilizados:

	<p>estavam envolvidas, a construir propostas, a construir um caminho, mas essas propostas, depois eram sempre devolvidas ao coletivo do GC, ou por email, quando não dava para esperar para reuniões, (...). Mais uma vez o envolvimento não foi igual em alguns casos. Foi bastante mais passivo. Eu penso que foi um exercício bastante democrático, ou em que houve essa intencionalidade, e que se trabalhou sempre de forma muito aberta, tentando dar o melhor espaço possível para que as decisões fossem participadas, partilhadas, legitimadas, validadas, acho que houve muito essa preocupação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores como fontes de informação; <p>Perceções sobre a ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aberta à participação de parceiros;
13	<p>Um grande fosso que existe entre as pessoas e as organizações ou a informação. Senti que há muita necessidade de literacia a vários níveis, seja para a saúde, mas para acesso aos serviços em geral. Acho que, por um lado, há pessoas que tem a ver com barreiras linguísticas, culturais, há desconhecimento, há outras por ter tido más experiências, acho que também há muitos mitos, há desconfiança e muitas vezes as pessoas que estão em maior fragilidade são as que têm mais receio, como é compreensível, de recorrer aos serviços, porque sentem-se expostas e também acho que há muita perceção que os serviços punem e não que efetivamente são o apoio para as pessoas lidarem com algumas situações gravíssimas que têm. Então acho que isto foi assim das principais problemáticas. Toca muitas coisas como pessoas que podem ter apoio social e que desconhecem que têm critérios,</p>	<p>Tipologia das necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso a informação; • Acesso a serviços; • Acesso à saúde; • Precariedade habitacional; • Rendas elevadas; <p>Imagem do território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas com barreiras linguísticas e/ou culturais; • Pessoas desconfiadas dos serviços, fruto de más experiências; <p>Eficácia (necessidades respondidas vs não-respondidas):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso a serviços e precariedade habitacional sem resposta por serem problemas estruturais; • Maioria dos problemas não tiveram resposta;

<p> pessoas que não conseguem aceder ao sistema nacional de saúde, o que era surreal naquele contexto, à habitação. Também foi assim uma problemática que se evidencia, sobretudo pessoas a viver em muito más condições e a pagar rendas muito elevadas. Portanto, a falta de habitação pública, porque no caso eu estou a falar muito de habitação de mercado livre, onde as pessoas arrendam casas em condições duvidosas a pagar valores exorbitantes, com senhorios que em alguns casos, nem sequer dão o devido apoio quando há necessidade de melhoramentos, etc. Essas necessidades não foram respondidas porque em alguns casos, como é esta questão da habitação, saúde, estamos a falar de questões estruturais, questões que às vezes também têm a ver com o mau funcionamento dos serviços. As pessoas aqui, por exemplo, há muitas queixas (...) das pessoas irem, de haver barreiras, as pessoas não serem informadas, se podem, se não podem, se têm direito. (...) Mas em termos estruturais, os serviços continuam muito desajustados às necessidades das pessoas. Acho que se consegui aproximar realidades, acho que no geral através do movimento de juntar, estar na rua com moradores, acho que se consegui fortalecer aqui algumas relações. Acho que se consegui aproximar estas realidades mas também acho que ainda há muito trabalho a fazer, a este nível das próprias organizações e dos técnicos, sobretudo para terem outra sensibilidade, disponibilidade, possibilidade para estarem com as pessoas de outra forma. </p>	<p> Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR: </p> <ul style="list-style-type: none"> • Desocultou as falhas das instituições/serviços; • Reforço da ligação entre pessoas; <p> Balço dos processos de <i>empowerment</i> como resultado da experiência da ECAR: </p> <p> <u>Moradores e Instituições/serviços:</u> Maior consciencialização – consciência sobre problemáticas e da importância da visão integrada; </p>
---	--

	Portanto, na sua grande maioria, as necessidades não foram respondidas.	
14		
15	<p>Olha, por um lado, eu acho que esta experiência também ficou muito enraizada em pessoas. E é interessante perceber agora, em 2023, que por exemplo algumas destas pessoas já não cá estão. Nisso eu acho que enfraquece também o território. E acho que isso, claro, é uma questão de sustentabilidade, porque mesmo as organizações são feitas por pessoas. Este tipo de trabalho acho que necessita deste enraizamento de quem o faz. De permanências de longo-prazo. E quando estas mudanças acontecem acho que trazem recuos, portanto, ao mesmo tempo que estar assente em pessoas não é sustentável, porque essas pessoas podem mudar, essas pessoas também foram muito importantes para que as coisas acontecessem. E para tentar passar a mensagem ao coletivo em geral, de que as coisas podem ser feitas de outra forma. Se a experiência em si conseguiu deixar no território sementes... Sementes, eu acho que sim, agora claro que as sementes são muito frágeis, precisam de continuar a ser regadas, alimentadas, nutridas. E o fato, por exemplo, de haver deslocamento, quer de técnicos, quer de moradores, numa fase em que a coisa ainda era tão inicial, é uma perda para a continuidade.</p>	<p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência ficou enraizada nas pessoas envolvidas; • Sinais de permanência (frágeis); • Afastamento de técnicos e moradores são constrangimento à sustentabilidade dos processos; <p>Valorização dos recursos mobilizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território; <p>Exemplos de enraizamento/ligação ao território:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elementos da ECAR; <p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudança de paradigma da intervenção.
16	Tenho dificuldade em responder esta questão. No caso do CDCA, por exemplo, há uma tentativa, mas já havia antes, de tentar usar	Balço dos processos de empowerment como resultado da experiência da ECAR:

	<p>metodologias, fazer esta abordagem integrada no trabalho que se faz com as pessoas, mas vejo pessoas que estiveram envolvidas na experiência, que trabalham na escola [EB1MLDR] e que dizem isso, que lhes marcou, e que se calhar agora conhecem melhor a realidade de alguns alunos e de zonas que não entravam frequentemente, e que isso lhes deixou uma outra forma de olhar para os problemas. Mas acho que tenho dificuldade em medir este impacto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Instituições/Serviços</u> – adoção de visão integrada; • <u>Moradores</u>: Maior consciencialização – conhecimento da realidade, consciência sobre problemáticas e da importância da visão integrada.
17	<p>Eu o que noto é sempre alguns moradores que, decorrente deste processo, por exemplo, conheceram o CDCA e começaram a ir ao apoio ao cidadão e a ter apoio, por exemplo, na procura de casa porque viveu nestas tais situações e por sorte, nos sorteios, alguns conseguiram e inclusive até saíram do território. Aparentemente, do ponto de vista habitacional, tiveram melhorias significativas, mas isso é difícil, porque a pessoa, se calhar ao nível de uma comunidade vai começar a construir lá para onde foi, uma rede. Então, às vezes o facto de melhorar num aspeto, não quer dizer que todos os outros se mantêm. Mas sim, vejo situações de algum conhecimento, de as pessoas saberem ainda mais a quem recorrer em determinadas situações, ter apoio. Mas pronto, acho que é um caminho. A nível do GC, por exemplo, também acho que algumas pessoas, em momentos diferentes, foram-se aproximando, foram percebendo que havia ali aquele fórum, envolveram-se em coisas que vieram depois, como o projeto do GC através dos bairros saudáveis [Projeto COMVIV-20]. (...)</p>	<p>Balanco dos processos de <i>empowerment</i> como resultado da experiência da ECAR:</p> <p><u>Moradores:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Procura de respostas para os seus problemas; <p>Balanco dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de pessoas do GC noutras dinâmicas locais.

<p>18 Acho que houve uma tentativa, que foi o projeto do grupo comunitário [Projeto COMVIV-20]. Ele foi bastante pensado, surgiu a oportunidade, (...). Então isso foi uma oportunidade concreta para tentar dar resposta a alguns dos problemas que tinham sido identificados através da experiência da ECAR. Portanto, aí acho que houve uma continuidade. E depois a partir dessa experiência que foi o projeto, também houve outras coisas que se abriram. Portanto, acho que há assim várias ramificações. Acho que para as pessoas que viveram mais de perto, como falava há pouco, seja técnicos, seja moradores, quem esteve mais no núcleo mais central, acho que essa experiência também continua através dessas pessoas e da sua forma de atuar, de pensar, de se organizar. Acho que houve bastante reconhecimento, inclusive, da experiência, enquanto uma boa prática. Existiu interesse de outros GC, foi reconhecido como um bom exemplo de como é que organizações e moradores se juntam para enfrentar questões e resolver problemas. Artigos que foram escritos. No geral é isso. Acho que há várias ramificações e continua a influenciar a prática de algumas pessoas que tiveram muito de perto.</p>	<p>Balço dos processos desencadeados pela experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20; • Sinais de permanência; • Valorização externa sobre intervenção da ECAR; <p>Balço dos processos de <i>empowerment</i> como resultado da experiência da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Pessoas da ECAR</u> – influência na sua forma de intervenção.
---	---

Anexo I. Análise comparativa das entrevistas

Legenda de entrevistados:

- A – Técnico de instituição do poder local
- B – Técnico da área do apoio social
- C – Técnico de serviço da área da saúde
- D – Morador da ECAR
- E – Voluntário da ECAR
- F – Técnico da ECAR

I. DIMENSÃO DE ANÁLISE: VISÃO INTEGRADA

APLICAÇÃO DE VISÃO HOLÍSTICA VS. ABORDAGEM SETORIAL		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Conjugação de diferentes competências para intervenção; • Tentativa de adoção de abordagem holística (não plenamente conseguida); • Adoção de visão setorial por parte das instituições/serviços • Visão setorial por parte de parceiros; 	<p>Sobre adoção de Abordagem Holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de uma Abordagem Holística – IIII (B, D, E, F) • Tentativa de Aplicação de uma Abordagem Holística – II (A, C) • Abordagem holística desenvolvida ao longo do tempo – II (B, E); • Por vezes não era possível a aplicação de uma abordagem holística no processo – I (B) <p>Exemplos de adoção de Abordagem Holística:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades e Respostas trabalhadas de forma integrada: • Trabalho realizado “num todo” - B
B	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com instituições e serviços responsáveis por diferentes áreas. • Partilha de dados (cingidos) entre instituições e serviços; • Foi-se desenvolvendo ao longo do tempo; • Trabalho realizado “num todo”; • Tidos em conta vários parceiros, de diferentes áreas, e moradores; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de necessidades de várias áreas; • Necessidades trabalhadas em conjunto; • Sinalizações realizadas por diferentes pessoas; • Por vezes não era possível; 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de problemáticas/caracterização da população – III (B, C, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliação de necessidades de várias áreas – B ○ Levantamento de problemáticas, além da saúde – C ○ Caracterização da população (recolha de dados) cobria várias áreas – F • Respostas integradas – IIII (A, B, C, D, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Articulação com instituições e serviços responsáveis por diferentes áreas / Encaminhamento das situações por áreas de competência – III (B, C, F) ○ Conjugação de diferentes competências para intervenção - A ○ Tidos em conta vários parceiros, de diferentes áreas, e moradores / Sinalizações realizadas por diferentes pessoas / Necessidades trabalhadas em conjunto - B ○ Respostas integradas, em várias áreas - D <p>Outros exemplos referidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Partilha de dados (cingidos) entre instituições e serviços – B • Envolvimento de pessoas que não eram da área da saúde - C • Adoção de visão holística sobre as pessoas - D • Elementos da ECAR tinham como filosofia abordar questões de forma holística - E <p>Adoção de abordagem setorial – IIII (A, D, E, F)</p>
C	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de pessoas que não eram da área da saúde; • Tentativa de aplicação de abordagem holística; • Objetivo – intervenção global não só específica à Covid-19; • Levantamento de problemáticas, além da saúde; • Encaminhamento das situações por áreas de competência; 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem holística foi fator de sucesso da intervenção da ECAR; • Respostas integradas, em várias áreas; • Instituições/serviços não adotam visão holística; • Falta de visão integrada por parte dos parceiros na resposta às problemáticas; • Adoção de visão holística sobre as pessoas. 	
E	<ul style="list-style-type: none"> • JFSC – visão setorial; • PM –visão setorial; • Visão setorial por parte de parceiros; • Falta ou demora de respostas devido a visão setorial das instituições; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • ECAR tinham como filosofia abordar questões de forma holística. • Abordagem holística desenvolvida ao longo do tempo; 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de visão setorial por parte das instituições/serviços / Visão setorial por parte de parceiros - A • Instituições/serviços não adotam visão holística / Falta de visão integrada por parte dos parceiros na resposta às problemáticas - D • JFSC – visão setorial / PM –visão setorial / Visão setorial por parte de parceiros / Falta ou demora de respostas devido a visão setorial das instituições / – E • Visão setorial por parte de parceiros – F
F	<ul style="list-style-type: none"> • Visão setorial por parte de parceiros • Caracterização da população (recolha de dados) cobria várias áreas; • Articulação com instituições e serviços responsáveis por diferentes áreas; 	

II. PARTICIPAÇÃO

TIPOLOGIA DOS PARTICIPANTES E TIPOS DE PARTICIPAÇÃO		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores; • Morador da ECAR: ação muito direta; capacidade de mobilização de outras pessoas; • Voluntário da ECAR: Estabelecimento de pontes/mediação; • Participação na realização da caracterização da população; • Pais ativos; • Morador da ECAR: participação na mediação; • Moradores como agentes de saúde; 	<p>Tipos de participantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores com conhecimento da realidade/ligação ao território/ligados a dinâmicas comunitárias – IIIII (B, C, D, E, F) • Moradores que mostraram disponibilidade em cooperar – IIII (B, D, E, F); • Moradores da ECAR – II (A, B) • Moradores do GCGA – II (B, C) • Voluntários – II (B, E)
B	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa dos moradores do GCGA; 	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores com quem se tem relações de confiança – II (C, F)

	<ul style="list-style-type: none"> • Participação nas respostas, na conceção das soluções, na partilha de informação e na mobilização de outros; • Participação nas ações de sensibilização; • Participação na identificação de situações; • Participação na partilha de informação; • Participação nas respostas (p.e. apoio alimentar); • Participação para benefícios próprios (aproveitamento); • Voluntários; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pais – I (A) • Pastores – I (C) • Moradores com muitas problemáticas – I (D) • Participação para benefícios próprios (aproveitamento) – I (B)
C	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores com ligação ao território; • Moradores da ECAR; • Outros moradores. • Abertura da comunidade (disponibilidade); • Participação intensa e motivada de quem esteve mais envolvido, com colaboração em todo o processo; • Pastores. • Moradores mais ativos ligados a dinâmicas comunitárias; • Moradores com quem se tem relações de confiança; • Participação aberta apenas aos moradores que participavam no GCGA e que eram reconhecidos; • Envolvimento da comunidade na resolução dos problemas; 	<p>Tipos de participação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação nas respostas – IIIII (A, B, C, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Moradores como agentes de saúde / participação nas ações de sensibilização – II (A, B) ○ Realização da caracterização da população – I (B) ○ Apoio alimentar e outros tipos de produtos de ajuda – II (B, E) ○ Envolvimento da comunidade na resolução dos problemas – I (C) • Participação no levantamento das situações/identificação dos problemas – III (B, E, F) • Conceção de soluções – II (B, F) • Avaliação – II (E, F) • Mediação – II (A, F) • Mobilização – II (A, B)
D	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores que mostraram disponibilidade ao cooperar com ECAR; 	<ul style="list-style-type: none"> • Partilha de informação – II (B, F) • Disponibilidade – IIIII (B, C, D, E, F)

	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa de moradores com conhecimento do território, das suas dinâmicas, dos residentes e das suas problemáticas; • Moradores com muitas problemáticas; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Abertura (disponibilidade) – C ○ Colaboração em todo o processo – II (C, D) ○ Abertura para cooperar / Moradores que mostraram disponibilidade ao cooperar com ECAR – III (B, D, E, F) ○ Moradores mais ativos com disponibilidade total – I (F)
E	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores; • Técnicos; • Voluntários. • Moradores mais ativos ligados a dinâmicas comunitárias (grupo mais restrito) - Participação ativa no levantamento das situações, identificação dos problemas, participação nas respostas (acompanhamento das pessoas, distribuição de alimentos, de outros produtos de ajuda, etc.) e avaliação; • Moradores menos ativos e envolvidos mas que mostraram disponibilidade ao cooperar com ECAR; 	
F	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores mais ativos ligados a dinâmicas comunitárias (grupo mais restrito); • Moradores ativos que eram próximos e que tinham conhecimento do território; • Moradores menos ativos e envolvidos mas que mostraram disponibilidade ao cooperar com ECAR em diferentes; • Participação no levantamento das situações, na identificação dos problemas e nas respostas; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Participação na mediação entre instituições e comunidade, no levantamento das situações, na conceção da estratégia, nas respostas e na avaliação. • Moradores com quem se tem relações de confiança; • Moradores interessados em contribuir para solução dos problemas; • Moradores como fontes de informação; • Participação de moradores como fontes de informação; • Moradores mais ativos com disponibilidade total. 	
--	---	--

CONSTRANGIMENTOS À PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação/papel de moradores; • Visão setorial por parte de parceiros; • Abordagem repressiva; • Sobrevalorização do conhecimento técnico (das instituições e dos serviços) vs popular (da comunidade). 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação/papel de moradores – IIIII (A, B, C, D, E, F) • Questões deontológicas – IIIII (B, C, D, E, F) • Descrédito dos conhecimentos e capacidades dos moradores: IIII (A, D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Parceiros considerarem que têm todo o conhecimento – I (D, ○ Desvalorização dos conhecimentos dos moradores – I (D) ○ Sobrevalorização do conhecimento técnico (das instituições e dos serviços) vs popular (da comunidade) – III (A, D, E) ○ Descrédito das capacidades dos moradores – I (F)
B	<ul style="list-style-type: none"> • Questões deontológicas; • Resistência à participação/papel dos moradores; 	
C	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de recursos (internet para reuniões online); • Questões deontológicas; • Resistência à participação/papel dos moradores; 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Clivagens institucionais com ECAR; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação por parte dos parceiros considerarem que têm todo o conhecimento; • Abordagem assistencialista; • Desvalorização dos conhecimentos dos moradores; • Burocracia; • Sobrevalorização do conhecimento técnico (das instituições e dos serviços) vs popular (da comunidade); • Questões deontológicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Visão setorial por parte de parceiros – II (A, F) • Abordagem repressiva – I (A) • Escassez de recursos – I (C) • Clivagens institucionais com ECAR – I (D) • Abordagem assistencialista – I (D) • Burocracia.
E	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação/papel de moradores; • Sobrevalorização do conhecimento técnico (das instituições e dos serviços) vs popular (da comunidade); • Questões deontológicas; 	
F	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação/papel dos moradores. • Questões deontológicas; • Descrédito das capacidades dos moradores; • Visão setorial. 	

PERCEÇÕES SOBRE A PARTICIPAÇÃO		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação de pessoas com divergências entre elas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ocorreu com efeito “bola-de-neve” – II (B, F) • Participação podia ter sido mais ativa – II (B, D)
B	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ocorreu com efeito “bola-de-neve”. • Compreensão dos papéis de cada um; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Podia ter sido melhor (momento de urgência afetou inclusão de moradores); 	
C	<ul style="list-style-type: none"> • Grande mobilização de toda a comunidade no processo; • Baixos níveis de participação; • Dificuldade de mobilização da comunidade; 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Podia ter sido maior, mais ativa; • Moradores mais ativos já o eram antes do processo da ECAR; • Não houve evolução ao nível da participação; 	
E		
F	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ocorreu com efeito “bola-de-neve”. 	

III. TRABALHO EM PARCERIA

TIPOLOGIA DOS PARCEIROS E TIPO DE PRESENÇA (CONTÍNUA/PONTUAL)		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Serviços; • CDCA; • USP; • AMAG; • CML-DRAUGI – pontual; • Centro Paroquial – pontual; 	Tipo de presença dos parceiros (contínua/pontual): III (A, E, F) <ul style="list-style-type: none"> • CML-DRAUGI – pontual - A • Centro Paroquial – pontual - A • JFSC – pontual - E • PM – pontual - E • PROSAUDESC – pontual - E • ALCC – pontual - E • ACM – pontual – F
B	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de parceiros; • Associações do território; • SCML; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • JFSC; • USP; • UCC; • CML; • PC; • PM; • ACM; • Segurança Social de Lisboa; • PROSAUDESC; • Ministério da Saúde; • Maior adesão em ações de sensibilização e no rastreio; 	<p>Presença pontual de parceiros em momentos específicos: III (C D, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior adesão em ações de sensibilização e no rastreio / Alguns parceiros com presença pontual – C • Presença apenas em momentos de maior visibilidade – D • Participação pontual em momentos específicos - F <p>Tipologia dos parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de parceiros – III • Parceiros ausentes do território – II • Associações do território; • Organizações públicas e privadas; • Envolvimento à distância (face ao contexto).
C	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de parceiros • UCC Lumiar; • SCML; • JFSC; • EB1MLDR; • USP Lisboa-Norte; • CDCA; • PM; • GEBALIS; • UCC Lumiar; • Nuclisol Jean-Piaget; • CML-DRAUGI; • AGEDI; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns parceiros com presença pontual. 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Presença apenas em momentos de maior visibilidade; • SCML; • JFSC; 	
E	<ul style="list-style-type: none"> • USP Lisboa-Norte; • UCC Lumiar; • EB1MLDR; • SCML; • JFSC – pontual; • PM – pontual; ausência; • CML – Proteção Civil; • GEBALIS; • AGEDI • Instituições do GCAL; • ALCC – pontual; • PROSAUDESC – pontual; • Grande diversidade de parceiros. 	
F	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de parceiros; • Organizações públicas e privadas; • Participação pontual em momentos específicos; • Parceiros ausentes do território (face ao contexto); • Envolvimento à distância (face ao contexto); • ACM – pontual; • Ministério da Saúde. 	

TIPOLOGIA DE POSICIONAMENTOS DOS PARCEIROS		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Repressivo/controlador; • Aconselhamento/informativo; • CDCA – “Âncora”; papel ativo; mobilizador • EB1MLDR – mobilizadora; • USP – determinante; liderança; papel relevante; mobilização de pessoas; sensibilização; planeamento intermédio; • AMAG – <i>inputs</i> importantes. 	<p>Posicionamentos que questionaram o processo: IIII (A, B, D, E)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repressivo/controlador - A • SCML – Resistência à participação/papel dos moradores - B • Parceiros com maior responsabilidade territorial foram os que representaram mais obstáculos à intervenção - D • UCC Lumiar – veio a questionar processo - E • SCML – obstáculos por parte da hierarquia - E • Posições questionadoras, que colocam obstáculos - E
B	<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamentos a diferentes níveis; • Partilha de informação; • PROSAUDESC – papel ativo; • SCML – Resistência à participação/papel dos moradores; • CDCA – “elo de ligação”; • EB1MLDR: disponibilidade de recursos; apoio alimentar. • Tarefas: encaminhamentos/sinalizações; 	<p>Posicionamentos de fraco envolvimento: II (D, E)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco envolvimento - D • JFSC – II (D, E) • SCML (Atendimento Social) – II (D, E) <p>Posicionamentos de forte envolvimento: IIII - A, B, C, D, E</p> <ul style="list-style-type: none"> • AGEDI – II (C, E) • ALCC – I (E) • AMAG – I (A) • CDCA – III (A, B, E) * • CML – I (E)
C	<ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR – envolvimento; mobilização; • Maior envolvimento – PM; UCC Lumiar; USP Lisboa-Norte; EB1MLDR; Nuclisol Jean-Piaget; AGEDI. • Tarefas: logística, encaminhamento, sensibilização. 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de todos os parceiros do GCGA, de forma mais ou menos ativa; 	<ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR – IIIII (A, B, C, E, F) * • ECAR - Envolvimento ativo dos seus técnicos – II (D, F) • PROSAUDESC – II (B, E) • USP – III (A, C, E) • PM – I (C) • UCC Lumiar – I (C); • Nuclisol Jean-Piaget – I (C) • Posições de apoio e colaboração – I (E)
D	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco envolvimento dos parceiros; • Parceiros com maior responsabilidade territorial foram os que representaram mais obstáculos à intervenção; • Participação inerente devido à missão da instituição; • Posicionamento neutro – alguns apoiavam a ECAR mas não se envolviam; • Envolvimento dos técnicos da ECAR; • SCML – falta de apoio; • JFSC – falta de apoio; 	<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamentos neutros/passivos: III (D, E, F) • Posicionamento neutro – alguns apoiavam a ECAR mas não se envolviam – I (E) • GEBALIS – neutro – I (E) • Papel passivo – receção da informação, validação da estratégia e apresentação de sugestões – I (F)
E	<ul style="list-style-type: none"> • USP Lisboa-Norte – envolvimento ativo; • UCC Lumiar – ativo primeiramente, depois veio a questionar processo da ECAR; • EB1MLDR – muito ativo e envolvido; disponibilidade de recursos; • SCML – envolvimento ativo e disponibilidade da equipa local (CDCA) vs obstáculos por parte da hierarquia vs pouco envolvimento do Atendimento Social; • JFSC – visão setorial; pouco envolvimento; respostas típicas e da sua competência, sem mais envolvimento; • PM – visão setorial; • CML (Proteção Civil) – ativo (cobertura institucional); • GEBALIS – neutro; 	<p>Participação inerente ou imposta por responsabilidades públicas e políticas/pela missão da instituição/da sua competência – III (D, E, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação inerente devido à missão da instituição – D • JFSC – respostas típicas e da sua competência - E • Participação imposta pelas circunstâncias / Participação inerente por responsabilidades públicas e políticas – F <p>Diferentes posicionamentos e níveis de envolvimento – IIIII (A, B, C, D, E, F)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • AGEDI – ativo; • Instituições do GCAL; • ALCC – apoio a respostas; • PROSAUDESC – apoio a respostas; • Atendimento Social SCML – pouco envolvimento. • Posições de apoio e colaboração; • Posições questionadoras, que colocam obstáculos. 	Tipos de participação: <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de recursos (EB1MLDR) – III (B, E, F) • Sugestões de intervenção: II (A, F) • Encaminhamentos/sinalizações – II (B, C) • Apoio a respostas concretas – III (B, E, F) • Planeamento/conceção de respostas – II (A, F) • “Âncora”/”Elo de ligação” (CDCA) – II (A, B)
F	<ul style="list-style-type: none"> • Papel passivo – receção da informação, validação da estratégia e apresentação de sugestões; • Participação com respostas concretas; • Participação imposta pelas circunstâncias; • Participação inerente por responsabilidades públicas e políticas; • Envolvimento ativo dos parceiros da ECAR na conceção das respostas; • Diferentes níveis de envolvimento; • EB1MLDR – papel ativo; disponibilidade de recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aconselhamento/informativo/sensibilização – II (A, C) • Mobilização de pessoas – II (A, C) • Partilha de informação – I (B) • Cobertura institucional – I (E) • Logística – I (C) • Planeamento – I (A)

CONSTRANGIMENTOS AO TRABALHO EM PARCERIA		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Nível intermédio de mediação institucional “para o bem e para o mal” (Obstáculos com hierarquias institucionais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Confrontos entre diferentes formas de intervenção – III (D, E, F)

B	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em parceria nem sempre correu bem. • Questões deontológicas; • Desvalorização dos conhecimentos técnicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Clivagens institucionais com ECAR / Desvalorização da ECAR; / Pouco esforço para compreender intervenção da ECAR – D
C	<ul style="list-style-type: none"> • Não se verificaram; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Clivagens institucionais sobre formas de intervenção - E
D	<ul style="list-style-type: none"> • Clivagens institucionais com ECAR; • Desvalorização da ECAR; • Pouco esforço para compreender intervenção da ECAR; • Falta de visão integrada por parte dos parceiros na resposta às problemáticas 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Confronto de formas de intervenção / Pouco esforço para harmonizar formas de intervenção diferentes – F • Visão setorial – III (D, E, F) • Obstáculos com hierarquias institucionais – II (A, E)
E	<ul style="list-style-type: none"> • Obstáculos com hierarquias institucionais; • Sobrevalorização do papel público vs privado (JFSC, SCML e CML); • Visão setorial; • Diferenciação de papéis entre parceiros; • Clivagens institucionais sobre formas de intervenção; 	<p><u>Outras:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões deontológicas – B • Desvalorização dos conhecimentos técnicos - B • Sobrevalorização do papel público vs privado (JFSC, SCML e CML) / Diferenciação de papéis entre parceiros - E • Necessidade de atuar de forma célere face à urgência - F • Abordagem assistencialista - F
F	<ul style="list-style-type: none"> • Confronto de formas de intervenção; • Visão setorial; • Pouco esforço para harmonizar formas de intervenção diferentes; • Necessidade de atuar de forma célere face à urgência; • Abordagem assistencialista. 	

PERCEÇÕES SOBRE A PARCERIA		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão por parte dos parceiros da importância da participação de moradores; • Articulação de pessoas com divergências entre elas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de parceria dependente do técnico envolvido – III (B, D, E) • Hábito de parceiros trabalharem entre si, sem participação de moradores – II (B, F)
B	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão dos papéis de cada um; • Trabalho de parceria dependente do técnico envolvido; • Hábito de parceiros trabalharem entre si, sem participação de moradores; 	
C	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade de parceiros integrarem moradores reconhecidos no trabalho de parceria e institucional; 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de parceria dependente do técnico envolvido. • Parceiros que bloquearam intervenção da ECAR são os mesmos que bloqueiam os processos do GC; • Sensação de ameaça por parte de moradores empoderados; • Sensação de ameaça por mudança de paradigma de intervenção; 	
E	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho de parceria dependente do técnico envolvido. 	
F	<ul style="list-style-type: none"> • Hábito de parceiros trabalharem entre si, sem participação de moradores; 	

IV. TIPOS DE ENVOLVIMENTO NAS TOMADAS DE DECISÃO

TIPOS DE ENVOLVIMENTO NA TOMADA DE DECISÃO		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> Decisões que não envolveram GC (nem moradores, nem instituições e serviços); 	<ul style="list-style-type: none"> Decisões e trabalho da ECAR partilhado e legitimado com GCGA e moradores – III (B, D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> Decisões da ECAR partilhadas em GC / Decisões tomadas pela ECAR legitimadas pelo GC e moradores / Tomada de decisões desencadeada pela ECAR para ser partilhado e legitimado pelo GC – B Trabalho da ECAR legitimado pelo GCGA / Decisões da ECAR legitimadas em GC e com as famílias acompanhadas – D Decisões da ECAR partilhadas em GC / Decisões tomadas pela ECAR legitimadas em GC – E Decisões legitimadas pela comunidade / Decisões da ECAR partilhadas em GC - F Decisões tomadas por grupo mais restrito: III (C, E, F) <ul style="list-style-type: none"> Decisões tomadas em pequeno grupo, face à urgência – I (C) Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte de grupo de moradores mais restrito (além da ECAR) / Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência – I (E) Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte da ECAR – II (E, F)
B	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão; Decisões que não envolveram GC (nem moradores, nem instituições e serviços); Envolvimento de moradores e parceiros nas tomadas de decisão; Decisões da ECAR partilhadas em GC; Decisões tomadas pela ECAR legitimadas pelo GC e moradores; Tomada de decisões desencadeada pela ECAR para ser partilhado e legitimado pelo GC; Toda a gente envolvida fez parte das tomadas de decisão. 	
C	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de atuar de forma célere face à urgência, sem tempo para refletir e debater as respostas; Validação de todos nas tomadas de decisão nem sempre possível devido à urgência; Abertura para participar nas tomadas de decisão; Decisões tomadas em pequeno grupo, face à urgência. 	
D	<ul style="list-style-type: none"> Trabalho da ECAR legitimado pelo GCGA; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de tomar decisões de forma célere face à urgência; • Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência; • Decisões da ECAR legitimadas em GC e com as famílias acompanhadas; • Decisões tomadas em coletivo (GC) quando havia tempo para as tomar; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Tomadas de decisão desencadeadas pela ECAR – II (B, F)
E	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte de grupo de moradores mais restrito (além da ECAR). • Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte da ECAR (comunidade e parceiros); • Decisões da ECAR partilhadas em GC; • Decisões tomadas pela ECAR legitimadas em GC; • Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Necessidade de tomar decisões de forma célere face à urgência – II (C, D) ○ Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência – II (E, F)
F	<ul style="list-style-type: none"> • Decisões legitimadas pela comunidade; • Envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão; • Decisões da ECAR partilhadas em GC. • Tomadas de decisão desencadeadas pela ECAR; • Decisões que não envolveram GC (nem moradores, nem instituições e serviços); • Envolvimento passivo das instituições/serviços na tomada de decisões; • Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte da ECAR; 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de tomar decisões de forma célere face à urgência – III (C, D, E, F) ○ Necessidade de atuar de forma célere face à urgência, sem tempo para refletir e debater as respostas / Validação de todos nas tomadas de decisão nem sempre possível devido à urgência – I (C) • Decisões tomadas ou desencadeadas pela ECAR – III (B, D, E, F) ○ Decisões tomadas pela ECAR legitimadas pelo GC e moradores / Tomada de decisões desencadeada pela ECAR para ser partilhado e legitimado pelo GC – B ○ Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência / Decisões da ECAR legitimadas em GC e com as famílias acompanhadas – D ○ Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte de grupo de moradores mais restrito (além da ECAR) / Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte da ECAR (comunidade e parceiros); Decisões da ECAR partilhadas em GC; Decisões tomadas pela ECAR

<ul style="list-style-type: none"> • Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência; • Envolvimentos diferenciados; • Tentativa da ECAR de envolvimento de todos nas tomadas de decisão. 	<p>legitimadas em GC / Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência – E</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Decisões da ECAR partilhadas em GC / Tomadas de decisão desencadeadas pela ECAR / Envolvimento ativo nas tomadas de decisão por parte da ECAR / Decisões tomadas pela ECAR, face à urgência - F <ul style="list-style-type: none"> • Decisões que não envolveram GC (nem moradores, nem instituições e serviços) – III (A, B, F) • Tentativa de envolvimento de mais pessoas – II (D, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Decisões tomadas em coletivo (GC) quando havia tempo para as tomar – I (D) ○ Tentativa da ECAR de envolvimento de todos nas tomadas de decisão – I (F) • Envolvimento da comunidade nas tomadas de decisão – II (B, E, F) <p><u>Outros:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento de moradores e parceiros nas tomadas de decisão / Toda a gente envolvida fez parte das tomadas de decisão - B • Abertura à comunidade para participar nas tomadas de decisão – I (C) • Envolvimento passivo das instituições/serviços na tomada de decisões / Envolvimentos diferenciados – I (F)
--	--

V. SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES

TIPOLOGIA DAS NECESSIDADES EXISTENTES		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde Pública; • Precariedade laboral; • Necessidade de pessoas irem trabalhar para se sustentarem vs confinamento; • Precariedade habitacional; • População não-regularizada; • Questões sem peso político; • Processos migratórios; • Isolamento dos idosos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Precariedade laboral: IIIII (A, B, C, D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Precariedade laboral; ○ Necessidade de pessoas irem trabalhar para se sustentarem vs confinamento; ○ Desemprego; ○ Trabalho precário; • Precariedade habitacional: IIIIII (A, B, C, D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Precariedade habitacional; ○ Rendas elevadas.
B	<ul style="list-style-type: none"> • Elevados níveis de baixa escolaridade; • Desemprego; • Trabalho precário. • População irregular; • Precariedade laboral; • Desemprego; • Precariedade habitacional; • Pobreza; • Acesso aos serviços; • Apoio alimentar; 	<ul style="list-style-type: none"> • População não-regularizada: IIIII (A, B, C, D, E) <ul style="list-style-type: none"> ○ População não-regularizada; ○ Processos migratórios; ○ População irregular; • Acesso à saúde: IIII (A, D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Saúde Pública; ○ Acesso à saúde; • Acesso a serviços: II (B, F) • Apoio Alimentar: II (B, E) • Acesso a informação: II (E, F)
C	<ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional; 	<ul style="list-style-type: none"> • Insucesso Escolar: II (B, E)

	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego; • Trabalho precário; • População não-regularizada; • Necessidade de pessoas irem trabalhar para se sustentarem vs confinamento; 	<p><u>Outras:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões sem peso político; • Isolamento dos idosos; • Pobreza; • Muitas problemáticas; • Problemáticas de intervenção da ECAR – pequena amostra da maioria dos problemas existentes do território; • Apoios sociais.
D	<ul style="list-style-type: none"> • Muitas problemáticas; • Problemáticas de intervenção da ECAR – pequena amostra da maioria dos problemas existentes do território; • População não-regularizada; • Apoios sociais; • Trabalho precário; • Acesso à saúde; • Precariedade habitacional; • Apoio alimentar; 	
E	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de acesso à saúde; • Desemprego; • Trabalho precário / trabalho ilegal; • Precariedade habitacional; • População não-regularizada; • Necessidade de pessoas irem trabalhar para se sustentarem vs confinamento; • Falta de acesso a informação; • Insucesso escolar; 	

F	<ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional; • Acesso a informação; • Acesso a serviços; • Acesso à saúde; • Rendas elevadas. 	
----------	---	--

EFICÁCIA (NECESSIDADES RESPONDIDAS VS NÃO RESPONDIDAS)		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional – sem muitas respostas (devido ao facto de serem residentes em habitações privadas nas AUGI). 	<p>Necessidades Respondidas VS Não Respondidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maioria das necessidades não foi respondida – II (D, F) • As necessidades da população caracterizada não foram atendidas (apenas as das famílias sinalizadas) – II (C, F) • Necessidades apenas respondidas na fase em que as famílias acompanhadas estavam infetadas com Covid – I (D) • Maioria das necessidades foi respondida – I (B) <p>Necessidades não-respondidas ou com poucas respostas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Precariedade habitacional – IIIII (A, C, D, E, F) • Problemas estruturais / fundamentais não foram respondidos – II (E, F) • População irregular – I (D) • Precariedade laboral – I (E)
B	<ul style="list-style-type: none"> • Sobreposição de apoios; • Sinalização de necessidades já respondidas; • Maioria das necessidades respondida. • Necessidades de apoio resolvidas pela própria comunidade, frequentemente; 	
C	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento às famílias sinalizadas; respostas não foram alargadas a toda a comunidade. • Falta de eficácia em momentos de muita discussão e reflexão; • Precariedade habitacional sem resposta (devido ao facto de serem residentes em habitações privadas nas AUGI); 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de alimentação respondidas (EB1MLDR, JFSC); • Apoio por parte do poder local, dentro do possível. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a serviços – I (F)
D	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades apenas resolvidas durante processo de acompanhamento das famílias, na fase em que estavam infetadas com Covid-19; • Nem todas as famílias foram apoiadas (devido às clivagens institucionais); • Necessidades respondidas por instituições e/ou serviços para “mostrar trabalho”; • Necessidades de alimentação respondidas parcialmente, devido a falhas institucionais (horários dos serviços). • Não foram respondidas na totalidade; • Precariedade habitacional – sem resolução por não depender de respostas locais; • População irregular – sem respostas; • Falta de visão integrada por parte dos parceiros na resposta às problemáticas; • EB1MLDR: disponibilidade de recursos; apoio alimentar 	<p>Necessidades respondidas ou parcialmente respondidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio alimentar – III (C, D, E) • Acompanhamento no confinamento – II (D, E); • Apoio social – I (E) <p>Necessidades com algumas respostas: I (E)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades escolares e de saúde. <p>Aspetos que revelaram falta de eficácia na resposta às necessidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Visão setorial por parte das instituições/serviços – III (D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Falta de visão integrada por parte dos parceiros na resposta às problemáticas; ○ Falta ou demora de respostas devido a visão setorial das instituições; ○ Necessidades respondidas de forma assistencialista e setorial (diferente da visão da ECAR). • Falta ou demora nas respostas – II (D, E) <ul style="list-style-type: none"> ○ Devido a falhas institucionais (horários dos serviços). ○ Devido a visão setorial das instituições;
E	<ul style="list-style-type: none"> • Falta ou demora de respostas devido a visão setorial das instituições; • Respostas imediatas respondidas – acompanhamento no confinamento, apoio social e alimentar; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas estruturais não respondidos na totalidade por dependerem de maior apoio institucional – habitação, emprego precário; • Algumas necessidades respondidas – escolares e de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobreposição de apoios/Sinalização de necessidades já respondidas – I (B) • Momentos de muita discussão e reflexão – I (C) • Clivagens institucionais – I (D) • Apoios generalizados sem considerar questões culturais – I (F)
F	<ul style="list-style-type: none"> • Questões fundamentais que não foram respondidas; • Necessidades respondidas de forma assistencialista e setorial (diferente da visão da ECAR). • Apoios generalizados sem considerar questões culturais; • Respostas não incluíram população total caracterizada; • Acesso a serviços e precariedade habitacional sem resposta por serem problemas estruturais; • Maioria dos problemas não tiveram resposta; 	<p><u>Outros:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de apoio resolvidas pela própria comunidade, frequentemente – I (B) • EB1MLDR e JFSC na resposta a apoio alimentar – II (C, D) • Apoio por parte do poder local sempre que possível – I (C) • Necessidades respondidas por instituições e/ou serviços para “mostrar trabalho” – I (D)

V. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS LOCAIS

TIPOLOGIA DE RECURSOS MOBILIZADOS (ENDÓGENOS VS EXÓGENOS):		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização da academia; 	ACM – B, C, F (III)
B	<ul style="list-style-type: none"> ACM; Farmácias do território. Pequenos negócios do território. 	
C	<ul style="list-style-type: none"> Colaboração pontual de instituições/serviços externos ao GCGA; ACM; 	
D		
E	<ul style="list-style-type: none"> GCAL; Recursos locais mobilizados em situações de emergência (regularização, alimentação, saúde); EB1MLDR muito mobilizada; Mobilização de recursos podia ter sido maior. 	
F	<ul style="list-style-type: none"> ACM 	

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS LOCAIS MOBILIZADOS		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> CDCA – “Âncora”; Abordagem de proximidade; 	Adoção de Abordagem de Proximidade durante o processo, por parte dos recursos locais mobilizados – IIIII (A, B, C, D, E, F)

	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação entre elementos do GCGA; • Ligação muito direta com a escola [EB1MLDR]; • Ações praticadas por pessoas reconhecidas pela comunidade; 	<p>Enraizamento/ligação ao território por parte dos recursos mobilizados: IIIII (A, B, C; D, E, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligação muito direta com a escola – I (A) • Conhecimento da realidade por parte de quem está no terreno – III (B, C, D) • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território – II (B, D) • Reconhecimento dos técnicos no território – I (C) • Participação de pessoas ligadas às dinâmicas comunitárias – III (D, E, F) <p>Valorização de Parceiros Locais mobilizados: IIIII (A, B, C, E, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • CDCA – “Âncora”; “Elo de ligação” – II (A, B) • EB1MLDR – IIII (coordenadora – II) – A, C, E, F <ul style="list-style-type: none"> ○ Ligação muito direta com a escola [EB1MLDR] - A ○ EB1MLDR – coordenadora com conhecimento aprofundado das famílias - C ○ EB1MLDR – Coordenadora – E ○ EB1MLDR / EBMLDR – Coordenadora - F • Reconhecimento dos técnicos no território – I (C) <p>Valorização dos Moradores mobilizados: IIIII (B, C, D, E, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores envolvidos com conhecimento da realidade – II (B, C,
B	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores envolvidos com conhecimento da realidade; • Necessidades de apoio resolvidas pela própria comunidade; • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território; • Moradores envolvidos como fonte de informação; • Envolvimento dos moradores em todas as fases do processo; • Abordagem de proximidade; • Papel dos moradores; • CDCA – “elo de ligação”; 	
C	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento dos técnicos no território; • Moradores com quem se tem relações de confiança; • Envolvimento da comunidade na resolução dos problemas; • Abordagem de proximidade; • EB1MLDR – coordenadora com conhecimento aprofundado das famílias; 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa de moradores ligados às dinâmicas comunitárias; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento da realidade por parte de quem está no terreno; • Participação de moradores com conhecimento da realidade; • Abordagem de proximidade; • Adoção de visão holística sobre as pessoas. • Enraizamento das pessoas da ECAR no território; 	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades de apoio resolvidas pela própria comunidade / Envolvimento da comunidade na resolução dos problemas – II (B, C) • Moradores envolvidos como fonte de informação – II (B, F) • Moradores com quem se tem relações de confiança – II (B, F) • Participação ativa de moradores ligados às dinâmicas comunitárias – III (D, E, F)
E	<ul style="list-style-type: none"> • Elementos da ECAR tinham como filosofia abordar questões de forma holística. • Participação de moradores e técnicos ligados às dinâmicas comunitárias; • Abordagem de proximidade; • EB1MLDR – Coordenadora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores na mediação entre instituições e comunidade – I (F) <p>Adoção de visão holística por parte dos recursos mobilizados: III (D, E)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adoção de visão holística sobre as pessoas – I (D) • Elementos da ECAR tinham como filosofia abordar questões de forma holística – I (E)
F	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores ligados às dinâmicas comunitárias; • Moradores com quem se tem relações de confiança; • Abordagem de proximidade; • Participação de moradores na mediação entre instituições e comunidade; • EB1MLDR. • Ligação entre elementos do GCGA; • Participação de moradores como fontes de informação; • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território; 	<ul style="list-style-type: none"> • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território; <p>Ligação entre elementos do GCGA – II (A, F)</p>

VI. TERRITORIALIZAÇÃO

EXEMPLOS DE ENRAIZAMENTO/LIGAÇÃO AO TERRITÓRIO		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação muito direta com a escola [EB1MLDR]; • Ações praticadas por pessoas reconhecidas pela comunidade; 	<p>Enraizamento/ligação ao território por quem esteve envolvido: IIII (B, C, D, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território – II (B, F) • Enraizamento/ligação ao território por parte dos parceiros / ECAR beneficiou do enraizamento/ligação ao território por parte dos parceiros - C • Enraizamento das pessoas da ECAR no território – D <p>Conhecimento da realidade por quem esteve envolvido: IIIII (B, C, D, E, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Moradores envolvidos com conhecimento da realidade – I (B, C, • Envolvimento da comunidade na resolução dos problemas – I (C) • Moradores envolvidos como fonte de informação – II (B, F) • Participação ativa de moradores ligados às dinâmicas comunitárias – III (D, E, F) • Participação de moradores na mediação entre instituições e comunidade – I (F) <p>Reconhecimento dos envolvidos pela comunidade: II (A, B)</p>
B	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores envolvidos com conhecimento da realidade; • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território; • Moradores envolvidos como fonte de informação. • CDCA – “elo de ligação”; 	
C	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento dos técnicos no território; • Ações praticadas por “caras conhecidas” (parceiros); • Enraizamento/ligação ao território por parte dos parceiros; • EB1MLDR – coordenadora com conhecimento aprofundado das famílias; • ECAR beneficiou do enraizamento/ligação ao território por parte dos parceiros. 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa de moradores ligados às dinâmicas comunitárias; • Participação de moradores com conhecimento da realidade; • Enraizamento das pessoas da ECAR no território; 	
E	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de moradores e técnicos ligados às dinâmicas comunitárias; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • EB1MLDR – Coordenadora. 	Enraizamento/ligação ao território da EB1MLDR – III (A, C, E, F)
F	<ul style="list-style-type: none"> • Participação ativa moradores ligados às dinâmicas comunitárias; • Participação de moradores na mediação entre instituições e comunidade; • EB1MLDR. • Participação de moradores como fontes de informação; • Pessoas envolvidas enraizadas/com ligação ao território; 	

VII. EMPOWERMENT

BALANÇO DOS PROCESSOS DE EMPOWERMENT		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Sem <i>empowerment</i> efetivo (<i>empowerment</i> significa redistribuição de poder) mas moradores ganharam maior consciencialização; • <u>Moradores</u> – procura de respostas para os seus problemas; 	Moradores: <ul style="list-style-type: none"> • Maior consciencialização – III (A, B, C, D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Procura de respostas para os seus problemas – III (B, D, F) ○ Consciencialização das problemáticas e visão integrada – III (D, E, F) ○ Protagonistas de mudança – II (B, D) • Empowerment social/coletivo – II (B, D) <ul style="list-style-type: none"> ○ União de moradores – I (B) ○ Reforço do espírito de comunidade e de solidariedade – II (B, D) • Acesso a informação – II (B, C)
C	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Moradores</u> – União de moradores; Reforço de solidariedade; Reforço da ligação ao território; Reforço do espírito de comunidade; Procura de respostas para os seus problemas; Acesso a informação; Maior consciencialização – consciência de que podem ser protagonistas de mudanças; Autovalorização; 	

C	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Individual</u>: experiência enriquecedora; • <u>Moradores</u> – Acesso a informação sobre Covid-19. • Muito trabalho de capacitação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Autovalorização – I (B)
D	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Moradores e Técnicos</u>: maior consciencialização - consciência sobre problemáticas e da importância da visão integrada; • <u>Moradores</u>: Maior consciencialização - podem ser protagonistas de mudanças e que podem resolver os seus problemas; Reforço do espírito de comunidade; Reforço de solidariedade; • <u>Institucional</u>: Não se verificou. 	<p>Técnicos e Instituições/Serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consciencialização das problemáticas e visão integrada – II (D, F) • Institucional - inexistente – II (D, E) <p>Elementos da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço das suas capacidades de intervenção – II (E, F)
E	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Pessoas da ECAR</u> – reforço das suas capacidades de intervenção: entendimento do território; desafios da sociedade; capacidade de resposta ou construção da mesma; • <u>Moradores</u> – Maior consciencialização: reforço do seu poder de interpretação e perceção do que os rodeia; • <i>Empowerment</i> institucional inexistente; 	<p>Individual:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência enriquecedora – I (C)
F	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Moradores e Instituições/serviços</u>: Maior consciencialização – consciência sobre problemáticas e da importância da visão integrada; • <u>Instituições/Serviços</u> – adoção de visão integrada; • <u>Moradores</u>: Procura de respostas para os seus problemas; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Pessoas da ECAR</u> – influência na sua forma de intervenção. 	
--	--	--

VIII. SUSTENTABILIDADE

BALANÇO DOS PROCESSOS DESENCADEADOS PELA EXPERIÊNCIA DA ECAR		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades desocultadas com mais clareza; • Mudança de paradigma de intervenção. • Consistência e coerência em algumas ações desconexas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência reproduzida noutros projetos – IIIII (B, C, D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20 – IIII (C, D, E, F);
B	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da ligação entre técnicos; • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência – relações criadas; • Necessidades desocultadas; • Reforço de solidariedade; • Reforço da ligação ao território; • Reforço do espírito de comunidade; • Mudança de perspetiva da comunidade sobre as instituições e serviços; • Aumento da participação; • Experiência reproduzida noutros projetos; • Envolvimento de moradores noutras dinâmicas locais; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência – IIIII (B, C, D, E, F) • Necessidades desocultadas – IIIII (A, B, C, D, F) • Reforço da ligação entre pessoas - IIII (B, C, D, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Reforço da relação com a comunidade – C ○ Reforço da ligação entre técnicos – B ○ Reforço do espírito de comunidade – II (B, D) ○ Reforço de relações entre técnicos e moradores – I (D)
C	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades desocultadas; • Reforço do enraizamento ao território; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da participação e envolvimento da comunidade em diferentes dinâmicas locais – III (B, D, F)

	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da ligação com a comunidade. • Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20. • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Envolvimento de moradores/GC em dinâmicas locais – III (B, D, F) ○ Reforço do enraizamento/ligação ao território – III (B, C, F)
D	<ul style="list-style-type: none"> • Despoletou a importância da visão holística. • Necessidades desocultadas; • Desocultou as falhas das instituições/serviços; • Reforço da ligação com a comunidade; • Democratização das relações; • Mudança de perspectiva da comunidade sobre os técnicos (de forma positiva); • Reforço de relações entre técnicos e moradores; • Moradores envolveram-se em dinâmicas locais. • Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20; • Valorização externa sobre intervenção da ECAR; • Mudança de paradigma de intervenção; • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência; • Reforço do espírito de comunidade; • Reforço de solidariedade; 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da relação entre instituições/serviços e comunidade – II (B, D) <ul style="list-style-type: none"> ○ Mudança de perspectiva da comunidade sobre as instituições e serviços – I (B) ○ Democratização das relações, Mudança de perspectiva da comunidade sobre os técnicos (de forma positiva), Reforço de relações entre técnicos e moradores – I (D) • Mudança de paradigma de intervenção – III (A, D, E, F) • Valorização externa sobre intervenção da ECAR – II (D, F) • Desocultação das falhas das instituições/serviços – II (D, F) • Reforço de solidariedade/espírito de comunidade – II (C, D) <p><u>Outras:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Consistência e coerência em algumas ações desconexas – I A • Despoletou a importância da visão holística – D • Tentativas de continuidade da experiência bloqueados por clivagens institucionais – E
E	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança de paradigma de intervenção; • Sem continuidade nos moldes da ECAR mas com sinais de permanência (princípios reproduzidos em ações); • Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20; 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Tentativas de continuidade da experiência bloqueados por clivagens institucionais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência ficou enraizada nas pessoas envolvidas / Afastamento de técnicos e moradores são constrangimento à sustentabilidade dos processos - F
F	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidades desocultadas; • Desocultou as falhas das instituições/serviços; • Reforço da ligação entre pessoas; • Experiência ficou enraizada nas pessoas envolvidas; • Mudança de paradigma da intervenção; • Sinais de permanência (frágeis); • Afastamento de técnicos e moradores são constrangimento à sustentabilidade dos processos; • Envolvimento de pessoas do GC noutras dinâmicas locais. • Experiência transferida para o Projeto COMVIV-20; • Sinais de permanência; • Valorização externa sobre intervenção da ECAR; 	

IMAGEM DO TERRITÓRIO		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Desconexo; • Manta de retalhos social. • Importância da relação das áreas urbanística e social; • Mais desconexo do que atualmente; • Fase embrionária (no passado); 	<p>Diversidade multicultural: IIIII (B, C; D, E, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade multicultural: população de etnia cigana, imigrantes (sobretudo africanos) - B • Barreiras culturais - C • Diversificado/Grande diversidade - D

B	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidade multicultural: população de etnia cigana, imigrantes (sobretudo africanos); • Pessoas mais integradas socialmente do que no passado; • Necessária mais intervenção; • Mudanças rápidas que condicionam diagnósticos; • Moradores que não recorrem aos serviços; • Escassez de serviços e de dinâmicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Diversidades urbanística, sociais, económicas e culturais / Diversidade social e étnica: comunidades ciganas, imigrantes PALOP, portugueses de várias regiões do país e, recentemente, de outras origens - E • Riqueza multicultural / Pessoas com barreiras linguísticas e/ou culturais - F
C	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorias face ao passado (início do realojamento); • Intervenção a longo-prazo com resultados positivos; • Melhorias no acesso à saúde; • Tem tido muita intervenção; • Lixo; • Prédios degradados; • Barreiras culturais. 	<p>Território com muitas problemáticas: IIIII (B, C, D, E, F)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas que não recorrem aos serviços – II (B, F) • Necessária mais intervenção - B • Lixo / Prédios degradados - C • Desafiante / Muitas dificuldades e problemas / Problemas como possibilidade de desenvolvimento – D • Tensões e confrontos / Território muito difícil / Processos de construção sem acompanhamento - E • Muito marginalizado / Empobrecido - F
D	<ul style="list-style-type: none"> • Diversificado; • Desafiante; • Grande diversidade; • Muitas dificuldades e problemas; • Problemas como possibilidade de desenvolvimento; • Fragmentado – território com vários subterritórios; • Caos social; 	<p>Fragmentação: III (A, D, E)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desconexo / Manta de retalhos social - A • Fragmentado – território com vários subterritórios / Caos Social - D • Fragmentado / Tensões e confrontos / Diversidade/fragmentação como obstáculo à coesão social - E
E	<ul style="list-style-type: none"> • Fragmentado; • Diversidades urbanística, sociais, económicas e culturais; • Processos de construção sem acompanhamento; 	<p>Escassez de serviços e dinamismo: III (B, E, F)</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de serviços e atividades económicas; • “Bairro dormitório”; • Diversidade social e étnica: comunidades ciganas, imigrantes PALOP, portugueses de várias regiões do país e, recentemente, de outras origens; • Diversidade/fragmentação como obstáculo à coesão social; • Tensões e confrontos; • Território muito difícil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez de serviços e de dinâmicas - B • Escassez de serviços e atividades económicas / “Bairro dormitório” - E • Pouco acesso a transportes, serviços e cultura / Pouco dinamismo / Poucas oportunidades - F
F	<ul style="list-style-type: none"> • Muito marginalizado; • Pouco acesso a transportes, serviços e cultura; • Pouco dinamismo; • Muita diversidade étnico-racial; • Riqueza multicultural; • Empobrecido; • Poucas oportunidades; • Pessoas em maior risco, no âmbito da Covid-19, eram as mais vulneráveis (multiproblemáticas). • Pessoas com barreiras linguísticas e/ou culturais; • Pessoas desconfiadas dos serviços, fruto de más experiências; 	<p>Melhorias ao longo do tempo: III (A, B, C)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mais desconexo do que atualmente - A • Pessoas mais integradas socialmente do que no passado - B • Melhorias face ao passado (início do realojamento) / Intervenção a longo-prazo com resultados positivos / Melhorias no acesso à saúde – C <p><u>Outros:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Mudanças rápidas que condicionam diagnósticos; • Tem tido muita intervenção; • Pessoas em maior risco, no âmbito da Covid-19, eram as mais vulneráveis (multiproblemáticas); • Importância da relação das áreas urbanística e social; • Pessoas desconfiadas dos serviços, fruto de más experiências;

IX. OUTRAS DIMENSÕES DE ANÁLISE

PERCEÇÕES SOBRE GCGA		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<u>No passado:</u> <ul style="list-style-type: none"> • “Geometria variável” quanto aos participantes; • Presença de elementos da academia (ISCTE) 	Obstáculos ao processo da ECAR – II (D, E): <ul style="list-style-type: none"> • Boicote ao trabalho da ECAR / Desvalorização da ECAR e do Projeto COMVIV-20 - D • Obstáculo à ECAR / Criação de divisões no GC por oposição à ECAR - E
B		
C	<ul style="list-style-type: none"> • Boa relação com a comunidade; • Capacidade de mobilização de moradores; • Parceria das instituições/serviços mais visível do que a participação da comunidade. 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Boicote ao trabalho da ECAR; • Aproveitamento do trabalho da ECAR (quando corria bem); • Desvalorização da ECAR e do Projeto COMVIV-20. 	
E	<ul style="list-style-type: none"> • Obstáculo à ECAR; • Criação de divisões no GC por oposição à ECAR; 	
F	<u>Antes do surgimento da ECAR:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco participado; • Reuniões realizadas em horários desadequados; 	

PERCEÇÕES SOBRE A ECAR		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento ativo e mobilizador; 	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência inovadora – III (A, B, D)

	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de pontes/mediação; • Pronúncio de outras coisas, de outra abordagem; • “Portal de entrada para outras coisas”; • Lógica de intervenção diferenciada; 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Pronúncio de outras coisas, de outra abordagem / “Portal de entrada para outras coisas” / Lógica de intervenção diferenciada - A ○ Modelo ideal de intervenção comunitária – B ○ Experiência completamente fora do normal, completamente vanguardista – D • Processo que desencadeou e sofreu clivagens institucionais: I (D, E, F) <ul style="list-style-type: none"> ○ Clivagens institucionais com ECAR / Alvo de questionamento por parte de parceiros; Desvalorização da ECAR; Alvo de ataque por parte de parceiros – D ○ Clivagens institucionais sobre formas de intervenção / Tentativas de continuidade da experiência bloqueados por clivagens institucionais – E ○ Confronto de formas de intervenção / Pouco esforço para harmonizar formas de intervenção diferentes – F • Destaque da componente participativa VS trabalho em parceria <ul style="list-style-type: none"> • Experiência de trabalho em parceria / Trabalho de parceria com a comunidade/Trabalho de parceria com a comunidade - B • Trabalho de participação da comunidade - D
B	<ul style="list-style-type: none"> • Maior impacto durante a fase de pandemia; 	
C	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência de trabalho em parceria. • Trabalho de parceria com a comunidade; • Modelo ideal de intervenção comunitária; 	
D	<ul style="list-style-type: none"> • Surgimento (da ECAR) a partir do rastreio; • Clivagens institucionais com ECAR; • Alvo de questionamento por parte de parceiros; • Trabalho de participação da comunidade; • Alvo de ataque por parte de parceiros; • Desvalorização da ECAR; • Pouco esforço para compreender intervenção da ECAR • Objetivo não era responder a todas as problemáticas, sendo as respostas da responsabilidade das instituições/serviços; • “Experiência completamente fora do normal, completamente vanguardista e que despertou consciências” 	
E	<ul style="list-style-type: none"> • Ganho de autonomia de trabalho e para tomada de decisões, face à urgência; • Clivagens institucionais sobre formas de intervenção 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Tentativas de continuidade da experiência bloqueados por clivagens institucionais 	<p><u>Outros:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de pontes/mediação – A • Maior impacto durante a fase de pandemia - B • Surgimento (da ECAR) a partir do rastreio / Objetivo não era responder a todas as problemáticas, sendo as respostas da responsabilidade das instituições/serviços - D • Ganho de autonomia de trabalho e para tomada de decisões, face à urgência - E • Aberta à participação de parceiros - F
F	<ul style="list-style-type: none"> • Aberta à participação de parceiros; • Confronto de formas de intervenção • Pouco esforço para harmonizar formas de intervenção diferentes • 	

DIMENSÃO DE ANÁLISE: FLEXIBILIDADE		
	Notas de análise (categorização)	Categorização Final com Codificação
A	Contexto específico/excepcional com respostas adaptadas às situações;	Contexto específico/excepcional com respostas adaptadas às situações – II (A, B)
B	Contexto específico/excepcional com respostas adaptadas às situações;	
C		
D		
E		
F		

Anexo J. Análise do Focus Group

Legenda:

- 1- Tipos de participantes que fizeram parte da experiência
- 2- Participação da Comunidade
- 3- Parceria das Instituições/Serviços
- 4- Bloqueios à participação da Comunidade ou à parceria das Instituições/Serviços
- 5- Principais necessidades existentes e a sua resolução
- 6- Continuidade da experiência em algum tipo de processo ou ação

	EXCERTO DAS RESPOSTAS	NOTAS DE ANÁLISE
1	<p>A - Técnicos de várias organizações, voluntários, moradores. Não de igual forma em todos os momentos.</p> <p>B - Voluntários, moradores, a profissionais das entidades públicas, profissionais das associações de base local. (...) voluntários. (...) Escola, SCML, USP, e também a AGEDI.</p> <p>C - Acho que podemos distinguir de alguma forma. Por exemplo, temos aqui [moradores da ECAR] que tiveram uma participação muito, muito ativa e que acompanharam o processo mesmo de forma muito, muito íntima pelo facto de também fazerem parte deste grupo mais pequeno, limitado da ECAR, que foi aqui planificado, de alguma forma, onde as coisas eram pensadas estrategicamente, embora fosse tudo depois a GC e todas as decisões fossem</p>	<p>TIPOS DE PARTICIPANTES</p> <p><u>Pontos convergentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Técnicos de diversas instituições/serviços • Voluntários; • Moradores (diferentes níveis de participação): <ol style="list-style-type: none"> 1. ECAR – Participação mais intensa e permanente. Participação no planeamento estratégico, na discussão, conceção e avaliação do processo; 2. Grupo Y – Participação menos intensa mas ativa e não permanente. Participação em atividades concretas, apoio a necessidades, acompanhamento no diagnóstico e levantamento de situações. Destaque da importância da sua participação nos momentos de levantamento porta-a-

tomadas, no fundo, pelo GC. Havia aqui um pequeno grupo, estes elementos, em que se pensava mais estrategicamente como, fazendo propostas que depois eram validadas. (...) Depois, por exemplo, temos [nomes de outros moradores – Grupo Y], que tiveram uma participação um bocadinho diferente, em que estiveram presentes no terreno a fazer a fazer os inquéritos. Portanto, acho que há aqui diferentes níveis de participação de moradores também.

B – [o Grupo Y], naquilo que que era o grosso do acompanhamento da ECAR que nós fazíamos.

D – Foi especialmente intensa diretamente de 5 ou 6 pessoas da Comunidade, os [moradores da ECAR] mais ativamente, depois o [Grupo Y]. (...) [Moradores da ECAR] mais envolvidos em toda a discussão, conceção, avaliação por todo o processo, que deu a ECAR no sentido restrito, e depois as outras, que coincidem com a ECAR no sentido mais amplo, ou seja, em todo o processo de diagnóstico, acompanhamento, levantamento, apoio, etc. E depois há também uma certa participação indireta de outros que deram dados também importantes. Portanto, houve uma participação da Comunidade a 3 níveis. Uma muito intensa e permanente, outra também intensa, mas não permanente, sobretudo [Grupo Y], digamos assim, e depois mais indireto e mais pontual de outros moradores noutros momentos pontuais.

porta, em que facilitavam contacto com residentes por serem conhecidos, por viver e trabalhar ali;

3. Outros moradores – Participação mais indireta e mais pontual. Participação na recolha/partilha de dados e informações.

Pontos de oposição de reflexão que se aproximaram:

- Grupo Y:
 - Participação mais ativa porque moradores trabalhavam na EB1MLDR, que lhes possibilitava ter essa participação e tempo para o fazer;
 - EB1MLDR facilitou e apoiou a participação do Grupo Y mas os moradores também participaram em momentos fora do seu horário de trabalho;

Ponto que é aproximadamente convergente nos próximos blocos de conversa:

- ECAR apresentava propostas que eram validadas no GCGA, sendo as tomadas de decisão coletivas.

A - Eu queria dizer que eu pessoalmente não concordo muito com essa leitura. (...) O [Grupo Y] participou porque são da escola. (...) acho que elas tinham um contexto que lhes permitia também a estar naquela circunstância em particular, é porque cresceram ali conhecem muito bem a zona, mas ao mesmo tempo trabalham numa organização, trabalham na escola que lhes fazia poder estar ali e não a estar noutra sítio qualquer e há tempo do trabalho delas que lhes foi completamente disponibilizado para estarem a fazer aquele trabalho. E também cria uma certa justiça com outros moradores que, por “n” fatores, não conseguem se comprometer desta forma.

C - Eu percebo o que B está a dizer em relação a isto, da instituição também dar aqui algum apoio nesse sentido, mas também houve muita gente que se disponibilizou fora de horas e fora de muita coisa para estar. Isso é essencial, porque acho que as pessoas também de facto sentiram apoio desse acompanhamento e isso foi muito graças às pessoas [Grupo Y] que estavam lá e que deram a cara.

D – (...) O que acontecia é que [morador do Grupo Y] batia à porta, era reconhecida como vizinha, não como funcionário da escola, mas era sobretudo conhecida como vizinha. Era isso que punha as pessoas à vontade (...) é certo que eram também funcionários da escola. No entanto, no fim-de-semana, elas foram mobilizadas não enquanto funcionários da escola, que estavam de folga, mas

	<p>enquanto moradoras. Claro que [Técnica da Área da Educação da ECAR], como coordenadora da escola, facilitou. Mas elas aderiram, porém, enquanto moradoras. E, portanto, há ali, na minha opinião, um envolvimento tem a ver com cidadania.</p> <p>E - Para mim a ECAR começa no momento em que fazemos o rastreio, com o diagnóstico, ir a todas as casas em fazer um levantamento de tudo, é o resultado de todo o processo, e todo esse processo deu depois à criação desse grupo, o núcleo mais duro que depois formulou um bocado o trabalho (...).</p>	
2	<p>C - Sem estas pessoas não tínhamos conseguido fazer o que nós fizemos (...) Foi fundamental para conseguirmos fazer o que nós fizemos. (...) são pessoas que conhecem o território, que têm ligações, que são referências, que souberam chegar a casa das pessoas; é completamente diferente ter-se feito, se calhar, um porta-a-porta com técnicos, do que com alguém que é vizinho, que conhece.</p> <p>D - Tivemos situações em que as pessoas participaram, como [moradores da ECAR] e eu creio que discutiram exatamente ao mesmo nível que nós, todos, todos os pormenores, não é? E, portanto, eu acho que aí tivemos uma grande participação. O [Grupo Y] que propôs coisas que foram feitas como propôs, participou nas atividades e em conversas de preparação. (...) depois houve malta a quem nós pedimos para fazer coisas e que foram informados, eventualmente auscultados. Portanto, tivemos</p>	<p>PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE</p> <p><u>Pontos convergentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Níveis elevados de participação; • Grande mobilização da comunidade em geral; • Participação em “bola-de-neve”; • Moradores que conhecem o território, que têm ligações, que são referências – enraizamento/ligação ao território; • ECAR – Participação em toda a discussão do processo; • Grupo Y – Participação em atividades, em apresentação de propostas e na sua discussão; • Outros moradores – Participação ao aderir e colaborar com o que lhes era proposto; estabelecimento de relações de confiança.

diferentes níveis de participação, mas acho que conseguimos atingir, em alguns casos, níveis muito elevados de participação.

E - Eu acho que houve uma mobilização boa ou até muito boa, mesmo para o historial daquele território. Para mim, já o facto de mobilização, de ir lá fazer o rastreio, para mim já era uma maneira de dizer “ok, há pessoas da Comunidade que nós confiamos e que disseram para fazer assim, nós confiamos, vamos criar esse movimento. Pensamos na nossa saúde”. Para mim aquilo foi participação, pensar na saúde do próprio bairro. Tivemos 5 recusas em 300, 400 pessoas, e eu sinto que esta é também uma forma de participação.

C – Esta força que houve tão grande, tão mobilizadora (...) ver as pessoas na rua, verem um grupo tão ativamente preocupado com estas questões, acabou por depois levar à participação de muitos outros moradores que se juntaram depois ao processo. (...) houve aqui uma participação que foi sendo puxada pelas próprias pessoas que iam aparecendo também.

B - Sem o envolvimento da Comunidade e sem uma participação tão ativa, nós não tínhamos conseguido fazer o acompanhamento (...) O que eu senti com a ECAR foi que, de repente, uma série de moradores do bairro, em vez de serem estigmatizados, eles foram acolhidos porque haviam pessoas de referência para falar com eles

	<p>e eles próprios ajudavam (...). Conseguimos ajudar muito mais pessoas porque alguém conhecia alguém, alguém que partilhava o número de telefone, alguém que conhecia as características culturais das pessoas onde elas estavam inseridas. Isto só foi possível resolver com uma participação bastante ativa da Comunidade. (...) Sem esta participação ativa e de confiança dos moradores, a coisa tinha ficado muito pior nas Galinheiras.</p>	
3	<p>E - Eu sinto que houve parceiros mais ativos mas que dependia das pessoas que estavam dentro dessas parcerias, das pessoas que representavam esses parceiros. Houve parceiros que participaram só porque eram “obrigados” a participar, ou seja, não fica bem não estar dentro deste processo.</p> <p>F - Eu concordo, concordo com o E (...). A meu ver, a nível de parceria, a SCML esteve muito mal, não o CDCA, mas a própria SCML, por parte dos assistentes sociais. A Junta [JFSC] esteve muito mal. A meu ver, sobretudo estas duas entidades (...) A SCML demorava demasiado tempo a dar respostas que eram necessárias, a Junta a mesma coisa, (...) ou duvidavam ou não respondiam (...) não iam ter com as pessoas devidamente, atempadamente, não sei se tem a ver com os técnicos propriamente ou a própria orientação que tiveram superiormente. Ao contrário da população e ao contrário também de alguns parceiros, neste caso por parte da escola [EB1MLDR].</p>	<p>PARCERIA DAS INSTITUIÇÕES/SERVIÇOS:</p> <p><u>Pontos convergentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em parceria dependeu dos técnicos que representavam as instituições/serviços; • Participação de algumas instituições/serviços inerente ou imposta por responsabilidades públicas e políticas/pela missão da instituição/da sua competência; • Posições de fraco envolvimento – demora ou ausência de respostas; posições questionadoras; posições de afastamento; <ul style="list-style-type: none"> ○ SCML (Atendimento Social); ○ JFSC; • Posições de colaboração – participação em ações propostas; apoio às propostas da ECAR; • Posições de forte envolvimento – instituições/serviços representados na ECAR (CDCA, EB1MLDR, USP); • Participações pontuais em momentos de visibilidade;

A - Agora acho que fizemos um grande esforço de estar sempre a transmitir da forma mais clara e transparente, tudo o que estava a acontecer, mas houve muitos momentos em que nós próprios não tínhamos tempo de esperar por organização nenhuma. (...) Acho que algumas tentaram acompanhar, tentaram se organizar para participar (...) acho que algumas tentaram comparecer, estar nos momentos que a gente ia dizendo. Agora, claro, quando saem os dados e começa a ser necessário dar respostas concretas, aí foi chamar “os bois pelos nomes” e ter coisas concretas que tinham a ver com missão das organizações, como é o caso da SCML, para atendimento social. Sim, aí as coisas complicaram-se bastante porque os nossos tempos não eram os tempos das organizações. Os tempos das pessoas não são os tempos das organizações. (...) Aí acho que encontramos mesmo muita resistência e houve assim muitos, muitos choques (...) As organizações aderiram, se calhar algumas, como o E diz, mais por obrigação e porque tinham a pasta. (...) Depois há aquelas que nunca estiveram, como a JFSC (...) as respostas que dava nem sequer eram suficientes, mas também não estava disposta a articular nem a pensar sobre elas. E estava muito, muito, muito ocupada a fazer “coisas sérias” e, portanto, recusou-se desde sempre sequer a olhar para o fórum e perceber o que é que ali estava a ser feito. Acho que houve um bocado de tudo, desde resistência muito grande a colaboração.

- Decisões partilhadas com GCGA mas nem sempre decididas em conjunto, devido à urgência;
- Clivagens institucionais com ECAR – muita resistência e choques:
 - Resposta às necessidades (tempos diferentes);
 - Questões deontológicas.

Ponto que é convergente nos próximos blocos de conversa:

- Indisponibilidade de envolvimento fora do horário de trabalho por parte das instituições/serviços;

C - Os parceiros mais envolvidos e que tiveram mais ativos foi muito pelas pessoas, mais os técnicos em si do que propriamente a instituição. Houve instituições que participaram também, como já foi dito, porque tinham que participar. Houve instituições que não estiveram pura e simplesmente. (...) a ECAR no fundo vai trazer de forma mais objetiva diferentes formas de trabalhar. Esta questão, que é o “Bicho-Papão” da privacidade e da confidencialidade dos dados (...) houve instituições que rejeitaram completamente (...). Havia uma série de propostas que eram trazidas a GC e aí também havia instituições que, embora não tivessem propriamente envolvimento, não é que não estivessem a participar nas respostas, mas defendiam, compreendiam e aprovavam as coisas que a ECAR levava. Foi uma época que abriu tensão e que abriu aqui também espaço para se perceber o tipo de posicionamento que as instituições também tinham face a questões maiores e que são importantes para o trabalho comunitário.

D - Na verdade, as instituições que estiveram mais envolvidas foram 4 e, de certa maneira, pela razão que disse o E, ou seja, não tanto pela instituição mas pelas pessoas que estavam neste momento na instituição. Primeiro a Saúde [USP], eu acho que a saúde é fundamental, como é evidente. [Técnica da Área da Saúde da ECAR] teve um papel central. É óbvio que teve um papel fundamental mas com o suporte que teve da chefe e, portanto, acho que é uma parceria que é importante realçar. Depois a Escola

[EB1MLDR], [Técnica da Área da Educação da ECAR] e [Grupo Y], (...). O terceiro parceiro foi muito importante, foi o CDCA. E a outra instituição que, não estando no GC, indiretamente, acabou por vir a estar. Foi a CML, não aquela CML, mas a CML “Paula Marques”, que percebeu a importância deste processo e, portanto, passou a ter uma representação do DDL. (...) Principais ausências marcantes, já referiram 2 fundamentais que é a JFSC e a SCML – Atendimento. Não só ausências, como também resistências, como é no caso de [nome hierarquia de instituição da área do apoio social], mas eu acrescentaria outro. Como é que, num caso de insegurança pública, o Grupo de Segurança esteve totalmente ausente, totalmente desapareceu do mapa do território? (...). A parceria foi importante mas de facto foi aí que se deram as clivagens mais graves no GC com consequências até hoje. E não esquecer o célebre episódio em que [técnico de instituição da área do apoio social] queria impedir [morador da ECAR] de ir de porta-em-porta porque era morador e, portanto, não tinha deontologia para ir... isto é revelador do que estávamos a enfrentar. (...) Acho que foi importante termos estado sempre com a preocupação de ir partilhando tudo com o GC embora, na maior parte dos casos, a posteriori, porque era preciso decidir no momento (...). É preciso dizer que a ECAR foi validada pelo GC e tinha uma presença importante de moradores, dentro do grupo e à volta do grupo.

	<p>B - A sensação que eu tenho é que só apareciam quando havia mediatismo, quando havia alguma câmara de televisão, quando havia uma distribuição de máscaras, aí estavam lá todos para aparecer e acenar bandeiras. Tirando o resto, quando era para andar porta-a-porta, quando era mesmo para ajudar as pessoas, ninguém tinha tempo, não havia comida ao fim-de-semana e apedrejava-se quem ia.</p>	
4	<p>B – Em relação à USP (...) quando começaram a perceber o que é que era a ECAR e o que é que estava na ECAR, houve pés atrás (...). O GC tem moradores. Claro que tem moradores. Ou seja, aí já coisa estava feita e também não havia volta atrás e também não houve entraves à posteriori. Deixaram a coisa evoluir, isto na ótica da USP e a coisa fluíu e nenhuma porta foi fechada, pelo contrário, “vamos assumir o risco que vai correr tudo bem”. Mas foi esta a postura, foi de um risco porque o GC, afinal, também tem lá moradores. (...). Temos o exemplo [serviço da área da saúde], que teve os constrangimentos pela forma de atuação (...). Senti a burocracia, aquelas soluções não-soluções em que tinha saído uma orientação, que era para inscrever todos, mas depois, na prática, quando tu chegavas, tu não conseguias, ficava sempre ali bloqueado numa falta de informação, numa falta de um papel.</p> <p>E - Mostrámos uma maneira diferente de trabalhar em que havia realmente uma mudança de paradigma e esse, naturalmente, chocava com hábitos de décadas das instituições, portanto, esse foi</p>	<p>BLOQUEIOS À PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE OU À PARCERIA DAS INSTITUIÇÕES/SERVIÇOS</p> <p><u>Pontos convergentes:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Resistência à participação de moradores; • Burocracia; • Desvalorização de conhecimentos/informações que, do ponto de vista das instituições/serviços, não existiam, porque não tinham esses conhecimentos/informações; • Visão setorial; • Questões deontológicas; • Indisponibilidade de envolvimento fora do horário de trabalho por parte das instituições/serviços;

um dos bloqueios. Outro, o acomodamento das próprias instituições. Portanto, “se nós não recebemos informações, é porque não existe, porque nós damos resposta a tudo, porque nós controlamos tudo”, e não controlam nada. Acho que as instituições não consideraram o que nós estávamos a fazer. (...) Nós tínhamos essa noção que o que estávamos a fazer, devia ter uma visão completamente sistémica, abrangente e holística da problemática. Eles não tiveram esse tipo de Visão. Não tiveram e nós, mostrando esse tipo de visão, chocamos. (...) Sobre os dados, como se quem participasse nesse processo fosse um coscuvilheiro ou um jornalista.

D - Os constrangimentos deontológicos foram sobretudo 2. Aquele que foi mais frequente e talvez mais insistente que é “moradores, não”. Moradores são coscuvilheiros, não respeitam os dados, não guardam privacidade e, portanto, não têm qualidade. Não têm qualidade profissional nem científica para fazer parte deste processo (...). Constrangimentos deontológicos no sentido da visão profissional restritiva, ou seja, X não é assistente social, não tem que se meter com os temas dos assistentes sociais (...). Depois, os impedimentos burocráticos são essencialmente 2 também, que é a dificuldade das inscrições dos irregulares, como disse B, e a não-disponibilidade para trabalhar fora do horário das nove às cinco, de segunda a sexta. Depois, aquilo que eu chamei resistências político institucionais: (...) se a informação não chega, “não existe” e o

	<p>problema não existe, mas o problema é real e, portanto, o poder da informação controlada institucionalmente. Quanto a resistências setoriais ou funcionais (...) é basicamente a visão setorial versus a visão sistémica.</p> <p>G – A questão das fraldas e da comida e de tudo aquilo, que só lá para segunda-feira ou terça é que as pessoas podiam ser socorridas (...).</p>	
5	<p>F - Algumas necessidades identificadas foram respondidas, mas não foram resolvidas na sua totalidade. Por exemplo, quando identificaram as pessoas que estavam infetadas, que precisavam de serem deslocados para os sítios próprios para fazerem a quarentena (...) essa resposta foi dada, foi respondida (...). Ao nível da documentação, também é identificamos muitas pessoas que estavam em indocumentadas. Foi feita uma lista, foram contactadas algumas associações do território que alegam que trabalhavam para esse fim (...) mas os problemas não foram resolvidos totalmente. (...) Houve vários exemplos em que o timing das instituições não era o timing das necessidades das próprias pessoas. A resposta era inadequada ou era de morosa.</p> <p>C - A questão da regularização, o acesso à saúde, apoio social ao nível da habitação, pessoas em condições muito precárias de habitação, comida, a nível de trabalho, também apoio escolar, apoio psicológico. (...) Acho que para algumas coisas foram-se</p>	<p>PRINCIPAIS NECESSIDADES EXISTENTES E A SUA RESOLUÇÃO</p> <p><u>Pontos convergentes:</u></p> <p>Tipos de necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Isolamento (Covid-19); • Pessoas não-regularizadas; • Acesso à saúde no geral; • Habitação precária; • Apoio alimentar; • Trabalho precário/desemprego; • Apoio escolar; • Apoio psicológico/saúde mental; • Higiene e segurança; <p>Balço de resolução ou não das necessidades existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Algumas necessidades respondidas mas não a totalidade;

conseguindo respostas, mas acho que ficaram muitas por concretizar e realizar (...). Nunca foi muito fácil pelas respostas serem demoradas, havia muita burocracia também envolvida para dar resposta às coisas. (...). Também acho que foi um trabalho muito exaustivo, e o pessoal deu aqui o litro, e houve uma altura também em que se que esse cansaço foi sendo sentido e que obviamente precisávamos de um reforço e de um GC mais forte (...) Infelizmente, na minha perspetiva, não foi possível por não estarmos com mais gente à nossa volta, com esta disponibilidade e com esta vontade também.

B - Há respostas dadas, mas concretizadas, efetivas, não sabemos. A própria inscrição no SNS não sei se isso teve um bom rumo, porque acho que eram inscritos como provisórios (...). A questão da alimentação não resolvia nada, não havia adequação às idades, não havia comida para bebés, tal como os bens-essenciais, não havia bens-essenciais a nível de fraldas, de pasta dos dentes. Aí eram mais chavões que eram lançados, mas não eram adequados à realidade de cada família e às necessidades de cada família. (...) Houve o caso de [morador], em que sucessivas vezes estava em causa o posto de trabalho. Houve uma necessidade de um contato efetivo porque ela estava a ser ameaçada de despedimento. Acho que na altura conseguimos fazer uma contenção disso, mas não sei se isso levou um bom rumo novamente. Ou seja (...) em termos de continuidade não sei se levaram um bom rumo.

- Necessidades “respondidas” mas desadequadas/insuficientes;
- Não-resposta às pessoas caracterizadas no levantamento (intervenção centrada no acompanhamento das famílias sinalizadas);
- Respostas nem sempre integradas porque se setorizavam ao serem encaminhadas;
- Importância do acompanhamento de proximidade (“as pessoas, em situação de fragilidade, não ficaram sozinhas”),

Causas de não-resolução:

- Respostas demoradas;
- Burocracia envolvida para responder;
- Necessidade de reforço de envolvimento de instituições e serviços;
- Problemas estruturais.

A - Estamos a lidar com questões estruturais, e acho que realmente houve quem não tenha gostado nada disso (...). O que se fez foram paliativos. (...). Acho que saíram muitas questões, pelo menos tentar mais ou menos identificar os caminhos, mas as coisas não ficaram resolvidas. (...) nós sabemos que, daquele levantamento que fizemos, havia não sei quantas centenas também com este tipo de problemáticas. Isso não foi resolvido. Agora, acho que aquilo que fizemos foi mesmo fundamental para aquelas pessoas a quem conseguimos chegar e ter esta relação mais perto. São as pessoas que estão numa situação mais fragilizada, não ficaram sozinhas e ao mesmo tempo construiu-se uma rede. E essa rede também tem perdurado para além desse momento circunscrito isso acho que também foi um grande ganho.

D - Saúde, educação, alimentação, habitação, emprego, saúde mental, higiene e segurança. (...) não conseguimos depois fazer corresponder a este diagnóstico integrado, uma ação integrada porque nós não tínhamos recursos, porque não tínhamos capacidade para intervir em todas estas áreas. Tinha que ter encaminhado, ao encaminhá-las, elas eram fragmentadas e setorizadas (...). Num caso ou noutro, nós conseguimos ir fazendo pontes, mas foram basicamente em casos isolados. E depois a grande questão foi que nós, apesar de termos dito isso várias vezes, não conseguimos sair dos casos que acompanhámos e de facto

fazer a leitura da totalidade dos casos que caracterizámos (...).

acho que as nossas respostas neste ponto de vista ficaram bastante aquém. Contudo, eu acho que podemos também aqui diferenciar. Na saúde (...), de 0 a 4, daria 3. Na educação (...) eu diria que aqui ficamos com 2 e meio. Na alimentação (...) eu diria um 3. Nas questões da habitação (...) ficámos a zero. (...) Na questão do emprego (...) diria 1. Na legalização (...) eu diria 2. Na saúde mental (...) diria 1. Em relação às questões de higiene (...) eu diria 3. Genericamente em relação à segurança das pessoas (...) diria 3. Em síntese, diagnóstico integrado, respostas não integradas.

Algumas respostas interessantes da nossa parte, ou encaminhadas com alguma resolução, mas na maior parte dos casos, ficamos muito aquém do que diagnosticámos.

E - Conseguimos dar respostas a algumas coisas. Agora, eu sinto que conseguimos dar respostas àquelas que nós podíamos controlar, ou seja, aquelas que nós temos. São problemáticas estruturais em que realmente era possível um bom trabalho se tivéssemos tido um maior envolvimento de parceiros mais cruciais nestas áreas. (...) uma coisa que eu nunca tinha pensado, fiquei a refletir um bocado, não conseguimos responder a todas as necessidades que eles tinham, mas não estavam sozinhos e para mim isso foi uma coisa importante. (...) tinha uma pessoa com quem poder partilhar essa frustração. É uma coisa que nunca tinha pensado, que A dissertou.

<p>6</p>	<p>E - Não sinto que houve continuação mas isso não significa que morreu, ou seja, abriu uma porta ou mostrou uma maneira diferente que talvez possa ser utilizado (...). As pessoas já sabem que podem ter também uma visão diferente e uma postura, uma abordagem diferente às necessidades e às problemáticas que nós tivemos a viver nesta experiência intensa. E posso também dizer, na minha própria pessoa, que o processo continua em mim próprio (...). Trabalhar esse tipo de abordagem com vocês foi só a confirmação que, na minha ideia, é assim que devia ser o trabalho comunitário. Portanto, teve impacto em mim próprio também.</p> <p>D - As continuidades não foram espetaculares, mas eu verifico-as em 4 tipos diferentes, níveis diferentes, intensidades diferentes, mas que foram frutos dessas sementes que foi a ECAR. Primeiro, (...) nós usamos o espírito da ECAR para fertilizar ou inspirar algumas coisas do COMVIV-20. (...) Segundo nível, eu acho que o espírito da ECAR continua presente em muitas das reflexões que nós vamos mantendo à quarta-feira (...) o espírito da ECAR manteve-se entre nós e está a inspirar até a forma de conceber as ações do secretariado e do GC. (...) Em terceiro lugar acho que o espírito da ECAR está também internamente em cada um de nós, (...) se calhar agora fazemos melhor. Ou fazemos de forma mais fundamental. (...) A Paula Marques deu muita importância a esta experiência. Daí estar convencido que avançou tão resolutamente a GLPP por causa do que ela reconheceu na nossa experiência. E</p>	<p>CONTINUIDADE DA EXPERIÊNCIA EM ALGUM TIPO DE PROCESSO OU AÇÃO</p> <p>Pontos divergentes:</p> <p>Um dos elementos considera que a experiência não teve nenhum tipo de continuidade, apesar de reconhecer impactos positivos resultantes do processo;</p> <p>Pontos convergentes:</p> <p>Impactes no GCGA e nas dinâmicas locais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Influência e inspiração em ações e em atividades do GCGA; • Maior participação de moradores e criação de grupos; • Impacte na metodologia, forma de funcionamento e valores do GCGA; <p>Impactes nas pessoas da ECAR:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforço da sua forma de intervenção; <p>Impactes nos moradores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento das suas problemáticas e visão integrada sobre as mesmas.
----------	--	---

isso deixou marcas até hoje em várias coisas, nomeadamente, no facto de termos agora em todos os GC, representantes do DDL. Isto é um efeito claro. Porque a Paula Marques falava várias vezes sobre esta experiência e o que tinha apreendido dela. E também noutros GC, e de forma menos visível, a experiência da ECAR foi, como é que posso dizer, invejada no bom sentido, ou seja, considerada uma boa prática (...) E, portanto, eu acho que os efeitos da ECAR estão muito para além do que nós estamos a pensar e imaginar.

A - Para mim, era muito importante que tivesse sido o fermento para trabalhar efetivamente mais a parte da participação, de ter também servido para alavancar ali algumas respostas que pudessem vir de génese comunitária. Percebo que neste território, com estas circunstâncias, pá, aqueles que somos, se calhar não deu para fazer de outra forma. Mas para mim perdeu-se ali muito tempo neste choque de paradigmas e de titãs.

F - Concordo com D. Ia também enumerar alguns dos movimentos que nasceram com a ECAR. No caso do Kitembú [grupo do GCGA], e acrescentava outros grupos (...). O próprio GC passou a trabalhar ou a intervir com essa metodologia da ECAR, daí que houve esse choque que afastou muitos, há muitos técnicos se afastaram. Concretamente, estou a falar do quê? Mudou-se o horário, o horário passou a ser um horário que dá mais jeito à própria participação da

população. Passou-se a falar muito mais dos problemas que se que passam dentro do bairro, como resolvê-los. Passou a participar muito mais moradores do que propriamente técnicos. No meu ver, eu acho que isto tudo teve a ver com a metodologia da ECAR e a continuidade é visível por aí.

C - Acho que para os próprios elementos da ECAR e para a Comunidade, houve muitos resultados que surgiram a partir daí, e que são visíveis em alguns processos que se iniciaram mas, acima de tudo, acho que um dos principais ganhos tem mesmo a ver com a própria dinâmica do GC (...). Era um bocadinho aquilo que F agora estava a dizer, a forma de trabalhar, acho que há coisas aqui que dificilmente já voltam atrás e que há coisas que não voltam a ser ditas, como eram, e que se tem aqui em consideração de forma diferente a presença dos moradores, a participação. Acho que é essa a grande vantagem. Acho que se conseguiu alguma coisa, que já não se volta atrás, e foi sobretudo através da ECAR.

B – A nível de Comunidade, pode não ter sido diretamente da ECAR, mas vem de todo o pensamento e de toda a atividade que houve. Em volta disso, surgem as caminhadas, surge o grupo da saúde do grupo de ZOOM, que estava super ativo e super participativo. (...) Se isso é um resultado efetivo da ECAR eu não sei, mas acho que vem de todo esse movimento que estava a ser feito com moradores e da confiança que estava a ser ganha. Em

<p>termos de Comunidade, acho que sim, que foi bastante positivo. E plantou sementes. A nível de parceiros não sei, acho que ali este fermento precisa de ser mimado, precisa de ser trabalhado para que a fratura não seja efetiva. (...) A nível da USP (...) acredito que, se agora tivesse que existir outra ECAR, as chefias agora já o fizessem com consciência e sem tanto medo, tenho esse <i>feeling</i>, que queriam fazê-lo já com conhecimento de causa e não como não saberem o que é que haviam de fazer.</p>	
---	--

Anexo L. Modelo de ficha de caracterização da população (adaptado do programa Excel)

Caracterização	Rua	
	Vila / Vivenda / N.º	
	Nome	
	Contacto	
	N.º elementos do agregado	
	Data de nascimento	
	N.º SNS	
	Género	
	Nacionalidade	
	Regularização	
	Tipologia familiar	
	Doença(s) Crónica(s)	
	Tipologia de Habitação	
	Hipótese de Isolamento	
Observações		

Atividade Profissional	Condição perante o trabalho	
	Setor de atividade	
	Vínculo laboral	
	Observações	

Apoios até à data de realização do teste	Rendimento social	
	Apoios alimentares	
	Apoios familiares	
	Apoios da vizinhança	
	Técnico/a Gestor/a da SCML	

Baixa Médica	UFC/UCSP	
	Médico/a de família	
	Observações	

Contactos diretos/ Necessidade de DIP	Nome(s) de contacto(s) direto(s)	
	N.º CC/Passaporte/Visto de residência	
	NISS	
	Data do período de isolamento	
	Observações	

Apoios e Encaminhamentos	Apoios alimentares	
	Apoios para proteção individual, higiene e limpeza	
	Apoios na área da saúde	
	Apoios convencionais	
	Apoios à renda	
	Apoios financeiros para pagamento de contas correntes	
	Outros apoios sociais (não convencionais)	
	Apoio jurídico-legal (para regularização)	
	Apoio jurídico-laboral	
	Apoio escolar	
	Apoio psicológico	
	Observações	

Observações gerais	
---------------------------	--